

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO
Programa de Pós-Graduação em Memória Social

Nadya Maria Deps Miguel

**O PERFIL DO BRASILEIRO CONSTRUÍDO PELO IBGE:
UMA MEMÓRIA DISCURSIVA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS
DE 1940 A 2010**

Rio de Janeiro
2012

NADYA MARIA DEPS MIGUEL

**O PERFIL DO BRASILEIRO CONSTRUÍDO PELO IBGE:
UMA MEMÓRIA DISCURSIVA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS
DE 1940 A 2010**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Memória Social, do
Centro de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO,
como requisito para obtenção do grau
de Doutor em Memória Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico

Rio de Janeiro

2012

M636 Miguel, Nadya Maria Deps.

O Perfil do brasileiro construído pelo IBGE: uma memória discursiva dos Censos Demográficos de 1940 a 2010 / Nadya Maria Deps Miguel. - 2012.
200 f. : il. 30 cm.

Tese (Programa de Pós-Graduação em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
Bibliografia : f. 139-150.

1. Memória. 2. Discurso. 3. Categorias censitárias.

NADYA MARIA DEPS MIGUEL

**O PERFIL DO BRASILEIRO CONSTRUÍDO PELO IBGE:
UMA MEMÓRIA DISCURSIVA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS
DE 1940 A 2010**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Memória Social, do
Centro de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO,
como requisito para obtenção do grau
de Doutor em Memória Social.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Carmem Irene Correia de Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Nair Yumiko Kobashi
Universidade de São Paulo – USP

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer contribuições para a produção desta pesquisa. Uma tese é um somatório de etapas únicas, que só foram vencidas com a participação e o empenho de muitas pessoas: amigos, professores, colegas de profissão e familiares.

Gostaria de começar meus agradecimentos, em especial, pela Prof.^a Dr.^a Evelyn Goyannes Dill Orrico, pela orientação competente e provocadora de novas reflexões, sempre alertando quanto ao caminho que deveria percorrer.

Também agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) pelos ensinamentos e à Prof.^a Dr.^a Vera Dodebei por seu incentivo.

Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Carmem Irene Correia de Oliveira, Prof. Dr. Antônio José Barbosa de Oliveira, Prof.^a Dr.^a Nair Yumiko Kobashi, pelas contribuições acadêmicas.

À direção do IBGE, por todo apoio dado à pesquisa e pela oportunidade de vivenciar o exercício intelectual. Não seria possível desenvolver as pesquisas que resultaram nesta obra sem a colaboração de muitos funcionários do IBGE. Aos colegas da Supervisão de Disseminação de Informações – SDI, da Unidade Estadual de São Paulo, pelo apoio e pelo carinho durante toda essa jornada.

À Sofia Débora Levy, obrigada pela indicação de livros e artigos e pelos momentos de discussão que fizeram parte deste trabalho de forma enriquecedora, além de ser uma leitora crítica de cada parágrafo construído. Obrigada também à Maria Rosa Correia, que compartilhou suas experiências e sugestões, que permitiram mais reflexões referentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e à Adriana Viegas, que me auxiliou nos momentos necessários, com opiniões valiosas. Dentre outras colaborações fraternas, agradeço a Teresa Pamplona e Rejane Amaral.

Por fim, aos meus “meninos” – Omar e Arthur – que foram pacientes com minhas ausências.

Obrigada, Deus, por tudo.

“Começamos sempre olhando o mundo já com certo número de ideias na cabeça: ideias preconcebidas, representações, modelos, sejam científicos, pré-científicos, ou míticos”.

(Gerard Fourez)

“É preciso que eu suporte duas ou mais lagartas se quiser conhecer as borboletas”.

(Antoine de Saint Exupéry)

RESUMO

Investigação das influências do contexto sócio-histórico, político e ideológico na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como na realização dos seus Censos Demográficos. Para isso, através da Análise do Discurso da vertente francesa, são estudados documentos do IBGE, discursos institucionais e instrumentos de coletas de dados dos Censos Demográficos de 1940 a 2010. Nesses contextos, os questionários do Censo Demográfico são analisados para se compreender como a variação das categorias censitárias investigadas contribui para a configuração e registro do perfil identitário oficial do brasileiro, em conformidade com o ideário nacional em cada época. As categorias censitárias e suas subcategorias enquanto enunciados discursivos representam um caminho tanto de produção de informação e conhecimento quanto de práticas discursivas de disseminação, legitimação, sedimentação, apagamento e constituição de memórias sobre o perfil identitário do brasileiro. As análises apontaram a predominância, até 1980, de uma configuração homogênea do perfil do brasileiro, sem contemplação da diversidade postulada, polarizada em quatro cores: *branca*, *preta*, *amarela* e *parda*, com exclusão e apagamento da população mestiça na subcategoria *parda*, e dos *indígenas*. A partir dessa época, progressivamente, em conformidade com as ideologias em circulação, as configurações de contemplação da heterogeneidade foram se sobrepondo as homogêneas e o perfil do brasileiro é polarizado em cinco cores *branca*, *preta*, *amarela*, *parda* e *indígena*, mas a mestiçagem permanece opacificada.

Palavras-chave: Memória. Discurso. Categorias Censitárias.

ABSTRACT

This study investigates the social, historical, political and ideological context influences on the creation of Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), and on the realization of its Demographics Census. For that, based on French Discourse Analysis, official government documents, internal IBGE's documents, institutional speeches, and Census' distribution and data collection instruments from 1940 to 2010 are studied. In all these contexts, the census questionnaires are analyzed in order to understand how the variation of Census Categories investigated contributes for the configuration and registration of Brazilian official identity profile, in accordance with national ideals. The census categories and subcategories while discourse statements represent a path as much about information production and knowledge as of discursive practices of dissemination, legitimization, sedimentation, erasure, and creation of memories in reference to the identification profile of the Brazilian. The analyses showed the predominance, until 1980, of a homogeneous configuration profile of the Brazilian, without contemplation of diversity assumed, polarized in four colors: *white*, *black*, *yellow*, and *brown*, with the exclusion and erasure of the mestizo population inside of the brown subcategory, and of the indigenous people. After this time, progressively, in accordance with the ideologies in circulation, the configurations of contemplation of heterogeneity began to overlay the homogenous ones previously established and the Brazilian population was then polarized and profiled in five colors, *white*, *black*, *yellow*, *brown*, and *indigenous*, but the mestizo category continues to be opaque

Keywords: Memory. Speech. Census Categories.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Caminho teórico-metodológico da pesquisa	39
Quadro 2	Questionários: dispositivos memoriais e informacionais.....	72
Quadro 3	Organização e constituição do <i>corpus</i> de análise.....	97
Quadro 4	Subcategoria nacionalidade e naturalidade.....	114
Quadro 5	Subcategoria língua falada.....	115
Quadro 6	Subcategoria cor ou raça.....	122
Quadro 7	Subcategoria etnia (população indígena).....	123
Quadro 8	Configurações depreendidas na análise da subcategoria cor ou raça, etnia e..... e língua falada (população indígena).....	130

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AD	Análise de Discurso
AI-5	Ato Institucional nº 5
CBG	Conselho Brasileiro de Geografia
CCD	Comissão Consultiva do Censo Demográfico
CCM	Comissões Censitárias Municipais
CCN	Comissão Censitária Nacional
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CDDI	Centro de Documentação e Disseminação de Informação
CDs	Censos Demográficos
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CNE	Conselho Nacional de Estatística
CNG	Conselho Nacional de Geografia
CNPD	Comissão Nacional de População
CONCLA	Comissão Nacional de Classificações
CSE	Conselho Superior de Estatística
DECED	Departamento do Censo Demográfico
DECEN	Departamento de Censos
DEPSO	Departamento de Estatística de População e Sociais
DF	Distrito Federal
DGE	Diretoria Geral de Estatística
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTCD	Grupo de Trabalho do Censo Demográfico
IASI	Instituto Interamericano de Estatística
IBG	Instituto Brasileiro de Geografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade

IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEs	Institutos Nacionais de Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPGH	Instituto Pan-Americano de Geografia e História
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Gráfica
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Gerais
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PR	Presidência
PMEST	Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo
RJ	Rio de Janeiro
SBG	Sociedade Brasileira de Geografia
SECOM	Secretaria de Comunicação Oficial
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SNR	Serviço Nacional de Recenseamento
SP	São Paulo
UCAM	Universidade Cândido Mendes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGI	União Geográfica Internacional
UNB	Universidade Nacional de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.....	16
1.2	METODOLOGIA DE ANÁLISE E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA.....	23
1.2.1	O <i>corpus</i>	30
1.2.2	Delimitação.....	34
1.3	ESTRUTURA DA TESE.....	35
2	O INÍCIO DO IBGE: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	40
2.1	ANOS 30: IDEOLOGIA E CULTURA	45
2.2	AS INICIATIVAS PRECURSORAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO IBGE.....	51
2.2.1	Mário Augusto Teixeira de Freitas: o idealizador do IBGE.....	55
2.3	SURGE O IBGE.....	61
3	OS CENSOS DEMOGRÁFICOS: MEMÓRIA E INFORMAÇÃO	68
3.1	O PERFIL DO BRASILEIRO COMEÇA A SER DELINEADO.....	72
3.2	OS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE.....	76
3.3	CLASSIFICAÇÕES E CATEGORIAS	83
3.3.1	Classificações e categorias: conceitos e reflexões.....	87
3.3.2	A classificação estatística no IBGE: as comissões.....	92
4	ANÁLISES DISCURSIVAS: AS CATEGORIAS CENSITÁRIAS	95
4.1	CATEGORIAS CENSITÁRIAS: IDENTIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	95
4.1.1	Os questionários censitários e as Comissões Censitárias Nacionais: breve panorâmica.....	98
4.1.2	Analisando as subcategorias <i>língua falada; nacionalidade e naturalidade</i>	112
4.1.3	Analisando as subcategorias <i>cor ou raça e etnia (população indígena)</i>	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICES	153
	APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias.....	154
	APÊNDICE B – Quadro síntese do material para análise.....	161
	APÊNDICE C – Quadro Censos Demográficos - delimitação temporal – condições de produção.....	162
	APÊNDICE D – Quadro Comissões Censitárias Nacionais (1940-2010): integrantes.....	167
	ANEXOS – Questionários Censos Demográficos (1940-2010).....	173

1 INTRODUÇÃO

A presente tese é fruto do interesse em compreender o papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na construção do perfil do brasileiro ao longo dos mais de 70 anos de sua existência, entendendo-se *perfil* como o delineamento constituído pelas características físicas, biológicas e socioculturais investigadas nos questionários dos Censos Demográficos do IBGE.

A partir da minha trajetória profissional, como servidora pública do IBGE, surgiu o interesse em conhecer mais profundamente o contexto sócio-histórico da criação do órgão oficial coordenador do Sistema Estatístico Nacional (SEN), a fim de compreender as ações desse Instituto, capaz de produzir, analisar e fazer circular as estatísticas oficiais, que retratam o perfil da sociedade brasileira.

Uma pesquisa surge dos questionamentos que determinados temas despertam nas pessoas, questionamentos que levam à busca de respostas. Como bibliotecária e pesquisadora, entre as muitas leituras que fazem parte do meu cotidiano, destacam-se os instrumentos de coletas de dados das pesquisas realizadas por essa instituição de grande relevância para o Brasil. Lidar com esses dados diariamente fez com que eu observasse não só as transformações sociais por eles reveladas, mas também como, a cada década, os instrumentos de coleta de dados, os questionários, iam sendo modificados. Com isso, concebi que o estudo dos questionários dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE possibilitaria compreender a construção da memória do perfil do brasileiro que este Instituto foi constituindo ao longo de mais de 70 anos e, para isso, observaria, particularmente, a inclusão e a exclusão das categorias que os compõem, considerando os contextos sócio-histórico e ideológico do período em que ocorre a seleção das categorias investigadas.

Os Censos Demográficos (CDs), de abrangência nacional e periodicidade decenal, são considerados diagnósticos das condições sociais e econômicas da população brasileira, assim como de sua distribuição territorial e evolução ao longo dos anos. Os dados levantados nesses censos são imprescindíveis para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões de investimento, sejam eles provenientes da iniciativa privada ou de qualquer âmbito governamental. Nos questionários, procura-se registrar as características dos moradores: sexo, raça, cor, idade, deficiências físicas, escolaridade, religião, rendimento, migração etc., e as características dos domicílios: tipo, número de cômodos, existência de bens duráveis etc. Por meio deles, é possível perceber que a população brasileira é mapeada a partir das categorias

censitárias investigadas, em que predominam alternativas pré-estabelecidas.

A coleta de dados é realizada por meio do método da entrevista presencial, sendo a resposta registrada em um formulário impresso (Censos Demográficos de 1940-2000) ou em um computador de mão (Censo Demográfico 2010), ou ainda pelo preenchimento do questionário via internet (Censo Demográfico 2010), aplicando-se o questionário a todas as pessoas residentes em todo o território nacional. O questionário padronizado é do tipo estruturado, isto é, as perguntas, previamente formuladas, obedecem a uma sequência lógica – não podem ser modificadas nem conter inserções pelo entrevistador – e apresentam um quadro limitado e finito de respostas. As perguntas são feitas exatamente como estão escritas no formulário de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2002, p. 93-95). Obtém-se, desse modo, um perfil já traçado do entrevistado, que se pretende preencher com as alternativas preestabelecidas para cada categoria, o que me instigou o interesse pelo seguinte pressuposto: o IBGE poderia estabelecer o perfil do brasileiro por investigá-lo por intermédio de categorias sociais historicamente definidas, que já o direcionam a um determinado ponto. Dessa percepção, nasceu um dos interesses de pesquisa: como o IBGE constrói esse perfil? Logo, isso me levou ao objeto de estudo: o perfil do brasileiro construído pelo IBGE.

Esse tema, *o perfil do brasileiro construído pelo IBGE por intermédio de suas categorias censitárias*, não é inédito. O trabalho, porém, pretende se distinguir de outros estudos já produzidos sobre ele porque admite esse conjunto censitário como uma construção discursiva da identidade dos brasileiros. Especificamente, as subcategorias *cor ou raça, nacionalidade e naturalidade, língua falada e etnia (população indígena)*, não apenas por terem sido identificadas como as mais representativas da dinâmica de variação, mas também por possibilitarem traçar um perfil identitário do brasileiro e aparecerem de forma mais enfática nos discursos veiculados sobre a identidade. Outra distinção em relação aos demais é quanto à metodologia adotada: analisar as variações das categorias investigadas nos questionários dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE entre 1940 e 2010, relacionando-as às suas condições de produção. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para aprimorar a análise da elaboração dos questionários, e, em especial, de seus itens constitutivos, as categorias censitárias investigadas. A análise dessas categorias permite traçar um retrato da população, do contexto sócio-histórico e das preocupações e dilemas que marcam o pensamento social de uma época, constituindo uma memória em conformidade com os fins e os meios de sua construção. Tais categorias presentes nos questionários são nesta pesquisa entendidos como instrumentos importantes para sedimentar ideias em circulação, cristalizar aspectos identitários da população brasileira ou, até mesmo, como indicadores de

novas representações.

Tendo sido criado depois da Revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, o IBGE foi, inicialmente, uma das maneiras de o governo enfrentar o federalismo e ressaltar os estudos estatísticos que eram realizados no país. Quando se criou um órgão responsável nacionalmente pela divulgação dos dados geográficos, sociais e econômicos da sociedade brasileira, houve a pretensão governamental de usar a instituição para ajudá-lo no planejamento de suas estratégias. Estudar o IBGE, sua história e a relevância de seu trabalho para o Brasil é, portanto, uma questão de extrema significância, sendo ele, até os dias atuais, um órgão vital na história das estatísticas do país.

Segundo Vera Dodebei (2002, p. 19-20), os modelos de representações sociais são construções da mente humana que têm função psicológica, aquisitiva, organizacional, normativa, sistemática, construtiva e informacional, o que permite a comunicação de ideias, em especial das científicas, na medida em que muitos modelos se aplicam a mais de um conjunto de observações, de mais de uma área do conhecimento. Tais modelos, por sua vez, derivam da necessidade humana de entender a realidade e constituem representações simplificadas e inteligíveis do mundo, possibilitando vislumbrar as características essenciais de um domínio ou campo de estudo. Para a autora, o conjunto das representações do conhecimento vai, assim, se transformando em estoques de informações que precisam estar ordenados para melhor serem utilizados. É nesse momento que se formam memórias documentárias, consideradas construções simbólicas do conhecimento. As memórias documentárias, como *constructos* do conhecimento gerado pela sociedade, reúnem cadeias de representações presentes na dinâmica social, desde a produção de conhecimentos até a sua assimilação e reprodução.

A partir dessas considerações, refleti sobre uma das missões do IBGE ao longo de seus 75 anos de existência: elaborar um retrato da população brasileira, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania (BRASIL, 2003). Isso me levou a indagar sobre as categorias censitárias presentes nos questionários e o retrato traçado por elas. Mais especificamente, se os instrumentos de coletas de dados das pesquisas censitárias, os questionários, constatarem esse retrato ou projetam um perfil a partir da percepção de novas tendências sociais historicamente determinadas. E, ainda, que perfil ou representação da população os questionários censitários possibilitam para a criação de uma

memória nacional oficial do brasileiro, considerando que esse instrumento é limitante, uma vez que seleciona categorias finitas que estabelecem limites nas possibilidades de respostas?

Para responder a essas questões, faz-se necessário estudar a composição dos questionários dos censos e suas categorias, analisando os limites que são estabelecidos a partir do momento em que há uma pré-seleção, através das categorias escolhidas, do que constará ou não no questionário, tendendo a enrijecer as estatísticas. Como já dito, assume-se aqui a hipótese central de que o IBGE, por intermédio das categorias censitárias preestabelecidas nos questionários, estabelece um perfil dos brasileiros. Dessa forma, apesar de todo o discurso de que retratam a realidade do Brasil e do brasileiro, questiono se as investigações censitárias de fato contemplam a diversidade social, cultural e econômica que nos compõe, com o intuito de refletir fielmente a sociedade brasileira.

Tais questionamentos recaem, sobretudo, no que se refere a como os censos possibilitaram a obtenção de retratos da população brasileira e diagnosticaram e acompanharam os processos das transformações econômicas, sociais, demográficas e históricas do país balizados pelas estatísticas censitárias, que, a partir de 1940, ficaram sob a responsabilidade do IBGE e obedecem a uma frequência decenal¹. Tal indagação levou-me às relações entre as categorias censitárias, a história, a sociedade e a ideologia, mais especificamente, às condições de existência, coexistência, transformação e desaparecimento de certas categorias investigadas.

Nesse sentido, torna-se necessário a) compreender o contexto sócio-histórico da criação do IBGE e o contexto de cada censo realizado entre 1940 e 2010; b) analisar o processo de construção das categorias estatísticas levantadas conforme o contexto sócio-histórico à época do censo realizado; c) identificar a variação das categorias censitárias presentes nos questionários dos Censos Demográficos; d) analisar as implicações do formato das perguntas objetivas que compõem os questionários censitários; e) perceber a memória discursiva construída pela análise das categorias censitárias nos anos escolhidos. Para tanto, é necessário analisar o caminho que as ideias, tanto as que são preconizadas pelo Estado como as que estão contidas no discurso estatístico da instituição, percorrem no dinâmico processo de transformações sociais, assim como sua determinação histórica no discurso do governo.

Em suma, o presente estudo pretende compreender a produção de conhecimentos e a construção da memória sobre o perfil oficial da população brasileira, através do processo da

¹ A única exceção a esta frequência decenal foi o Censo Demográfico que deveria ter ocorrido em 1990 e foi realizado em 1991. Essa diferença no intervalo intercensitário levou o IBGE a realizar a Contagem Populacional em 1996 para, em 2000, retornar a realizar os censos nos anos terminados em zero.

análise de variação das categorias censitárias investigadas nos questionários dos Censos Demográficos produzidos pelo IBGE em 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Espera-se que esta análise sobre as variações das categorias censitárias investigadas nos questionários, com uma visão fundamentada nas suas reais restrições e limites, possa contribuir para a compreensão de como tem sido constituído o perfil do brasileiro pelo IBGE. Igualmente, a partir do quadro teórico-metodológico da análise de discurso da vertente francesa, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux (1997, 2002, 2007), intenta-se apresentar contribuições para a reflexão em torno das relações entre linguagem, instituição, sociedade e memória.

1.1 Questões conceituais e metodológicas

Em *A ordem do discurso*, Michel Foucault faz uma importante indagação quando discorre sobre a inquietação que há para se analisar o discurso quanto à sua materialidade e quanto à verdade que ele pode encobrir, “das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas rugosidades”. Pergunta o filósofo, com grande pertinência, “o que há assim de tão perigoso por as pessoas falarem, qual o perigo dos discursos se multiplicarem indefinidamente? Onde é que está o perigo?” (FOUCAULT, 2007, p. 8).

Semelhante indagação está contida neste estudo no momento em que se analisa o discurso científico, estatístico, do IBGE, especificamente o dos Censos Demográficos, que são materializados nos questionários aplicados à população por meio da entrevista presencial realizada pelo recenseador durante o trabalho de coleta dos dados. As perguntas fechadas que compõem o questionário foram fundamentadas no método classificatório, mensuradas em escala nominal. Tal nível de mensuração envolve simplesmente o ato de nomear ou rotular; em outras palavras, consiste em colocar indivíduos em categorias e contar a frequência em que ocorrem (LEVIN, 1978, p. 4). A análise desses questionários tem mostrado que, embora eles contenham perguntas relativas especificamente ao conhecimento demográfico, para verificar o número absoluto da população e a idade, há várias questões que dizem respeito aos aspectos culturais dos brasileiros. A partir disso, surgiram as indagações: por que um estado laico estaria interessado em saber a religião dos seus habitantes e mais, em colocar, como no censo de 1970, as opções de respostas – católica, evangélica, espírita ou outras? E muitas outras perguntas, como as relacionadas a deficiências físicas, poder de consumo, fertilidade, entram e saem dos questionários, conforme a década em questão.

No início, tais questionamentos levaram-me a pensar nas razões pelas quais as perguntas eram tão fechadas, não permitindo, por exemplo, que se pudesse abster de respondê-las: um ateu não precisaria responder qual a sua religião, “pula essa, recenseador”, ele diria. Mas, seguindo Foucault (2007, p. 8), passamos a pensar também em qual seria o perigo de se abrirem as questões para que elas desvendassem as múltiplas características da população: “não sou cego nem surdo-mudo, sou paraplégico”; “sou agnóstico”; “sou índia, mas pareço branca”, por exemplo.

Pensando em como se foram construindo, durante a nossa história, discursos que alicerçavam a ideia do que viria a ser o brasileiro, como o discurso de mestiçagem, de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1973), ou o de povo pacífico, cuja referência mais antiga encontramos em *A carta de Pero Vaz de Caminha* (1996), relatando que um índio subiu em uma das embarcações portuguesas e lá dormiu durante toda a noite, tranquilamente, poderia ser questionado se o censo não se baseou em discursos anteriores para traçar o perfil da população brasileira, e, nesse caso, se os dados coletados na pesquisa não seriam o instrumento que ratifica uma determinada representação previamente projetada. Haveria, então, uma circularidade, em que a ideia delineada por um imaginário anterior serviria de base para o levantamento dos dados que, por sua vez, só estariam corroborando tal imaginário, em um jogo de interdição que não deixaria entrever outras projeções que a população pudesse ter.

Os questionários marcam essa circularidade, pois é neles que se pode verificar o jogo de exclusão e interdição de outras possibilidades não contempladas pelo pensamento homogeneizante acerca do que é o brasileiro. Pode-se observar, por exemplo, uma preocupação com o número de estrangeiros e descendentes que viviam no Brasil - um reflexo da entrada de um grande número de imigrantes no país a partir da virada do século. Mas, em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não seria também para identificar não os imigrantes, e sim os *não* brasileiros, ou os que estariam ao lado de outras potências se o Brasil entrasse no conflito?

Michel Foucault (2007, p. 22, grifo do autor) também fala que há discursos nas sociedades que são narrativas maiores, “que se contam, se repetem, e que se vão mudando; fórmulas, textos, coleções ritualizadas de discursos, que se recitam em circunstâncias determinadas”. Para o filósofo, esses discursos estão sempre presentes em nossa cultura, inclusive na origem de outros, como “os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera seu estatuto, a que chamamos *literários*; em certa medida textos científicos”.

Olhando dessa forma, não seria possível dizer que o discurso estatístico-científico do

censo também não é, ele próprio, uma dessas narrativas maiores? Não estaríamos já habituados a citar os dados “segundo o último censo” para dar uma autoridade de verdade aos textos e novos discursos relacionados a questões identitárias por nós produzidos? “Segundo o último censo, o brasileiro...” é quase um lugar comum na mídia. E podemos refletir o quanto isso pode contribuir com a ideia que formamos sobre nós mesmos.

Para responder a essas questões, procurou-se, por meio da análise das categorias censitárias investigadas, relacionar como os questionários contribuem no delineamento do perfil do brasileiro, buscando entender o processo de construção e variação das categorias estatísticas sociais e culturais levantadas nos Censos Demográficos realizados entre 1940 e 2010.

Além disso, a análise dos relatórios e pareceres de comentaristas, documentos internos da instituição e de equipes de recenseamento possibilita delimitar a extensão e o significado das categorias. Essas classificações geralmente apresentam descontinuidades entre os censos em um mesmo âmbito de investigação. E são diversas as categorias estatísticas: cor, demografia, religião, remuneração, domicílio etc. Ademais, nem sempre as alternativas para que os recenseados se incluíssem e se classificassem foram as mesmas em relação a esses quesitos, o que indica que a pesquisa das categorias de classificação pode estar condicionada à imagem do país que determinados contextos sócio-histórico-ideológicos desejam fabricar. Pois, por que não houve a inquirição de certas categorias, sobretudo as de estatística social, como *cor* e *deficiência física*, em determinados censos, a exemplo de 1970?

É importante destacar que a supressão de algumas alternativas de classificação e a preferência por outras na formulação dos questionários censitários pode influenciar a seleção dos recenseados que se classificam nas categorias, alcançando-se resultados significativos conciliados com a imagem do país que se quer fabricar. Sabe-se que a terminologia da categoria *cor*, sem mencionar a delimitação, foi alterada ao longo de sua história – nos censos anteriores a 1940 ela não foi utilizada, apesar da expressão constar em diversos documentos (análises e comentários), inclusive nos elaborados por organizadores censitários (AZEVEDO, 1990; IBGE, 2003; OLIVEIRA, 2003; SENRA, 2008). Ou seja, nos anos de 1872 e 1890, o termo empregado foi *raça*, e nos anos de 1900 e 1920, houve a supressão da categoria. Assim, a estruturação e a organização dos vários grupos distribuídos nas categorias censitárias não estão livres das alterações históricas de significados associadas ao contexto de sua produção. As categorias não são, portanto, estáveis, e são ativadas em conjunturas e relações sociais específicas.

Se, por um lado, é possível perceber que as estatísticas do IBGE, no intuito de se

conhecer o Brasil, colaboraram com propósitos políticos, com o apagamento dos traços regionais e com a homogeneização da cultura, vê-se, por outro, que, através da atuação do IBGE, muito da história brasileira pôde ser registrada em dados e análises estatísticas, colaborando, nesse sentido, para a criação de uma memória nacional e de uma identidade. Isso se deve por ser a memória um fenômeno construído como resultado do trabalho de organização individual e social, e há, constantemente, uma incorporação da definição de identidade nacional no país.

A identidade é a imagem que a pessoa adquire, ao longo da vida, referente a ela própria. É também a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si mesma para creditar a sua representação. A entrevistada, quando questionada pelo recenseador sobre o seu estado civil, pode afirmar que sou *casada*, demarcando, nesse momento, que *não sou solteira, não sou viúva, não sou divorciada*. Ela se identifica como integrante do grupo das *casadas*. A partir desse processo de identificação em um grupo, é possível perceber que há outra identidade que se pode descrever quando se amplia o campo de análise para a coletividade: a identidade social ou coletiva.

A identidade social ou identidade coletiva é a determinante constitutiva da noção de nação. A ideia que a nação projeta dela mesma é uma representação das formas políticas, pelos números e pelas palavras. Tal ideia também é sustentada por Stuart Hall (2006, p. 48) que, em seus estudos, afirma que “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Para Hall, nação é também um sistema de representação cultural, pois as pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação, elas também participam da ideia da nação tal como apresentada em sua cultura nacional. Dessa forma, uma cultura nacional produz um sentido sobre *a nação*, com o qual podemos nos identificar, construindo identidades. “Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006, p. 51).

Além de que, como construção social e política, a identidade nacional não é única ou unívoca, mas divide espaço de legitimação com os referenciais de gênero, raça, orientação sexual, modos de vida e uma ampla constelação de sujeitos e agentes.

Em termos de identidade, Renato Ortiz (2006, p. 7-8) aponta que “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior. A identidade é, portanto, uma construção simbólica (a seu ver, necessária), de modo que não existiria uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. A partir das ideias de Levi-Strauss, cuja noção de identidade refere-se a

uma entidade abstrata, porém, indispensável como referência, o autor propõe que a identidade nacional é um projeto, uma construção que tenta unificar em um só discurso toda uma realidade heterogênea (ORTIZ, 2006, p. 137). Isto é, a identidade é fruto de uma construção, sendo esta condicionada, seja por instituições (Estado), seja por grupos dominantes que têm interesses com a ideia acerca de identidade nacional. Um exemplo disso foram as restrições culturais e linguísticas impostas aos estrangeiros e seus descendentes no Estado Novo, em prol da manutenção da unidade da nação. Ortiz ainda pondera que, enquanto a memória coletiva se coloca na ordem da vivência, a memória nacional refere-se a uma história não vivenciada imediatamente no cotidiano, ou seja, é da ordem da ideologia, produto de uma história social, ou seja, de algo universal, imposto pelo discurso (ORTIZ, 2006, p. 135).

Assim, as informações tornadas conhecimentos, presentes nos documentos de levantamentos censitários criados para a construção do perfil do brasileiro, constituem uma memória nacional, considerando que os documentos são produtos da sociedade que os fabricou, e que, como registros oficiais, cristalizam aspectos identitários pertinentes à determinada época, que remetem ao momento de suas produções de memórias assim como aos processos discursivos nos quais se poderá ver funcionar os efeitos de sentido.

Deve-se considerar que esses sentidos não se encontram dispersos ou descolados de um determinado contexto social. Para que a identificação se dê no âmbito de um grupo, é necessário que exista o reconhecimento do indivíduo em determinadas práticas e relações sociais. Para Louis Althusser, esse reconhecimento se dá através da ideologia, que ele define como “um sistema de ideias, de representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1985, p. 79-81). Esse autor também afirma que “cada grupo dispõe da ideologia que convém ao papel que ele deve preencher na sociedade de classe”, sendo que essa determina o que ele pode ser e que posição ele deve assumir. Assim, não é estranho que já existam alguns parâmetros de pré-classificação dos sujeitos em um levantamento estatístico, e que a construção das categorias censitárias também esteja influenciada pelas condições de sua produção.

Um claro exemplo da influência ideológica se dá na própria concepção do IBGE. O país ignorava quase tudo o que existia sobre sua história e sua realidade, o que originou a criação de uma linha de pesquisa pautada pela busca do verdadeiro Brasil; ou seja, a partir do Estado Novo, foram incentivados os estudos em que se priorizou o conhecimento das regiões mais afastadas do país, enfocando as culturas do interior, bem como os dados estatísticos e geográficos dessas regiões. Isso graças, em grande parte, ao interesse de Getúlio Vargas em enfraquecer as antigas estruturas de poder que já estavam fundamentadas em algumas

unidades da federação, e em centralizar as decisões governamentais. Desse modo, a ideia de se renovar os estudos sobre a realidade brasileira serviu de fundo para os interesses políticos do governo federal da época.

A presente tese, portanto, trabalhando com o conceito de formação discursiva, utilizará algumas propostas de análise encontradas em Michel Foucault para descrever as relações que se estabelecem no momento em que os dados estatísticos divulgados pelo IBGE, uma instituição do Estado, começam a ser apontados como referências para a adoção de políticas públicas.

Segundo o autor, em sua obra *A Arqueologia do saber*,

As relações discursivas, vê-se, não são internas ao discurso: não religam entre si os conceitos ou as palavras; [...] Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam, ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam em certas circunstâncias a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos são formados de um lado e o discurso do outro), elas determinam o feixe de relações que o discurso pode efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder tratá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicar, etc. Essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 1969, p. 60).

Logo, ao estudar a apropriação de um discurso que se postula como imparcial, matemático, como o do universo das pesquisas do IBGE, para, a partir do mesmo, apontar projeções e conceitos sobre determinada realidade, vemos as relações que as pesquisas científicas têm com aquele discurso, bem como as estratégias que os intelectuais estabelecem na escolha da abordagem dos dados estatísticos para atuar no território de determinada ideologia.

Nas práticas discursivas, a ideologia intervém como efeito de sentido imaginário. O sentido não existe em si mesmo, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as expressões, as proposições, são produzidas (ORLANDI, 2005a. p. 42). Assim, em um discurso, há a presença de um sentido anterior com o qual o atual dialoga para a construção de um novo sentido. Em relação ao nosso objeto, já havia o discurso nacionalista no ideário brasileiro. No século XIX, após a Independência, nossos escritores e intelectuais apelaram ao *amor por nossas coisas* para construir uma identidade distante da Metrópole, Portugal (BURNS, 1968, p. 28; KHALED, 2010, p. 36-45; SCHARWCZ, 1989, p. 7-32). Desse modo, segundo Dante Moreira Leite (1992, p. 167), esses intelectuais e escritores românticos brasileiros tiveram nítida consciência

de seu papel na definição do nacionalismo brasileiro e buscaram explorar os elementos construtivos do mesmo, enaltecendo a terra natal em detrimento ao contraponto, Portugal.

Para Ortiz (2006, p. 14-15), no Brasil, a primeira tentativa de construção acerca da identidade brasileira passa por uma matriz de cunho racista, apresentada pelos precursores das Ciências Sociais, o médico legista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), o jurista e crítico literário Sílvio Romero (1851-1914) e o sociólogo, escritor, professor e engenheiro Euclides da Cunha (1866-1909). O objetivo desses intelectuais é compreender as crises e os problemas sociais e elaborar uma identidade que busca adequar-se ao novo Estado Nacional. Os intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX buscavam, por meio das teorias evolucionistas, elaboradas na Europa em meados do século XIX, compreender as características do povo brasileiro e suas diferenças em relação ao povo europeu. Ao contrário das teorias evolucionistas europeias, nas quais os conceitos de raça e meio possuíam alcance limitado, no Brasil esses conceitos são largamente utilizados pelos nossos intelectuais para explicar as particularidades da nossa evolução. Ou seja, a partir dessas teorias, nossos pensadores tentavam compreender as diferenças entre o brasileiro e o europeu, o processo de formação e a evolução da sociedade brasileira e as possibilidades de o Brasil se constituir como povo, isto é, como nação.

Essa ideia da cultura nacional passa a ser reelaborada no início do século XX, em uma nova onda nacionalista, com os movimentos modernistas e um quadro de intensa agitação política, e acaba por ser retomada por Getúlio Vargas, apenas com uma nova roupagem: o nacional agora também passava a ser o desejo de alinhar o Brasil à nova ordem mundial e de modernizar o país. O que houve, então, foi o deslocamento do antigo discurso nacionalista do ideário nacional e a instauração de um novo sentido para um discurso já existente. Esse apagamento de um determinado sentido e o surgimento de um novo determina a construção de uma nova memória para ressignificar a tradição nacionalista. Por essa ressignificação, é possível apreender o discurso da tradição nacionalista brasileira, que se refere à ideia de dar uma identidade ao Brasil, seja pela valorização do que é nosso, do nacional, seja pela modernização. Com isso, o discurso nacionalista torna-se importante, sendo identificado tanto nos pronunciamentos de Teixeira de Freitas, no que diz respeito ao conhecimento sobre o que é o Brasil, como no discurso ideológico do governo Vargas, que continha, implícita e explicitamente, a ideia de um país moderno e industrializado.

Por fim, os próprios questionários podem ser tomados como um meio de intermediar a relação entre a busca do conhecimento e seu objeto. Nesta pesquisa, discorre-se, entre outros aspectos, sobre a identificação das categorias empregadas nos levantamentos estatísticos

demográficos, apontando-se as que são evocadas nos discursos sobre a construção social do brasileiro. Desse modo, a análise proposta fornece subsídios para uma abordagem do questionário já formulado, não só como instrumento de aferição, mas como um dispositivo informacional assentado em dada formação discursiva (FOUCAULT, 1979, p. 245-246).

Após essas considerações sobre os conceitos de discurso, identidade, ideologia e formação discursiva, que serão retomados sempre que pertinente, prossegue-se para a metodologia e a constituição do material de análise.

1.2 Metodologia de análise e constituição do *corpus* de pesquisa

A maior parte da documentação utilizada neste estudo pertence ao acervo documental do IBGE, sob a guarda da Biblioteca Central Isaac Kerstenetzky² do Centro de Documentação e Disseminação da Informação (CDDI), que reúne as publicações produzidas e editadas pela Instituição desde a sua criação, em 1936, até os dias atuais, sintetizando a trajetória do órgão e as atividades desenvolvidas no espaço do território brasileiro com o objetivo principal de retratar o país (MIGUEL, 2006, p. 9). Já a metodologia utilizada nesta pesquisa sobre o perfil do brasileiro constituído pelas categorias censitárias é a Análise de Discurso (AD), que articula o linguístico com o social e o histórico, procurando compreender a língua sendo usada como instrumento para a construção do homem e de sua história, e que mostra que os sentidos produzidos na realização de um discurso são construídos em um espaço histórico-social que é permeado por ideologias. Ou seja, os sentidos são produzidos pelos sujeitos e não pela materialidade do texto. Assim, a AD busca investigar o processo e as condições da produção desses sentidos, trabalhando com os processos de produção da linguagem e não apenas com os seus produtos (ORLANDI, 2005a, p. 15-16). O movimento realizado na análise é o direcionado do texto para as condições de produção que abrangem o sujeito, a situação, o dito, o já dito, o não dito, o que ficou na memória e no esquecimento, para retornar ao texto com outras possibilidades de leitura.

Para Michel Pêcheux (2007), o quadro epistemológico do campo da Análise de Discurso abrange a articulação entre três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, enquanto teoria explicativa de como se dá a historicidade dos processos semânticos. Pêcheux enfatiza que, na Análise de Discurso, estas

² A Biblioteca Central deve-se constituir em Memória do IBGE. Para tanto, deve receber um exemplar de todos os trabalhos elaborados na Instituição conforme dispõe o parágrafo 1º. da Recomendação n.º. 29/77, do 2º. Encontro com Unidades Regionais realizado em Brasília, em dezembro de 1977 (IBGE, 1978).

três regiões do saber são atravessadas e articuladas por uma teoria de subjetividade de natureza psicanalítica. O discurso, postulado por Pêcheux e constantemente retrabalhado pela linguista Eni Orlandi, é uma “forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (PÊCHEUX, 2002, p. 7).

Segundo Orlandi, a linguagem não é translúcida, ou seja, ela não busca atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela aponta é a de como um texto significa? Portanto, para compreender o discurso, é necessário também analisar as instâncias de sua ocorrência; ou seja, a “Análise de Discurso não procura o sentido verdadeiro, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2005a, p. 59). Nessa análise, a intersecção entre linguagem e história ocorre porque o discurso é a materialidade específica da ideologia, e a língua, a materialidade específica do discurso.

Porém, há uma lógica na formação do sentido e do discurso. Nessa dinâmica percebe-se, primeiramente, como observado por Orlandi (2005a, p. 10), que os sentidos não estão soltos, mas sempre administrados, há, continuamente, condições para que eles tenham uma direção, que constituam uma posição de sujeito: quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente (FOUCAULT, 1969). Esse discurso passa a veicular o saber institucional e gera poder, passando a selecionar e organizar vários procedimentos que possam assegurar ou ameaçar esse poder. Assim, um discurso, bem como a produção de seu sentido, está enraizado na história e resulta de práticas sociais, uma vez que o contexto, as condições sócio-históricas em que surge, também constituem a significação do discurso. Desse modo, as condições de produção também regem a interpretação de qualquer discurso.

Por sua vez, as formações discursivas “são a projeção, na linguagem, das formações ideológicas” (ORLANDI, 2006, p. 17) e, segundo Pêcheux (1997, p. 166) as formações discursivas, inscritas em certas formações ideológicas, “determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura, isto é, em uma certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico [...]”. Assim, percebemos a lógica do funcionamento do discurso, que se dá a partir de determinadas regularidades, o que permite compreender o processo de produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia. Nesta pesquisa, essa regularidade discursiva está configurada nas categorias censitárias presentes nos questionários dos CDs.

Foucault (2007, p. 49, 66) assinalou que a sociedade produz o seu próprio discurso, e o faz sob processos de seleção e controle. Para esse teórico, são as formações discursivas que determinam *o que pode e deve ser dito* a partir de uma determinada conjuntura e posição. É por meio da seleção do que entra ou não em determinado discurso que podemos verificar o

embate ideológico, o que mostra a relação entre a língua e a história, uma vez que uma determinada produção discursiva só se dá sob condições materiais e históricas também determinadas. O viés interpretativo de Foucault valorizaria, nas condições de produção de uma memória, os interlocutores, o lugar de onde eles falam e para quem eles falam, as imagens de si e do outro que são produzidas. Em sua opinião, o poder encontra-se distribuído de forma circular, em uma rede de relações sociais, pelo que não se pode limitar aos interesses de uma classe em particular. As relações de poder estão, assim, presentes em todos os níveis de existência e operam nos vários contextos da vida social.

Trata-se aqui de buscar compreender os efeitos de sentido provocados pelo diálogo entre os textos em análise, ou seja, aqueles presentes no modo como se explicita o já dito e que permite a compreensão do sentido produzido sob determinadas condições, em dadas situações, e decorrente das escolhas feitas para dizer o que se perpetua nos mais diversos dizeres de sujeitos de diferentes épocas e de culturas distintas. Portanto, no âmbito desta pesquisa, busca-se compreender a construção discursiva da identidade dos brasileiros por meio das variações das categorias investigadas nos questionários dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE entre 1940 e 2010, relacionando-as às suas condições de produção.

No que se refere ao tema da presente tese, *o perfil do brasileiro construído pelo IBGE por intermédio de suas categorias censitárias*, foi possível, em uma revisão de literatura, constatar a escassez de pesquisas voltadas para o estudo discursivo das categorias e dos questionários censitários e a falta de publicações que abordem os critérios metodológicos na elaboração das questões investigativas das categorias presentes nos questionários e possam servir de parâmetro para a Comissão Consultiva do Censo Demográfico constituída por especialistas em diversas áreas. A maioria dos estudos trabalha com as evidências, e em Análise de Discurso não se trabalha com as evidências, mas com o processo de produção das evidências (ORLANDI, 1996, p. 44). Foram sim encontrados alguns trabalhos que se propuseram a pesquisar o IBGE em uma dimensão próxima ao tema desta pesquisa, dentre eles, destacam-se os de Jane Souto de Oliveira (2003) e Fabiana Claudia Viana Costa (2004).

Em seu estudo *Brasil mostra a tua cara: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000*, Oliveira apresenta um panorama das imagens da população brasileira constituído pelos censos demográficos de 1872 a 2000. A autora mostra que a imagem do brasileiro, obtida pelos censos, não é estática, mas uma construção social que varia de acordo com o que, como e por que é indagado e, observa que a inclusão ou a exclusão de quesitos, seu modo de formular e o significado que lhes é atribuído, de certa forma revelam as preocupações e os dilemas que marcam o pensamento social de uma época,

como dos atores que balizam esse pensamento.

Apesar de assinalar como são pesquisados determinados dados e quais as razões para seu levantamento, detendo-se nos motivos políticos e econômicos para a inclusão e exclusão dos dados censitários, a autora não se propôs a analisar a dinâmica de constituição do perfil oficial do brasileiro promovida pelas categorias censitárias do IBGE, nem se aprofunda em como a imagem do brasileiro foi construída ao longo dos anos. O que me fez repensar sobre quais são os elementos que estão em jogo no momento em que as pesquisas do IBGE começam a aparecer? Ou seja, as relações que se instauram entre o objeto, que são as próprias pesquisas da instituição, os discursos institucionais, políticos e governamentais, e as estratégias que dão conta da formação desses discursos, que são as de seleção ou exclusão de determinados temas, uma vez que a análise de cada categoria e o que gerou sua inclusão ou exclusão a cada campanha pode assinalar qual é a finalidade para o levantamento desses dados. Por exemplo, por que só no Censo de 1940 houve a inclusão da pesquisa da população urbana? Houve uma tendência global para isso ou alguma demanda específica regional no país? Esses dados foram levantados com quais fins – uso para apoiar políticas públicas; constatar estatisticamente algo que já se observava etc.? Nota-se, ainda, que esta pesquisa inova ao evidenciar se as categorias censitárias ratificam ou propõem as representações do perfil brasileiro, ou seja, se elas “abrem” perspectivas (novas representações) ou apenas constatarem o que está na ordem discursiva do momento.

Em seu estudo, Oliveira (2003) opta por dividir a exposição dos dados estatísticos e seus respectivos censos em três partes: na primeira, foram analisados os censos de 1872, 1890, 1900 e 1920; na segunda, os de 1940, 1950, 1960 e 1970; e finalmente, na terceira e última parte, os de 1980, 1991 e 2000. Essa divisão se deve principalmente à intenção da autora em agrupar os censos de acordo com o momento histórico brasileiro e, por consequência, à influência que o contexto teve na seleção e classificação dos dados estatísticos. Desse modo, vê-se que, de 1872 a 1920, a escravidão e a imigração foram questões-chave, sendo refletido nesses censos o debate que se travava internamente acerca da identidade e da formação da nacionalidade brasileira, evidenciando temas candentes, como o da escravidão, o da imigração e o da miscigenação racial. Seguindo a análise, ocorre a apresentação dos censos de 1940 a 1970, nos quais o foco será sobre as migrações internas, a inserção econômica e as condições de vida da população, e os censos de 1980 a 2000, em que serão analisadas as demandas econômicas e sociais da sociedade civil organizada, como: atividades econômicas, qualificação profissional, relações familiares, padrões educacionais, condições de moradia, fluxos migratórios, aquisição e disponibilidade de bens duráveis nas

unidades familiares, entre outros.

A partir dos estudos apresentados por Oliveira (2003), pode-se constatar a escassez de pesquisas que busquem analisar discursivamente as categorias censitárias, impressão reforçada após a leitura do estudo de Costa (2004), sobretudo para perceber como o perfil da população brasileira foi sendo traçado através dos levantamentos demográficos. Ou seja, de uma pesquisa que evidencie as estruturas discursivas presentes nos questionários usados nos levantamentos demográficos, que sublinhe as temáticas e os conceitos predominantes, e suas condições de produção.

Dessa natureza, o único estudo localizado foi o de Costa (2004), dissertação de mestrado, intitulado *Designação e referência, uma análise enunciativa do Censo Demográfico de 2000*, em que a autora apresenta uma análise semântico-enunciativa das designações *domicílio*, *morador* e *cor/raça*, em funcionamento nos enunciados existentes nos Questionários da Amostra e no Manual do Recenseador, instrumentos de coleta utilizados na execução do Censo Demográfico 2000. O estudo traz importante contribuição para este trabalho, a partir do quadro teórico da Semântica, para uma reflexão em torno das relações entre linguagem, sociedade, história e produção de sentidos, que possibilite melhor entendimento dos resultados censitários. A autora espera que as análises designativas apresentadas em seu trabalho possam contribuir de modo relevante para a discussão das questões sociais e de linguagem. E mais, que permitam uma interpretação crítica dos materiais e dados fornecidos pelo IBGE, possibilitando outros olhares sobre a população brasileira.

As análises foram realizadas a partir de reescrituras, que se colocam como pontos de homogeneidade, mas que se configuram diferentemente, refazendo essas designações e apresentando predicacões diferentes. Ao aprofundar a análise da designação *morador* e *domicílio* e a questão sobre *cor/raça*, a autora constata, pelo processo designativo, as relações de inclusão e exclusão, em que se constrói um recorte de identificação de determinados grupos de cidadãos brasileiros, *moradores* e *domiciliados*, apagando outras formas de identificação, como *moradores de rua* ou *sem teto* – o que resulta no apagamento da existência destes últimos, enquanto parte do Estado brasileiro. Com isso, considera-se que, ao analisar algumas categorias, suas perguntas e alternativas de respostas, o estudo contribui para fornecer um caminho para a construção da análise desta pesquisa.

Ademais, assinala pontos que precisam ser estudados. Um deles diz respeito à necessidade de investigações que analisem discursivamente o questionário censitário, pois, para ela, o mesmo se constitui, pelo funcionamento das designações, o lugar de regulação, que interdita qualquer outra maneira de significar do recenseado.

A partir dos trabalhos de Oliveira (2003) e de Costa (2004), foi possível perceber lacunas que precisam ser pesquisadas, entre elas, a de como a variação das categorias censitárias investigadas, por seu caráter limitante, contribui para o delineamento e registro do perfil oficial do brasileiro em conformidade com o ideário nacional vigente. Outro aspecto que os estudos não enfocam, como já mencionado, é se as categorias ratificam ou apontam novas configurações para a constituição do perfil do brasileiro. Isso indica que o terreno escolhido era um tanto inexplorado, em termos de análise das questões e alternativas de respostas formuladas com o propósito de coletar dados demográficos, e de seleção de dispositivos de leitura e de interpretação.

No que diz respeito ao contexto interno do IBGE, sobressai-se a obra a *História das estatísticas brasileira: 1822-2002*, de Nelson de Castro Senra (2008), estruturada em quatro volumes: volume 1 – *Estatísticas desejadas: 1822-c.1889*; volume 2 – *Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936*; volume 3 – *Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972* e volume 4 – *Estatísticas formalizadas: c.1972-2002*. O primeiro e o segundo volume, *Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936*, têm como foco as tentativas de solidificação da atividade estatística nacional pela força da legislação intensa e variada, como maneira de superar o federativismo instaurado nos primeiros anos depois da proclamação da República do Brasil. Aborda, ainda, como ocorreu a criação do Instituto Nacional de Estatística, mais tarde rebatizado de IBGE (1936), em substituição à Diretoria Geral de Estatística, órgão originário do Império e recriado na República como um dos primeiros atos do governo provisório. Esses dois volumes contribuem para contextualizar a criação do IBGE, os discursos institucionais, que circulavam no momento de institucionalização do órgão. Isto é, o recorrente discurso da falta de uma estatística centralizada que pudesse retratar o território nacional.

No terceiro volume, o autor narra todo o empenho de Mario Augusto Teixeira de Freitas em criar um sistema coordenado por uma repartição que unisse municípios, estados e União, desenvolvendo estatísticas indispensáveis ao planejamento de ações de governo nos três níveis da esfera administrativa. Além disso, o autor destaca, entre outros, os seguintes nomes importantes que contribuíram para o aperfeiçoamento das estatísticas brasileiras: Mario Augusto Teixeira de Freitas – o idealizador do IBGE, o embaixador José Carlos de Macedo Soares – primeiro presidente do Instituto, Juarez Távora, Luiz Simões Lopes, Giorgio Mortara, Rafael Xavier, Carneiro Felipe e Isaac Kerstenetzky. No quarto volume, mostra a consolidação do Instituto e de sua credibilidade junto à sociedade brasileira. Além disso, o autor enfoca o caráter cada vez mais científico da atividade estatística no Brasil, mostrando que, a partir de 1970, a sofisticação do planejamento, com metodologias próprias, determinou

no IBGE uma reação, com maior qualidade, a uma demanda diversificada por informações estatísticas.

Senra apresenta reflexões relevantes para se compreender a trajetória e a formação da atividade estatística brasileira e a consolidação do IBGE, os levantamentos demográficos realizados, os presidentes ibgeanos e as crises institucionais ocorridas ao longo de seus 75 anos de existência. O que possibilita melhor entendimento das ações propostas e desencadeadas pelos presidentes e intelectuais ibgeanos em diversos momentos da história do Instituto, ao deter-se em alguns aspectos, tais como os fatos, as crises e as mudanças ocorridas no IBGE. É um trabalho de pesquisa documental que serve para embasar muitas análises, inclusive esta pesquisa.

Também gostaria de relacionar alguns trabalhos acadêmicos consultados, que abordam assuntos relacionados ao IBGE – História da Instituição, Estatísticas, Geografia, Censos demográficos etc. –, relevantes para esta tese ao contribuir com informações significativas para compreensão do tema desta pesquisa, a saber: Eli Alves Penha (1990) em *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*, analisa o significado político e institucional da criação do Instituto no contexto da centralização política do Estado Novo e as práticas geográficas e estatísticas do Órgão, principalmente as de formulação e implementação de políticas territoriais. Além disso, reflete acerca do seu papel no conjunto do Estado e da sociedade brasileira. Sua pesquisa, porém, está mais focada na Geografia Política. Já Jayci de Mattos Gonçalves (1995), em *IBGE: um retrato histórico*, faz um arrolamento da legislação envolvida nos processos de transformações institucionais. Regina Célia Acioli Oliveira (2005), em *O IBGE no projeto político-cultural do Estado Novo*, reconstitui a história do desenvolvimento da estatística no Brasil, e a criação e os primeiros anos de atuação do órgão. Lícia Rubinstein (2007), em *“O censo vai contar para você”: design gráfico e propaganda política no Estado Novo*, analisa a propaganda gráfica criada para divulgação do Recenseamento Geral de 1940, produzida pelo IBGE, órgão responsável por esse levantamento estatístico.

Os estudos de Penha (1990), Gonçalves (1995), Oliveira (2005) e Rubinstein (2007) sobre a história do IBGE apresentam, cada um, um ângulo próprio de observação em relação ao tema e, em determinados casos, certamente, poderão ser consultados ou (re)lidos, e servirão de fonte de pesquisa para esta tese, apesar de não se embrenharem pela análise discursiva. É uma observação importante para esta pesquisa: discorrem sobre a história do Instituto, acrescentando informações relevantes que fornecem possíveis subsídios para o seu entendimento e interpretação, bem como para compreender a construção de memórias e a

produção de conhecimentos sobre o perfil oficial da população brasileira.

1.2.1 O *corpus*

A constituição do material de análise iniciou-se por um levantamento bibliográfico das publicações relacionadas ao Censo Demográfico no acervo da Biblioteca do IBGE e em outras instituições. Segundo Orlandi (2005a, p. 62-64), na AD, a constituição do *corpus* deve ser um dos primeiros pontos considerados pelo analista, e a sua delimitação não segue critérios empíricos, mas teóricos. A construção do *corpus* e a análise estão atreladas, pois decidir o que fará parte dele já é decidir acerca de propriedades discursivas. A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do problema e que se organiza face à natureza do material e à pergunta que o determina. O *corpus* vai se constituindo de acordo com a análise, e os procedimentos utilizados fazem parte, também, da estruturação do material. Isto significa que não o temos pronto nem completo, e tampouco a análise acontece em etapas fechadas.

Dado o elevado número de documentos levantados, foi necessário realizar um corte, a fim de poder observar determinadas questões e, ao mesmo tempo, viabilizar as tarefas sobre o *corpus* a ser estudado. Deve-se ressaltar, além disso, que os materiais selecionados para compor o *corpus* são considerados aqui como textos, unidades de análises que, ao serem examinadas como discursos, produzem sentidos (ORLANDI, 2005b, p. 21).

A escolha desses documentos se deu principalmente por critérios temáticos (BAUER; AARTS, 2007, p. 45):

- ✓ referentes à compreensão dos eventos relacionados à história institucional do IBGE e aos Censos Demográficos; e

- ✓ relacionados às categorias investigadas nos questionários censitários.

O material foi dividido de acordo com critérios tipológicos e funcionais em duas macrocategorias (BAUER; AARTS, 2007 p. 45):

I) *Fontes de Informação sobre os períodos investigados:*

- ✓ discursos institucionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): documentos oficiais oriundos do governo e documentos internos do IBGE que nos permitem compreender o contexto social, histórico e ideológico da sua criação e dos anos de realização dos Censos Demográficos selecionados na pesquisa.

II) *Material de análise dos Censos Demográficos:*

✓ questionários de coleta dos dados censitários de 1940 a 2010: categorias levantadas que permitirão traçar um perfil da população a partir das dimensões consideradas significativas para descrever a situação demográfica e socioeconômica; e

✓ manuais do recenseador: documentos utilizados pelos recenseadores que apresentam definições dos termos.

Como já mencionado, a AD se faz por etapas, que dão forma ao dispositivo teórico. Orlandi (2005a, p. 77) expõe os processos de análise da seguinte forma:

- 1^a. Etapa: passagem da → Superfície linguística → Texto (Discurso)
- 2^a. Etapa: passagem do → Objeto discursivo → Formação discursiva
- 3^a. Etapa: → Processo discursivo → Formação ideológica

Na primeira etapa, construo um objeto discursivo a partir dos documentos selecionados. O objeto discursivo é materializado por recortes realizados no material de pesquisa, sendo que esses recortes compõem o *corpus* discursivo, que responde ao objeto de análise e às perguntas. Para isso, seleciono fragmentos textuais na macrocategoria *fontes de informação sobre os períodos investigados*, que apresentam acontecimentos da história política e social relacionados ao perfil do brasileiro.

Na segunda macrocategoria, *material de análise dos Censos Demográficos*, inicialmente, realiza-se uma análise dos questionários, com algum auxílio complementar dos manuais do recenseador e da metodologia dos censos, para compreender a estruturação dos mesmos. Se, por um lado, a leitura do conjunto de perguntas e da disposição das mesmas no questionário foi trabalhosa, devido ao tamanho dos questionários; por outro lado, possibilitou o conhecimento do conjunto de informações levantadas pelo IBGE para se traçar o perfil do brasileiro.

Identificadas as categorias e subcategorias nos questionários, com base em outras divisões estabelecidas pelo IBGE e pesquisadores (IBGE, 2010; OLIVEIRA 2003, p. 48-69; OLIVEIRA; SIMÕES, 2005, p. 291-302), essas foram agrupadas e comparadas com o propósito de facilitar seu detalhamento. Após, optou-se por estabelecer critérios organizacionais por tema para agrupar as 172 subcategorias investigadas em sete categorias temáticas mais amplas, de acordo com o assunto inquirido nas perguntas dos questionários, com o propósito de mapear e evidenciar a dinâmica do seu processo de variação ao longo dos anos: *população*, com 21 subcategorias; *domiciliares e familiares*, com 49 subcategorias; *educacionais*, com 17 subcategorias; *migrações*, com 17 subcategorias; *nupcialidade*, *fecundidade*, *mortalidade*, com 23 subcategorias; *rendimento*, *atividade*, com 10

subcategorias; *trabalho, ocupação*, com 35 subcategorias. A seguir, as sete categorias foram agrupadas em duas, conforme o tema, com o objetivo de visualizar o conjunto total das informações levantadas: *sociais* (população; domiciliares e família; educacionais; migrações; nupcialidade, fecundidade, mortalidade; rendimento, atividade) e *econômicas* (trabalho, ocupação). Para tanto, as categorias sociais são entendidas como o agrupamento em uma mesma unidade de indivíduos com base em determinados critérios comuns (DEMARTIS, 2006, p. 78) e por categorias econômicas formadas por atividades ou trabalhos desenvolvidos pelas pessoas em diversos setores de atividades econômicas, como as industriais e as comerciais (NASCIMENTO, 2003, p. 548).

Após a análise do conjunto das subcategorias de cada categoria (*sociais* e *econômicas*), chegou-se às quatro subcategorias mais representativas da dinâmica de variação das categorias investigadas nos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para se traçar o perfil do brasileiro: *cor ou raça; etnia (população indígena); língua falada; nacionalidade e naturalidade*. Com base na análise das perguntas e por aproximações e afastamentos entre os temas, para efeito de análise, foi possível estabelecer um reagrupamento das quatro categorias em dois grupos: a) *língua falada; nacionalidade e naturalidade*; b) *cor ou raça; etnia (população indígena)*. Essas quatro subcategorias selecionadas para constituírem o corpus final da análise estão inseridas na categoria que mais variou: *população*.

Cabe ressaltar que tais subcategorias e categorias, apresentadas em separado, também fazem sentido conjuntamente. São partes de um mesmo processo pelo qual foram construídas, via práticas discursivas, as memórias e as configurações cristalizadas e/ou transitórias sobre o perfil do brasileiro. O apêndice A contém quadro que demonstra a organização estabelecida, para fins desta pesquisa, das categorias e subcategorias censitárias. Desse modo, delimito o *corpus* específico para análise.

A análise dos recortes discursivos se orienta pelas condições de produção que são importantes para se perceber as regularidades e as novas projeções delineadas do perfil do brasileiro. Utiliza-se a paráfrase para observar outras possibilidades de dizer, permitindo entender os processos e os mecanismos dos sentidos na configuração do perfil. Ao longo de todo o procedimento analítico, além do mecanismo parafrásico, trabalho, também, com os movimentos de deslizamentos percebidos no material de pesquisa.

Na segunda etapa da análise, observam-se, a partir do *corpus* discursivo, as regularidades configuradas pelas marcas discursivas localizadas nos textos. O dispositivo teórico-analítico possibilita um deslocamento em relação ao objeto, e, através desse

movimento, identifica-se o funcionamento das marcas que permitem depreender as formações discursivas que conformam o perfil oficial do brasileiro, construído pelas categorias censitárias.

Na terceira e última etapa do percurso analítico, são apresentados os processos discursivos construídos, evidenciando seus traços, já que, por meio deles, é possível compreender a materialização da ideologia na língua, apreendendo a historicidade no texto, sendo este entendido por Orlandi (2005a, p. 69) como fato discursivo que traz a memória para análise e nos permite chegar à memória discursiva.

Já a noção de memória discursiva introduzida na AD por Jean-Jacques Courtine (1999, p. 18-20) é entendida no sentido de que toda produção discursiva acontece em uma dada conjuntura e coloca em movimento formulações enunciadas anteriormente. Sabe-se que a memória discursiva está, com efeito, relacionada às condições sócio-históricas de produção dos discursos, aos dados e aos fatos extradiscursivos e, principalmente, pré-discursivos que fazem parte da elaboração e da circulação das produções textuais e verbais nas dimensões social, histórica e cultural. Trata-se de uma memória coletiva construída a partir de quadros sociais – instrumentos que regulam, ordenam, induzem e até mesmo modificam nossas lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 66, 71), dentro de uma temporalidade que a molda e a estrutura ancorada em lugares e grupos. Esses instrumentos são, principalmente, a linguagem, o tempo e o espaço, quadros sociais de memórias privilegiadas.

Nessa perspectiva, ao analisar as categorias e as questões investigativas presentes nos questionários, tem-se a consciência de que os discursos projetam imagens nas quais as pessoas se reconhecem e se vinculam. Discursos que são tanto imagens da realidade quanto construções dessa mesma realidade. A questão seria, então, até que ponto essa projeção já não está pré-selecionada? Também, no âmbito desta pesquisa, os questionários censitários, instrumentos de coleta de dados, não são considerados apenas como fonte de informação sobre o período, mas são também interrogados no papel que cumprem como elementos que podem colaborar com a consolidação e a prospecção de determinadas maneiras de veicular ideias. Ou seja, o que se busca é compreender como esses discursos institucionais se organizam e dialogam entre si, como são dados a ler, colaborando com a construção do conhecimento sobre o perfil oficial do brasileiro.

A fim de permitir uma visualização mais geral do *corpus*, consta, no apêndice B, um quadro com uma síntese do material selecionado para análise.

1.2.2 Delimitação

Para viabilizar o presente estudo, foi escolhido o período entre 1936 e 2010, em que o recorte no ano de 1936 marca o início, de fato, da criação do IBGE³. Esse período abrange os oito anos de Censos Demográficos realizados sob a coordenação do Instituto⁴, em momentos políticos, sociais e econômicos distintos na História do Brasil. Isso permitirá compreender a constituição de memórias, e como tem sido construído o perfil do brasileiro pelas categorias censitárias ao longo de aproximadamente 70 anos:

1940 - Governo Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945)

1950 - Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)

1960 - Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960)

1970 - Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

1980 - Governo João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)

1991 - Governo Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992)

2000 - Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

2010 - Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

A delimitação temporal selecionada para análise das categorias censitárias tem como marco inicial o ano de 1940, quando o IBGE assume a atribuição de órgão coordenador das estatísticas do país no âmbito da União, Estados e Municípios, no período da ditadura varguista (1930-1945) e realiza o Censo Demográfico de 1940, o primeiro sob sua responsabilidade. O marco final é o ano de 2010, quando o Instituto realiza o último censo nacional sob a égide do governo Lula da Silva (2003-2010). Cabe ressaltar, em complemento, que o IBGE foi criado em decorrência das políticas de planejamento do governo para atender às demandas de uma sociedade que se transformava rapidamente, no início como Instituto

³ Conforme Penha (1993, p. 19), em nota “a data oficial de criação do IBGE é 29 de maio de 1936, ocasião em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística [1934]. Posteriormente, com a extinção do INE, foi instituído o IBGE em 26/01/1938, composto pelo Conselho Nacional de Estatística (criado em 17/11/36); Conselho Nacional de Geografia (criado em 24/03/37); e Comissão Censitária Nacional (organizada em 02/02/1938)”. Ver em detalhes nos subcapítulos 2.2 e 2.3 do capítulo 2.

⁴ Até o início do século XX os censos realizavam apenas a contagem da população. Nos primeiros anos desse século não ocorreu outro censo ou contagem. Em 1920, com melhor estrutura e condições de financiamento que os censos executados anteriormente, foi realizada uma operação censitária mais detalhada e rigorosa, que incluiu informações sobre prédios, agricultura e indústria na mesma operação censitária, constituindo-se no primeiro Censo Econômico do país. Apesar do êxito obtido na execução desse censo, pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), o próximo censo foi realizado somente em 1940, com a criação do IBGE, em 1936. A partir de então a realização dos censos demográficos passou a ser decenal, com exceção de 1990, que foi realizado um ano depois, em 1991. Ver em detalhes no subcapítulo 3.1.

Nacional de Estatística – INE⁵ (1934), mais adiante denominado Conselho Nacional de Estatística⁶ (1936), ao qual se agrega o recém-criado Conselho Brasileiro de Geografia, posteriormente alterado para Conselho Nacional de Geografia⁷ (1937), constituindo-se, finalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁸, que se instala em 1938, no Rio de Janeiro, já em pleno período do Estado Novo. Naquele ano, também foram criados o Serviço Nacional de Recenseamento (SNR) e a Comissão Censitária Nacional, com vistas ao V Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940.

No apêndice C, consta um quadro organizado por ano (1936, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), regime governamental, presidente do Brasil, contexto sócio-histórico- ideológico, presidentes do IBGE, *slogans* dos Censos Demográficos e alguns dados relevantes. Sua finalidade é a de oferecer uma visão panorâmica dos Censos Demográficos realizados entre 1940-2010, atrelados ao contexto social, histórico e ideológico vigente.

1.3 Estrutura da tese

O trabalho está organizado em cinco capítulos. No primeiro, *Introdução*, são apresentadas algumas considerações a serem demonstradas no decorrer desse capítulo. São aludidas as datas e conjunturas de criação e o funcionamento dos órgãos estatístico e geográfico, bem como algumas das personalidades que colaboraram para a institucionalização do IBGE. Além disso, apresentam-se, brevemente, os Censos Demográficos, os questionários e as categorias censitárias. Também é abordada a relevância do tema pesquisado, os objetivos do trabalho, as questões da pesquisa, as questões teórico-metodológicas, o material para análise, a delimitação temporal e a estrutura da tese. Além disso, tem-se a revisão bibliográfica de trabalhos que se voltaram para o IBGE e os Censos Demográficos como objeto de estudo, o que auxiliou no entendimento do tema e na estruturação da tese. Ao final do capítulo é apresentado *quadro 1 – Caminho teórico-metodológico da pesquisa*, que ilustra o caminho teórico-metodológico desta pesquisa (p. 39).

No que diz respeito ao segundo capítulo *O início do IBGE: uma breve apresentação*, é apresentada a história do Instituto, com o propósito de rever ações e fatos marcantes que

⁵ BRASIL. Decreto n° 24.609, de 6 de julho de 1934.

⁶ BRASIL. Decreto n° 1.200, de 17 de novembro de 1936, regulou a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística (CNE).

⁷ BRASIL. Decreto n° 1.527, de 24 de março de 1937, criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), alterado para Conselho Nacional de Geografia (CNG).

⁸ BRASIL. Decreto n° 218, de 26 de janeiro de 1938.

contribuíram para a criação do órgão. Para isso, analisam-se os primórdios do IBGE, associados ao período da idealização, planejamento e concepção, bem como sua consolidação como Instituto veiculador do ideário de construção da nação e constituição do perfil oficial do brasileiro e de memórias nacionais. Nesse contexto, ressaltam-se os discursos nacionalistas de personalidades intelectuais representantes do pensamento ibgeano que se destacaram na história da instituição, dentre eles: Mario Augusto Teixeira de Freitas, José Carlos Macedo Soares, e os consultores técnicos, tais como Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Delgado de Carvalho, Oliveira Vianna, Giorgio Mortara, entre outros. Ao longo do capítulo, têm-se a análise dos textos que compõem a macrocategoria I *Fontes de Informação sobre os períodos*, com o propósito de compreender as suas condições de produção, em conformidade com a conjuntura sócio-histórica e ideológica da institucionalização do IBGE.

No terceiro capítulo, *Os Censos Demográficos: memória e informação*, é apresentado um breve histórico sobre os Censos Demográficos entre 1940 e 2010, relacionando-os com suas condições de produção, bem como o *corpus* da pesquisa, a macrocategoria *Material de análise dos Censos Demográficos*. São abordados os questionários como instrumentos produtores e detentores de memórias, e suas categorias censitárias como dispositivos informacionais que auxiliam na compreensão do contexto sócio-histórico-ideológico em que foram constituídas e significadas as ideias e os discursos sobre o perfil do brasileiro. No capítulo foi incluído *quadro 2 - Questionários: dispositivos memoriais e informacionais*, elaborado no decorrer da pesquisa, com o propósito de demonstrar essa dinâmica. Ao longo deste capítulo, é apresentada uma reflexão sobre os conceitos *categoria* e *memória* segundo Fernando Gil (2001), Ian Hacking (2001, 2009), Maurice Halbwachs (1990) e Michel Foucault (1969, 1979, 2007).

O capítulo quatro, *Análise discursivas: as categorias censitárias*, refere-se à análise discursiva da macrocategoria *Material de análise dos Censos Demográficos*. Após a identificação das 172 subcategorias, são apresentadas suas classificações em sete categorias temáticas mais amplas, conforme o assunto investigado nas perguntas dos questionários: *população; domiciliares e familiares; educacionais; migrações; nupcialidade, fecundidade, mortalidade; rendimento e atividade; trabalho, ocupação*, com o objetivo de se perceber a dinâmica do seu processo de variação ao longo dos anos de execução dos censos. Em seguida, as sete categorias são reagrupadas em duas categorias temáticas mais abrangentes, *sociais* (137 subcategorias) (*população; domiciliares e familiares; educacionais; migrações; nupcialidade, fecundidade, mortalidade; atividade, rendimento*) e *econômicas* (35 subcategorias) (*trabalho, ocupação*), com o propósito de se visualizar o conjunto total das

informações levantadas. Depois, chegou-se às quatro subcategorias mais representativas da dinâmica de variação das categorias investigadas nos Censos Demográficos e, por fim, estabeleceu-se um reagrupamento dessas, em face da análise, em dois grupos a) *língua falada; naturalidade e nacionalidade*; b) *cor ou raça e etnia (população indígena)*.

Convém observar aqui, que ao longo da análise dos dois grupos a subcategoria *cor ou raça e etnia (população indígena)* apresentou uma papel significativo e relevante na construção do perfil do brasileiro em relação à outra subcategoria *língua falada; naturalidade e nacionalidade*, já que foi investigada em quase todos os censos demográficos realizados pelo IBGE, em sete dos oito censos analisados nesta pesquisa. Isso possibilitou a construção do *quadro 8 – Configurações depreendidas na análise da subcategoria cor ou raça e etnia*, objetivando demonstrar a configuração do perfil do brasileiro depreendida na análise.

O apêndice A apresenta quadro demonstrativo da organização estabelecida, para fins desta pesquisa, das categorias e subcategorias censitárias investigadas nos oito anos de Censos Demográficos realizados pelo IBGE, da década de 1940 até os anos 2010.

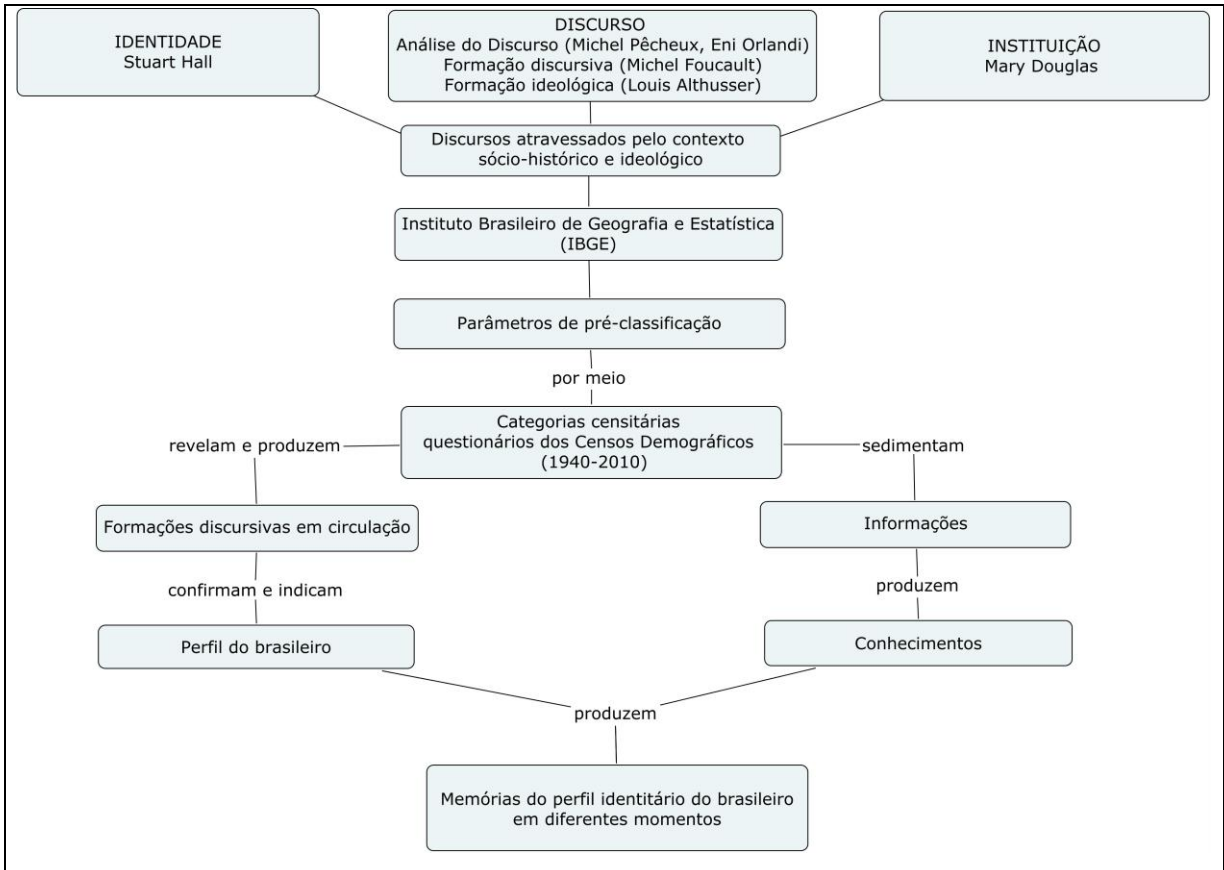
Em seguida, apresenta-se uma breve panorâmica dos questionários censitários e das Comissões Censitárias Nacionais nos oito anos de censos. Após são analisadas as construções discursivas das categorias censitárias, com o objetivo de identificar os processos de produção dos itens constitutivos do perfil do brasileiro. Para isso, buscam-se, com Louis Althusser (1985), Eni Orlandi (1996, 2005a, 2005b, 2006, 2007), Michel Foucault (1969, 1979, 2007) e Michel Pêcheux (1997, 2002, 2007), os caminhos dessas construções discursivas que, sob a perspectiva deste estudo, estão intimamente relacionadas com o contexto sócio-histórico-ideológico.

A investigação também encontra apoio teórico em Antônio Oliveira (2012), Carmem Oliveira (2002), Evelyn Orrico (2006), Nair Kobashi (2003, 2011) e Vera Dodebei (2002) para aludir os temas *categorias, classificações, conhecimentos e informações e instituições* ao longo do texto.

No quinto capítulo, *Considerações finais*, são apresentadas as discussões sobre a pesquisa realizada e sugestões para trabalhos futuros, visando continuar a linha de pesquisa aqui desenvolvida. Ao final, são apresentados quatro apêndices e um anexo. No apêndice A, encontra-se o quadro com a organização das categorias censitárias. No apêndice B, o quadro com a síntese do *corpus* selecionado para análise. No apêndice C, as diversas informações relativas aos Censos Demográficos executados pelo Instituto entre 1940-2010, atrelados ao contexto-sócio-histórico-ideológico de cada momento. No apêndice D, o quadro contendo os integrantes das Comissões Censitárias Nacionais entre 1940 e 2010, os presidentes do IBGE e

do Brasil em cada momento. E, no anexo, os formulários dos questionários dos oito Censos Demográficos realizados pelo IBGE. A figura, a seguir, ilustra o caminho teórico-metodológico desta pesquisa

Quadro 1 – Caminho teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: O autor.

2 O INÍCIO DO IBGE: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Fazer aparecer em sua pureza o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever nele e fora dele jogos de relação (FOUCAULT, 1969, p. 41).

Neste capítulo, é apresentada a história da criação e dos primeiros anos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), associada à conjuntura sócio-política da época de sua concepção e planejamento, bem como sua consolidação como Instituto veiculador do ideário de construção da nação e do perfil oficial do brasileiro. Ressaltam-se os discursos nacionalistas de intelectuais representantes do pensamento ibgeano que se destacaram na história da instituição, entre eles, Mario Augusto Teixeira de Freitas, José Carlos Macedo Soares e os consultores técnicos, especialmente, Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre, Delgado de Carvalho, entre outros.

A história do IBGE começa no primeiro governo de Getúlio Vargas, no período após a os primeiros anos do Governo Vargas. Em um contexto em que a sociedade oscila entre a dinâmica conservadora e a tendência progressista, e em que se oferecem as condições de adoção de uma política de integração nacional e de provimento da infraestrutura administrativa, bem como de mudanças sociais, é que o Estado cria, para sua própria sustentação, privilegiando ideias em que se fundamentaria posteriormente, a Instituição do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930)⁹ e o Instituto Nacional de Estatística - INE (1934)¹⁰, célula inicial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938)¹¹.

Com o começo da política do Estado Novo, emerge um tempo em que a sociedade assiste ao retrocesso dos avanços democráticos que haviam sido incorporados pela Constituição de 1934. Após breve hiato do exercício político liberal, proporcionado pela elaboração do texto constitucional, recrudescem, na sociedade brasileira, as pressões de

⁹ BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de setembro de 1930. O órgão federal foi instalado por Francisco Campos com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1937, passou a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Em 1953, recebe a denominação de Ministério da Educação e Cultura (MEC). A partir de 1985 passa a se chamar Ministério da Educação.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 24.609, de 06 de julho de 1934, publicado no Diário Oficial de 14.07.1934.

¹¹ BRASIL. Decreto nº 218, de 26 de janeiro de 1938.

tendências dialéticas oriundas do radicalismo dos movimentos nacionalistas e de inspiração internacional, ideologias das quais se valeu a política de Vargas para fortalecer sua posição. A consolidação de Vargas no poder, isolando as forças oposicionistas que estiveram ativas¹² durante os Governos Provisório e Constitucionalista, a par de sua longa permanência no controle do Estado, favoreceu as relações de dominação marcadas pela crescente intervenção na vida nacional, e assegurou condições para amplas reformas políticas e administrativas que marcam a nova fase de revitalização da estrutura governamental.

A instauração do IBGE, efetivamente concretizada no Estado Novo, decorre da ação política direcionada para atender aos interesses do Estado em promover e executar a centralização do sistema estatístico mediante a articulação e cooperação das administrações estadual e municipal. Inicialmente, os diversos segmentos estatísticos que, até então, encontravam-se dispersos em órgãos federais e estaduais, realizavam seus próprios levantamentos – mas o faziam em condições precárias devido à ausência de unidade entre si. Estes órgãos passam, então, a ser agrupados em outro, que é o Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo como entidade deliberativa o Conselho Nacional de Estatística¹³. Se, por um lado, a necessidade de conhecer a verdade do Brasil, no que se refere à divisão territorial, e, por outro, as inconsistências desse quadro estão a exigir soluções que pusessem um término à dispersão existente, o Estado, ciente das evidências, agrupa as intenções e cria o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG)¹⁴, distinguindo-o como órgão coordenador das atividades geográficas em todo o país, e permanecendo os dois Conselhos interligados ao Instituto de Geografia e Estatística, quando da reestruturação deste no Estado Novo.

Dessa ordem de considerações, extraem-se os indicativos que atestam a relação existente entre Educação, Estatística e Geografia, relação que se movimenta em dois sentidos: alarga-se quanto mais se conhece o Brasil e sua realidade e, em sentido inverso, estreita-se quando o Instituto Nacional de Estatística (INE) percebe que o êxito de suas pesquisas depende em grande parte da mentalidade dos seus informantes que se recrutam em todas as camadas sociais. Consciente desta constatação, o Instituto Nacional de Estatística colabora com a sociedade brasileira, por intermédio de suas ações, para elevar o nível de educação popular através de seus cursos de especialização e aperfeiçoamento, assim alcançando que a vida brasileira se deixe registrar com fidelidade por meio dos levantamentos estatísticos que

¹² Revolução Constitucionalista (1932), Intentona Comunista (1935), Integralismo (1937).

¹³ BRASIL. Decreto n° 1.200, de 17 de novembro de 1936, criando o Conselho Nacional de Estatística.

¹⁴ BRASIL. Decreto n° 1527, de 24 de março de 1937, criação do Conselho Brasileiro de Geografia, alterado para Conselho Nacional de Geografia.

se vão executando¹⁵ (IBGE, 1941, p. 90-105).

Desponta, nesse tempo de modernização, a figura de Teixeira de Freitas¹⁶, cuja ação será fundamental para a relação entre Educação e Estatística. Nomeado diretor-geral de Informação e Divulgação do Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública, ele cobrirá, em suas investigações e estudos, praticamente a totalidade de setores da vida nacional e seus problemas de base que a Estatística irá revelar. À frente daquela função no recém-criado Ministério, também colocará em prática sua anterior experiência regional¹⁷, aproximando, mais ainda, Educação e Estatística, ao empreender a organização e sistematização da estatística educacional na forma do Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, em 1931, entre a União e as unidades federadas, renunciando, entre as mesmas, a aproximação que viria a ser perpetuada pelas suas ações futuras, materializadas através do desdobramento do Instituto Nacional de Estatística (INE)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que aprofundou sua análise e crítica em torno das questões nacionais, principalmente, as educacionais.

Também foi Teixeira de Freitas, no período em que dirigiu o IBGE, quem começou a pensar na renovação da própria ideia que o país tinha de si mesmo, além de começar a reestruturar a unidade nacional, como nos mostram suas palavras divulgadas no jornal *A Manhã* em 9 de agosto de 1943, matutino de estimado prestígio na época:

Por isso mesmo, graças a essa larga compreensão das órbitas de autoridade e de todos os objetivos particulares, que lhes dá sentido nacional, ficam por assim dizer, *nacionalizados*, pois que exercidos para os fins todos da Nação, em matéria de geografia e estatística, e utilizando *todos* os seus recursos e *tôda* a autoridade, a cargo de uma entidade para cuja instituição concorrem, no uso de suas autonomias, prerrogativas e competências, e na forma de um mandato político solenemente convencionado, *todos* os governos co-interessados. [...] Demais disso, as nossas iniciativas e publicações de finalidade cultural têm nítidos objetivos de renovação e unidade nacional (FREITAS, 1990, p. 120, p. 124, grifo do autor).

A partir do quadro histórico apresentado, pode-se, partindo do final da Primeira República e da Revolução de 1930, refazer o percurso das ideias nacionalistas como projeto

¹⁵ cf. Elucidário apresentado à Primeira Conferência Nacional de Educação – Introdução, pelo Presidente do IBGE, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

¹⁶ A figura de Teixeira de Freitas confunde-se com a própria história da Educação e da Estatística no Brasil pelo papel desempenhado e experiências acumuladas. Servidor público por concurso como Oficial da Diretoria-Geral da Estatística do Ministério de Viação e Obras Públicas. Delegado do Censo em Minas Gerais (1920-1924). Diretor do Departamento Estadual de Estatística (1920-1930), e após a revolução de 30, Diretoria-Geral de Informações Estatísticas e Divulgação do Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública (1931-1935), Secretário-Geral do Conselho de Estatística (1934), organizador e primeiro Secretário Geral do IBGE (1936-1955).

¹⁷ Experiência adquirida em Minas Gerais, através de seu modelo de gerenciamento que centralizava fortemente as decisões operacionais.

de reestruturação do país, e o quanto este ideário pode ter sido reforçado com a criação de um órgão específico que mensurasse, estatisticamente, as condições, não somente físicas, mas também socioeconômicas do território brasileiro. Além do mais, o discurso político, com o auxílio da divulgação da produção científica do IBGE, passaria a estar embasado, justificando, dessa forma, as escolhas governamentais na adoção de determinadas políticas públicas:

Inúmeras vezes já tenho afirmado, oralmente e por escrito, que a obra estatística no Brasil, culminada no esforço censitário, vem colimando simultaneamente fins científicos e sociais. É obra *científica* quando faz a observação dos fatos sociais, permitindo as generalizações e deduções que têm por objeto as ciências sociais; é obra *social* quando atua nacionalizadamente, educativamente, sobre a coletividade pátria. É esta, sem dúvida, uma atuação indireta, direi mesmo reflexa, mas de alta significação, de benemerência sem par. Nacionalizar, com efeito, no bom sentido, é apertar os laços de solidariedade entre os elementos formadores da comunidade política, elevando-lhes, por um lado, o nível intelectual e, por outro lado, intensificando-lhes a disciplina social e estimulando-lhes os sentimentos cívicos (FREITAS, 1951, p. 22, grifo do autor).

As palavras de Teixeira mostram que havia uma discussão em torno da nacionalização, se alinhavam a uma formação discursiva que associa centralização e nacionalismo. Devido à oposição que Getúlio Vargas enfrentava em algumas unidades da federação, era importante, para que ele pudesse pôr em prática seus planos de governo, diminuir a força das unidades regionais e submeter todas as unidades a um governo central. Para ele, o conhecimento científico, a ciência estatística, que também traz a noção de discurso imparcial e modernizador, pois a própria ideia de “ciência” pressupõe um quadro de desenvolvimento e modernização, estaria agora, a partir de sua centralização e divulgação de dados em um órgão, a serviço de quem exercia o poder político. Percebe-se o uso dos termos *estatística* e *ciência* para mostrar a preocupação em estudar a realidade brasileira e, assim, por meio da *verdade* estatisticamente relatada e desvendada, poder-se-ia chegar ao desenvolvimento e crescimento do Brasil. Esse aspecto, além de reforçar a ideia cartesiana, lógica e objetiva, da ciência, ajudou a reforçar a mística de que o país se destinaria naturalmente ao desenvolvimento, bastando, para isso, que se investisse em educação e conhecimento.

Nesse quadro, é importante ressaltar o quanto as formações discursivas recorrem ao uso de termos como *nacional*, *sociedade brasileira* e *moderno* para combater as ideias *federativas*, uma vez que se desejava uma estabilização em uma posição central, em que as dissidências regionais pudessem ser apagadas para que se fortalecesse um governo *unificado* e

nacional.

Sobre esse tema, Getúlio Vargas (1942, p. 184) assim se expressou, em 1939: “Não temos mais problemas regionais; todos são nacionais, e interessam ao Brasil inteiro”. Fazendo com que a população apoiasse uma ideia de nação unificada, apagando as diferenças regionais. E, sempre, que possível, reafirmava em seus discursos essa ideia de unidade, de um país formado pelo todo, e não somente pela soma de suas partes: “Reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país” (VARGAS, 1941, p. 57).

Com isso, nacionalizar *no bom sentido* significava não regionalizar, o que daria mais poder ao governo federal e diminuiria a influência dos estados:

Os governadores dos Estados se transformaram em interventores, e em alguns casos foram substituídos. O Estado de emergência não foi revogado. O Estado novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados, a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo. Esse departamento era uma espécie de substituto das assembleias estaduais, pois o orçamento e todos os decretos-leis dos interventores dependiam de sua aprovação para serem expedidos (FAUSTO, 2009, p. 366).

Esse processo de integração do espaço nacional gerou a necessidade, entre outras, de se conhecer melhor o território estatística e geograficamente. Por isso a preocupação do governo federal em estabelecer, pela primeira vez, uma divisão regional oficial para o Brasil. Por essa razão, o IBGE apresentou, em 1941, uma divisão regional do território brasileiro, que foi aprovada através da Circular nº 1 da Presidência da República em 31 de janeiro de 1942 (BRASIL, 1942). Assim, estabeleceu-se a primeira Divisão do Brasil em regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, com o propósito de facilitar os estudos estatísticos elaborados pelo governo e de uniformizar e tornar comparáveis entre si os levantamentos estatísticos executados pelos vários órgãos estatísticos, fornecendo-lhes uma base territorial comum (GUIMARÃES, 1941, p. 322-323).

Em resumo, com a criação de um órgão que se dispunha a estudar a nação, *à luz da ciência estatística*, como uma só unidade, e não de forma regionalizada, como se fazia até então, há o entrelaçamento dos discursos políticos e governamentais em uma época considerada como o marco da entrada do Brasil no modo de produção industrial, o que exigiu do Estado a tomada de novas diretrizes para essa nova nação.

2.1 Anos 30: ideologia e cultura

Finda a Primeira República, no momento em que as oligarquias rurais perdem seu lugar como força política e a burguesia se instala no poder com a Revolução de 1930, inaugura-se no Brasil um tempo em que emergem e se espraiam as relações capitalistas de produção, rompendo com a antiga ordem econômica e social. A bem da verdade, em 1930, chegava ao fim o velho período da dominação exclusiva das oligarquias rurais, especialmente a do café, e da política do *café com leite* (1889-1930)¹⁸, acordo oligárquico entre Minas Gerais (produtor de leite) e São Paulo (produtor de café) face o qual o governo do país era alternado entre representantes dos dois Estados. Essa política foi quebrada quando o então presidente Washington Luís (1926-1930) rompe o acordo, indicando para sucessão, em 1929, o paulista Júlio Prestes (Partido Republicano Paulista), quando na verdade o candidato natural seria o mineiro Antônio Carlos de Andrade e Silva (Partido Republicano Mineiro). (FAUSTO, 2009, p. 273). A evolução dessas divergências acabaria levando à Revolução de 1930.

A partir de então, os acontecimentos que se sucedem sinalizam mudanças que, certamente, mostram-se como marco divisor entre um tempo e outro, e abrem espaço para o nascedouro processo de urbanização e industrialização. Segundo o historiador Boris Fausto (2009, p. 325-330), a sociedade brasileira transita, nesse tempo, de uma estrutura predominantemente rural para uma estrutura urbana, de uma economia agrária para outra industrializada, de uma sociedade semicolonial para uma sociedade modernizadora.

O tempo que medeia o final da Primeira República e o começo da Era Vargas, em 1930, está rodeado de contrastes e conflitos entre o moderno e o arcaico, entre a pobreza e a riqueza, entre a burguesia e o proletariado, entre ideologias conservadoras e inovadoras, entre populismo e autoritarismo, entre Estado democrático e Estado de exceção, para se extrair apenas alguns indicadores. Envelhecera a sociedade como um todo, não suportando o Estado as pressões que então se desenrolam nas várias esferas que postulam transformações – a força das tensões políticas tentará fazer ruir as velhas estruturas arcaicas que não se coadunam mais com as aspirações da sociedade, desaguando na Revolução de 30. Cujo ideário pode ser resumido na famosa frase de um de seus mais importantes líderes, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, egresso da Primeira República e um dos artífices

¹⁸ A *política do café com leite* é um desdobramento da chamada *política dos governadores*, acordo firmado no governo do presidente Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), por meio do qual a presidência da República e as oligarquias estaduais se comprometiam a manter uma relação de apoio mútuo (FAUSTO, 2009).

do acordo oligárquico Minas-São Paulo: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça!”. Em 24 de outubro, sem participação popular no movimento, o presidente Washington Luís foi deposto por um golpe militar, Júlio Prestes não toma posse e Getúlio Vargas é colocado no poder, marcando o fim da Primeira República e o início da Era Vargas (1930-1945). Eis um novo momento na história política, econômica e social do país.

No início da década de 1930, a produção cafeeira era a principal base de sustentação da economia brasileira. Adiante o governo prioriza a política de substituição das importações pela produção interna e o estabelecimento de uma indústria de base. A intenção do governo seria promover a modificação de caráter essencialmente agrícola da economia brasileira para um novo modelo de cunho industrial. Com o apoio à indústria, novas questões trabalhistas emergiram nos centros urbanos, fez-se premente a elaboração de uma política que regulamentasse o trabalho e abafasse os conflitos de classe. Na verdade, o então Estado Novo, mesmo com a adesão de importantes segmentos da sociedade, como a Igreja Católica e as Forças Armadas, buscava nos trabalhadores sua própria sustentação. A organização da Justiça do Trabalho (1939), a fixação de um salário mínimo (1940) e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) são exemplos disso.

Esse capitalismo industrial emergente determina novas exigências para a gestão das políticas governamentais brasileiras. Devido à demanda por mão de obra nos centros urbanos, exigida pela industrialização, o governo brasileiro passa a criar novas políticas em educação, moradia e habitação, necessitando para isso de dados estatísticos que pudessem orientá-lo na criação dessas políticas. Segundo Penha (1993, p. 74), nos anos 30, o Estado avaliava que era necessário um padrão mais racionalizado de informações concernentes ao quadro territorial nacional em seus aspectos físicos, políticos-administrativos, cartográficos e agrários, com vistas a prover subsídios tanto para os programas políticos do governo quanto para os programas especiais de cada Ministério. A elaboração de um sistema censitário nacional, moderno e oficial, tornou-se um projeto de Estado e teve sua concretização através da criação do IBGE (1936).

O Estado que promove o crescimento político e econômico será, por isso mesmo, solicitado, em sua responsabilidade, a adotar políticas que organizem vários setores, especialmente o da educação, adequando-as às necessidades do momento. Novas exigências educacionais que já existiam se fazem presente – entre elas, o combate ao analfabetismo e a qualificação educacional e profissional da sociedade. Desde 1930, o governo varguista manifestava preocupação com a área educacional, fundando, naquele mesmo ano, o

Ministério da Educação e Saúde¹⁹. Além de reformar esse campo, o governo visava à formação da “consciência nacional”, expressão bastante empregada pela retórica da época, face às ameaças de outras culturas, ideologias e nações no país. Ademais, a presença e a atuação do Estado e das Instituições eram imprescindíveis para promover a modernização e a construção de um pensamento nacionalista nos anos 1930 e 1940. A Estatística, a Geografia e os sistemas classificatórios oficiais foram mobilizados para atender a esta demanda política e social: a concretização do projeto brasileiro de nação e da organização nacional.

Desse modo, impõe-se a temática acerca da integração nacional, em um país de grande dimensão territorial/regional, étnica/cultural como o Brasil, que passa a compor, incorporar e fundamentar a gestão das políticas governamentais brasileiras do governo populista autoritário na Era Vargas. O conceito de integração passa a ser associado a homogeneização, ajustamento, adequação à ordem e segurança nacional, compreendidos como elementos fundamentais para o desenvolvimento, progresso, avanço e modernização do país (FAUSTO, 2009, p. 353). Mas a Revolução de 1930 não representou, exatamente, uma ruptura com a antiga estrutura de poder, que privilegiava um modelo econômico que subsistia desde a época da colonização: a produção agrícola baseada na monocultura, em grandes extensões de terra e voltada para a exportação. Com isso, pode-se dizer que, a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder, sem grandes rupturas, caíram os quadros oligárquicos tradicionais, subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.

Ao longo da década de 1920, a crise da cafeicultura, os surtos de industrialização, a urbanização, a chegada dos imigrantes e a emergência de um proletariado, ainda que pequeno, fizeram com que a mudança dos processos políticos se tornasse inevitável. E o marco dessa mudança foi a Revolução de 1930, fundamental para a reorganização do Brasil segundo os interesses dos novos setores sociais que então emergiam. Segundo Reis Filho (1997, p. 155), as estratégias de desenvolvimento que surgiram da organização do território nacional em meados do século XIX, e se mantiveram presentes nas décadas iniciais do século XX, atuaram como produtos a um só tempo da política, da cultura e da técnica. Nessa acepção, proveram uma ideia de modernidade, cuja singularidade foi a valorização do nacional. De acordo com o autor, não se estabelecia uma oposição cultural entre modernidade e tradição, já que a modernização era vista como uma vocação, como um destino traçado no passado, com a continuidade necessária em uma série de eventos de sentido semelhante. Dessa forma, o

¹⁹ Cf nota de rodapé número 9.

universal se ligava diretamente ao regional.

Nesse contexto, também cabe ressaltar a influência que teve, para o conceito de modernização, os estudos de intelectuais brasileiros sobre o que constituiria o *ser brasileiro*. Na história da intelectualidade brasileira, está sempre presente a preocupação de se compreender nossa nação e de colocar o Brasil em dia com as correntes artísticas, culturais e políticas vigentes na época, principalmente com os movimentos europeus. Foi assim com o movimento pela Independência, e o movimento romântico que a sucedeu; com a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889; com o Modernismo, da semana de 1922 e a Revolução de 1930, entre outros. As elites políticas e intelectuais brasileiras, ao elucubrarem sobre os conceitos de *nação* e *povo*, buscaram delinear, no final do século XIX, os contornos oficiais do perfil do brasileiro. Eram iniciativas práticas e discursivas feitas com o propósito de afirmar tanto externa quanto internamente a imagem do Brasil como país independente e autêntico. Para concretizar este projeto, as elites buscaram encontrar uma alternativa para o país: construir um povo digno da sua grandeza natural, capaz de torná-lo uma potência futuramente. À época, em 1838, é criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a tarefa dos letrados (Gonçalves Dias...), reunidos em torno do instituto, todos pertencentes às elites brasileiras, era justamente a de construir essa ideia de nação e de exaltação à pátria. Para a divulgação desse ideário, contava com uma revista trimestral, a Revista do IHGB, em circulação desde seu primeiro número (1839) até os dias atuais.

Segundo a historiadora Tânia de Luca (1999, p. 89), o pensamento identitário brasileiro que, desde a Independência em 1822, passou a identificar *nação* e *espaço*, possibilitou instalar discursivamente uma ideia de grandeza e riqueza que foi simbolicamente apropriada pela história do país. Expressões discursivas que foram estimuladas pela grande efervescência nacionalista, desenvolvida nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Discursos coadunados com os ideários de enaltecimento e reconhecimento do nosso território.

A ideia do *brasileiro* aparece em vários estudos de nossos pensadores, especialmente a partir do século XIX, como vemos nas obras de José Bonifácio, Frei Caneca, Pereira de Vasconcelos, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Sílvio Romero e outros; intensificando-se no início do século XX com Euclides da Cunha, Alberto Torres, Graça Aranha e os escritores da 1ª geração modernista (1922-1930), e se consolidando, com muitas obras clássicas sobre o tema, a partir da década de 1930, com Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Caio Prado Junior, Roberto Simonsen, Sérgio Buarque de Holanda e outros.

Pensar o *Brasil Moderno* não é uma novidade ou uma particularidade da década de

1930. Porém, os estudos desse período formularam as principais interpretações do país, sendo que algumas das obras publicadas nessa época são tidas até hoje como fundamentais para o pensamento brasileiro moderno, como *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933, 1973)²⁰; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936, 1982); *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1937, 1947); e *A cultura brasileira* (1942), de Fernando de Azevedo, por exemplo. Tais discursos se articularam nas reflexões sobre a sociedade brasileira.

É importante destacar que foi Fernando de Azevedo quem desempenhou o papel de articulador dos discursos dos intelectuais ibgeanos que alicerçaram a expressão cultural brasileira. Azevedo buscou sistematizar as influências que tais concepções receberam em sua obra – cuja publicação foi fruto de uma solicitação do Governo Vargas para que o autor redigisse o volume introdutório do Recenseamento Geral de 1940. O sociólogo, educador, crítico, ensaísta e escritor foi consultor técnico do IBGE por mais de uma década e atuou como um dos organizadores do sistema nacional de educação na década de 40. As visões de Azevedo sobre o sistema educacional brasileiro marcaram as propostas implementadas pelo Governo Federal.

Delgado de Carvalho, consultor técnico ibgeano, demonstra o valor da obra *A cultura brasileira*, volume introdutório do Censo de 1940, para o IBGE e para o país. Em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia, iniciada em 1939, elabora a seguinte reflexão sobre a obra, que

sem exagero, pode ser considerada como um balanço de nossa situação cultural que muitos poucos estavam em condições, não direi de escrever, mas mesmo de planejar. Foi de fato, o plano de Fernando de Azevedo que resolveu o problema, pois representa uma das melhores coordenações de pensamento jamais vista. [...] apresenta, não apenas, uma fonte de informações, um repertório de notas (que constituem, no rodapé, pequenos estudos de notável interesse), mas também um ponto de referência de nossa cultura no tempo. [...] Cabe agora à nossa elite intelectual tirar proveito do que FERNANDO DE AZEVEDO fez pelo Brasil (CARVALHO, 1944, p. 258, 264, grifo do autor).

Nessas considerações, Carvalho comenta sobre o papel político e teórico da obra. O autor ressalta que Azevedo *resolveu o problema da situação da cultura nacional*, pois sistematizou as diversas correntes teóricas presentes no pensamento intelectual ibgeano como um todo orgânico, ausente de contradições. Ele destaca o fato de a mesma compreender a

²⁰ A primeira data refere-se à data da 1ª edição; a segunda, refere-se à edição consultada. A data da primeira edição é indicada na primeira vez que a obra é citada. Nas demais, indica-se somente a edição utilizada pelo autor.

introdução das publicações do Recenseamento de 40 e, além disso, estimulou que outros intelectuais brasileiros tirassem proveito das interpretações de Azevedo sobre nossa nação.

A narrativa de Azevedo possibilitou neutralizar divergências entre as concepções funcionalistas (Malinowski), racialistas (Romero e Vianna) e culturalistas (Boas e Freyre) e objetivou explorar possíveis convergências teóricas. O conceito de cultura brasileira desenvolvido por Freyre, ancorado na miscigenação, atualizado e propagado por Azevedo, visou elaborar uma ideia genérica de povo, cujos pilares foram as noções de harmonia e interpenetração e de reconhecimento da diversidade nacional. Ou seja, consistiu na valorização discursiva da miscigenação, um defensor dos valores tradicionais da nossa cultura. Azevedo não considera as diferenças; porém, quando essas surgem, é sempre como elemento dificultador, algo a ser superado.

A visão de cultura brasileira compartilhada por Freyre e Azevedo compreendeu, com sucesso, um projeto intelectual e político de monopólio oficial das ideias acerca da brasilidade no âmbito interno e externo do Brasil, tendo atuado ideologicamente como fator dissolvente das contradições reais (MOTA, 2000). Tal conceito encobriu a arbitrariedade histórica de sua construção, o que lhe garantiu a eficácia de seu caráter ideológico (SODRÉ, 1988). Articulada à categoria nacional, a cultura é entendida como o elemento que faz o elo entre o universal e o nacional, como fonte de construção da consciência nacional, sendo a educação definida como o próprio veículo da cultura e civilização de um povo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o discurso de Freyre e Azevedo, assim como o dos demais ibgeanos, vociferou em defesa da nação brasileira e dos elementos classificatórios e expressivos da população brasileira, e, desse modo, incentivou a se tentar traçar um perfil identitário para o país.

Outro fator também importante para o surgimento dessas obras foi que, a partir da década de 30, a geração de intelectuais brasileiros que se debruçaram sobre os temas da nossa sociedade o fez dizendo respeito às contribuições teóricas contemporâneas, aliando seus trabalhos aos estudos de intelectuais como Georg Simmel, Max Weber, Bronislaw Malinowski, Franz Boas e Karl Marx, que, lá fora, haviam introduzido novas perspectivas de análise nas Ciências Sociais.

Trata-se de uma geração de intelectuais brasileiros, alguns formados nos grandes centros europeus e norte-americanos, que buscam, através das teorias mais modernas em suas áreas de estudos, explicar a composição do Brasil como nação.

Ao transoceanismo saudosista de uns e ao nacionalismo afoito e ingênuo de outros, sucederia uma geração na qual aparecem alguns homens dotados de

uma formação nova e de uma técnica intelectual mais adequada à compreensão dos problemas da cultura e, talvez, por isso mesmo, dotado também de uma compreensão mais exata do país e de nossa história (COSTA, 1956, p. 441).

Os estudos de Franz Boas (1858-1942), sobre o difusionismo, o homem-meio-cultura-sociedade; de Bronislaw Malinowski (1884-1942), sobre o funcionalismo, que busca explicar os aspectos da sociedade em termos das funções realizadas pelas instituições; de Karl Marx (1818-1883), acerca dos movimentos da sociedade, que teve como objeto as relações sociais e a luta de classes transformando os fenômenos sociais; de Max Weber (1864-1920), sobre as relações sociais, no qual a sociedade é fruto de ações racionais dos homens, que fazem suas escolhas conscientemente dentro da sociedade; e de Georg Simmel (1858-1918) sobre as formações sociais (macro e microdinâmicas), e os grupos sociais que só podem existir mediante as ações e reações dos indivíduos entre si, em suas interações, repercutiram nos estudos dos intelectuais brasileiros a partir da década de 30, abrindo um novo panorama para a pesquisa sobre a realidade brasileira.

Com base nas novas teorias, uma maior consistência nos dados referentes à população, à sociedade e à economia do país começou a ser procurada. Foi nesse ponto, então, que surgiu o IBGE, uma instituição para cumprir a função de apresentar, cartesianamente, os dados que serviriam para os estudos do desenvolvimento e dos contrastes existentes nas diversas regiões do país, apoiando as pesquisas de algumas áreas do conhecimento, como a sociologia e a economia.

2.2 As iniciativas precursoras da institucionalização do IBGE

Qual, por conseguinte, o verdadeiro ponto de partida para o trabalho a realizar?

As considerações precedentes já deixam bem perceber as diretrizes preferíveis.

São elas fundamentalmente:

1º a criação de um sistema bem articulado e fortemente travejado, em que se possam mover – ao mesmo tempo com a autonomia legítima e a interdependência necessária – todas as atividades brasileiras em matéria de estatística, no seu quádruplo desdobramento – atividades públicas, federais, estaduais e municipais, e atividades particulares;

2º a instituição de um forte e adequado órgão de comando, tanto no sentido da propulsão como no da unificação,

3º a criação, em tal sistema e sob tal direção, de um regime e ambiente propício ao surto progressivo e à plena eficácia de todos os demais

movimentos saneadores e renovadores da estatística nacional.

[...] A esse organismo foi dado o nome de Instituto Nacional de Estatística. E como condições essenciais para a sua constituição e funcionamento fixou a Comissão as seguintes:

1º O Instituto será uma federação de serviços dedicados exclusiva e ou principalmente à elaboração estatística, compreendendo obrigatoriamente todos os serviços desse gênero já existentes ou que vierem a existir na administração federal e facultativamente os mantidos pelos Estados, Territórios, Municípios ou instituições privadas, mediante filiação decorrente da adesão dessas entidades a uma Convenção Nacional de Estatística, aprovada previamente por ato do Governo Federal, em que se estipulem os limites precisos do trabalho que a cada serviço deva competir e as normas asseguradoras da unidade na sua direção técnica, sem prejuízo de uma justa autonomia administrativa,

[...] 5º O Instituto realizará, além de todos os levantamentos que devem constituir a estatística nacional, inclusive os recenseamentos gerais, todas as demais pesquisas e trabalhos que se tornarem necessários como base ou complemento dos serviços estatísticos.

[...] 10º Divulgará o Instituto no exterior da República todos os elementos estatísticos necessários ou úteis ao exato conhecimento do Brasil, satisfazendo ao mesmo tempo os compromissos internacionais deste em matéria de estatística.

Do exposto se vê que ao Instituto caberá tomar ou promover progressivamente, na medida em que as circunstâncias forem permitindo, mas com diuturna vigilância, grande autoridade e prestígio e os melhores elementos de êxito, todas as medidas necessárias ao pleno desenvolvimento da estatística nacional, corrigindo de logo a lacunosidade, a impontualidade, a incoerência ou a defeituosidade técnica dos elementos, ainda poucos que os atuais serviços estatísticos conseguem elaborar. [...] informador do sistema que o Instituto visa estabelecer, fôrça a concluir que a sua criação vem ao encontro de uma grande necessidade nacional (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1961, p. 141-143).

O trecho acima integra a justificativa do relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Juarez Távora, em 28 de outubro de 1933, pela Comissão interministerial incumbida de discutir e propor a reorganização dos serviços nacionais de estatísticas, objetivando integrar esse sistema no país. Tal Comissão²¹, instituída no mesmo ano pelo titular da pasta da Agricultura, era presidida por Léo d’Affonseca, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estatística, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Teixeira de Freitas na condição de Diretor-Geral de Informações, Estatística e Divulgação e de representante do Ministério da Educação e Saúde Pública, como secretário

²¹ A comissão ainda era integrada pelos representantes dos ministérios da Fazenda, Antônio Eustáquio Coelho, da Viação e Obras Públicas, Manuel Luiz Martins, da Justiça, Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa, da Guerra, Vitor Ortiz Jeolás, da Marinha, Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, das Relações Exteriores Arno Konder e da Agricultura, Alfeu Diniz Gonçalves (SILVA, 1939, p. 172).

geral e relator. Não era a primeira vez que se mencionava a necessidade de a União instituir um forte organismo central comandando todo o sistema estatístico nacional, com o propósito de modernizar e unificar os instrumentos de informação estatística sobre as riquezas nacionais, a população e a estrutura das atividades econômicas do Brasil, como se verá adiante. Por recomendação da referida comissão, foi instituído, pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, assinado por Getúlio Vargas, o Instituto Nacional de Estatística (INE), célula inicial do IBGE.

Na citação acima é possível perceber que a preocupação não estava centrada na execução de novos levantamentos populacionais ou de estatísticas sobre determinada categoria. Pretendia-se, antes, a estruturação de um sistema nacional de estatísticas para coordenar a atividade de produção dessas. Os verbos, usados insistentemente no futuro, estabelecem uma ordem temporal, instauradora de um novo marco para o real conhecimento estatístico do país. Esses fragmentos discursivos instauram um presente enunciativo, traçando um quadro temporal que busca legitimar discursivamente as ações do instituto criado, o INE. Sem a criação dessa instituição, considerava-se inevitável a persistência de lacunas e defeitos nas sistematizações quantitativas. Porém, a instituição do sistema estatístico nacional não assegurava, em si, a efetivação da regularidade e da estabilidade dos levantamentos, inclusive do recenseamento populacional.

Como nos diz Oliveira (2002, p. 28) “uma instituição, constitui-se em uma rede complexa de relações que se estabelecem não no *papel*, mas através de uma prática habitual, fundamentada em valores e normas adotadas pelo conjunto de atores que nela atuam”. E como confirma Costa (1997, p. 82), as instituições, em seu processo instituinte, trazem embutidos “[...] mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a certa regularidade”.

Com base nas relações de poder, o governo varguista criou instituições que tinham como objetivo articular uma política ideológica que apontasse toda a grandeza de sua inovação e de sua responsabilidade em criar uma imagem que se queria construir sobre o Brasil e a sociedade brasileira. É fato que, com a criação de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Getúlio Vargas não apenas tem à mão órgãos que poderiam orientar o governo no planejamento de suas estratégias, como também recebe o apoio da sociedade, sobretudo da comunidade científica, intelectuais foram cooptados pelo Estado (MICELI, 2001), para o desenvolvimento de seus planos de governo. Esses planos passam a ter um

apoio material, no sentido de que essas instituições, supostamente neutras, serviriam de suporte para as estratégias políticas adotadas naquela época.

O IBGE e o IPHAN, dessa forma, possibilitaram a materialização do discurso moderno e instaurador do governo, e, de certo modo, ajudaram a esconder a ideologia centralizadora que estava por trás desse discurso, refletida nas ações autoritárias e controladoras do Estado. A criação dessas instituições não ofereceu apenas as condições de existência para a ideologia do governo, mas também auxiliou a fundar um discurso para ele. A produção de um universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo das ações políticas e sociais, daí a relevância do papel que exercem os intelectuais na construção das imagens sobre o território e a população brasileira. Nesse enfoque, Mary Douglas (2007, p. 55) assinala que a “[...] apropriação de uma instituição constitui, em sua essência, um processo intelectual, tanto quanto um processo econômico e político, e são estes processos que farão emergir sua legitimidade e institucionalização”.

Vê-se, portanto, que o Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, necessitava de apoio para tomada de decisões políticas e sociais no que se refere aos serviços estatísticos. Esse apoio deveria fundamentar-se, sobretudo, em números exatos que retratassem a realidade do país, mas carecia de um organismo capaz de lhe fornecer esses elementos essenciais para a implementação de políticas públicas governamentais. Nesse quadro, o IBGE foi

[...] *uma autêntica obra de relojoaria*, na bonita imagem construída para dar conta da delicadeza e precisão necessárias a seu funcionamento, bem como a seu destino: produzir um novo tempo, que acelerasse o ritmo do Brasil, tirando-o do *atraso* e projetando-o para a *modernidade* sustentada em bases científicas (mensuráveis quantitativamente) (SENRA, 2008, p.19, grifo do autor).

Assim, a ideia da criação de um órgão nacional coordenador das atividades estatísticas que possibilitaria conhecer, avaliar e sentir o Brasil em sua verdadeira imensidão é concretizada, objetivamente, por Mário Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956), discípulo de José Luiz Sayão Bulhões Carvalho (1866-1940), médico-sanitarista que assumiu a direção do órgão federal de estatística, a Diretoria Geral de Estatística (DGE), em dois momentos, 1907 a 1909 e 1915 a 1931. Ambos compreendiam a necessidade de se estabelecer um órgão centralizador das estatísticas nacionais, e de haver uma cooperação interadministrativa das três esferas nacionais – municipal, estadual e federal – com vistas à racionalização dos serviços estatísticos –, e trabalharam nesse propósito de efetivar o projeto de integração do sistema estatístico nacional.

Os registros históricos mostram que a preocupação com o padrão mais racionalizado de informações estatísticas teve início com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) em 1871. Tal Diretoria assegurou a execução do primeiro recenseamento geral em 1872, porém, foi desestruturada após a realização do aludido levantamento, sendo revigorada em 1907 por Bulhões Carvalho. Ao instituir o Conselho Superior de Estatística (CSE), Bulhões Carvalho deu o primeiro passo para desenvolver o Sistema Estatístico Nacional (SEN): implantar um órgão que, de acordo com os princípios constitucionais – os quais asseveravam autonomia na execução e produção das estatísticas no âmbito das três esferas administrativas-, possibilitava iniciar um sistema estatístico nacional integrado.

Cabe ressaltar, ainda, que Bulhões Carvalho foi reconhecido na década de 30 como o fundador da estatística geral brasileira, e Teixeira de Freitas, como o idealizador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diante da centralidade de Teixeira de Freitas em torno da criação e história do IBGE, torna-se fundamental mobilizar algumas informações sobre sua biografia e atuação.

2.2.1. Mário Augusto Teixeira de Freitas: o idealizador do IBGE

Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde, Bahia, já na última década do período monárquico, em 31 de março de 1890, ano em que a Assembleia Constitucional foi eleita, e faleceu em 22 de fevereiro de 1956 na cidade do Rio de Janeiro. Em 1908, ingressou na antiga Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, promovendo pesquisas estatísticas inéditas no país até aquela data. Três anos depois, formou-se em Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, cidade para onde retornou em 1931, após deixar a Delegacia Geral do Recenseamento em Minas Gerais, que havia assumido em 1920.

Como Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais, Teixeira de Freitas recebeu o convite do governo mineiro para reformar a organização estatística estadual por sua extraordinária atuação nesse cargo. Essa experiência lhe permitiu testar a aplicação, no campo da estatística, de suas concepções e ideais do sistema de cooperação interadministrativa entre as esferas de governo federal e estadual. Durante o tempo em que permaneceu como Diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais elaborou diversos trabalhos, entre eles o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais. Em 1930, após a mudança política pela qual passou o país, foi convidado pelo governo varguista a fazer parte da organização do Ministério da Educação e Saúde Pública e

do IBGE.

Em 1931, Teixeira de Freitas transferiu-se para o Rio de Janeiro para assumir o cargo de Diretor-Geral de Informações, Estatística e Divulgação (1931-1935), nomeado por Francisco Campos, primeiro ministro a ocupar a pasta da educação em 1930. Ainda nesse ano, é posto no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, trazendo na bagagem a experiência anterior no território mineiro, e concebe o plano de cooperação interadministrativa de âmbito nacional. Esse plano, apresentado em 1931 na IV Conferência Nacional de Educação, estruturando e unificando as estatísticas de ensino em todo país, a ser celebrado entre a União e os Estados, seria o ponto de partida da evolução da estatística nacional.

Marcado por um momento político de inversão administrativa do país do ideário liberal que caracterizava o sistema federativo para o poder centralizado e autoritário da Era Vargas (1930-1945) – surge o Conselho Nacional de Geografia (1931), objetivando prover o melhor conhecimento da terra brasileira, subsidiado pelo governo provisório. Em 1932, como Diretor-Geral de Informações Estatísticas e Divulgação, apresenta relatório detalhado da realidade estatística brasileira e formula anteprojeto de lei da criação do Instituto Nacional de Estatística e Cartografia ao Chefe do Governo Provisório da República, por intermédio do Ministro da Educação, Francisco Campos. Ou seja, motivado pelo desalinhamento dos documentos oficiais de cartografia, apresenta um projeto com medidas que aproximavam os serviços estatísticos e cartográficos em um único sistema: o Instituto Nacional de Estatística e Cartografia. O projeto foi rejeitado, pois centralizaria os serviços estatísticos e cartográficos, acarretando o poder absoluto da União. Tal medida, todavia, não era de interesse dos órgãos regionais.

Teixeira de Freitas submeteu um novo projeto à apreciação da Comissão Interministerial, constituída em 1933 pelo Governo da União, sob a presidência do diretor do Departamento Nacional de Estatística, Leo d' Affonseca, como já explicitado no início do capítulo. Posteriormente, apresentou um substitutivo ao projeto inicial que propunha a reforma da organização da estatística nacional com a criação do Instituto Nacional de Estatística (INE). Desta feita, os serviços estatísticos seriam integrados facultativamente através de uma Convenção Nacional de Estatística entre a União e os órgãos interessados. Ainda assim, Teixeira de Freitas viu seu projeto criticado por alguns dirigentes dos órgãos da administração federal, destacando-se o Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, que argumentou ser juridicamente ilegal a criação de um fundo especial para os recursos financeiros previstos.

O Ministro da Agricultura, Juarez Távora, intercedeu a favor do projeto, enviando um parecer ao Chefe do Governo Provisório, lamentando que o Brasil continuasse a ser desorganizado, uma vez que, com o impedimento da criação do INE, continuaria a ser o único país que não publicava o seu anuário estatístico e, por isso, se manteria em situação inferior aos demais países da América.

O sonho de Teixeira de Freitas começa a se tornar realidade quando Getúlio Vargas, Presidente da República, baseado no parecer do Ministro da Agricultura Juarez Távora, assina o Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, dando existência ao Instituto Nacional de Estatística (INE).

A importância da criação de uma instituição como o IBGE para o seu idealizador e criador pode ser avaliada a partir do discurso de Teixeira de Freitas (1990, p. 78). Ao debruçar-se sobre o desafio que o contexto nacional impunha à época, já preconizava “quadros dantescos, mas pouco perceptíveis para aqueles que pretendem observar e estudar o Brasil sob a luz ofuscante dos focos da exótica e superficial civilização das nossas capitais, sem habituar primeiro os olhos à escuridão”. Ele almejava olhar na escuridão para visualizar os problemas, em todos os campos da atividade social, identificá-los e elaborar ideias com clareza e nitidez. A produção e a divulgação desse saber eram consideradas tão importantes quanto os problemas educacionais e culturais, pois era sobre esses conhecimentos que assentavam todos seus pensamentos e ações atuantes, objetivamente, na direção da realidade física e social brasileira.

Observa-se aí um dos principais fatores de coesão do primeiro período da Era Vargas (1930-1945), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que se caracterizava por sua estrutura de representações, contemplando todas as instâncias de governo e podendo ser definida com agência capilarizada do poder central, uma vez que conferia o monopólio da informação e, ao mesmo tempo, oferecia subsídios à elaboração das políticas públicas. Nesse sentido, o poder, expresso na forma de interesses dos diferentes grupos participantes de um cenário organizacional, pode interferir no processo de institucionalização de uma organização e gerar mudanças que, por sua vez, levam a uma alteração no grau de institucionalização da organização nos diferentes âmbitos de seu campo de referência (local, regional e nacional).

Por esse ângulo, os intelectuais e as Instituições que estão direta ou indiretamente envolvidos nos diagnósticos sobre a realidade e o perfil do brasileiro, exercendo o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como universais determinadas construções discursivas sobre o nosso país em termos políticos e nacionais. Antônio Oliveira

(2012) assinala que até mesmo alguns *intelectuais orgânicos*²² a serviço do Estado estão incumbidos de construir determinadas visões de mundo e de país, que passarão a ser difundidas por meio das diversas instituições e mecanismos de divulgação institucional, incluindo o aparato midiático a serviço do próprio Estado. Nesse sentido, há um constante dialogismo entre o contexto sócio-histórico e os atores sociais encarregados da construção deste contexto. Esse dialogismo pode, até, ser de confronto, inclusive, e não, necessariamente, convergente ou conivente com os discursos oficiais e dominantes. Dito de outra forma, os intelectuais e as instituições não seriam entes *autônomos* que compreendem ou buscam compreender uma realidade externa a eles, procurando decifrar sentidos e explicações para essa realidade. Mergulhados na realidade, no devir, este processo de construção de sentidos vai se fazendo, concomitantemente às ações que vão sendo implementadas. Em geral, as construções consideram a pluralidade e funcionam como propiciadoras de um sentimento comum de pertencimento a uma nação, como reforço de identidade nacional consensual e não arbitrária, o que é resultado de uma seleção. No âmbito desta pesquisa, são essas construções discursivas e suas escolhas que possibilitam compreender o contexto sócio-histórico e ideológico no qual se constituíram as ideias e os discursos sobre o perfil do brasileiro.

Desde o início, Teixeira de Freitas (1932, p. 56) enfatizou a precariedade da organização estatística vigente até então no país, recorrendo aos resultados de suas conclusões para demonstrar que essa indiferença para com as pesquisas estatísticas prejudicava o conhecimento da realidade nacional. Sua preocupação predominante era criar um sistema que retratasse o Brasil, não apenas no que se refere à educação e à cultura, mas também em todas as áreas de atuação nacional. Sua visão o levava a afirmar a urgência de o Brasil conhecer-se para “tornar-se senhor de seu destino, pois ignorava quase tudo de si mesmo e da soberba herança que lhe confiou a munificência divina”:

O Brasil, lamentavelmente, ainda é um país que ignora quase tudo de si mesmo. Os dados com que se possa caracterizar qualquer aspecto da vida nacional, ou não existem, ou são difíceis de encontrar, ou se acham elaborados fragmentária e lacunosamente, ou são antiquados, ou se contradizem, quando não se distanciam da verdade. E as indicações sintéticas das condições existenciais do país, que os povos cultos mantêm em

²² Esse é um conceito de Antonio Gramsci. O filósofo italiano define duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O *intelectual orgânico* é aquele proveniente da classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe. O *intelectual tradicional* é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros, por exemplo, clérigos, militares, professores universitários ... Para o filósofo todos os homens são intelectuais, apesar de nem todos assumirem na sociedade a função de intelectuais. (GRAMSCI, 1989, p. 4-6).

dia, nos seus mapas geográficos, físicos e políticos, e nos seus Anuários Estatísticos, o Brasil praticamente não possui, porque só se podem assinalar neste particular, entre nós, tentativas insuficientes e sem a desejável continuidade e perfectibilidade (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1961, p. 129).

Teixeira de Freitas dedicou-se à luta pela interiorização da capital, pelo municipalismo, pela estatística e educação e, mais ainda, pelas realizações da cultura. Para ele, era urgente o estabelecimento de uma unidade mínima que assegurasse a solidificação da nacionalidade e o progresso do Brasil.

Observa-se nos textos de Teixeira de Freitas uma preocupação com a realidade socioeconômica, política e administrativa brasileira, como a difusão do ensino e sua adequação às necessidades do país. Educados, os cidadãos brasileiros seriam mais úteis ao progresso da nação, pois “descobertos e assistidos convenientemente, os valores humanos que as massas proletárias ora conservam mergulhados na ignorância [...] tenderão a empregar suas aptidões [...] criando novas indústrias, [...] intensificando o comércio, enriquecendo a cultura e a civilização do país” (FREITAS, 1946, p. 84). Pensamentos que podem ser observados também em alguns trechos da palestra que Teixeira de Freitas proferiu em 1943, no município de Ponte Nova – Minas Gerais, na II Semana Ruralista, representação da sua visão de organização social, econômica e política voltada para melhoria das condições de vida dos brasileiros de forma geral:

Concidadãos! Façamos o Brasil de amanhã, o Brasil feliz de todos os brasileiros, um Brasil orgulhoso da América, diadema da humanidade. Não nos falta a matéria-prima – riquezas naturais e riquezas humanas. O que nos falta apenas é a “organização”. Organização social, organização econômica, organização política. Mas, sobretudo, organização do Brasil-município, do Brasil-rural.

Trabalhem sem desfalecimentos, lutemos sem trégua para conquistar essa organização. Façamos, brasileiros, façamos o nosso Brasil, antes que seja tarde, antes que o Brasil se desfaça (FREITAS, 1994, p. 56).

A estatística, para ele, significava o recurso de investigação, o instrumento de conhecer, revelar e habilitar a decisões mais seguras, propiciando melhor ciência do Brasil, da sua população, da sua terra e das atividades multiformes de sua gente. A educação e as realizações da cultura representavam os meios de melhorar o homem para enriquecimento do Brasil, tendo como propósito dignificar a vida social coletiva mediante a educação. Seu ideário conduz ao conjunto de crenças e valores que transcende a mística do nacionalismo, que faz do homem o seu meio, da sociedade a sua causa, do Brasil o seu fim. Emerge deste

pensamento, a “mística ibgeana, em que o homem é muito mais criador quando encontra felicidade na esfera da sua ação [...] essa felicidade sob a cúpula magnífica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (BRAGA, 1939, p. 17). Teixeira de Freitas busca, na ideia de que os homens de intelecto devem liderar o avanço no conhecimento daquilo que seria o Brasil real, unificar a nação, descobrir a alma, ou seja, a essência que compõe o que é considerado como brasileiro.

[...] é a construção bem acabada de um labor secular da nacionalidade; é a expressão do seu instinto de permanência, de nacionalidade e de unidade, superando e dominando progressivamente todas as fôrças centrifugadoras dos seus elementos constitutivos: é afinal, uma afirmação de altas virtudes coletivas e o fruto merecido de dedicações sem conta, de porfiados esforços e sacrifícios, obscuros fragmentários, dispersos, mas inspirados superconscientemente pela alma da Nação, a uma legião de obreiros admiráveis [...] (FREITAS, 1990, p. 104).

Senra (2008, p. 61-90), em suas apreciações sobre esse intelectual, expõe que o momento exato de se pôr em prática as teses²³ de Teixeira de Freitas, desenvolvidas ainda ao tempo em que o demógrafo-sanitarista José Luís Sayão de Bulhões Carvalho estava à frente das estatísticas nacionais, foi durante o governo centralizador de Getúlio Vargas, que reduziu a autonomia dos estados. A produção e a divulgação desse saber eram consideradas tão importantes quanto os problemas educacionais e culturais, pois era sobre esses conhecimentos que assentavam todos os seus pensamentos e ações atuantes, objetivamente, na direção da realidade física e social brasileira.

Como grande idealizador e articulador da criação de um órgão brasileiro de estatísticas, Teixeira de Freitas teve uma atuação essencial também na construção da imagem da instituição e da veiculação dessa ao discurso de *modernidade* e de *antirregionalismo* do governo de Getúlio Vargas. Como se observa nas citações abaixo

Nunca se deparou à República um momento tão favorável como o presente para a realização dessa obra de estimável alcance que lhe permitirá o regime de auto-observação, imprescindível ao êxito da política [...] o termômetro e a bússola cuja inexistência nas mãos dos antigos responsáveis pelos destinos da Federação representa a causa remota de muitos fracassos nas iniciativas que empiricamente promoveram [...]

²³ As 33 teses estatísticas de Teixeira de Freitas constituem indicações que seriam submetidas a 1ª Conferência Nacional de Estatística, em 12.10.1930, que devido aos acontecimentos políticos de 1930 não foi realizada. Em 18 de julho de 1938 foi apresentada na 2ª sessão ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, propondo ao estudo dos estatísticos brasileiros as 33 teses que forneceram os precedentes da organização do Instituto Nacional de Estatística e as diretrizes práticas que orientaram as atividades iniciais e a reformulação do serviço estatístico (FREITAS, 1939, p. 57, 1990, p. 17-19).

IV por corresponder a fins políticos, no superior sentido, da mais alta significação.

a) porque, enfeixando num sistema racionalizado importantes atividades administrativas das três ordens políticas da organização brasileira, estabelece mais um poderoso vínculo de unidade nacional; (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1961, p. 127, 139).

O objetivo de criação do referido Instituto era o de promover e realizar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o arrolamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, a partir da articulação e da cooperação das três ordens administrativas da organização da política da República, bem como da iniciativa privada. Diante do exposto acima, entende-se que o apagamento do quadro federativo e das diferenças regionais auxiliou na criação de uma imagem de nossa sociedade como algo uniforme e de uma nação brasileira como única e unida, reforçando a exaltação nacionalista e patriótica divulgada pelo governo do Estado Novo.

2.3 Surge o IBGE...

Em 25 de maio de 1936, o Instituto Nacional de Estatística (INE) é instalado no Palácio do Catete junto à Secretaria da Presidência e, simultaneamente, a Junta Executiva do órgão comandaria as atividades até a organização do Conselho Nacional de Estatística (CNE). Todos os órgãos estatísticos existentes, inclusive os de iniciativa privada, ficaram sob o comando do INE após a celebração da Conferência Nacional de Estatística, realizada entre 27 de julho e 11 de agosto do mesmo ano, que contou com a participação dos representantes do Governo Federal e dos governos estaduais.

A Constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística (CNE), regulada em 17 de novembro de 1936 pelo Decreto presidencial nº 1.200, determinava em seu artigo primeiro que o Conselho manteria relações diretas com os chefes de governo e seus representantes, assegurando ampla autonomia de ação técnica e administrativa, para garantir o objetivo de tornar as atividades dedicadas ao planejamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros eficientes e coordenadas, tendo a incumbência de orientar e dirigir as atividades do Instituto Nacional de Estatística (INE) e sendo subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e à Secretaria da Presidência da República, sob a presidência do Ministro das Relações Exteriores, o embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) – o primeiro presidente do IBGE.

José Carlos Macedo Soares permaneceu na tradição do IBGE como uma personagem formal, referenciada respeitosamente por todos como “o embaixador”. Macedo Soares projetou-se como figura pública em 1924, momento em que atuou como intermediário entre as forças legalistas e os militares rebeldes que dominaram durante três semanas a capital paulista. O político destacou-se em posições como as de chanceler em dois períodos, 1937 e 1955-1958, ministro da Justiça em dois momentos, 1937 e 1957, deputado constituinte em 1934 e governador de São Paulo entre 1945 e 1947. Presidiu instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dois períodos, 1936-1951 e 1955-1956, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde, desde 1940, é presidente perpétuo, a Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1942, sendo reeleito em 1943, o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) entre 1944 e 1949, e a Sociedade Brasileira de Geografia (SBG) entre 1945 e 1951. O historiador, o geógrafo, o homem de letras e bibliófilo, deixou obra expressiva, principalmente as relacionadas à história da igreja, da política e da diplomacia.

As presidências do embaixador instituíram, revitalizaram e articularam as principais associações produtoras do pensamento geográfico nacional. E o fizeram em um momento em que a questão da fronteira foi reinventada do ponto de vista da geopolítica e da agenda do governo. A bandeira da reorganização nacional, o conhecimento do território e da população brasileira, a constituição do perfil do brasileiro, a fixação do homem no campo, a correção dos desequilíbrios entre ruralismo e urbanismo, a integração comercial e viária através da construção de núcleos urbanos no interior do Brasil, todos esses temas passavam pela valorização estratégica da questão da fronteira. Segundo Camargo (2008, p. 32), ao presidir essas diferentes e prestigiadas associações, o embaixador “[...] revela-se um agente autorizado para sedimentar e fortalecer o campo geográfico, ao promover empreendimentos comuns, organizados por uma das instituições, sediados por outra e patrocinado pelo conjunto delas.”

No contexto do Estado Novo, não deixou de colaborar ao assumir a presidência do IBGE (1937-1951), apesar de ter pedido sua exoneração às vésperas do golpe do Estado Novo, alegando problemas de saúde (SILVA, 1985, p. 175-190). Na esfera do IBGE, a trajetória de Macedo Soares foi marcada por duas presidências: a primeira iniciou-se em maio de 1936, com a criação do Instituto, terminando em janeiro de 1951; a segunda começou em novembro de 1955 e finalizou em maio de 1956. A análise histórica do empenho do embaixador na instituição e na consolidação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) revela uma atuação relevante e significativa. Parece ser o principal nome no movimento

decisivo que originou a criação do CNG. Macedo Soares articulava seus vários espaços sócio-administrativos, quer à frente do Ministério das Relações Exteriores e das embaixadas, quer nas presidências ocupadas ao mesmo tempo: IBGE, IHGB e ABL (SENRA, 2008, p. 30).

Tais articulações podem ser compreendidas, em uma perspectiva histórica, a partir das palavras de Macedo Soares extraídas da Revista Brasileira de Geografia:

Conosco cooperam, filiadas ao nosso sistema, uma expressiva constelação de instituições culturais – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Levamos a nossa colaboração multiforme a numerosos certames culturais, entre os quais, e além daqueles a que já nos referimos, os beneméritos Congressos de Geografia [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, p. 745).

Depreende-se da citação, que são parcerias de cooperação, afinidade cultural, política e institucional mantidas em seus múltiplos espaços pelos intelectuais ibgeanos, sendo que algumas delas tiveram seu início no século XIX. Esses intelectuais são figuras que, nos seus respectivos campos de atuação, contribuíram para elaborar a história da nação e, desse modo, a construção de um perfil identitário oficial e institucional para o país e para o IBGE.

No comando do IBGE, o embaixador, ao coordenar as atividades cartográficas e estatísticas do Instituto, às quais, posteriormente, se somariam as geográficas, pôde conhecer os limites do território brasileiro e os elementos classificatórios e expressivos do perfil da nossa população. Se, por um lado, a cartografia elaborada pelo Instituto revelava nosso território em sua dimensão e riqueza natural, por outro lado, a estatística, com seus levantamentos exatos e suas classificações e categorias censitárias, em sua dimensão humana, desnudava as disparidades sociais e econômicas das distantes realidades regionais, não verdadeiramente conhecidas. Na seção Relatórios, Resoluções e Leis da Revista Brasileira de Geografia, Macedo Soares nos fornece um trecho expressivo a respeito dessas atividades do Instituto:

[...] como influência proveitosa do I.B.G.E. Os estudos que os seus técnicos veem realizando à luz do conhecimento exato da realidade brasileira, teem sugerido todo um ideário de renovação político-administrativo do país. [...] Permitti que repitamos as próprias palavras pronunciadas em presença do Primeiro Magistrado da República:

Mas o fato é que o realizando o seu alto destino como instrumento de pesquisa, revelação e análise das condições existenciais da Nação, não pode

e nem deve o Instituto limitar-se a apresentar ao público e ao Governo a fria expressão numérica dos fatos. A complexa realidade que ele investiga, revela-se-lhe nos seus sentidos mais profundos. Ele (O IBGE) vê, ouve e sente tudo que brota dessas fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens e vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém, mais talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos. E daí os brados das suas sentinelas avançadas. Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenares, exprimindo sempre algo de grave para os destinos da Pátria (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, p. 746-747).

A citação acima trata-se de uma fala oficial, e nela o Instituto é um todo orgânico que *vê, ouve e sente tudo* relacionado à vida nacional e, como tal, capaz de captar, sentir, compreender *a complexa realidade que ele investiga, revela-se-lhe nos seus sentidos mais profundos* sugerir alternativas para o país a partir da objetiva, segura e científica interpretação *da austera expressão numérica dos róis numéricos e do conhecimento exato da realidade brasileira*. Essa compreensão e interpretação só é possível por meio do diálogo entre a Estatística e a Geografia, as duas ciências que são os alicerces do Instituto. *Interpretar as imagens e vozes e os impulsos dessa realidade multifária* do país só é possível de se alcançar através de um sistema eclético capaz de responder efetivamente a essa necessidade. Os servidores e colaboradores do Instituto são denominados como *sentinelas avançadas*, grupo de técnicos e intelectuais sempre atento para interpretar, exprimir e interferir positivamente na realidade brasileira. Ou, ainda, Macedo Soares, *em Anuário Estatístico do Brasil* de 1939/1940 (IBGE, 1941, p. 61) onde evidencia que “nestas páginas está a fisionomia do Brasil fixada com riqueza de traços, minúcia e verdade. Através dela se percebem e se medem, também, a intensidade e a ritmada operação das forças que estão construindo a grandeza do país.” Ações que orientam o estudo de nossos problemas e contribuem de algum modo para a melhor compreensão da realidade nacional.

Observa-se nesse período todo um ideário que, inserido no contexto histórico, se caracteriza pela afluência da ideia nacionalista da época, em que a crescente centralização da esfera Estatal era beneficiada pelos registros estatísticos e se fortalecia com a obtenção do conhecer sobre o quadro territorial. A apresentação das informações sobre os territórios torna-se obrigatória entre os municípios e resulta no crescimento da rede de serviços municipais:

A obrigatoriedade de apresentar informações básicas sobre o quadro territorial por força do Decreto-Lei nº 311, alinhada a eventos cívicos de conteúdo patriótico e nacionalista como, por exemplo, a realização de concursos e premiações pelo Presidente Vargas, contribuiu bastante para a rápida expansão da rede de serviços estatísticos municipais. [...] Com a

expansão da rede municipal, completava-se assim o Sistema Estatístico Nacional. Os órgãos de estatística regionais e municipais, pertencentes ao sistema, mas administrados pelos respectivos governos a quem também interessavam os trabalhos, se responsabilizavam pela execução dos serviços, cabendo ao CNE o aperfeiçoamento dos mesmos (PENHA, 1993, p. 72-73).

Entretanto, o desdobramento dos fatos teve seus empecilhos, exigindo novas medidas do governo para obtenção de resultados fidedignos em virtude: a) do desconhecimento detalhado do quadro territorial, b) da vaga delimitação dos limites político-administrativos, e c) dos documentos cartográficos imprecisos fornecidos pelas unidades político-administrativas. As atividades do INE encontravam-se impossibilitadas de estabelecer critérios racionalizados para o tratamento das informações, que se tornavam, a cada dia, obstáculos de natureza geográfica geradoras de imprecisões e lacunas espaciais em que, certamente, a criação de um órgão específico para o tratamento de tais questões se fazia extremamente necessária.

Em fins de outubro e início de novembro de 1936, com a aprovação do Presidente Vargas, foi criada uma comissão de geógrafos renomados no Palácio do Itamaraty, objetivando sugestões para a constituição de um organismo nacional de geografia que promovesse a coordenação das atividades geográficas brasileiras. Surgiu, então, a proposta de criação do Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), logo Conselho Nacional de Geografia (CNG), que foi aceita através do decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, e passou a existir como parte estrutural do Instituto Nacional de Estatística (INE). Constava dentre os motivos do referido decreto a necessidade da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional (UGI), incorporação que daria projeção mundial ao país e ao órgão recém-criado. Somavam-se a isso vantagens de caráter nacional de um Conselho Brasileiro de Geografia unido à administração federal. Assim sendo, o Conselho Brasileiro de Geografia instalou-se, formalmente, em 1º de julho de 1937 no salão de conferência do Palácio do Itamaraty. A fim de se estabelecer harmonia ao conjunto dos órgãos técnicos CBG e CNE, esses são agrupados pelo Decreto nº 218 e denominados como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Finalmente, no inesquecível dia 1º de Julho de 1937, no salão de conferências do palácio Itamarati, instalou-se solenemente o Conselho que, dando mostra de sua vitalidade no seio do Instituto Nacional de Estatística, [...]

Envolvendo dois Conselhos, um o de Estatística, originário, outro, o de Geografia, incorporado um ano após, o nome do Instituto teria de ser modificado para enunciar com justeza e integridade as suas atribuições; assim fez o Governo Federal que, com o decreto de nº 218, de 26 de Janeiro de 1938, denominou-o “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e,

também, para fins de uniformização de nomenclatura, chamou de nacionais os seus dois Conselhos componentes, passando portanto o Conselho Brasileiro de Geografia, criado pelo decreto nº 1.527, de 24 de Março de 1937, a trazer o nome atual de “Conselho Nacional de Geografia” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, p. 15).

Assim, em 26 de janeiro de 1938, surge oficialmente o IBGE, atendendo, dessa forma, à centralização do governo Vargas que, sob a égide do modernismo e do nacionalismo, concedia às estatísticas e geografias a atenção e priorização de que precisavam para ter em mãos as informações que serviriam de base estratégica para o poder autoritário estabelecido na ocasião.

As raízes da nacionalidade, a fonte de sua vitalidade e a revelação de seu destino pareciam emergir do IBGE. Diz a respeito Schwartzman:

O caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ilustra bem as diferentes percepções e dilemas, negociações e redes, que fazem parte dos processos de institucionalização e funcionamento de um órgão nacional de estatísticas. O IBGE foi criado nos anos 30 como um dos elementos de uma tentativa ambiciosa de se organizar um Estado moderno e autoritário, que poderia conhecer e governar um vasto e conhecido território e sua população dispersa. As ideologias da época pressupunham que o governo central devesse derivar sua força dos cantões do país, os municípios, passando ao largo das oligarquias tradicionais dos Estados. (SCHWARTZMAN, 1996, p. 3).

Velloso (2003, p. 147-157) ressalta que, no Brasil, os intelectuais sempre estiveram presentes nos momentos de crises e mudanças históricas no cenário político (instauração do Império, Proclamação da República, Revolução de 30 e Estado Novo), defendendo o direito de interferirem no processo de organização nacional. Contudo, foi no Estado Novo que o poder abriu um espaço privilegiado para a atuação dos intelectuais, quando os convidou para integrarem os quadros das diversas instituições criadas naquele período. Eles seriam os representantes da consciência moral, os elos entre o povo e o Estado, a legitimação de um regime autoritário. Ou seja, o Estado se apropria dos intelectuais para legitimar e ser identificado como defensor da Nação e da cultura brasileira.

Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, é através dos intelectuais que esse processo vai se concretizar. Eles serão incumbidos de ouvir a voz do povo e seus anseios, e de por em prática a ideia de uma nação unida pela diversidade cultural. São os representantes ou intermediários capazes de captar e exprimir a vontade popular, que será realizada pelo Estado. A eles seria dado o papel de salvadores da verdadeira identidade de nosso povo e de seu patrimônio natural, que privilegiaria a cultura popular, em detrimento da europeia, que

orientava, até então, a cultura brasileira. Seriam os protagonistas dos discursos científicos imbuídos de fornecer o diagnóstico da nação.

Levando isso em conta, a fase de fundamentação legal e institucionalização do IBGE, que contou com a participação de Teixeira de Freitas, primeiro Secretário-Geral do Instituto, com a presidência de Macedo Soares, e dos intelectuais como consultores técnicos, compreende uma intenção corporificada de leis, resoluções, decretos e estudos estatísticos, demográficos, geográficos e cartográficos. Iniciativas que buscaram divulgar discursivamente e dar a conhecer a cultura brasileira através das categorias investigadas nos censos demográficos.

Tal planejamento pode construir, para o IBGE, o que Douglas denomina de *forma reconhecível*. Segundo a autora (2007, p. 115), a instituição, para garantir sua estabilidade, precisa adquirir alguma forma reconhecível, que possa identificá-la em diferentes épocas e situações. Através de seus intelectuais, o IBGE e as instituições filiadas elaboraram uma rede de noções teóricas, visões políticas e institucionais que estabeleceram algumas características fundamentais em sua organização e no seu arcabouço conceitual. Intenções que materializadas nos textos institucionais analisados evidenciam uma visão ufanista da imensidão do território nacional, das qualidades e fraternidade do povo brasileiro, exaltação das belezas e da importância do território nacional, bem como o nacionalismo de evocação patriótica. Afinal, são estes ideais nacionalistas que relacionam a história do IBGE com a trajetória da sociedade brasileira, e que possibilitam refletir sobre a influência da instituição na constituição de uma memória sobre o perfil do brasileiro através das categorias censitárias investigadas nos questionários dos Censos Demográficos.

3. OS CENSOS DEMOGRÁFICOS: MEMÓRIA E INFORMAÇÃO

*Ibgeano, alerta!
De pé pelo Brasil
Com a mente bem desperta
Com flama varonil*

*Ibgeanos nós somos unidos
Cultuamos a sã Fraternidade!
Desde o mar aos rincões mais perdidos
Nos congrega uma estreita amizade.
Temos fibras de bons pioneiros
Ante nós toda a Pátria se descerra,
Sempre fomos leais companheiros,
No trabalho e no amor a nossa Terra!*

*Brasileiros nós somos fiéis
Nós formamos um exército civil,
Vigiando o porvir do Brasil!
Não há mata, cidade ou sertão
Onde nós não tenhamos nossa gente,
Onde impera o auriverde pendão
Um dos nossos é certo estar presente!*

*Repelimos o Erro e a Mentira,
O Brasil nos compete retratar,
Não importa a verdade a quem fira,
Indicamos o rumo a trilhar.
Auscultamos a marcha da História,
Pesquisando sem tréguas a Verdade;
Nosso anseio maior; nossa Glória,
É trazer ao Brasil Felicidade!*

(Canção do ibgeano, letra e música de Jayme de Figueiredo²⁴, 1959, p. 9, grifo nosso)

Na Era Vargas, de 1930 a 1945, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi caracterizado por sua estrutura de representações, onde eram contempladas todas as instâncias de governo, sendo definida como uma agência capilarizada do poder central, tendo lhe sido dado o poder de fornecer a informação, propiciando melhor conhecimento do país e da sua gente. Isso suscitou a construção de uma memória de referência nacional sobre o perfil do brasileiro – como pode ser observado na letra da música *Canção do ibgeano* acima.

²⁴ A *Canção do ibgeano*, de autoria de Jayme de Figueiredo, foi extraída da publicação *Coisas que acontecem num recenseamento* que compilou alguns dos fatos ocorridos ao longo da realização do Censo Demográfico de 1940. Vale ressaltar que a publicação foi premiada com o prêmio Bayer do ano de 1940. A música *Canção do ibgeano* é também o *Hino do IBGE* e o *Hino do recenseador* (FIGUEIREDO, 1959, p. 6-7).

Durante muito tempo, entendeu-se a memória como algo sublime, religioso, que alçava os mortais ao mundo das divindades. Para os gregos do período arcaico, a memória era sobrenatural, um dom a ser praticado. A deusa Mnemosine, personificação da memória, mãe das Musas, protetora das Artes e da História, conferia aos poetas o dom de recordar o passado e transmiti-lo aos humanos. “Os poetas eram os *emissários* da deusa, intermediários, *portavozes* de um tempo-fora-do-tempo” (BARRENECHEA, 2005, p. 56, grifo do autor). No entender de Garcia-Roza (1995), a função da memória atribuída ao poeta por Mnemosine é

a de possibilitar o acesso a um outro mundo e de poder retornar ao mundo dos mortais para cantar-lhes a realidade primordial. [...] Ao ter acesso ao tempo dos deuses, ele perde temporariamente sua condição de pertencente à raça de ferro, estado atual da humanidade marcado pelo cansaço, pela miséria e pela angústia (GARCIA-ROZA, 1995, p. 27).

Ao longo do tempo, a memória passou por um processo de laicização. Frances Yates (2007) analisa a relevância da arte da memória no incremento das ideias na Europa. Criada pelos gregos, ela fez parte da eloquência no período da Era clássica. Na mnemotécnica desenvolvida por Giordano Bruno, profundamente estudada por YATES (2007, p. 22), os procedimentos mnemônicos sugerem um conjugado de normas que possibilita a reprodução dos discursos por meio da constituição de lugares e imagens na memória: a esses estão relacionados às palavras e às ideias que necessitam ser recordadas. Os oradores da Idade Antiga, ao usarem as técnicas mnemônicas, pronunciavam seus discursos andando por um lugar imaginário, em que estariam armazenadas as imagens edificadas.

A memória, por mais de dois mil anos, foi imaginada como uma aptidão individual, ou seja, a de guardar e rememorar eventos já ocorridos, do passado. Porém, nas últimas décadas do século XIX, a memória passou a ser entendida como uma construção social (HALBWACHS, 1990, p. 25-89). Mediante o aparecimento de outras abordagens, ao conceito de memória novos termos foram associados, tais como: memória individual, memória institucional, memória coletiva, memória social.

Memória é a capacidade humana de armazenar acontecimentos e vivências do passado para posterior transmissão às futuras gerações por meio dos suportes imagéticos, impressos e sonoros (IZQUIERDO, 2002, 2004). Sabemos que pela memória em documentos, em seus diversos tipos de suportes (impressos, imagéticos, sonoros), preservam-se e organizam-se informações produzidas ao longo dos tempos e dos espaços, gerando conhecimentos e formando memórias. Essas informações contidas nos documentos, tornadas conhecimentos, de acordo com os desejos e as necessidades do seu grupo constituinte, podem ser consultadas,

verificadas, classificadas, ordenadas e corrigidas. E também, os documentos integrantes da memória geram recordações e esquecimentos. Esses documentos depositários de informações e memórias podem estar em diversos lugares (arquivos, bibliotecas, instituições, museus etc.) e, para além disso, podem representar a produção institucional em uma situação específica.

Segundo Le Goff (2003), a memória como propriedade de conservar determinadas informações permite ao homem atualizar impressões ou informações que ele representa como passadas. Porém, como

fenômeno individual e psicológico (cf. *soma/psique*), a memória liga-se também à vida social (cf. *sociedade*). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. *oral/escrito*) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (*passado/presente*) produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (LE GOFF, 2003, p. 419, grifo do autor).

Com isso, as questões referentes à memória podem ser definidas como um conjunto de impressões para preservar informações que norteiem a existência social dos homens. A construção da nação brasileira se articula através de sentimentos coletivos, vinculados a identidades e ideologias associadas a memórias sociais. Assim, a memória tem um papel essencial na construção social da identidade brasileira e de elementos a ela relacionados, como a legitimação de interesses que atendam a determinados grupos detentores de poder. Nesse sentido, de acordo com o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990, p. 79) “não existe memória possível fora dos quadros sociais dos quais os homens que vivem em sociedade se servem para fixar e reencontrar suas lembranças”. Pode-se dizer que os quadros sociais, em realidade, servem como um conjunto referencial externo aos indivíduos, compreendendo o individual, o coletivo, o conjunto de pessoas próximas, o meio material e os costumes. Por sua vez, a memória, para além de um fenômeno individual e psicológico, é também um fenômeno social, construção proveniente das relações sociais constituídas pelos homens.

Michel Pollak (1992, p. 204), ressalta que a memória é um fenômeno construído e disputado por diferentes grupos e permeado de conflitos sociais e intergrupais, isto é, configura-se em um campo de disputas e de poder. Para o autor, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. A memória, portanto, é o suporte na construção de nossa identidade. No entanto, como aponta o autor, há um constante trabalho de enquadramento da memória, na

seleção do que será lembrado e do que vai ser esquecido, um verdadeiro trabalho de organização. Os esquecimentos, os silenciamentos e o próprio lembrar são elementos constitutivos da memória e fazem parte do processo de construção de sentidos.

É a memória estruturada com suas hierarquias e classificações, memória que ao definir o que é comum a determinado grupo e o que o distingue de outros, fundamenta e reforça sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989, p. 3). Já Halbwachs não vê nessa memória coletiva uma forma específica de dominação ou imposição. O sociólogo diz que ela reforça a coesão social pela adesão afetiva ao grupo. De acordo com Pollak (1989, p. 3), Halbwachs insinua que existe um processo de negociação que busca conciliar memória coletiva e memórias individuais: a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, na qual sentimentos, ideias e reflexões individuais são provenientes do coletivo.

Mary Douglas (2007, p. 105), em seu livro intitulado *Como as instituições pensam*, aborda como as instituições operam classificações, e questiona “Como é possível pensarmos sobre nós mesmos na sociedade a não ser usando as classificações estabelecidas em nossas instituições?”. Nesse aspecto, o IBGE, como órgão oficial está imbuído de autoridade para estabelecer classificações com o propósito de prover informações sobre o país. Isto é, classificar, categorizar aquilo que seria representativo da identidade e do perfil do brasileiro. É esta autoridade que Castells (2007, p. 209) menciona quando define instituição “por instituições, compreendo as organizações investidas de autoridade necessária para desempenhar tarefas específicas”. Ao selecionar e estabelecer categorias nos questionários dos Censos Demográficos passíveis de investigação, o IBGE e seus consultores técnicos estão, de certo modo, regulando memórias, fazendo escolhas, provocando lembranças e esquecimentos. O Instituto está criando, assim, suportes de preservação da memória. Nesses suportes, encontram-se, as categorias censitárias, presentes nos questionários dos Censos Demográficos que mapeiam a população brasileira, em que predominam alternativas preestabelecidas, relegando o que não fosse categorizado ao esquecimento.

Nesta pesquisa, portanto, a memória será entendida, sobretudo, como um fenômeno social ou coletivo que pode ser, por influência dos indivíduos e dos acontecimentos, reconstruído e refeito devido a uma série de valores e padrões de uma determinada época. Com isso, a construção social da memória se reveste de importância fundamental para a compreensão da estreita relação entre a seleção das categorias levantadas, as informações produzidas através das coletas censitárias e o contexto sócio-histórico de sua produção para atender aos interesses de Estado. Assim, as categorias existentes nos questionários dos censos

demográficos do IBGE são instrumentos promotores e detentores da memória, pois selecionam, retratam, evocam, revelam e produzem informações acerca dos períodos pesquisados. Partindo desse pressuposto, as categorias levantadas nos questionários dos Censos Demográficos, são verdadeiros dispositivos memoriais inteligentes que possibilitam sedimentar ideias em circulação ou, até mesmo, indicar novas representações sobre o perfil do brasileiro, conforme quadro que se segue. Perfil que começou a ser traçado a partir dos primeiros levantamentos populacionais, como será visto a seguir.

Quadro 2 – Questionários: dispositivos memoriais e informacionais



Fonte: O autor.

3.1 O perfil do brasileiro começa a ser delineado

Desde o século XVII, o Brasil realizava levantamentos populacionais parciais – como o Censo Colonial em 1808 (SOUZA e SILVA, 1986), ano da chegada da Corte ao Rio de Janeiro – a fim de obter informações sobre a população colonial para intervir de forma mais eficiente no seu ordenamento, e orientar os esforços de recrutamento militar.

Durante o período imperial, sobretudo entre os anos de 1830 a 1872, a prática de

recensar os habitantes do Brasil e das províncias quase foi abandonada (BASSANEZI, 2002). A execução dos arrolamentos populacionais propostos enfrentava percalços na ausência de pessoas qualificadas, e na escassez de recursos técnicos e financeiros para levar adiante a complexa tarefa no imenso território nacional, em que os meios de transporte e comunicação eram precários e ineficientes.

Em 9 de setembro de 1870, foi aprovada a primeira lei brasileira que determinava a realização de recenseamentos nacionais de população a cada dez anos, a Lei nº 1829 (BOTELHO, 2009, p. 6). Até então, os levantamentos estatísticos restringiam-se a registros sem sistematização e listas nominativas provinciais, com propósitos fiscais. Para organizar o recenseamento geral em todo o território nacional, seria criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE) na capital do Império. A Diretoria Geral de Estatística foi regulamentada através do Decreto nº 4676, de 14 de janeiro de 1871. Nele, previa-se sua estrutura administrativa e a remuneração de seus funcionários. Além disso, eram arrolados os tipos de informações a serem coletadas pelo órgão (BOTELHO, 2009, p. 6).

A sanção da lei do censo em 1870 aconteceu no momento em que o regime imperial estava consolidado, desfrutando de um amplo consenso interno e até externo. A importância do estudo da população era uma concordância de ideias no centro da elite política e intelectual. Elite que, segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2000, p. 55), representava “[...] uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”.

As autoridades tinham consciência da necessidade de organização de censos periódicos, pois modernizar a gestão do Estado requeria a disponibilidade de informações sobre a totalidade da população e suas principais características. A burocracia imperial, através dos regulamentos baixados por decretos do poder executivo, determinou os aspectos relevantes a serem levantados (BOTELHO, 2009, p. 9).

O Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872, é considerado o primeiro levantamento censitário oficial brasileiro. O Decreto nº 4856, de 30 de dezembro de 1871, regulamentava os trabalhos do censo, determinando que todos os habitantes do Império, nacionais e estrangeiros, livre e escravos, presentes ou ausentes, seriam recenseados em 1º de agosto no mesmo ano por meio de boletins ou listas de famílias, que eram os questionários do censo. Os dados declarados seriam o nome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução primária, a religião, as enfermidades aparentes, o grau de parentesco ou de convivência de cada pessoa com o chefe da família e, para as crianças de 6 a 15 anos, a frequência escolar (AZEVEDO, 1990, p. 115).

Pode-se dizer que as categorias censitárias selecionadas pelos burocratas retratam o

contexto sócio-histórico daquele período. A definição da condição social, *livre* ou *escrava*, era um requisito perante a segmentação da sociedade brasileira durante o Império, bem como o quesito *cor*, para mapear a diversidade da sua composição racial.

Naquele momento, conhecer a população e suas categorias levantadas era importante para a implantação das políticas públicas e de medidas de melhoria em andamento (por exemplo, o fim da escravidão, a instrução pública, as eleições e o saneamento nas cidades) e, ainda, para a descrição e construção social da identidade do povo brasileiro.

É importante ressaltar que o Recenseamento Geral de 1872 adquire uma importância singular pelo momento histórico em que foi realizado, tendo sido esse o único censo do período imperial e escravocrata de abrangência nacional. Além disso, ressaltamos que, dos primeiros censos demográficos brasileiros, esse foi o levantamento estatístico populacional que melhor retratou a população e a sociedade, mediante a diversidade, abrangência e riqueza das informações obtidas nos levantamentos.

O Censo de 1872 conseguiu responder ao anseio da elite letrada imperial por uma descrição da nação. Pela primeira vez se concretizava o processo de construção social da nação que, também, foi um processo de reconhecimento dos componentes identitários da nacionalidade brasileira. Mas qual nação a elite deseja enxergar? Certamente uma nação homogênea quanto aos aspectos culturais; porém, hierarquizada quanto à sua condição social e quanto à cor. Além do mais, o primeiro censo nacional brasileiro estabeleceu padrões e critérios que foram utilizados em censos futuros, particularmente os de 1890 e 1900 (AZEVEDO, 1990, p. 91).

Os censos de 1880, 1910 e 1930 não foram realizados por questões de instabilidade política. Os censos de 1890 e 1900 apresentaram diversos problemas de execução: na apuração, os dados que se diferenciariam dos do censo de 1872, como *filiação*, *nacionalidade paterna* e *materna*, deixaram de ser levantados e, na divulgação, os planos estabelecidos não puderam ser seguidos. Como o censo de 1910, o primeiro do século XX, não aconteceu, o próximo seria o tão aguardado censo de 1920 (AZEVEDO, 1990).

O Recenseamento da população em 1920, rico em detalhes, apresenta um retrato detalhado da população brasileira. Retrato que reflete os grandes anseios que estimulavam a intelectualidade da época: conhecer o Brasil, ou seja, construir um discurso sobre o povo brasileiro e suas riquezas naturais (MOTTA, 1992, p. 18).

A investigação dos quesitos por meio de lista de famílias, de acordo com a natureza dos domicílios, particular ou coletivo, inquiriu de cada membro recenseado as seguintes categorias: nome, sexo, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, grau de instrução,

residência e defeitos físicos – apenas quanto a cegueira e surdo-mudez. Além desses, mais dois quesitos foram formulados, referentes à condição ou situação do indivíduo que habita o domicílio e ao número de pessoas que tem a seu cargo (BOTELHO, 2009, p. 11).

Em relação às modificações ocorridas nas categorias que traçam o perfil da população, Bulhões Carvalho, seu organizador, no volume introdutório do censo de 1920, fornece algumas informações para justificar a sentida ausência:

A supressão do quesito relativo a *cor*, explica-se pelo fato das respostas ocultarem em grande parte a verdade, especialmente quanto aos mestiços, muito numerosos em quase todos os estados do Brasil e, de ordinário, os mais refratários às declarações inerentes à cor originárias da raça a que pertencem.

[...] No que diz respeito aos *defeitos físicos*, a lista censitária cogita apenas da cegueira e da surdo-mudez. São defeitos que ninguém oculta, nem há vexame em externá-los, constituindo, por outro lado, informações úteis à assistência ou amparo especial que devem ter os cegos e os surdos-mudos nos meios sociais mais adiantados.

[...] o quesito referente à *religião*, porque o estudo estatístico das diversas confissões exorbita do caráter sintético que devem ter as investigações do recenseamento geral da população, parecendo que deve ser antes objeto de um inquérito especial, capaz de revelar o fenômeno religioso na multiplicidade e complexidade dos seus interessantes aspectos.[...] (BRASIL, 1922, p. 488-489, grifo nosso, itálico do autor).

Nos censos realizados durante o Brasil Imperial (1822-1889) e no primeiro período Republicano (1889-1930), é possível observar alterações que ocorreram nas categorias classificatórias utilizadas na construção social da população. Em 1872, as preocupações apontam para a diferenciação dada pela condição civil e pela separação entre homens e escravos. Nos censos de 1890 e 1900, a investigação se preocupou com as marcas da escravidão e com a absorção das culturas estrangeiras. No censo de 1920, três modificações ocorrem: a primeira, supressão da categoria *cor*, procedimento que vem ao encontro dos empenhos republicanos em apagar a mancha da escravidão. A segunda, eliminação da categoria *religião*; em conformidade com as palavras de Bulhões Carvalho, de que a investigação desse quesito deveria ser objeto de um levantamento estatístico mais detalhado, capaz de desvendar o acontecimento religioso na sua diversidade e complexidade de seus interessantes aspectos. A terceira modificação está focada na divisão social do trabalho, resultando em uma análise mais elaborada da categoria voltada para a classificação das ocupações em grupos mais ou menos homogêneos, tais como de produção de matéria-prima

(caça e pesca, agricultura, pecuária etc.), transformação e emprego da matéria-prima (indústria, transporte e comércio), administração (pública e privada) e profissões liberais (religiosas, médicas, magistério etc.) e diversas (pessoas ocupadas com o serviço doméstico, as que viviam de renda etc.).

Até a década de 1920, a execução dos censos esteve sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística (DGE), que se manteve ativa até o final da década de 20, sendo dissolvida após a Revolução de 30 com a instauração do governo liderado por Vargas (1930-1945), no qual a sociedade vivenciou importantes mudanças nos âmbitos político, econômico e social. A criação, em 1938 do IBGE, está inserida neste contexto, cujos esforços estavam voltados para modernizar o país.

O Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, regulava os recenseamentos gerais do Brasil e compreendia um conjunto de disposições aplicáveis às atividades censitárias, como o âmbito da operação, data e periodicidade, obrigatoriedade da informação e da colaboração por parte de pessoas e das empresas, sigilo das informações, etc. (AZEVEDO, 1990, p. 120). Em 15 de abril do mesmo ano, o Decreto-Lei nº 2.141 aprova o regulamento para o censo de 1940, com meticulosas disposições sobre os censos e sobre os instrumentos de coleta “indicando toda a matéria que deverá ser objeto de investigação, especificando, em relação a cada censo, uma longa lista de itens que deverão constar da pesquisa” (AZEVEDO, 1990, p. 120). Enfim, o Instituto idealizado por Teixeira de Freitas realizaria o Censo Demográfico em busca de conhecimentos exatos sobre o Brasil e sua população.

3.2 Os Censos Demográficos do IBGE

Com o advento do Censo de 1940, VI do Brasil e I do IBGE, o país começou uma nova fase da história das estatísticas populacionais, principalmente no que se refere à dinâmica demográfica, realizada por meio do esforço e do conhecimento do seu consultor técnico, o demógrafo italiano de ascendência judaica Giorgio Mortara (1885-1967), que veio para o país, a convite do IBGE, fugido da ditadura fascista de Benito Mussolini (1925-1939)²⁵.

Esse Censo de 1940, executado em plena ditadura Vargas e cujo *slogan* era *Quantos*

²⁵ Segundo Santos (2007, p. 13-14), nas fontes pesquisadas não há evidências de como surgiu a decisão do Brasil oferecer asilo e emprego a Mortara. Na verdade, chega a ser contraditório que o mesmo País que expulsou uma judia grávida de um brasileiro – *Olga Benário* – acolheria um descendente semita perseguido e ainda lhe daria emprego no próprio governo. Entretanto, como o Brasil mantinha ligações com a comunidade estatística europeia e internacional, não seria nenhum absurdo imaginar que *Teixeira de Freitas*, *Carneiro Felipe*, *Macedo Soares* e outros tenham discutido e agido com presteza e habilidade para trazer Mortara com o objetivo de trabalhar no IBGE, dado a sua excelência profissional.

somos? O Censo Nacional vai contar para você, teve um planejamento minucioso em virtude da ausência de informações referentes à população e à economia, decorrida do lapso de tempo desde o último inquérito censitário, ou seja, em 1920.

Efetuada com extremo cuidado, o Censo de 40 iniciou a inclusão de várias categorias especiais para a população feminina (fecundidade e mortalidade) e dados extensos sobre a cor e a instrução da população feminina e masculina (IBGE, 1991, p. 22; MARCÍLIO, 1974, p. 6-7). É interessante ressaltar a motivação do Estado Brasileiro, entre os anos de 1920 e 1940, em apurar categorias específicas acerca da população feminina, como as que aparecem no censo de 40. Diversos estudos (RAGO, 1985; REIS, 1991; SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000) assinalam o relevante papel dado pelo governo Vargas à mulher e aos mecanismos de controle sobre os vários comportamentos relacionados ao casamento e à maternidade, no contexto da iniciante industrialização, do nacionalismo, e dos conceitos de nacionalidade então vigentes.

O Censo de 1940 possibilitou conhecer a distribuição da população brasileira conforme a localização do domicílio, entre rural e urbana e, no caso da urbana, entre urbana e suburbana. Possibilitou, também, retratar detalhadamente a distribuição da população nesse novo panorama de ocupação do interior do Brasil, com a criação de novos espaços urbanos além do litoral e das capitais brasileiras e revelou uma população urbana crescente, oriunda da intensificação do processo de urbanização e industrialização desenvolvido no país. Em relação ao censo ocorrido em 1920, algumas novidades nas categorias levantadas foram a volta de dados sobre cor, número de filhos nascidos vivos e/ou mortos, grau de instrução, discriminação de religiões diferentes da católica, origem do migrante e do emigrante, bem como dos idiomas falados no país. Por fim, há que se registrar que esse recenseamento, no que diz respeito à realidade brasileira, buscou levantar novos aspectos que pudessem dar uma ideia geral da população, por exemplo, a desagregação da população em urbana, suburbana e rural e as condições de moradia da população.

Entre 1946 e 1963, o Brasil esteve sob o regime democrático. Os dois próximos censos, realizados no período chamado desenvolvimentista ou nacional desenvolvimentista, ajudaram a produzir novas configurações para a população, por exemplo, pessoas economicamente ativas (1950) e levantamento de renda – rendimento pessoal (1960).

O Censo de 1950 foi realizado na gestão Dutra (1946-1950), em conjuntura política e econômica bem diversa da anterior, ou seja, após a promulgação da Constituição de 1946 que restabelece a independência dos três poderes, a autonomia de Estados e Municípios e as eleições diretas. O Censo de 50 ocorreu no mesmo ano em que o Brasil sediou pela primeira

vez a Copa do Mundo e foi derrotado pelo Uruguai por 2 a 1 na partida final. Esse Censo, que teve como *slogan Quantos somos? Informe ao censo*, buscou captar a diversidade cultural, social e histórica da população, relacionando as categorias de classificação aos indicadores socioeconômicos de condição de vida para traçar seu perfil. Em comparação com o Censo de 1940, o campo de investigação do Censo Demográfico de 1950 sofreu considerável redução. O número de quesitos baixou de 45 para 25, com a eliminação das perguntas referentes a cegueira, surdo-mudez, naturalidade dos pais do recenseado, data da fixação de residência no país dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, sindicalização, propriedade de imóveis, previdência social e seguros privados. Excluíram-se, ainda, dos boletins, as indagações que visavam conhecer a idade do recenseado na data de nascimento do primeiro filho; o número de pessoas que falavam corretamente o Português; o número de pessoas que recebiam instrução, a espécie, o grau dessa instrução e o local onde era ministrada; o total de pessoas que se habilitaram em alguma arte ou ofício; e a espécie de remuneração na ocupação principal ou suplementar.

Deposto em 1945, Getúlio Vargas retorna à Presidência, em 1951, por meio das eleições diretas, obtendo 48,7% dos votos. Embora mantivesse a orientação da política externa do governo Dutra, o novo período presidencial caracterizou-se por diversas modificações na política interna, quer ao incentivar a aliança entre a burguesia nacional, a classe média urbana e o operariado, quer ao possibilitar a expansão da capacidade produtiva nos campos da energia e dos combustíveis, visando a expansão industrial. A crescente oposição dos que discordavam do intervencionismo estatal, dos rumos nacionalistas da política econômica e da política sindical do Ministério do Trabalho culminaria com a morte trágica do presidente. Em 24 de agosto de 1954, Vargas desferiu um tiro em seu próprio peito no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Este segundo governo (1951-1954), transcorrido sob regime democrático, foi marcado pela retomada da orientação nacionalista, cuja expressão maior foi a luta pelo monopólio estatal sobre o petróleo, com a criação da campanha *O petróleo é nosso*, que resultaria na criação da Petrobrás em 1953.

No decorrer da década de 50, o país apresentou altos índices de crescimento econômico, com ênfase na industrialização. Eram anos de otimismo motivados pelo audacioso projeto desenvolvimentista nacional, o qual comportava o sonho da construção de Brasília que, fundada aos 21 de abril de 1960, tornou-se então a capital do país, anteriormente sediada no Rio de Janeiro. Chega ao país a televisão, ocasionando diversas mudanças nos meios de comunicação. A imprensa falada ganha corpo com o rádio ao levar informações aos mais remotos rincões do território nacional. Há uma efervescência cultural no país, intensa

movimentação na música, no cinema e no teatro, surge a Bossa Nova. Nesse contexto, foi realizado o Censo de 1960, no governo Kubitschek (1956-1960), que teve como *slogan* *Em 1º de setembro, o IBGE vai contar com você*, em pleno governo republicano de Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956-1960, cuja eleição foi marcada pelo *slogan* *Cinquenta anos em cinco*, já que o ideal era trazer ao Brasil o desenvolvimento econômico e social, mas na prática não foi bem assim, a começar pelo fato de que o presidente do país propôs, e fez, empréstimos junto a centros financeiros americanos, endividando o país. A abertura de mercado, incentivada durante esse governo, motivou a instalação de indústrias estrangeiras no país, principalmente a automobilística, que traz em seu bojo a ampliação da malha rodoviária nacional. Há, no Brasil, um discurso de modernidade e de grande aumento do consumo de eletrodomésticos, como rádio, televisão e geladeira, e de outros utensílios, como batedeira, fogão a gás e enceradeira, coisas que praticamente não existiam antes. Um desejo de transformar a realidade de um país subdesenvolvido, de retirá-lo do atraso, de construir uma nação realmente independente.

Voltando ao Censo de 60, entre as inovações apresentadas por ele, apesar dos 24 quesitos investigados, merecem destaque as categorias referentes ao levantamento de renda, buscava-se criar um mercado consumidor; as novas opções de resposta para o quesito conjugal, a abordagem das migrações internas ao indagar aos não naturais do município sua situação, rural ou urbana, o local do domicílio anterior e o tempo de residência no município, entre outras.

Em comparação com o Censo de 50, o de 60, em relação à inclusão econômica das pessoas, substituiu o conceito de ocupação principal pelo de ocupação habitual, isto é, aquela exercida pela pessoa por mais tempo, durante doze meses, tendo por base dois períodos de referência: o ano e a semana. Além disso, pela primeira vez, foi aplicada a técnica da amostragem em um censo. O emprego dessa técnica possibilitou investigar, por meio de nove categorias, as características das pessoas, inclusive econômicas, e todas as informações concernentes aos domicílios.

O Recenseamento de 1970, IX do Brasil e IV do IBGE, realizado pelo IBGE foi considerado um marco divisório na instituição e no país, principalmente por causa da organização e da riqueza de detalhes das pesquisas realizadas, além de se ter a certeza da confiabilidade dos números coletados e investigados, onde é possível se destacar o papel da sociedade civil, da comunidade acadêmica e dos criadores das políticas públicas nesse processo.

Esse Censo, com o *slogan* *Realidade de hoje, perspectivas do amanhã*, realizado no

auge dos anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985), durante o governo Médici (1969-1974), foi o censo do milagre econômico, mas também o da vitória brasileira na Copa do Mundo do México, quando a seleção brasileira de futebol conquistou o tricampeonato e a música que embalava o país era justamente uma projeção do resultado do censo, “Noventa milhões em ação, pra frente Brasil! Salve a seleção!...” (a população brasileira era de 93.139.037 habitantes). O Censo de 1970 teve como fundo histórico a repressão política e a censura no Brasil, o início das transmissões de TV em cores, a crise mundial do petróleo e o processo de modernização e racionalização dos aparelhos de Estado no Brasil.

Segundo Jane Souto de Oliveira (2003, p. 34), as modificações introduzidas no perfil da população, observados os 47 quesitos no Censo de 1970, foram poucas, pois os acréscimos se concentraram, sobretudo, na divisão de trabalho da população e na inclusão de *automóvel* ao elenco de bens duráveis das unidades familiares (a indústria automobilística no Brasil data da década de 50). Entretanto, enquanto no cenário político se configurava a repressão, o recenseamento retratava o dinamismo populacional, social e econômico através da investigação das características das pessoas, das famílias e dos domicílios (AZEVEDO, 1990, p. 127). E mais, os dados censitários de 70 evidenciaram, em relação aos levantados no censo anterior, de 1960, o aumento significativo da pobreza e da desigualdade social na sociedade brasileira.

Entre 1950 e 1980, o país passou por grandes transformações sociais e econômicas com a urbanização, a industrialização, o desenvolvimento econômico etc. Passou de um país essencialmente agrícola para um país urbano, industrial e de serviços. Apesar do impressionante crescimento industrial no curso de três décadas, esse quadro muda a partir de 1980. Ou seja, os índices de crescimento declinaram e ocorreram diversos anos de crescimento negativo, e as medidas recessivas refletiram no aumento do índice de desempregos.

Com os censos de 1980 e 1991, respectivamente X e XI do Brasil e V e VI do IBGE, a investigação obteve um maior detalhamento, mesmo com as dificuldades que foram enfrentadas naquela época. Ao longo da década de 80, não por acaso chamada de “década perdida”, a população brasileira, sobretudo a de assalariados, se tornou mais pobre. Além disso, foi uma época marcada por tensões econômicas, pelas mobilizações das *diretas já* e da Assembleia Nacional Constituinte. Desta resultou a promulgação da Constituição de 1988, que refletiu os avanços ocorridos no país, principalmente na área de direitos sociais e políticos dos cidadãos em geral e das chamadas minorias (FAUSTO, 2009, p. 525). Essa fase recessiva estendeu-se de 1981 até fins de 1992, apesar de uma breve lacuna de recuperação entre os

anos de 1984 e 1987.

Após um período marcado por greves e movimentos sociais, o IBGE realiza o Censo de 1980, durante o governo Figueiredo (1979-1985). Esse Censo, que teve como *slogan* *O país que a gente conta*, apresentou um alargamento do conteúdo temático em seus 57 quesitos investigados. Em relação à configuração da família brasileira, houve a introdução de uma classificação dos domicílios por espécie de família – nuclear, estendida e composta – e de um novo perfil das pessoas, na unidade doméstica, que estabelece o seu vínculo com o chefe ou pessoa responsável pelo domicílio e pela família. A investigação trouxe como novidade a inclusão da categoria *trabalhadores agrícolas volantes*, entre outras.

A realização do Censo Demográfico em 1991, no governo Collor de Mello (1990-1992), deu-se com um ano de atraso. Isso ocorreu devido às crises fiscais e políticas da virada dos anos 80 para os 90 (FAUSTO, 2009, p. 553-556) e por alegação de falta de verbas para repasse ao IBGE, o que dificultou o trabalho em vários aspectos. O mais importante deles foi o rompimento da periodicidade decenal do censo, não permitindo comparabilidade direta. Para realizá-lo, foi preciso ajustar os *dados* do ano de 1990 de forma a estimá-los. Tal Censo, com o *slogan* *O Brasil vai ficar com a sua cara*, deteve-se nas variáveis mais gerais, educacionais e econômicas da população brasileira, tais como sexo, idade, religião, cor, alfabetização, nível de instrução, trabalho etc., e foram investigados 61 quesitos. Importante destacar que a categoria *cor* voltou a constar no questionário e, como novidade, dentre outras, apareceram a investigação do local de trabalho, além de mais dados de fecundidade e migração.

No Censo Demográfico de 2000, XI do Brasil e VII do IBGE, no qual se retomou a sua realização em anos terminados em zero, surge um novo olhar sobre a investigação, mais micro, detalhado, tendo como foco os municípios, apresentando um recorte embasado no tamanho da população. Seus resultados chamaram a atenção dos mais diversos segmentos da sociedade, onde o fator decisivo foi a criação de vários meios para disseminar os resultados.

O Censo Demográfico de 2000, com o *slogan* *Abra as portas para um Brasil melhor*, realizado na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi marcado pela incorporação de novas tecnologias, de modo que se chegasse aos melhores níveis de qualidade e transparência em todas as fases de execução do Censo. Tais inovações tecnológicas permitiram, aos usuários dos dados censitários, e à sociedade, um melhor acompanhamento de cada fase da operação, entre elas, o acesso aos resultados de curto prazo através das mídias de última geração de comunicação e de disseminação de informações.

Para a população, através de seus 90 quesitos investigados, foram divulgados dados

sobre sexo, idade, cor ou raça, religião, educação, fecundidade, mortalidade, nupcialidade, migração, trabalho e rendimento. Para as famílias, destacam-se informações sobre seu tamanho (número de componentes), composição e caracterização do chefe da família. Os dados sobre os domicílios referem-se à sua situação e localização, disponibilidade de serviços (água, esgotamento sanitário, eletricidade), existência de bens duráveis e características do chefe responsável pelo domicílio. Também é relevante destacar que o quesito *ocupação suplementar*, investigado nos Censos de 40 e 50, voltou a constar no questionário.

Para 1991 e 2000, depois de cerca de meio século ausente dos censos brasileiros, foram incluídos dados de deficiência mental e física e, em 2000, de incapacidade das pessoas, deslocamentos realizados para o trabalho e estudo, dentre outros. Por fim, há que se ressaltar a amplitude da temática investigada nos questionários dos Censos de 1980, 1991 e 2000, entre elas, o aprofundamento das questões étnicas, culturais, econômicas e sociais que constituem o perfil do brasileiro traçado pelo Instituto.

O Censo demográfico de 2010, XII do Brasil e VIII do IBGE, com a tarefa de contar quantos somos e saber como vivemos, contou, principalmente, com a colaboração da população, que recebeu bem o recenseador e respondeu corretamente os 108 quesitos investigados no questionário para retratar o país e suas transformações sociais e econômicas.

No Censo de 2010, com o *slogan Censo 2010, você responde, o Brasil corresponde*, realizado no governo Lula (2003-2010), entre os novos temas abordados estão os seguintes: se nos domicílios há casais do mesmo sexo; o número exato de brasileiros que foram morar no exterior; e a identificação de todas as tribos indígenas no país, bem como a língua falada em cada uma. Foram aprofundadas questões referentes à educação e ao trabalho, como o tempo gasto para chegar até o serviço ou à escola, além de detalhes sobre a construção dos domicílios.

No apêndice C, consta um quadro organizado por ano (1936, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), regime governamental, presidente do Brasil, contexto sócio-histórico-ideológico, presidentes do IBGE, *slogans* dos Censos Demográficos e alguns dados relevantes. Sua finalidade é a de oferecer uma visão panorâmica dos Censos Demográficos realizados entre 1940-2010, atrelados ao contexto social, histórico e ideológico vigente.

Finalizando essa breve descrição sobre os censos brasileiros, discorre-se, a partir de agora, sobre os conceitos *classificação* e *categoria*, especificamente, sobre as classificações e as categorias censitárias.

3. 3 Classificações e categorias

Desde os tempos mais remotos, os levantamentos estatísticos interessaram aos governos, que dominavam sua produção e os mantinham em seu poder. Mas, afinal, o que é estatística ou Ciências Estatísticas? Embora seja uma ciência relativamente recente na área da pesquisa, ela remonta à antiguidade, quando operações de contagem populacional já eram usadas para obtenção de informações sobre os habitantes, riquezas e poderio militar dos povos. Depois da idade média, os governantes, na Europa Ocidental, preocupados com a difusão de doenças endêmicas, que poderiam devastar populações, e, também, acreditando que o tamanho da população poderia afetar o poderio militar e político de uma nação, começaram a obter e armazenar informações sobre batizados, casamentos e funerais. Entre os séculos XVI e XVIII, as nações, com aspirações mercantilistas, buscaram o poder econômico como forma de poder político. A expressão estatística tem sua origem no termo alemão *statistik* e foi cunhada pelo professor alemão Gottfried Achenwall (1719-1772), em 1749. Era, a essa época, entendida como Ciência do Estado, ou como “ciência que se referia ao Estado. Mais precisamente referia-se aos acontecimentos tidos como memoráveis ao entendimento de um Estado, descrevendo-se seu território e sua população, compondo assim referências a amparar a ação de seus dirigentes” (SENRA, 1999, p. 1). Eis o que levou a criação das agências oficiais de produção de estatística pública ou estatística oficial²⁶, isto é, da informação produzida pelas agências do governo, tais como: órgãos de recenseamento, departamentos de estatísticas e instituições semelhantes (SCHWARTZMAN, 1996, p. 1). Já na atualidade, as estatísticas são consideradas

[...] representações numéricas da realidade a qual buscam mensurar. Em seu processo de construção, apoiam-se em interpretações teóricas que modelam aspectos da realidade e passam a criar seus próprios modelos de interpretação do real. As estatísticas que buscam apreender a realidade social guardam, pois, em sua configuração numérica, uma certa visão do mundo, o que as restringe ao contexto que as referencia (PORCARO, 2001, p. 2).

As informações contidas nesses levantamentos são consideradas dados potentes e robustos das realidades desejadas e observadas que buscam, supostamente, tanto quanto possível, torná-las visíveis e, assim, fornecer conhecimentos necessários ao exercício do poder. Dito de outra forma, as estatísticas são informações extraídas, classificadas,

²⁶ Vale observar que, de fato, ambas as expressões são sinônimas e continuam valendo, entretanto a partir da análise de sua cronologia de uso foi possível perceber que *estatística oficial* é a mais usada nos dias atuais. Já a *estatística pública* foi amplamente empregada até os anos 90, estando agora restrita ao meio acadêmico.

combinadas, comparadas, configuradas, refinadas, geradas e disseminadas que possibilitam conhecer, projetar ou, até mesmo, antever o futuro dessas realidades desejadas, observadas, selecionadas, registradas e explicadas em documento publicado. Pode-se dizer, então, que a prática estatística é um exercício que delimita e, em seguida, expande o seu potencial revelador das similitudes e diferenças que aparecem nas realidades investigadas segundo as análises dos consultores técnicos integrantes da Comissão Consultiva do Censo Demográfico.

Analisando o processo de construção e consolidação dos Estados modernos, no Brasil, por meio dos Censos Demográficos e outras operações censitárias, percebe-se que as populações foram classificadas estabelecendo fronteiras que reconfiguraram coletividades preexistentes. Segundo López (2005, p. 67), os processos de enumerar e quantificar as populações permitiram ao Estado *transformar em legível* a sociedade, a partir de uma série de tipificações que estabeleceram os parâmetros de vínculo dos indivíduos à nação, assim como as classificações favoráveis para categorizá-los.

Nessas análises, os temas e variáveis passíveis de investigação, neste estudo chamadas *categorias censitárias*, são previamente escolhidas para compor os questionários conforme as necessidades de uma demanda inicial ou fundadora. A demanda inicial ou fundadora, denominada por Senra (2005, p. 110, 119, 139-140) como *demanda ex ante*, é uma condição *sine qua non* para a produção da informação estatística. É a partir da existência dessa demanda informacional, capaz de gerar conhecimentos, que a instituição produtora começa a analisar a viabilidade técnica e orçamentária das informações a serem investigadas e produzidas. Aliás, é nas limitações expressas dos temas investigados, classificados, categorizados, e em suas regularidades e irregularidades, que analiso o perfil do brasileiro construído discursivamente pelo IBGE ao longo de aproximadamente 70 anos, adjunto a uma análise dos contextos sócio-políticos vigentes no momento de realização dos Censos Demográficos entre 1940 e 2010. Nesse sentido, a informação produzida pelas categorias censitárias pode ser vista como valor e como produtora de valor, já que o acesso aos numerosos e variados discursos informacionais possibilita encontrar indícios de participação política, de cidadania e de identidade. Segundo Kobashi; Tálamo (2003, p. 19) a informação “é uma estrutura significante que sintetiza os conteúdos dos documentos, sob formas diversas, segundo políticas e segmentos de usuários [...]” e seu valor consiste em gerar conhecimento. E, no caso dos Censos Demográficos, essa informação produzida e organizada torna-se um elemento fundamental no processo de se conhecer e gerar conhecimento sobre o Brasil e o perfil do brasileiro.

Sabe-se que as investigações estatísticas, sejam recenseamentos gerais ou pesquisas

temáticas, são operações complexas, de grande porte, e dispendiosas, que resultam de um trabalho de conceituação, organização, observação e exploração. Desse modo, é preciso que exista uma necessidade social, isto é, uma demanda *ex ante*, que deve ser o mais possível prevista e antevista por parte dos Institutos Nacionais de Estatísticas (INEs), com finalidades determinadas e especificadas, já que, supostamente, não se elaboram levantamentos de informações estatísticas oficiais a partir de vontades arbitrárias e personalistas. Tal demanda, quase sempre, tem origem em alguma esfera de governo, mas, também, pode ter sido emanada da sociedade e/ou do mundo empresarial, do mercado. Em reuniões e consultas aos principais usuários das informações gerados pelo IBGE – com a participação de instituições de pesquisa, universidades, órgãos públicos e das diversas instâncias de governo, nelas se levantam expectativas e se obtêm subsídios sobre o conteúdo dos questionários.

Segundo Senra, o Estado, a sociedade e o mercado, configuram o *triângulo da demanda*, cujo vértice superior é ocupado pelo governo, e os dois vértices da base pela sociedade e o mercado. Essas duas instâncias da base possuem relação direta e de duplo sentido com o ápice do triângulo. Porém, o autor observa que, tempo a tempo, existe um

novo triângulo da demanda a ser revelado e atendido: governo (em si), comunidade (sociedade), mercado (empresas). As formas de governo, e seus compromissos internacionais, provocam variações nos vértices desse triângulo. A demanda dos vértices comunidade (sociedade) e mercado (empresas) será vista pela ótica dos governos (que movem os Estados), pois, afinal, as instituições estatísticas que assumirão a atividade estatística nacional são públicas. [...]

Estudar essas relações e mudanças é desvelar a formação das nações, a criação dos Estados [...] é escrever história política, história social e história institucional (SENRA, 2009, p. 7, 2005, p. 121).

Fundamentado em uma demanda *ex ante*, o processo de produção das informações estatísticas perpassa por quatro etapas processuais. Na primeira, a etapa de conceituação/concepção – na qual esta pesquisa se detém –, é idealizado o objeto sobre o qual incidirá a observação; a coletividade observável será construída a partir de alguns elementos de identidades existentes em cada individualidade (cor/raça, educação, religião etc.), considerando os fatos que se deseja revelar e desvelar. Tais informações sobre o objeto serão analisadas, temas sugeridos serão selecionados ou não, classificações e categorias a serem utilizadas serão definidas e, com isso, limites serão impostos para a apreensão da realidade. A categorização corresponde ao principal modo de ordenação das estatísticas. Isso porque não é possível contar o que não está classificado, sendo, portanto, necessário, antes de coletar as

informações, definir as categorias que irão compor os questionários censitários.

Neste sentido, Jean Louis Besson (1995, p. 51) afirma que “as categorias estatísticas demonstram os *a priori* balizados em determinado acordo a respeito da realidade econômica, social, cultural etc”. Desse modo, cristalizam maneiras de ver próprias da sociedade em que estão introduzidas. Assim, para que se consiga computar, é necessário definir o que se estabelecerá como traço delineador e unificador dos itens e, esta seleção, por ela mesma, constrói socialmente a imagem daquilo que se deseja enxergar. A construção social da população brasileira, assim descrita, reflete a representação que se tem da sociedade expressa em números, ao mesmo tempo que, para além disso, garante a compreensão e a credibilidade nos dados produzidos, legitimando as informações objetivadas pela sociedade, bem como permanecendo na sua memória. Uma vez produzidas, as estatísticas ganham vida própria, e produzem conhecimentos.

Na segunda, a etapa de obtenção dos registros individuais, inicia-se a pesquisa de campo para levantamento e registro dos dados detalhados nas categorias censitárias presentes nos questionários. Na terceira, a etapa de elaboração das estatísticas, faz-se sucessivas agregações dos registros individuais obtidos na etapa anterior, procurando conformar as informações para as coletividades idealizadas inicialmente, a partir das codificações e classificações pré-idealizadas e, em geral, já expressas nos questionários. Por último, a quarta, a etapa de avaliação da qualidade e exploração das estatísticas realizadas, volta-se aos fatos que, na origem, desejou-se revelar e desvelar; as expectativas e experiências serão utilizadas na avaliação. Porém, deve-se atentar que as informações estatísticas não são os fatos em si mesmos; serão, com seus limites e restrições, apenas recortes da realidade observada.

Desse modo, chega-se ao tempo da divulgação e da disseminação da informação estatística levantada e surge, seguidamente, a demanda *ex post*, aquela que tem a eficácia de reafirmar que as estatísticas possuem a potência de provocar diferentes significações naqueles que as recebem; elas aproximam as pessoas e as coisas distantes e/ou ausentes, sem, contudo, fazê-las presentes (SENRA, 2005, p. 100, 109, 121).

Conhecidas as realidades trazidas à presença da sociedade, por meio de análises, gráficos, tabelas, mapas e notícias etc., tornam-se pensáveis e potencializadas, conforme a realidade de cada indivíduo, comunidade etc. Trata-se de informações com capacidades transformadoras, capazes de gerar conhecimentos e revelar determinadas realidades. E, em paralelo, discursos embasados nas informações estatísticas, nas classificações previamente estabelecidas, e categorias censitárias investigadas, são construídos e reconstruídos, dentre eles, o discurso sobre o perfil do brasileiro.

Assim sendo, como já mencionado, a pesquisa das construções e variações das categorias estatísticas, implicadas nos contextos sociais e históricos de sua produção, possibilitará identificar ideologias que permitem delimitar a continuidade existente na inquirição dessas categorias. Entretanto, para propósitos estatísticos, é fundamental que os dados levantados sejam agrupados a partir de determinadas semelhanças, criando-se categorias e classificações. A escolha por essa semelhança, no entanto, produz exclusões de itens que seriam considerados se o critério fosse outro (BOWKER; STAR, 2000, p. 5).

3.3.1 Classificações e categorias: conceitos e reflexões

O termo classificar, no seu sentido mais simples, segundo Brian Vickery (1980, p. 23), “é reunir coisas ou ideias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças”. Já o termo *classificação* apresenta como característica o processo de reunir e dividir o conhecimento por suas analogias, bem como arrumar as informações de modo que suas relações de semelhança se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos (VICKERY, 1980, p. 23). O bibliotecário britânico James Duff Brown (1862-1914), estabeleceu que a classificação era um processo mental executado com frequência e de forma consciente e inconsciente por qualquer ser humano, mesmo não sendo reconhecido como tal. Na realidade, este é um dos mais importantes campos do conhecimento.

Toda mente classifica objetos consciente ou inconscientemente para todos os tipos de propósitos. Agrupar em classes um maior ou menor número de analogias entre as diversas e distantes realidades a ser classificadas faz o ponto de vista do homem “o único princípio a partir do qual a classificação pode se estabelecer” (POMBO, 2002, p. 9). Ora, são as classes, quando as coleções deixam de ser apenas figurais e obtêm-se de forma gradativa a distinção entre alguns e todos, que geram, enfim, a noção de hierarquia. De acordo com Vickery

o ponto de partida tradicional para se construir uma classificação tem sido o “universo” do conhecimento, que se divide em classes convencionais principais. As “entidades” (seres concretos e conceituais) em cada classe principal têm muitos atributos, e alguns deles podem servir como características para a “divisão lógica” da classe principal em subclasses ou grupos. Os grupos assim derivados podem ser depois dispostos numa ordem útil. Cada grupo é em si um “universo” puro, suscetível de divisão por uma outra característica. A divisão sucessiva por uma série de características resulta numa cadeia de classes (VICKERY, 1980, p. 234, grifo do autor).

Os seres humanos, mesmo que desconheçam as noções científicas e matemáticas de uma classificação, tendem a constituir e reunir formas análogas, realizando, assim, a função de categorizar (GIL, 2001, p. 53, 95). Portanto, pode-se dizer que categorizar é explicitar algum tipo de relação para justificar aquilo que os seres humanos conhecem. Vickery (1980) ainda menciona que as categorias são conceitos de alto grau de generalidade e vasta aplicação utilizada na interpretação do mundo. Como bem definem Álvaro Cabral e Eduardo Oliveira (1972, p. 310), *categoria* é a “classe fundamental; concepção básica; uma das ideias primárias a que todas as outras ideias podem ser reduzidas”. Dessa maneira, as categorias determinam a noção de realidade, empregando classes hierárquicas e critérios selecionados por suas semelhanças, bem como arrumam as informações de maneira que suas analogias se destaquem, para que essas informações possam ser apreendidas e revelem, sobretudo, como nos diferenciamos e nos transformamos ao longo do tempo (GIL, 2000, p. 52-53).

A despeito de significações e valores difundidos, o estudo da classificação atraiu algumas áreas, tais como a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia, a Pedagogia, a Sociologia, além da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Os lógicos, filósofos e lexicógrafos que empregaram a classificação para compreensão e análise do conhecimento interpretaram o significado da classificação de distintos modos. A classificação foi definida por eles como Classificação do Conhecimento, que Aristóteles (382-322 a.C.) concebeu inicialmente como um exercício mental, citando os predicáveis ou categorias em seu estudo chamado *Organon* que, originariamente, em número de cinco foram: gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente. Juntos, os cinco predicáveis constituem um método lógico para raciocinar sobre as coisas (ARISTÓTELES, 1978, p. 110). O *Organon*, tratado que expõe a lógica aristotélica, compreende uma coleção de cinco tratados, cujos conteúdos se entrelaçam entre si, são eles: *Categorias, De interpretatione, Analíticos Anteriores, Analíticos Posteriores e Tópicos* (XAVIER, 2008, p. 58).

Aristóteles denominou de categorias ou predicáveis as classes gerais em que, segundo ele, se podem situar, ordenadamente, as ideias que possuímos das coisas. Para o filósofo, os objetos do mundo podem se apresentar sob dez categorias, que são substância (homem, cachorro, pedra, casa, etc.); qualidade (azul, virtuoso, etc.); quantidade (grande, comprido, dois quilos, etc.); relação (mais pesado, escravo, duplo, mais barulhento etc.); duração (ontem, de manhã, etc.); lugar (aqui, no pátio, etc.); ação (correndo, cortando, falando, etc.); paixão ou sofrimento (derrotado, cortado, etc.); maneira de ser (saudável, doente, etc.) e posição (horizontal, inclinado, etc.) (ARISTÓTELES, 1978, p. 110-111).

Tais categorias foram os principais fatores usados pelos aristotélicos e outros

pensadores para qualificar as diversas áreas do conhecimento e para os estudos da classificação. Elas podem se adequar à maioria dos assuntos reconhecidos, e todas podem ser utilizadas como características classificatórias, ou seja, para estabelecer a distinção entre as coisas, os fatos, os fenômenos, os objetos, os seres etc. Para Aristóteles, as categorias são empregadas a fim de indicar o que um ser ou objeto é ou faz, demonstrando o que nossa percepção e pensamento acerca desse objeto assimilam de pronto e diretamente. E, na moderna área da Ciência da Informação, Maria Antonieta Piedade (1977, p. 77), baseada no filósofo, diz que as categorias são as grandes classes, os grandes tipos de fenômenos presentes no conhecimento em geral ou em uma de suas partes.

Shiyali Ramamrita Ranganathan (1967), matemático, bibliotecário das universidades de Madras e Benares, e, também, professor de Ciência da Informação na Delhi University, constrói, a partir de seus postulados teóricos, um sistema de classificação, a *Colon Classification (CC) ou Classificação de Dois Pontos*, com o intuito de mostrar que as categorias constituem o fundamento de qualquer sistema de organização do conhecimento. Ele estabeleceu a organização da estrutura classificatória em cinco categorias fundamentais em que dividia todo e qualquer assunto: personalidade (constituída de objetos de estudos de uma determinada área); matéria (abrange tipos de materiais e de substâncias de que são feitas as coisas); energia (está associada às ações, às reações, às atividades, aos processos e às técnicas); espaço (corresponde às divisões geográficas) e tempo (corresponde às divisões cronológicas). Tais categorias ficaram conhecidas pela sigla PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo).

Do ponto de vista antropológico, estudos ressaltam a importância de se compreender as características e o modo de classificações sociais existentes em diferentes culturas, pois são partes constitutivas da sociedade, uma vez que não se pode deixar de percebê-las em toda parte. Segundo Peter Burke, desde Durkheim os antropólogos levaram a sério as categorias de diferentes realidades sociais, investigando seus contextos sociais, dentre outros, os estudos clássicos como

O pensamento chinês (1934), de Marcel Granet, e *O pensamento selvagem* de (1962), de Claude Lévi-Strauss. Granet, por exemplo, apresentou as categorias chinesas *yin* e *yang* como exemplos de pensamento concreto ou pré-lógico. Lévi-Strauss rejeitou a idéia de pré-lógico, mas também ele destacou as categorias concretas dos chamados povos primitivos, como os índios americanos, que fazem uma distinção análoga ao nosso contraste entre “natureza” e “cultura” com as categorias do “cru” e do “cozido” (BURKE, 2003, p. 78, grifo do autor).

Se as categorias, por meio da linguagem, determinam a noção de realidade, por sua vez as classificações reúnem e dividem o conhecimento, empregando classes hierárquicas e critérios selecionados por suas semelhanças, bem como arrumam as informações de maneira que suas analogias se destaquem, para que essas informações possam ser apreendidas e revelem, sobretudo, como nos diferenciamos e nos transformamos ao longo do tempo. Segundo Kobashi e Francelin (2011, p. 9), as classificações operam por “comparação entre as características das coisas, estabelecendo um princípio de ordem que obedece a um conjunto complexo e dinâmico de inferências”. Desse modo, as classificações seriam significações hierárquicas que distinguem e separam os vários aspectos heterogêneos da sociedade, e, à medida que se tem a percepção isomorfa dos fatos e objetos, também se trabalha com suas diferenças. Fernando Gil frisa que, por outro lado, as classificações em relação às categorias são uma manifestação direta do pensamento categorial, já que

[...] no sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações – classificam-se populações de objetos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objetos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade/diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte) isto é, sobre uma modalidade do par anterior/posterior [...] (GIL, 2001, p. 91).

A classificação implica a organização e a ordenação das informações em categorias hierárquicas, segundo critérios técnicos e com o propósito de determinar a estrutura dentro da qual serão estabelecidos os diversos níveis de agregação. É pela análise de semelhanças e de contrastes que se obtêm os conceitos e as categorias (GIL, 2001, p. 53). É um lidar permanente com escolhas e opções, processo no qual algumas informações serão descartáveis, influenciando no resultado; diferentes arranjos da realidade constituem diferentes tipos de classificações. Na perspectiva de Olga Pombo, as classificações

constituem os pontos estáveis que nos impedem rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de “idades” ou “geografias”. Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente (POMBO, 2002, p. 1).

Pode-se dizer, então, que, habitualmente, o ser humano categoriza o mundo percebido por ele, cria definições, atribui propriedades, faz associações, estabelece hierarquias etc. Ian Hacking (2001, p. 213) afirma que a ação de selecionar e organizar classes é algo que

possibilita considerar uma unidade como um elemento integrante de uma coletividade, podendo prevalecer ambas as classificações. Dentro da proposta do autor – *ideas en sus matrices*, as classificações devem considerar as questões sociais, individuais e políticas, pois sem essa contextualização as *ideias* (objetos, seres, etc.) não existem. Desse modo, as *ideias* não subsistem em um vácuo, e as suas matrizes seriam constituídas no complexo institucional, nas experiências individuais, na produção e divulgação científica. As *ideias* para serem entendidas necessitam ser classificadas. Assim, *religião, cor, raça* etc. não são pontos de partida para se pesquisar, mas podem vir a ser a partir do momento em que são construídos e pensados, mesmo que sempre possam ser modificadas (HACKING, 2001, p. 30-38).

Exemplos realistas de descrição de quaisquer experiências, as categorias constituem a primeira etapa para que a classificação das ciências e do saber se expanda, se desenvolva e se materialize. Em geral, as categorias conformam qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para a sua expressão linguística em diversos campos.

De acordo com a História, o primeiro significado atribuído às categorias é realista, ou seja, elas são consideradas determinantes da realidade e, em segundo, são noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade (ABBAGNANO, 2000, p. 121). Já na ótica foucaultiana, são discursos entendidos como práticas organizadoras da realidade que estabelecem hierarquias e distinções, articulando o dizível e o visível. (FOUCAULT, 2007, p. 8-9). Logo, as categorias que são usadas para definir e dividir o mundo social constituem verdadeiros sistemas que nos permitem ou impedem de pensar, ver e dizer certas coisas (SILVA, 2002, p. 254).

Ratificando esse raciocínio, Goodman, citado por Hacking, (2001, p. 214) afirma que a seleção e a organização de classes determina o que chamamos *o mundo*. Pode-se, dizer, portanto, que a classificação do conhecimento está associada ao contexto-sócio-histórico do momento; porém, sem abandonar a ideia de acomodar novos conhecimentos, novas nomeações e re-nomeações. Dessa forma, percebe-se também a relação com o desenvolvimento do conhecimento, pois, com a organização desse em classes, sua função se estende à de unificar e sistematizar os fatos e dados, com espaços que permitem crescer a partir do exterior, ou seja, nível a nível, de acordo com a hierarquia.

É o caso das classificações e categorias censitárias investigadas nos Censos Demográficos que, segundo o departamento de demografia das Nações Unidas, pode ser definido como o conjunto de técnicas que tem por objetivo recolher, organizar e publicar dados de uma determinada população (NAZARETH, 2000, p. 13). Entretanto, para propósitos estatísticos, é fundamental que os dados levantados sejam agrupados a partir de determinadas

semelhanças, criando-se classificações e categorias que ordenam e categorizam as características a serem investigadas da realidade econômica e social. A escolha por essa semelhança, no entanto, produz exclusões de itens que seriam considerados se o critério utilizado fosse outro (BOWKER; STAR, 2000, p. 5).

3.3.2 A classificação estatística no IBGE: as comissões

A realização dos censos demográficos, devido à sua importante abrangência nacional, é produzida com muita atenção e grande investimento financeiro. O IBGE faz ampla consulta aos principais usuários e constitui comissão consultiva com representantes do meio acadêmico e técnico-científico, com vistas a acompanhar todas as ações de planejamento, execução, apuração e divulgação de resultados. Tal Comissão Consultiva do Censo Demográfico, presidida pelo titular da Diretoria de Pesquisas do IBGE, é constituída por especialistas – geógrafos, demógrafos, sociólogos, economistas, cientistas sociais, matemáticos, de notório conhecimento ou atuação nos temas, métodos e técnicas que são discutidos para a operação censitária. Aos membros dessa Comissão compete fornecer subsídios em questões referentes ao Censo demográfico, principalmente na definição do conteúdo dos questionários; na estratégia do uso da amostragem na coleta; na realização e avaliação do Censo Experimental; na definição de métodos de apuração dos dados; no plano de divulgação dos resultados; no acompanhamento da coleta dos dados; e na avaliação e análise dos resultados. Tal configuração das Comissões é aqui reconhecida como um exemplo de trabalho interdisciplinar,

geração de conhecimentos através de diferentes modalidades de interação visando à integração de conceitos, métodos, dados, ou as abordagens epistemológicas de múltiplas disciplinas em torno de uma ideia, problema, tema ou questão em particular; a interdisciplinaridade se desenvolveria dentro de um campo científico, buscado a superação e reformulação das fronteiras paradigmáticas (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2003, p. 6).

A interdisciplinaridade implica, assim, um “exercício transversal da racionalidade” que transcorre não somente as fronteiras disciplinares, mas também as das atividades setoriais, no escopo e na abrangência da produção e transmissão do conhecimento. A riqueza da interdisciplinaridade encontra-se no empenho exigido para o direcionamento dos olhares para um mesmo objeto por intermédio de concepções diferentes (GONZÁLEZ de GÓMEZ; ORRICO, 2004, p. 11). Na mesma linha de pensamento, Orrico (2006, p. 3) afirma que o “exercício interdisciplinar implica necessariamente um trabalho coordenado de equipe”.

Pode-se dizer, assim, que a participação de especialistas em diferentes áreas, desde a fase de planejamento até a divulgação dos resultados, colabora para expandir a qualidade técnica do Censo, porém a responsabilidade por todo o trabalho é unicamente do IBGE. Dessa forma, a Instituição visa dar transparência ao processo, atendendo às expectativas da sociedade em relação à abrangência do conteúdo e aos procedimentos técnicos adotados.

Na prática, as classificações e categorias censitárias são indispensáveis para a produção da informação estatística e servem para organizá-la depois de produzida. Podem ser entendidas como instrumentos lógicos que identificam as características da realidade econômica e social. Elas se reúnem por temas internacionalmente conhecidos como *famílias* – por exemplo, a família das classificações sociais (educação, religião, mortalidade, fecundidade etc.); a família das classificações econômicas (atividades econômicas, produtos) etc. (IBGE, 2011).

As classificações usadas no sistema estatístico brasileiro estão sob a coordenação da Comissão Nacional de Classificações (CONCLA). Ela foi instituída no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, pelo Decreto n°. 1.264 de 11 de outubro de 1994, para o monitoramento, a definição das normas de utilização e a padronização das classificações estatísticas nacionais (GÓES, 1996, p. 11-12). Sua presidência e secretaria executiva são exercidas pelo IBGE, e é integrada por um representante de cada Ministério: do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Relações Exteriores; da Fazenda; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; da Educação; do Esporte e Turismo; da Saúde; do Trabalho e Emprego; da Previdência e Assistência Social; dos Transportes; Minas e Energia; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência e Tecnologia – além do próprio IBGE. (IBGE, 2011).

Tais órgãos integram a CONCLA porque possuem sob sua responsabilidade a coordenação de algumas das classificações oficiais, e/ou por as utilizarem em seus cadastros e registros administrativos. Atualmente ela responde por todas as classificações oficiais do país. Compete à Comissão, nos termos do Decreto n°. 3.500, de 9 de julho de 2000 (BRASIL, 2000a), alterado pelo Decreto n°. 3.634, de 18 de outubro de 2000,

- I - assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na supervisão do Sistema Estatístico Nacional - SEN, atuando especialmente no estabelecimento e no monitoramento de normas e padronização do Sistema de Classificação das Estatísticas Nacionais;
- II - examinar e aprovar as classificações;
- III- expedir ato formalizando as classificações; e
- IV- atuar como curadora do Sistema de Classificação (BRASIL, 2000b).

Logo se vê que, independentemente do enfoque ou da designação, a produção das classificações e suas categorias pelos seus gestores se reveste de cuidadosa elaboração e avaliação de seus temas, com o objetivo de ajustá-las às mudanças ocorridas nas realidades apreendidas para as investigações dos CDs decenais. Tais revisões são realizadas pela Comissão Consultiva do Censo Demográfico. Essa Comissão, composta por consultores e técnicos-administrativos que possuem o papel de acompanhar todo o trabalho do IBGE, contribui para que o Censo seja executado da melhor maneira possível. O apêndice D contém as oito Comissões Censitárias, e seus respectivos membros, constituídas entre 1940 e 2010.

É importante observar que, nos primeiros censos realizados pelo IBGE, a Comissão era composta por figuras de significativa expressão cultural ou científica, intelectuais preocupados em fornecer diagnósticos e interpretações para o país, e que, em muitos momentos, se colocaram como porta-vozes da população brasileira. Dentre eles, destacaram-se Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Delgado Carvalho... No entanto, ao longo do período entre 1940 a 2010, essa Comissão passaria a ser formada por especialistas da comunidade técnico-científica, constituindo uma equipe interdisciplinar formada por economistas, demógrafos, estatísticos e sociólogos, entre outros, cada qual contribuindo com seus conhecimentos específicos. Tais especialistas, com possível isenção e neutralidade, prestam assessoramento ao Instituto nas definições referentes ao conteúdo dos questionários, categorias investigadas, amostras, métodos de apuração dos dados, plano tabular e, ainda, na realização e avaliação do Censo Experimental, entre outras atividades. Afinal, são essas etapas processuais e, em especial, as escolhas das categorias censitárias que possibilitam configurar o perfil da população no cenário temático a que se referem. Além disso, mais que apreender realidades, os Censos Demográficos possibilitam, através da análise discursiva da dinâmica de variação de suas classificações e categorias, revelar aspectos sobre a configuração e registro da população brasileira em conformidade com o ideário nacional vigente, legitimando ou não determinados discursos. Portanto, as categorias já trazem concepções analíticas e interpretativas; contribuindo assim, para a construção do conhecimento sobre determinada realidade social.

4 ANÁLISES DISCURSIVAS: AS CATEGORIAS CENSITÁRIAS

As categorias do pensamento humano nunca são fixadas de forma definitiva; elas se fazem, desfazem e refazem incessantemente: mudam com o lugar e o tempo (DURKHEIM apud BURKE, 2003, p. 78).

Este capítulo apresenta os procedimentos adotados na identificação e na organização das categorias e subcategorias que constituem o material da análise para subsidiar os estudos sobre o tema: memória discursiva do perfil do brasileiro construído pelo IBGE por intermédio de suas categorias censitárias.

A partir disso, será efetuada a análise do *corpus* da pesquisa, composto pelas quatro subcategorias censitárias mais representativas da dinâmica de variação das categorias investigadas nos oito anos de Censos Demográficos realizados pelo IBGE, da década de 1940 até 2010: *cor ou raça; etnia (população indígena); língua falada; nacionalidade e naturalidade*.

A análise será feita com embasamento na Análise do Discurso de vertente francesa e seus fundamentos, uma vez que essa teoria possibilita uma abordagem que associa o quadro linguístico ao sócio-histórico. Para tanto, serão aplicados os conceitos nucleares à AD, o conceito de ideologia e de discurso, a partir dos trabalhos de Althusser, Foucault e Pêcheux, para estudar a atuação do Estado e a influência da ideologia nas categorias censitárias investigadas nos Censos Demográficos (CDs).

4.1 Categorias censitárias: identificação e organização do *corpus*

Deve-se considerar que os censos não são os únicos espaços de produção de discurso sobre a população nacional, mas, certamente, a dinâmica de inclusão, exclusão e omissão das classificações e categorias censitárias presentes em seus questionários colaboraram para legitimar um perfil oficial do brasileiro em conformidade com o ideário nacional vigente. O estudo dos censos, e de suas classificações e categorias, permite perceber as imagens cristalizadas do perfil do brasileiro pela memória discursiva em um determinado contexto sócio-histórico e ideológico.

Para realizar a análise aqui apresentada, fez-se necessário, como já foi deixado antever, um minucioso trabalho de identificação e organização das categorias censitárias que constituem o material a ser investigado. O procedimento adotado para a classificação das

categorias identificadas partiu do tema específico para o mais geral. Após a identificação das subcategorias presentes nos questionários dos oito censos demográficos, essas foram agrupadas conforme critérios organizacionais estabelecidos a partir dos assuntos investigados nos questionários em sete categorias temáticas mais amplas, com o propósito de mapear e salientar a dinâmica de sua variação ao longo desses anos: *população*, contendo 21 subcategorias; *domiciliares e familiares*, com 49 subcategorias; *educacionais*, com 17 subcategorias; *migrações*, com 17 subcategorias; *nupcialidade, fecundidade, mortalidade*, com 23 subcategorias; *rendimento, atividade*, com 10 subcategorias; *trabalho, ocupação*, com 35 subcategorias.

A seguir, optou-se por agrupar as sete categorias em duas categorias temáticas mais abrangentes, a fim de visualizar o conjunto total das informações levantadas e identificar as categorias que mais variaram: *sociais* (*população; domiciliares e familiares; educacionais, migrações; nupcialidade, fecundidade, mortalidade; atividade, rendimento*), com 137 subcategorias e, *econômicas* (*trabalho, ocupação*), com 35 subcategorias. Totalizando 172 subcategorias. Como resultado, chegou-se às quatro subcategorias que mais representam a dinâmica de variação das categorias inquiridas nos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para se traçar o perfil do brasileiro: *cor ou raça; etnia (população indígena); língua falada; nacionalidade e naturalidade*, as quais se inserem na categoria que mais variou ao longo desses anos: *população*.

Além disso, tais subcategorias não foram somente selecionadas por terem sido identificadas como as mais representativas do processo da dinâmica de variação, mas também por serem especificidades significativas na construção da identidade. Ora, *cor ou raça; etnia; língua; nacionalidade e naturalidade* são algumas das principais características (marcas) identitárias de uma nação (HALL, 2006) e reiteram, assim como a memória, o sentimento de pertencimento.

A partir da análise das perguntas e por aproximações e afastamentos entre os temas, para efeito de análise, estabeleceu-se um reagrupamento das quatro subcategorias em dois grupos: a) *língua falada; nacionalidade e naturalidade*; b) *cor ou raça; etnia (população indígena)*. Por fim, a identidade nacional está relacionada à identidade formada a partir da dinâmica de variação das subcategorias, aos aspectos culturais e identitários do brasileiro observados nas subcategorias e, ainda, ao contexto sócio-histórico e ideológico de cada momento. A seguir, as subcategorias de análise são especificadas.

Cor ou raça: esse quesito visa investigar a cor ou a raça das pessoas. O quesito *cor* da população vem sendo levantado desde o primeiro recenseamento, feito em 1872. Esse quesito

foi incluído nos censos de 1890, 1940 até 1960 e, de 1980 até 2010.

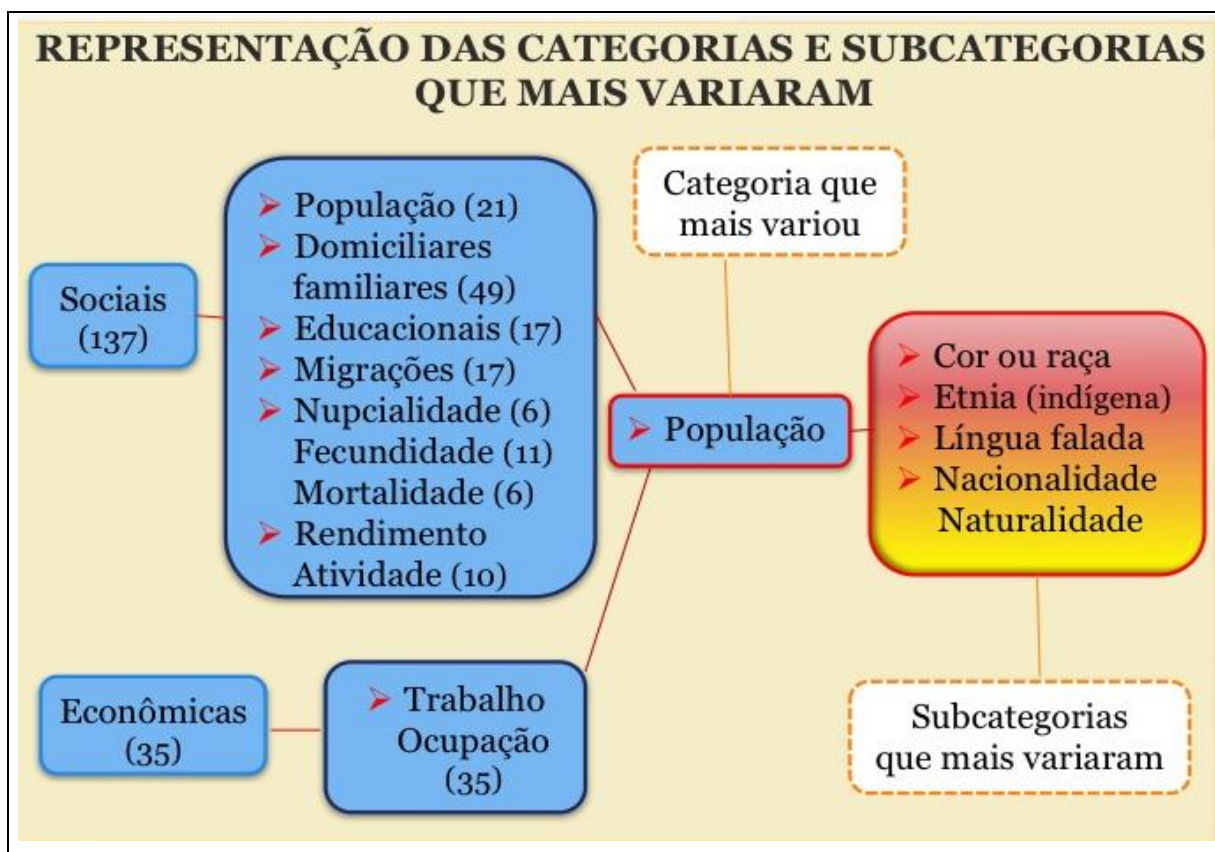
Etnia (população indígena): essa variável é utilizada para a pessoa que se autodeclarar indígena, com o propósito de se obter o pertencimento étnico, a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Esses dados foram levantados pela primeira vez em 2010.

Língua falada: indagado às pessoas com idade acima de cinco anos, a condição de falar ou não corretamente o português, de par com a de usar habitualmente essa língua ou outra no lar. Tais informações foram investigadas nos anos de 1940 e 1950.

Nacionalidade e naturalidade: a pergunta sobre nacionalidade investiga a condição própria de cidadão, quer por naturalidade, quer por naturalização. Já a pergunta relacionada à naturalidade considera o local de nascimento das pessoas, a Unidade da Federação para os brasileiros natos e o país de nascimento para os brasileiros naturalizados e estrangeiros. Essas informações foram investigadas nos censos de 1940-2010.

O apêndice A contém quadro que mostra detalhadamente a organização estabelecida, para fins desta pesquisa, das categorias e subcategorias censitárias. O quadro abaixo apresenta de forma resumida um panorama da organização e constituição do *corpus* de análise:

Quadro 3 – Organização e constituição do *corpus* de análise



Fonte: O autor.

No próximo subitem, será apresentado um conjunto de informações sobre os questionários censitários e as Comissões Censitárias Nacionais com o propósito de oferecer breve panorâmica dos mesmos. Em seguida serão analisadas as quatro subcategorias reagrupadas em duas, por aproximações temáticas: *a) língua falada; naturalidade e nacionalidade; b) cor ou raça; etnia (população indígena).*

4.1.1 Os Questionários censitários e as Comissões Censitárias Nacionais: breve panorâmica

O êxito de um censo, como instrumento para visualizar metas e definir rumos, nasce com a elaboração dos quesitos, que devem ser de fácil resposta e conter todos os elementos necessários à pesquisa em mira (Tavora, 1970).

No Censo de 1940, realizado durante o governo ditatorial de Vargas (1937-1945), os trabalhos censitários obedeceram aos planos, instruções e normas determinadas pela Comissão Censitária Nacional (CCN) constituída e modificada pelos Decretos-Leis n° 237, de 2 de fevereiro de 1938 e n° 796, de 19 de outubro de 1938, n° 1.127, de 28 de fevereiro de 1939 (Brasil, 1939a) e n° 3.417, de 11 de julho de 1941. Essa Comissão foi instalada em 28 de maio de 1938, encerrando suas atividades em 11 de março de 1949. A Resolução n° 50, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística em 17 de julho de 1937, logo anexa ao Decreto-Lei n° 237, determinando que a Comissão deveria ter sua sede na Capital do República e ser constituída nos anos de milésimo oito, com mandato de cinco anos, prorrogável. Foram seus membros José Carneiro Felipe (Presidente), Elmano Gomes Cardim e Padre Leonel da Silveira Franca (membros), Rafael Xavier e Cerqueira Lima (Ministério da Agricultura), Teixeira de Freitas (Ministério da Educação e Saúde), Leo d’Affonseca, João de Lourenço e Josué Seroa da Mota (Ministério da Fazenda), Heitor Bracet (Ministério da Justiça e Negócios Interiores), Osvaldo Gomes da Costa Miranda (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), Joaquim Licínio de Sousa Almeida, Mário de Lacerda Gordilho e Moacyr Malheiros Fernandes Silva (Ministério da Viação e Obras Públicas), João Lira Madeira e Oscar Edivaldo Porto Carneiro (Serviço de Atuária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), Lourival Fontes, Tenente-Coronel Antônio José Coelho dos Reis e Capitão Amilcar Dutra de Menezes (Departamento de Imprensa e Propaganda), Christóvão Leite de

Castro (Conselho Nacional de Geografia), Luiz Felipe do Rego Rangel, Landulfo Antônio Borges da Fonseca, Luiz Camilo de Oliveira Neto e Carlos Alberto Gonçalves (Ministério das Relações Exteriores), Capitão José Correia de Melo, Major Iraci Ferreira de Castro, Major José Luiz Guedes e Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon (Ministério da Guerra), Capitão de Corveta Manoel Pinto Ribeiro Espíndola (Ministério da Marinha), Tenente-Coronel Aviador Plínio Raulino de Oliveira e Coronel Aviador Lísias Augusto Rodrigues (Ministério da Aeronáutica), Giorgio Mortara (Consultor técnico) e Otávio Alexander de Moraes, Heitor Elói Alvim Pessoa, Maria do Carmo Lahmeyer Monteiro (Secretários). Entre os consultores técnicos merecem destaque: Roquete Pinto, João Carlos Vital, Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Alceu Amoroso Lima, Mons. Helder Câmara, Lemos Brito, Juarez Távora, Simões Lopes, Eugênio Gudín, Anísio Teixeira, Euvaldo Lodi.

Retomando a execução da operação censitária, essa competia ao Serviço Nacional de Recenseamento (SNR), constituído por uma Direção Central (divisões técnicas, de publicidade, administrativa, de coordenação), Delegacias Regionais (nas capitais das Unidades Federativas), Delegacias Seccionais (cobrindo conjunto de municípios), e Delegacias Municipais (em cada município, ou grupo deles, se fossem muito pequenos). E, teve, ainda, um consultor técnico, Giorgio Mortara. Em fins de 1948, após o encerramento das atividades censitárias, foi extinto o SNR de 1940.

Os instrumentos de coleta das informações de caráter demográfico utilizados foram o Boletim de Família (CD 1.01) e o Boletim Individual (CD 1.03). O Boletim de Família consiste de quatro páginas. Em sua primeira página, na parte superior do lado esquerdo, encontra-se a imagem das armas nacionais da República dos Estados Unidos do Brasil, nome oficial que vigorou de 1889 a 1967. Abaixo deste, a expressão INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA e, embaixo, separado por uma linha, o nome SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. Embaixo destes, em destaque e centralizado, o título da pesquisa **CENSO DEMOGRÁFICO**, abaixo **Recenseamento Geral de 1º de setembro de 1940** e, em cada um dos seus lados, um retângulo contendo identificação numérica do questionário. Separado por um espaço maior, embaixo destes, destacado e centralizado o nome **BOLETIM DE FAMÍLIA**, com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, que dispõe sobre o caráter confidencial das informações prestadas pelo recenseado, e que seria usado até o Censo de 1960, logo abaixo. Acima, no canto direito, dois retângulos para serem preenchidos com as seguintes informações: agente recenseador, responsável pelo boletim, datas de entrega, data de restituição, total de folhas e folhas suplementares preenchidas. A segunda página apresenta, na parte superior, texto contendo as

DISPOSIÇÕES PENAIAS, artigos 2º, 3º e 4º do Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, que dispõem sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e das multas. Na terceira página, são registradas as indicações referentes a localização e identificação do domicílio; já na quarta, consta o texto INSTRUÇÃO PRELIMINAR, contendo algumas explicações sobre seu preenchimento. O Boletim Individual apresenta as mesmas informações, exceto os artigos 2º e 3º do referido decreto-lei.

Além dessas informações, as páginas 1 e 4 apresentam as 45 categorias dispostas na coluna inicial, em correspondência com 18 colunas destinadas a receber as respostas. Para cada membro da família foi reservada uma coluna, e, no caso de se ultrapassar o número de 18 membros, era preenchida uma folha suplementar. O Boletim Individual apresenta o mesmo número de quesitos. Os moradores de domicílios que não constituíam famílias censitárias foram recenseados pelos Boletins de Família. A Lista de Domicílio Coletivo (1.02) teve apenas por objetivo controlar a distribuição e resumir o movimento dos boletins relativos a tais domicílios. A Caderneta do Agente Recenseador (CD 1.20), de uso exclusivo deste, foi utilizada para controle do trabalho de coleta e para resumir as informações sobre os domicílios e pessoas recenseadas.

O Censo de 1950, executado em pleno regime democrático do governo Dutra (1946-1950), tendo como presidente do IBGE José Carlos de Macedo Soares, que sai em janeiro de 1951 ao término deste governo. Em maio de 1951, já em pleno segundo governo de Vargas (1951-1954), Polli Coelho assume a presidência do IBGE, em junho de 1952 o Instituto passa a ser presidido por Florêncio Peixoto. Tal Censo foi realizado em conformidade com a Lei nº 651, de 13 de março de 1949, que instituiu o Serviço Nacional de Recenseamento, em caráter transitório, na Secretaria Geral do extinto Conselho Nacional de Estatística (CNE). A orientação geral dos trabalhos censitários, que no censo anterior competia à Comissão Censitária Nacional de Estatística, foi atribuída à Junta Executiva Central, órgão deliberativo do CNE. Foram seus membros, José Carlos de Macedo Soares (Presidente do IBGE), Rubens D'Almada Horta Porto (representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores), Carlos Alberto Gonçalves (representante do Ministério das Relações Exteriores), Durval Gonçalo de Macedo (representante do Ministério da Guerra), Manuel Pinto Ribeiro Espíndola, (representante do Ministério da Marinha), Álvaro Barbosa (representante do Ministério da Aeronáutica), Sebastião de Sant'Anna e Silva (representante do Ministério da Fazenda), Raul de Rêgo Lima (representante do Ministério da Agricultura), Moacir Malheiros Fernandes da Silva (representante do Ministério da Viação e Obras Públicas), Gastão Quartim Pinto de Moura (representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio) e Mário Augusto

Teixeira de Freitas (representante do Ministério da Educação e Saúde). Dentre os consultores técnicos destacam-se personalidades, tais como: Giorgio Mortara, Lourenço Filho, Alceu de Amoroso Lima e Fernando de Azevedo.

As atividades que, em 1940, couberam às Delegacias Regionais, criadas para fins censitários, foram exercidas pelas Inspetorias Regionais de Estatística, que administravam, em cada Unidade da Federação, a Rede de Agências Municipais de Estatística. Com o propósito de auxiliar os trabalhos de propaganda do recenseamento, foram instituídas Comissões Censitárias nas Unidades da Federação e nos municípios. A data de referência para sua realização foi 1º julho, contrariando o Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, que previa sempre a data de 1º de setembro.

Os instrumentos de coletas utilizados no Censo de 1950 foram o Boletim de Família (CD 1.01), o Boletim Individual (CD 1.03), a Lista de Domicílio Coletivo (C.D. 1.02) e a Caderneta do Recenseador (CD 1.20). O Boletim de Família consiste de três páginas. Na primeira, no lado esquerdo superior, a imagem das armas nacionais, ao lado de PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CONSELHO NACIONAL DE RECENSEAMENTO em destaque. Abaixo destes, separado por um espaço maior RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1950. No canto direito o nome CENSO DEMOGRÁFICO. Ao lado retângulo contendo a identificação do questionário. Abaixo, a data inicial do censo, 1º de julho de 1950, embaixo desta, em letras grandes e destacado, o nome **BOLETIM DE FAMÍLIA**. Abaixo, em um quadro, texto dispendo sobre o caráter confidencial da pesquisa, em seguida, campos para preenchimento da localização e identificação do domicílio. A seguir, o subtítulo centralizado e em letras grandes, INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO, após, disposto em duas colunas, texto contendo instruções para seu preenchimento e das 13 categorias (3, 4, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22 e 23, 24) cuja interpretação exige esclarecimentos.

A segunda página, na parte superior, contém campos para preenchimento das informações referentes às datas de entrega e coleta, assinaturas do agente recenseador e do responsável pelas declarações, e identificações do domicílio. A seguir, separadas por uma linha, as 25 categorias investigadas na coluna inicial, em correspondência com 12 colunas destinadas a receber as respostas. Ao final de tudo, no rodapé, campo com itens para uso do Órgão Central. A terceira e última página apresenta, na parte superior, texto com as DISPOSIÇÕES LEGAIS sobre a obrigatoriedade e o sigilo das informações, artigos 4º e 5º do Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938. Contém, também, as informações existentes na página anterior, exceto as localizadas em sua parte superior. O Boletim individual contém as mesmas categorias que o Boletim de Família. A Lista de Domicílio

Coletivo (CD 1.04) e a Caderneta do Recenseador (CD 1.02), de uso exclusivo deste, tiveram o mesmo propósito do Censo de 40, controlar o trabalho de coleta e resumir as informações sobre os domicílios e pessoas recenseadas.

O Censo de 1960, executado durante o governo republicano de Juscelino Kubitschek (1956-1960), na gestão de Jurandyr Pires Ferreira no IBGE (maio 1956 a 1961), como o censo anterior, seguiu as diretrizes básicas estabelecidas pelo Comitê dos Censos das Américas e da Comissão das Populações das Nações Unidas. Realizado em 1º de setembro, com base no Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, que à época manteve o caráter inviolável e confidencial das informações prestadas para fins estatísticos e assegurou a não utilização dessas informações para fins de provas contra terceiros. Para supervisionar os trabalhos censitários foi instituída a Comissão Censitária Nacional, Decreto nº 44.229, de 31 de julho de 1958, presidida pelo General-de-Divisão Aguinaldo José Senna Campos, tendo como assessor o General-de-Brigada Licínio de Moraes. Seus membros foram: Sebastião Aguiar Ayres (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística), René de Mattos (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia), Rubens D'Almada Horta Pôrto (Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política), Cori Loureiro Acioli (Serviço de Estatística Econômica e Financeira), Hilton Cunha (Serviço de Estatística de Produção), Milton Rangel da Silva (Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho), João Torres Jatobá (Serviço de Estatística da Educação e Cultura), Alceu Vicente Wightman de Carvalho (Serviço de Estatística da Saúde), Lauro Sodré Viveiros de Castro (Divisão de Estatística Industrial e Comercial), Coronel Alaor Gonçalves Couto (representante do Estado-Maior do Exército), Capitão-de-Fragata Aldyr José Sampaio da Rocha (representante do Estado-Maior da Marinha), Brigadeiro Márcio Paglioli de Lucena (representante do Estado-Maior da Aeronáutica), Theodoro Oniga (representante do Ministério das Relações Exteriores), Mario Ritter Nunes (representante do Ministério da Aviação e Obras Públicas), Mário Peçanha de Carvalho (representante do Ministério das Minas e Energia), Pergi Cafiero (representante dos Órgãos Filiados) e Mauro Gonçalves de Andrade (Secretário). Na análise dos membros da CCN e de seus cargos foi possível depreender que essa era constituída por técnicos, portanto uma comissão técnica.

Posteriormente, pelo Decreto nº 47.813, de 2 de março de 1960, foi criado o órgão responsável pela execução do Censo de 1960, o Serviço Nacional do Recenseamento (SNR), integrado ao IBGE, em caráter provisório. Seu caráter permanente só viria pela Lei nº 4.789, de 14 de outubro de 1965, na gestão de Senna Campos. Nas atividades de coleta o SNR foi auxiliado pelas inspetorias Regionais de Estatísticas do Conselho Nacional de Estatística, que

administravam, em cada Unidade Federativa, a rede de Agências Municipais de Estatística. Pela primeira vez nos recenseamentos brasileiros foi utilizada a técnica de amostragem na coleta das informações, desde então, os censos adotam dois instrumentos de coleta, o Boletim Geral/Questionário Básico, destinado a pessoas residentes em domicílios particulares ou coletivos não selecionados para as indagações da amostra, e o Boletim da Amostra/Questionário da Amostra, objeto de análise desta pesquisa, destinado a pessoas residentes em domicílios particulares ou coletivos selecionados para as indagações da amostra.

Os instrumentos de coleta das informações de caráter demográfico utilizados foram o Boletim Geral (CD 1), o Boletim de Amostra (CD 2), a Lista de Domicílio Coletivo (CD 3) e a Caderneta do Recenseador. O Boletim da Amostra consiste de duas páginas em uma folha frente e verso de aproximadamente 70 X 70 cm. Em sua primeira página, na parte superior, em letras grandes as expressões SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO, VII - RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL DE 1960, **CENSO DEMOGRÁFICO - BOLETIM DE AMOSTRA, CD 2**, em destaque. Abaixo deste a expressão, separado por uma linha, duas colunas. A primeira coluna contém os códigos usados referentes às respostas mais frequentes: Código 1 - para os quesitos G - lugar de nascimento e J - lugar do domicílio anterior (Unidades da Federação e países estrangeiros), Código 2 - para o quesito O - espécie de curso que concluiu com aprovação, Código 3 - para o quesito V - ocupação que exerceu durante mais tempo no ano anterior à data do Censo e Código 4 - para o quesito X - classe de atividade em que exerceu a ocupação declarada no quesito V. Abaixo, no retângulo, texto explicativo sobre o caráter confidencial das informações prestadas, e, em seguida, são registradas as informações referentes à localização e à identificação do domicílio. A segunda coluna apresenta 24 categorias investigadas dispostas na coluna inicial, em correspondência com 4 colunas destinadas a receber as respostas. Abaixo em toda extensão da folha 13 colunas destinadas às respostas da 25ª categoria investigada. O verso da folha apresenta as 24 categorias dispostas na coluna inicial, em correspondência com 6 colunas destinadas a receber as respostas. A Lista de Domicílio Coletivo (CD 3) foi empregada para controlar a distribuição dos Boletins Geral e da Amostra nos domicílios coletivos e determinar, nesses domicílios, as pessoas a serem recenseadas por meio do Boletim da Amostra. A Caderneta do Recenseador, composta de Capa (CD 6) e Folhas de Coleta (CD 7 e CD 8) teve o propósito de reunir as Folhas de Coleta (CD 7 e CD 8) destinadas a resumir o trabalho do setor censitário e realizar a seleção dos domicílios particulares a serem incluídos na amostra.

O censo de 1970, realizado em plena ditadura militar durante o governo Médici (1969-

1974), foi o primeiro que ocorreu após a mudança do IBGE em Fundação em 1967. Inicialmente na gestão de Sebastião Aguiar Ayres (fevereiro 1967 a março 1970) e, após, na de Isaac Kerstenetzky (março 1970 a agosto 1979). Nesse Censo houve a criação de um órgão censitário permanente dentro da estrutura da Fundação IBGE, o Departamento de Censos (DECEN), Resolução nº 41 do Conselho Diretor desta, de 17 julho de 1968. Nos censos anteriores (1940, 1950 e 1960) havia sido instituído, nos anos de final oitenta, um órgão provisório com a missão específica de realizar o censo, o Serviço Nacional de Recenseamento. Em termos legais, o início do Censo deu-se com o Decreto-Lei nº 369, de 19 de dezembro de 1968, seis dias depois da instituição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o mais severo dos atos institucionais que acabaram com a instituição democrática da Constituição de 1946. Tal decreto-lei foi regulamentado pelo Decreto nº 64.520 (parcialmente alterado pelo Decreto nº 65.697, de 12 de novembro do mesmo ano), de 15 de maio de 1969, que atribuiu por intermédio do DECEN, a responsabilidade de planejar e executar o recenseamento, sob a assistência técnica da Comissão Censitária Nacional. Esta constituída conforme indicação estabelecida pelo IBGE.

A Comissão Censitária Nacional, instalada a 28 de abril de 1968, foi presidida inicialmente por Sebastião Aguiar Ayres e, depois, por Isaac Kerstenetzky. Seus membros foram Rudolf Walter Franz Wensche (Diretor-Superintendente do IBGE), Miguel Alves de Lima (Diretor-Superintendente do IBG), Antônio Tânios Abibe (Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas), Sebastião de Oliveira Reis (Diretor-Geral do Departamento de Censo), Mauricio Rangel Reis (representante do Superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social), Tenente-Coronel Egêo Correa de Oliveira Freitas (representante do Estado-Maior das Forças Armadas), Plínio Reis de Catanhede Almeida, Ovídio de Andrade Júnior e Aníbal Villela Diretor (representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral), José Bastos Távora, Ângelo Jorge de Souza e Oscar Egídio de Araújo (representantes da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas).

Os instrumentos de coleta das informações demográficas foram o Boletim da Não-Amostra (CD 1.01)²⁷, o Boletim da Amostra (CD 1.02)²⁸, a Lista de Domicílio Coletivo (CD 1.03), a Caderneta do Recenseador (CD 1.06) e as Folhas de Coleta (CD 1.07) e (CD 1.08). O Boletim da Amostra consiste de duas páginas em uma folha frente e verso de

²⁷ Correspondente ao Boletim de Amostra (CD 2), do Censo Demográfico de 1960.

²⁸ Correspondente ao Boletim Geral (CD 1), do Censo Demográfico de 1960.

aproximadamente 50 x 30 cm. Em sua primeira página, na parte superior, em letras grandes, as expressões FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA - DEPARTAMENTO DE CENSOS - VIII RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1970 - CENSO DEMOGRÁFICO - CD 1.01 - BOLETIM DA AMOSTRA. Ao lado, retângulos onde são registradas as informações referentes à localização e identificação do domicílio e, embaixo, separada por uma linha as 32 categorias dispostas na coluna inicial, em correspondência com 5 colunas destinadas a receber as respostas dos recenseados. Logo abaixo, uma coluna contendo a categoria características do domicílio, em correspondência com 15 colunas destinadas às respostas. O verso da folha apresenta as 32 categorias dispostas na coluna inicial, em correspondência com 5 colunas destinadas a receber as respostas. A Lista de Domicílio Coletivo (CD 3) foi utilizada para controlar a distribuição dos Boletins da Amostra e da Não-Amostra nos domicílios coletivos e efetuar a seleção, nesses domicílios, das pessoas a serem recenseadas por meio do Boletim da Amostra. A Caderneta do Recenseador (CD 1.06) apresentou o desenho e a descrição do setor censitário a ser coberto pelo recenseador e se destina ao registro do resumo das informações coletadas por este e ao acondicionamento das folhas de coleta das listas de domicílio coletivo. As Folhas de Coleta (CD 1.07 e CD 1.08) destinam a arrolar as unidades do setor censitário e efetuar a seleção dos domicílios particulares a serem incluídos na amostra.

O censo de 1980 ocorreu em plena abertura política (1974-1985), no governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), que culminou com a posse de um presidente civil em 1985, José Sarney (1985-1990), após anos de ditadura militar. Realizado em 1º setembro, na gestão de Jessé Montello (agosto 1979 a maio 1985) obedecendo às determinações da Lei nº 5.878, de 13 de maio de 1973, que reformulou a Fundação IBGE, e, de dispositivos dos Decretos n.º 74.084, de 20 de maio de 1974, que formalizou o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG) e n.º 84.221, de 19 de novembro de 1979²⁹. Como o Censo de 1970, acolheu às solicitações da Organização das Nações Unidas (ONU), integrando-se no Censo das Américas que, desde 1950, vinha sendo estimulado pelo Instituto Interamericano de Estatística - IASI, órgão integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio da adoção de um programa mínimo de investigação e tabulação com o propósito de assegurar uniformidade de conceitos e comparabilidade dos resultados dos Censos das Nações Americanas. Utilizou-se o mesmo desenho amostral de 1970 e 1960 e manteve-se a obrigação

²⁹ Além dessas legislações, recorreu-se ao Decreto-Lei nº 73.177, de 20 de dezembro de 1973, que regulamentou a Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968 (superficialmente modificada pela Lei nº 5.878, de 11 de 1973), sobre a obrigação na prestação de informações e assegura a garantia do sigilo, e, o Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975, que reformulou o Estatuto da Fundação IBGE.

na prestação das informações, com garantia de sigilo. Inicialmente sua realização e seu planejamento estiveram respectivamente sob a competência do Departamento de Estatística de População e Sociais (DEPSO) e do Grupo de Trabalho do Censo Demográfico (GTCD). Posteriormente, pela Resolução da Presidência PR-12, em 21 de março de 1980, já na reta final, foi criado o Departamento do Censo Demográfico (DECED), subordinado à Diretoria Técnica de Estatísticas Primárias e, posteriormente, ao seu órgão permanente, à Superintendência de Estatísticas Primárias.

Em 27 de dezembro de 1979, pela Resolução PR n.º 52, da Presidência, é constituída Comissão Especial destinada a coordenar a promoção do Recenseamento Geral de 1980, presidida por Ronaldo Sant`Anna de Mesquita (Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE). Foram seus membros: Gustavo Paulo da Silveira (Coordenador de Relações Públicas da SEPLAN), Hélio Klein Lontra (representante da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional), José Alves Rodrigues (Coordenador de Publicidade e Propaganda da SECOM), Aníbal José Ribeiro (Assessor da Presidência do IBGE) e Alberto Raja Gabaglia (Assessor da Procuradoria Geral do IBGE). Em 10 de junho de 1981, pela Resolução PR n.º 25, a Comissão passará a ser presidida por Orlando da Fonseca Pires, então Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE e, apenas um dia depois, à Resolução PR n.º 26 altera a composição da Comissão, que passa a ser integrada por Orlando da Fonseca Pires (Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE), Walter da Silva Mesquita (Coordenador de Relações Públicas da SEPLAN), Fernando José Andrade Pastor Almeida (representante da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional), João Bosco Serra e Gurgel (Coordenador de Divulgação da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República), Aníbal José Ribeiro (Assessor do Gabinete da Presidência do IBGE) e Alberto Raja Gabaglia (Assessor do Gabinete da Presidência do IBGE).

Com base na análise do estudo intitulado *Metodologia do Censo Demográfico de 1980* (1983), publicado pelo IBGE, observa-se que foi encontrado diversas informações sobre a preparação e a execução desse censo, dentre as mais relevantes do ponto de vista desta pesquisa, diz respeito à solicitação feita a todos os órgãos de estatística de entidades públicas federais e estaduais, universidades, entidades de estudos e pesquisas, públicas e particulares, e outros usuários que frequentemente solicitam informações ao instituto. Ademais das solicitações de inclusões de itens na pesquisa, os usuários fizeram sugestões relativas aos conceitos e classificações a serem adotados. Depois do IBGE elaborar um documento que consubstancia as sugestões desses usuários e que apresenta as observações sobre o planejamento do Censo Demográfico de 1980, este convoca os usuários de estatísticas

demográficas para uma reunião com o propósito de se debater o tema em pauta. Após a reunião com os usuários, foi constituída, uma Comissão integrada pelos representantes dos Departamentos da Diretoria Técnica que estabelece os quesitos e critérios que compuseram a investigação desse censo. Eis mudanças na metodologia de se definir os quesitos a serem investigados. A sociedade começa a ser “ouvida” e a “participar” na definição do conteúdo dos questionários.

Na investigação os instrumentos de coleta das informações demográficas foram o Boletim da Amostra (CD 1.01), o Boletim da Não-Amostra (CD 1.02), Lista de Domicílio Coletivo (CD 1.03), Instruções para Preenchimento (CD 1.04), Caderneta do Recenseador (CD 1.06), Folhas de Coleta (CD 1.07 e CD 1.08), Boletim de Resumo (CD 1.10) e Folha de Andamento da Coleta (CD 1.11). O Boletim da Amostra consiste de seis páginas. Em sua primeira página, na parte superior do lado esquerdo, em destaque, a expressão SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e, embaixo, FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, abaixo, separado por um espaço IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1980. Embaixo destes, em destaque, **CENSO DEMOGRÁFICO, CD 1.01 – BOLETIM DA AMOSTRA**. Logo abaixo, em toda extensão da folha, campos destinados à identificação do domicílio. Em seguida, separado por uma linha, o campo dois que apresenta 21 retângulos destinados ao registro das informações referentes às características do domicílio, logo após, separado por uma linha, o campo três, contendo seis colunas para registro das características de mão-de-obra dos menores de 5 a 9 anos que trabalharam nos últimos doze meses. E, por último, o campo quatro com sete colunas destinadas à categoria mortalidade. A segunda página contém quatro colunas com campos destinados ao registro das informações do chefe do domicílio. As próximas quatro páginas serão preenchidas com informações referentes aos demais membros do domicílio, sendo que cada uma delas contém quatro colunas destinadas a receber as respostas dos recenseados. A Lista de Domicílio Coletivo (CD 1.03) foi usada para controle da distribuição dos Boletins da Amostra e da Não-Amostra nos domicílios coletivos e determinar a seleção, nesses domicílios, das pessoas a serem recenseadas por meio do Boletim da Amostra. A Caderneta do Recenseador (CD 1.06) apresentou o mapa e a descrição do setor censitário, e, além disso, destinava-se ao registro do resumo das informações coletadas por este e ao acondicionamento das folhas de coleta das listas de domicílio coletivo. As Folhas de Coleta (CD 1.07 e CD 1.08) estiveram destinadas a arrolar as unidades do setor censitário e a selecionar os domicílios particulares a serem incluídos ou não na amostra. O Boletim de Resumo (CD 1.10) e a Folha de Andamento de Coleta (CD 1.11) tiveram, respectivamente, o

propósito de resumir as informações sobre os domicílios e pessoas recenseadas e efetuar o controle do trabalho de coleta.

Como visto em capítulo anterior, o censo de que deveria ter sido realizado em 1990, ao fim e ao cabo, ocorreu em 1991, porém só compreendeu o Censo Demográfico. Realizado em plena democracia, no governo de Fernando Collor de Mello (março 1990 a dezembro 1992), no início tendo como presidente do IBGE Eduardo Augusto Guimarães (abril 1990 a março 1992), depois, à época da apuração, dois presidentes se sucederam, primeiro Eurico de Andrade Neves Borba (março 1992 a junho 1993), e, depois Sílvio Augusto Minciotti (junho 1993 a março 1994) e, na conclusão da divulgação dos resultados Simon Schwartzman (maio 1994 a dezembro 1998). Esse censo, como o anterior, seguiu as recomendações da ONU, integrando-se no Censo das Américas patrocinado pelo Instituto Interamericano de Estatística - IASI, órgão integrante da OEA, por meio da adoção do seu programa mínimo de investigações e tabulações, que busca assegurar a uniformidade de conceitos e a comparabilidade dos resultados dos Censos das Nações Americanas. Sua realização teve início em 1º de setembro, e, no seu todo, obedeceu às determinações da Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991. Manteve-se a obrigação e o sigilo das informações prestadas.

Entre as inovações apresentadas em relação aos levantamentos anteriores, destacam-se a realização do Projeto Escola no Censo de 1991 e a criação das Comissões Censitárias Municipais (CCMs) e das Comissões Consultivas (CCs). As CCMs, compostas por diversos segmentos da sociedade (governo, entidades de classe, associações comunitárias, instituições públicas e privadas), foram criadas para auxiliar na mobilização da população e dar apoio à etapa de coleta de dados. Já as Comissões Consultivas, compostas por estudiosos e especialistas em diversos temas relacionados à população, como já mencionado, teriam o papel principal de estabelecerem parcerias entre o IBGE e a sociedade. Com isso, o IBGE visava atender à demanda de informações dos diversos setores, contando com a assessoria de tais especialistas, que opinavam nas decisões relacionadas aos conteúdos dos questionários, entre outros aspectos.

Em 28 de agosto de 1987, pela Resolução PR nº 78, da Presidência, é instituída a Comissão Consultiva do Censo de 1990, que só foi realizado em 1991, presidida por José Guilherme de Almeida Reis (Diretor de Pesquisas e Inquéritos do IBGE), e composta por Elza Berquó (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP), Hélio Moura (Fundação Joaquim Nabuco), Isaac Kerstenetzky e João Luiz Mauriti Saboia (Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), José Alberto Magno de Carvalho (Faculdade de Ciências Econômicas da universidade Federal de Minas Gerais -

UFMG), Nelson do Valle e Silva (Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC) e Wilton de Oliveira Bussab (Departamento de Estatística da Universidade de São Paulo - USP). Vale ressaltar, que desde 1970, cada vez mais, a Comissão passaria a ser constituída por especialistas da comunidade técnico-científica (economistas, demógrafos, estatísticos, sociólogos, entre outros), distanciando-se da estrutura formada por técnico-administrativo como observado nos censos de 1940, 1950 e 1960.

Os principais instrumentos de coleta utilizados nesse censo foram o Questionário Básico (CD 1.01), Questionário da Amostra (CD 1.02), Lista de Domicílio Coletivo (CD 1.03), Caderneta do Setor (CD 1.06), Folha de Coleta (CD 1.07), Boletim Resumo (CD 1.10) e Folha de Andamento da Coleta (CD 1.11). O Boletim da Amostra consiste de sete páginas. Em sua primeira página, na parte superior do lado esquerdo, em destaque, a expressão SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e, embaixo, logotipo do IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, abaixo, separado por um espaço X RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1990. Embaixo destes, em destaque, **CENSO DEMOGRÁFICO, CD 1.01 - QUESTIONÁRIO BÁSICO**. Logo abaixo, em toda extensão da folha, campos destinados à identificação do domicílio. Em seguida, separado por uma linha, o campo dois que apresenta 27 itens destinados ao registro das informações referentes às características do domicílio. A segunda página contém cada quatro colunas com 61 itens destinadas ao registro das informações referentes ao primeiro membro do domicílio. As seguintes páginas destinam-se ao registro das informações referentes aos demais membros do domicílio. A Lista de Domicílio Coletivo (CD 1.03) foi utilizada para controle da distribuição dos Questionários Básicos e da Amostra nos domicílios coletivos e determinar a seleção, nesses domicílios, das pessoas a serem recenseadas por meio do Boletim da Amostra. A Caderneta do Recenseador (CD 1.06) apresentou o mapa e a descrição do setor censitário, e teve o propósito de registrar o resumo das informações coletadas por este e acondicionar as folhas de coleta. As Folhas de Coleta (CD 1.07) destinou-se ao registro de todas as unidades do setor censitário visitadas. O Boletim de Resumo (CD 1.10) e a Folha de Andamento de Coleta (CD 1.11) tiveram, respectivamente, o propósito de resumir as informações sobre os domicílios e pessoas recenseadas e efetuar o controle do trabalho de coleta.

O Censo de 2000 foi executado no governo democrático de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) durante a gestão de Sérgio Besserman Vianna no IBGE (janeiro 1999 a fevereiro 2003). Sua data de referência foi a noite de 31 de julho para o dia 1º de agosto de 2000, com a qual se evitou o período eleitoral das eleições municipais ocorridas em 3 de

outubro desse ano. A base legal continuou sendo as determinações da Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991. Manteve-se a obrigação e o sigilo das informações prestadas, e no âmbito internacional se ajustou às condições dos países membros do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), além de Chile e Bolívia, cujos censos foram realizados conjuntamente, segundo pedidos da ONU para os países do mundo, objetivando homogeneizar e fortalecer os sistemas estatísticos nacionais, e, desse modo, criar uma base de dados comum aos seis países. A Comissão Consultiva, instituída pela Resolução R.CD-10/97, de 23 julho de 1997, presidida por Lenildo Fernandes Silva (Diretor de Pesquisa do IBGE) esteve composta por Charles Curt Mueller (Universidade de Brasília - UNB), Elisa Maria da Conceição Pereira (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ), Elza Salvatore Berquó (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP/SP e Comissão Nacional de População - CNPD/DF), José Alberto Magno de Carvalho (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR/MG), Ricardo Paes e Barros (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/RJ), Tânia Bacelar de Araújo (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) e Wilton de Oliveira Bussab (Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP).

Os instrumentos de coletas utilizados nesse Censo foram o Questionário Básico (CD. 1.01), o Questionário da Amostra (CD 1.02), a Folha de Domicílio Coletivo (C.D. 1.03), a Caderneta do Setor (CD 1.06), a Folha de Coleta (CD 1.07) e o Manual do Recenseador (CD. 1.09). O Questionário da Amostra consiste de 32 páginas. Na primeira página, no lado esquerdo superior, em destaque, **CENSO DEMOGRÁFICO 2000**, e logo abaixo, CD 1.02 Questionário da Amostra. Ao lado destes, separado por um pequeno espaço a expressão CENSO 2000 e o seu logotipo. Ao lado retângulo contendo a identificação do questionário. Embaixo, em letras grandes e destacado, **CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO**. Em seguida, separado por uma linha, o campos dois que apresenta 10 itens destinados ao registro das informações referentes às características do domicílio. As próximas cinco destinam-se ao registro das informações referentes ao primeiro membro do domicílio, e as seguintes ao registro dos outros membros. A Folha de Domicílio Coletivo (CD 1.03) foi usada para controlar a distribuição dos Questionários Básicos e da Amostra nos domicílios coletivos e selecionar as unidades recenseadas por meio do Questionário da Amostra. A Caderneta do Setor (CD 1.06) apresentava o mapa e a descrição do setor censitário, e destinava-se ao registro do resumo das informações coletadas por este e à guarda das Folhas de Coleta e das Folhas de Domicílio Coletivo. As Folhas de Coleta (CD 1.07) utilizada para registrar todas as unidades do setor censitário visitadas e, ainda, selecionar em quais domicílios particulares seria aplicado o Questionário da Amostra. O Manual do Recenseador (CD 1.10) teve o

propósito de fornecer instruções ao Supervisor na execução das tarefas.

Enfim, o último censo executado, o de 2010, cujos resultados ainda estão sendo divulgados. A data de referência seguiu sendo igual a do censo anterior, a noite de 31º de julho para o dia 1º de agosto de 2010. Sua realização ocorre no governo democrático de Lula (2003-2010) e na presidência de Eduardo Pereira Nunes no IBGE (fevereiro 2003 a agosto 2011), mas a divulgação das suas informações estaria sobre outras presidências. Naquele mesmo ano ocorrem as eleições presidenciais brasileira (3 de outubro), e chega à presidência do país a primeira mulher, Dilma Rousseff (2011-) e, em setembro de 2011, como não poderia deixar de ser, também, o IBGE teria sua primeira presidente, Wasmália Socorro Barata Bivar. Nesse censo foi mantido a obrigação e o sigilo das informações prestadas e foram criadas as Comissões Censitárias Estaduais (CCEs), as Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs) e Comissões Censitárias Locais, (CCLs), tais comissões estabeleceram parcerias entre o IBGE e a sociedade para a realização do mesmo, houve participação de representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade local em geral.

A Comissão Consultiva do Censo Demográfico do ano 2010 (CCD/2010), instituída pela Resolução R-CD-2, de 8 de abril de 2008, teve a competência de fornecer subsídios em assuntos atinentes ao Censo Demográfico, em especial a definição do conteúdo dos questionários; estratégia do uso de amostragem na coleta; realização e avaliação do Censo Experimental; definição de métodos de apuração dos dados; definição do plano de divulgação dos resultados; acompanhamento da coleta dos dados e avaliação e análise dos resultados. A Comissão composta por 12 membros será presidida pela Diretora de Pesquisas do IBGE, na condição de membro nato da Comissão. Os membros designados pela Portaria-PR nº 139, de 8 de abril de 2008, foram os seguintes: presidente, Wasmália Socorro Barata Bivar (economista, Diretora de Pesquisas do IBGE e atual presidente do IBGE - setembro de 2011), e os especialistas, Elza Salvatore Berquó (especialista na área de Demografia, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP/SP e Comissão Nacional de População - CNPD/DF), José Alberto Magno de Carvalho (pesquisador em demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional CEDEPLAR/MG), Ricardo Paes e Barros (economista, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA/RJ), Tânia Bacelar de Araújo (socióloga e doutora em economia, especialista na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), Maria Martha Malard Mayer, Wilson Suzigan (economista, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP), Antônio Gonçalves Egler, (geógrafo, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), Simon Scharwartzman (atua na área de Sociologia e Políticas Sociais do Instituto de Estudos do Trabalho e

Sociedade (IETS/RJ), Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto (Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), Wanderley Guilherme dos Santos (cientista social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ), Universidade Cândido Mendes - UCAM) Wilton de Oliveira Bussab (pesquisador na área de amostragem, Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP).

Os instrumentos de coleta utilizados para o registro das informações investigadas foram o Questionário Básico com 37 categorias, no qual foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência, aplicado em todas as unidades domiciliares que não foram selecionadas para a amostra, e o Questionário da Amostra (2010) com 108 categorias, no qual foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência e que inclui os quesitos do Questionário Básico somados a outros de investigação mais detalhada, tendo sido aplicado nas unidades selecionadas para a amostra (IBGE, 2011, p. 21). O questionário da Amostra consiste de 10 páginas. Em sua primeira página, na parte superior, **CD 2010 QUESTIONÁRIO DA AMOSTRA**, em destaque e centralizado. Abaixo destes, dez retângulos contendo itens destinados ao registro das informações referentes às características do domicílio e a identificação do chefe do domicílio. A segunda página apresenta cinco retângulos para registro das características do domicílio e as próximas cinco páginas destinam-se ao registro das informações relativas aos moradores do domicílio. As três páginas seguintes apresentam retângulos para preenchimentos de informações relacionadas ao trabalho, à atividade principal, ao rendimento, à fecundidade e à mortalidade. O Mapa e Descrição do Setor, apresentados em papel, orientam o recenseador na identificação do setor de trabalho. O Computador de Mão, pela primeira vez usado no Censo Demográfico, como já visto, é o equipamento que disponibiliza o aplicativo de coleta para registrar e armazenar as informações coletadas. Nele estão contidos os Mapas do Setor, as Listas de Endereços, o Questionário Básico e da Amostra, o Formulário de Domicílio Coletivo e o Relatório de Acompanhamento. O Manual do Recenseador (CD 1.09) teve o propósito orientar o recenseador na execução das tarefas.

Isto posto, a seguir, prossegue-se com a análise.

4.1.2 Analisando as subcategorias *língua falada; nacionalidade e naturalidade*

À hora do recenseamento somente a verdade deve ser dita. E toda verdade. Perguntando pela nacionalidade, quem for brasileiro nato dirá – brasileiro. Quem for estrangeiro declarará – estrangeiro. Nada justificará dizer um brasileiro nato que é estrangeiro ou declarar um estrangeiro que é

brasileiro nato. [...] deixar de cumprir esse dever será contribuir impatrioticamente para o fracasso da operação, contribuindo para o dispêndio de alta soma que, afinal contas, representa dinheiro do público. [...] aplicação útil dos dinheiros públicos, em empreendimento que inúmeros benefícios trará à comunidade nacional, nós a teremos [...] desde que cumpramos o nosso dever dando respostas verdadeiras aos quesitos dos boletins que nos for apresentado” (FIGUEIREDO, 1959, p. 28).

O projeto político de consciência nacional promovido pelo Governo de Getúlio Vargas no Estado Novo (1937-1945) tinha como cunho o ideal nacionalista orientado pela modernização. Fazia parte do projeto de Vargas o crescimento econômico e para isso era necessário romper nossa subordinação frente ao capitalismo mundial. A independência viria, portanto, por meio do resgate e fortalecimento do sentimento de nação do povo brasileiro. O nacionalismo fez, desde o início, parte dos discursos do Estado Novo, e seria uma marca que Getúlio iria atribuir ao seu governo. Discursos que, segundo Brito (2006, p. 19, 22), eram marcados pela preocupação com a construção da nacionalidade, valorização da brasilidade e afirmação da identidade nacional.

Para efetiva concretização do seu projeto ideológico nacionalista, o governo, durante o Estado Novo, instituiu diversas ações, entre elas, o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939 (BRASIL, 1939b), que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros, secundada pelo estímulo ao patriotismo e a determinação do uso da língua nacional nos espaços sociais. São criados conjuntos de dispositivos, por meio de decretos jurídicos, que passam a reordenar os diversos setores do Estado brasileiro, procurando-se instituir, desse modo, um novo imaginário de sociedade civil, assentado em investimentos na constituição de uma consciência nacional. A “formação do Estado Novo passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 183).

A presença de estrangeiros no país, que à época ganharia maior visibilidade com o movimento de refugiados de guerra, faria com que nos Censos Demográficos de 1940 e 1950 fossem reinseridas três variáveis abordadas unicamente pelo censo de 1890: *naturalidade paterna; naturalidade materna; língua falada*. Valeria retomar, ainda, que a documentação dos censos de 1852 e 1872 previa a identificação das tribos indígenas, assim como da *língua falada* por cada uma delas, suprimida a preocupação com a diversidade linguística e tribal, prevalecendo a imagem de uma nação mais homogênea. Tais categorias seriam investigadas pela primeira vez em 2010, com o propósito de se conhecer as línguas indígenas estabelecidas no país para planejamento de políticas sociais e educacionais mais adequadas para essas

minorias linguísticas. Nos censos de 40 e 50 foi indagado de todas as famílias se o português era a *língua correntemente falada no lar* e, em caso de não o ser, *qual era a língua alternativa* (OLIVEIRA, 2003). Nesse sentido, o censo era vital ao País, pois as informações coletadas possibilitariam saber quantos *brasileiros* e quantos *estrangeiros* havia no país.

Outra questão-chave do período era, sem dúvida, a imigração. Segundo Oliveira (2003, p. 18) a par da desagregação de *estrangeiros, brasileiros natos e naturalizados*, já contemplada no Censo de 1872, o de 1890 introduziria quatro novas categorias ao tema imigração; dos estrangeiros indagava-se, o ano de chegada ao Brasil e, da população em geral, a *nacionalidade paterna, a materna e a língua falada no domicílio*. Não cabe, por ora, analisar esses anos, mas, o que interessa é notar que a pergunta sobre nacionalidade, também, como nos anos 40 e 50, destinava-se a mensurar a presença de estrangeiros no país. Ademais, as lentes dos censos de 40 e 50 capturariam também uma categoria importante para a efetivação do projeto de construção da nação, a língua, já que apresentariam informações detalhadas sobre a língua falada correntemente no domicílio, sobre a identidade social do indivíduo, as tradições familiares, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 4 - Subcategoria nacionalidade e naturalidade

Censo	Perguntas	Possibilidades de respostas	Manual do recenseador
1940	(13) Se o recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado ; se no estrangeiro o País . (14) Se o pai do recenseado nasceu no Brasil , declarar o Estado ; se no estrangeiro , o País . (15) Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil , declarar o Estado ; se no estrangeiro , o País . (16) Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que Nação? (17) Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	— — — —	— — —
1950	(6) Onde nasceu? (Nome da Unidade da Federação ou do País estrangeiro). (7) É brasileiro nato, naturalizado brasileiro, ou estrangeiro?	— —	- (6) A resposta a este quesito deve ser: a) pessoas nascidas no Brasil, a Unidade da Federação, a saber: Amazonas Guaporé, Acre... b) para as pessoas nascidas no estrangeiro, o nome do País de nascimento como:

			<p>Portugal, Itália, Espanha, Índia, Japão... No caso de estar o território anexado atualmente a outro País, deve ser indicado o país do qual fazia parte na data do nascimento do recenseado.</p> <p>- (7) A resposta a este quesito deve ser: Brasileiro nato: para os brasileiros que, ao nascer, já tem essa qualidade, mesmo que hajam nascido em país estrangeiro; Naturalizado brasileiro: para as pessoas que, havendo nascido em país estrangeiro, obtiveram a nacionalidade brasileira por meio de título de naturalização ou valendo-se de disposições da legislação brasileira; Estrangeiro – para as pessoas que, nascidas fora do Brasil, não se naturalizaram brasileira.</p>
--	--	--	---

Fonte : O autor.

Quadro 5 - Subcategoria língua falada

Censo	Perguntas	Possibilidades de respostas	Manual do recenseador
1940	(18) Fala correntemente o português? (19) Que língua fala habitualmente no lar?	—	—
1950	(13) Que língua fala habitualmente no lar com as pessoas da família ?	—	A resposta deve corresponder à língua que o recenseado fala; quando a pessoa falar mais de uma língua declarará aquela que fala habitualmente no lar com as pessoas da família.

Fonte: O autor

Os textos destacados acima nos reportam a alguns dos componentes primordiais para efetivação do projeto político de construção de um processo identitário nacional na Era Vargas, conhecer a população de estrangeiros e as línguas faladas no país. Para o avanço do projeto nacionalizador de Vargas era necessário “homogeneizar a população, afastando assim o risco de impedimento do grande projeto de identidade nacional” (BOMENY, 1999, p. 151).

No projeto nacionalista do Estado Novo não havia “espaço para inclusão e aceitação de convivência com fortes e estruturados grupos culturais estrangeiros nas regiões de colonização” (BOMENY, 1999, p. 152). O projeto de nacionalização do governo Vargas instituiu diversas ações, dentre elas, como já mencionado no segundo parágrafo do item 4.1.2, destaco o Decreto-Lei nº 1.545, expedido em 25 de agosto de 1939, a partir do qual são implantadas medidas de segurança nacional, legislativas e administrativas, as quais visam o estímulo ao patriotismo e a determinação do uso da língua nacional, conforme pode ser observado nos artigos 14, 15, 16 e 18 abaixo:

Art. 14º Em todas as ocasiões ou reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes for possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à **difusão do sentimento nacional**.

Art. 15º É **proibido** o uso de **línguas estrangeiras** nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar.

Art. 16º Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as **prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional**.

[...]

Art. 18º O **Governo Federal** ou os Governos Estaduais localizarão famílias **brasileiras nas zonas do território nacional** em que houver aglomeração **de descendentes de estrangeiros** (BRASIL, 1939, grifos nossos).

Acima, uma das maneiras como o Estado preserva a soberania nacional, a unidade da nação, por meio da consciência nacional, pelo domínio da língua nacional e localização dos estrangeiros no país. Embora o Estado comporte, ao mesmo tempo, brasileiros natos, naturalizados, estrangeiros e filhos de estrangeiros, esses passam a ser classificados, nos espaços sociais e culturais do país, pela condição de falar, ou não, correntemente o português, e pela condição de ser estrangeiro ou brasileiro. Tais categorias, importantes para a efetivação do projeto de construção da nação e da identidade nacional, seriam capturadas pelas lentes do Censo Demográfico. Lentes que revelariam a diversidade de estrangeiros estabelecidos em território brasileiro, a qual deveria ser homogeneizada em prol da construção do Estado Nacional e do projeto governamental de nacionalização.

Analisando, de maneira conjunta, os censos de 1940 e de 1950, é possível observar, de imediato, nas perguntas da subcategoria *nacionalidade e naturalidade* a redução do número de perguntas de 7 para 2. As perguntas relativas à *naturalidade* no Censo de 1940 inquiriam ao *recenseado* sobre sua naturalidade e a de seus *pais*. Ou seja, discriminam, respectivamente, para os brasileiros natos, a Unidade da Federação e, para os *brasileiros naturalizados* e *estrangeiros*, o nome do país em que hajam nascido. É interessante observar, também, que no caso do recenseado ser *brasileiro nato* a investigação da *nacionalidade paterna e materna*

possibilitaria saber a proporção de *contribuição* dos estrangeiros para o crescimento populacional do país. A exclusão das perguntas relativas à naturalidade paterna e materna do recenseado e, o ano de fixação de residência no país no censo de 1950, em certa medida, pode estar relacionada à percepção de que o fluxo migratório pós-1945 sofreu forte redução, e ainda, à ideia do Brasil ser um paraíso racial, o que serviria para passar a sensação de que o país não tinha qualquer problema em relação à presença de estrangeiros. Ora, tenha-se presente que, o fim do regime ditatorial e opressor do Estado Novo consubstanciou-se na adoção de uma Nova Constituição (1946) de cunho liberal democrático (PEREIRA, 1992, p. 159-160). Portanto, não se fazia premente, tampouco necessário, investigar o tema detalhadamente.

As subcategorias referentes à nacionalidade permitiram não só o agrupamento geral da população de fato em *brasileiros natos*, *brasileiros naturalizados*, *estrangeiros* e *pessoas de nacionalidade não declarada*, mas, ainda, possibilitou a discriminação dos estrangeiros segundo as nações de que eram cidadãos na data do Recenseamento. A pergunta sobre o ano que fixou residência no país, por sua vez, ajudaria a saber a fixação do imigrante entre nós, ou seja, sua aclimatização e longevidade no país. No que diz respeito à classificação da diversidade de nacionalidades estrangeiras no país, é relevante observar o texto retirado da introdução do Censo Demográfico, volume Brasil:

A classificação segundo as **nacionalidades específicas**, por seu turno, **restringiu-se**, em **alguns quadros**, às discriminações “**alemã**”, “**espanhola**”, “**italiana**”, “**japonesa**” e “**portuguesa**”, que, pela sua **especial importância dos pontos de vista histórico, social e político**, foram **selecionadas** como *principais nacionalidades* para efeito de **confronto entre** as diversas **Unidades da Federação** (IBGE, 1950, p. 12, grifo nosso negrito, itálico do autor).

Retoma-se, a seguir, o artigo 18º do Decreto-Lei nº 1.545, a fim de relacioná-lo, com a citação acima “**O Governo Federal** ou os Governos Estaduais localizarão famílias **brasileiras nas zonas do território nacional** em que houver aglomeração **de descendentes de estrangeiros**” – ou seja, os lugares potenciais de memória coletiva, de perpetuação de línguas pátria e de tradições, tendo como uma das subcategorias investigadas a identificação das nacionalidades dos estrangeiros no território nacional, o Censo, de certa forma, seria um *sensorium* que, por meio da informação levantada, auxiliaria o Estado na obtenção do conhecimento, tão desejado, sobre os núcleos de colonização estrangeira, que significavam uma ameaça aos planos de unificação ideológica do país. Aos olhos governistas, particularmente os núcleos alemães e japoneses, grupos destacados por preservarem sua identidade linguística, indesejáveis obstáculos ao projeto de construção de uma nação, de uma

identidade nacional pela unidade da língua (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 181-182). No entanto, para além disso, em plena conjuntura marcada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), não seria também para auxiliar na identificação dos *não brasileiros* ou *dos outros* que discordassem da doutrina oficial ou pudessem ser empecilhos para a formação de uma memória nacional. Memória esta que legitima o sentimento de pertencimento e constrói/consolida a identidade de um povo e vice-versa (CORREIA, 2006, p. 97).

Nesse sentido, com base na análise das perguntas dos Censos Demográficos de 1940 (13, 16 e 18) e 1950 (6, 7 e 13) - **1940:** (13) *Se o recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro o País;* (16) *Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que Nação?;* (18) *Fala corretamente o português? - 1950:* (6) *Onde nasceu? (Nome da Unidade da Federação ou do País estrangeiro);* (7) *É brasileiro nato, naturalizado brasileiro, ou estrangeiro;* (13) *Que língua fala habitualmente no lar com as pessoas da família?*, depreende-se que a **naturalidade**, a **nacionalidade** e a **língua falada** podem ser tomados como fatores de pertencimento ou não pertencimento a uma nação, especialmente quando remetidas a contextos de unidades nacionais. Logo são classificações que possibilitam estabelecer fronteiras culturais e linguísticas entre o *eu* e *ele* (*o outro*), por exemplo; *sou brasileiro nato, não sou brasileiro naturalizado, não sou estrangeiro; ele não é brasileiro; nasci no Brasil, não nasci em outro país; ele não nasceu no Brasil; falo o português, ele fala outra língua*. E mais, são discursos que, de certa forma, podem produzir formas de exclusões e inclusões na construção de uma unidade nacional e, ao mesmo tempo, classificar e categorizar a população em dois grandes grupos *brasileiros* e *estrangeiros*.

Ora, são processos classificatórios que ao formarem agrupamentos, por um lado, delimitam as diferenças, as particularidades e, por outro lado, ressaltam as designações comuns entre as categorias *brasileiros* e *estrangeiros* na criação de uma unidade nacional. Agrupamentos que, ao costurarem as diferenças em uma única identidade, podem, também, ocasionar o apagamento ou a negação das diversas particularidades em prol de uma unidade. Como é o caso do processo de construção da designação *brasileiro* que remete a uma categoria una, em que as particularidades *brasileiro nato* e *naturalizado brasileiro* não sobressaem, porque significa o conjunto dos denominados *brasileiros*. Note-se que apesar das designações *brasileiro nato* e *naturalizado brasileiro* inseridas na categoria *brasileira* demarcarem fronteiras, elas coexistem e relacionam-se entre si, sedimentando discursos sobre o sentimento comum de pertencimento a uma nação: *somos brasileiros*. Na designação *naturalizado brasileiro* observa-se que a diversidade de nacionalidades é massificada em prol da homogeneidade, apesar de conservar particularidades.

No que tange às Linguagens Documentárias, na perspectiva de Kobashi e Francelin (2011, p. 9), essas categorias censitárias por manifestarem, frequentemente, particularidades, não constituem dados universais, já que nomeiam agrupamentos realizados de acordo com propósitos institucionais. E, nesse caso específico, apesar de constituírem duas categorias *brasileiros* e *estrangeiros*, cada uma delas pode apresentar suas particularidades, suas analogias e, ao mesmo tempo, integrar uma unidade, por exemplo: a) *brasileiros* (unidade = categoria): alagoanos, capixabas, paulistas ... (particularidades = subcategorias); *estrangeiros* (unidade = categoria): alemães, italianos, japoneses ... (particularidades = subcategorias); b) *brasileiros* (unidade = categoria): nordestinos ... (particularidades = subcategorias): cearenses, baianos, pernambucanos ... (particularidades = subcategorias); *estrangeiros* (unidade = categoria): européus (particularidades = subcategorias): alemães, italianos, franceses ... (particularidades = subcategorias). É, pois, por meio das analogias, em parte pelas semelhanças e em parte pelas diferenças, que as categorias censitárias cumprem suas funções referenciais, já que ao produzirem e sedimentarem informações, acabam por construir conjuntos de representações sobre o perfil oficial do brasileiro em diferentes momentos. Sem esquecer, por bastante relevante, que os atores sociais, os integrantes das Comissões Censitárias nesta pesquisa, ao elegeram determinadas categorias, não, necessariamente, convergentes ou coniventes com os discursos oficiais e dominantes em cada momento, possibilitam a circulação de discursos que constituem memórias e configurações cristalizadas e/ou transitórias sobre o perfil do brasileiro.

É interessante observar que nas instruções apresentadas ao recenseador (CD 1.30), no censo de 1950, a designação *brasileiro nato* deve ser aplicada ao *brasileiro que ao nascer já tem essa qualidade*, isto é, a *qualidade de ser brasileiro, de ter uma identidade nacional, apesar de ter nascido em país estrangeiro*. Como *estrangeiro* será designado; *aquele que nasceu fora do Brasil e que não se naturalizou brasileiro*, isto é, *aquele que manteve sua identidade nacional; aquele que nasceu em outra nação; aquele que nasceu em outra terra*. Já o *naturalizado brasileiro*, seria aquele que, *havendo nascido em país estrangeiro, obteve a nacionalidade brasileira por meio de naturalização ou valendo-se de disposições da legislação brasileira*. Aquele que por um ato jurídico-institucional de naturalização obtém a condição de cidadania no país, isto é, ele passa a *qualificar-se como cidadãos iguais a outros cidadãos, apesar de nascido em outra nação, em outra terra*.

Para levar adiante a proposta de analisar a subcategoria *língua falada*, ainda, retomam-se alguns artigos do Decreto-Lei 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispõem sobre a difusão do sentimento nacional e o uso da língua nacional: artigo 14º Em todas as ocasiões ou

reuniões, de caráter particular ou público, deverão as autoridades federais, estaduais e municipais, sempre que lhes for possível e sem ofensa de qualquer direito e garantia individual usar de todos os meios adequados à **difusão do sentimento nacional**; *Parágrafo único*. Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude, cumpre esforçarem-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria.; artigo 15º É **proibido o uso de línguas estrangeiras** nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar. *Parágrafo único*. Não se compreendem na proibição do presente artigo a correspondência e as publicações destinadas ao estrangeiro, bem como as relações com as comissões estrangeiras em serviço oficial no país e, artigo 16º Sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as **prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional** (BRASIL, 1939, grifos nossos). A observação dos artigos 14º, 15º, 16º e o estabelecimento de relações entre estas e as perguntas que integram a subcategoria *língua falada* dos CDs de 1940 (18 e 19) e 1950 - **1940: (18) Fala correntemente o português?**; (19) *Que língua fala habitualmente no lar?* - **1950: (13) Que língua fala habitualmente no lar com as pessoas da família?**, permite, de modo objetivo, apreender pontos convergentes entre as ideias que pautam as bases do Estado Novo, a difusão do sentimento nacional e a unidade nacional pela língua, e o ideário cívico ibgeano, expresso no estudo elaborado por Teixeira de Freitas e tido como o *ideário cívico do IBGE, Problemas de Base do Brasil*, cuja ênfase recaía na integração nacional. Entre os doze temas abordados no documento, consta um, intitulado *Unidade nacional pela unidade da língua*, que possibilita demonstrar o pensamento dos intelectuais ibgeanos alinhado com o ideário nacionalista do governo. Os excertos abaixo foram extraídos desse item:

De sorte que, para se lutar contra as forças de dissociação que nos rondam, ainda podemos contar com o remanescente lastro emocional das enfraquecidas unidades anteriores [raça e religião], as quais, sem embargo, nos deixaram certa **homogeneidade social** e o **sedimento sentimental** da vida comum em quatro séculos, fora de toda a dúvida é que os vínculos reais que ainda protegem a nossa **unidade espiritual, social, econômica e política**, decorrem todos da **unidade do idioma**.

[...] enquanto **melhoraria a cultura nacional**, estaria assegurando, [...] **uniformidade de prosódia**, que **estabiliza o idioma**, **evita-lhe as translações tônicas** e as **corruptelas de pronúncia** [...]

[...] a unidade de língua [...] dar-nos o vigor dos sentimento para resistir às investidas – aliás, fortuitamente débeis – contra a integridade da Nação.

A **unidade da língua é, sem discussão, o reduto mais forte da unidade nacional**. Com ela o **Brasil permanecerá; e realizará grandiosos destinos**. **O assunto**, sob o ponto de vista **não cultural**, mas também **político**, é de suma importância para que se mantenha no alto nível que convém a **coesão**

nacional do povo brasileiro (IBGE, 1945, p. 54-56, grifos nossos).

Conforme pode ser observado acima, a língua é elevada à condição de principal elemento de organização, unificação, conservação, instituição e realização da cultura da nação brasileira. O grau de apropriação da língua nacional é tomado com um fator de classificação, de distinção e de identificação. Eis que, na busca por uma homogenia, a ênfase recaía na unidade nacional pela unidade da língua, a partir da qual, se produz uma intenção de identidade nacional, de homogeneidade e de pertencimento, que opacifica a diversidade. Nesse viés, os itens levantados *Fala corretamente o português?*; *Que língua fala habitualmente no lar* coadunam-se com o momento especial vivido pelos processos de construção e de pertencimento a uma nação: *falamos a mesma língua*.

E, é assim, que a análise das subcategorias concernentes ao lugar de nascimento e a língua falada investigadas nos questionários remete a expressões relacionadas a algumas questões ideológicas em circulação nos dois períodos investigados: unidade nacional, federalismo, nacionalismo, consciência nacional, língua nacional, homogeneidade, diversidade, de pertencimento e de unidade entre os brasileiros e os estrangeiros em prol da unidade nacional, e, os discursos de homogeneidade em substituição à diversidade, que iam contra a maré das políticas democráticas que enfatizavam a cidadania e os direitos iguais para todos os cidadãos, fossem esses nativos ou estrangeiros.

4.1.3 Analisando as subcategorias *cor ou raça e etnia (população indígena)*

Desde os primeiros recenseamentos no Brasil, a questão da raça misturou-se com o tema da cor, fazendo com que o critério fosse afirmado ou negado em diferentes contextos sócio-histórico-ideológicos. Como já visto, os Censos Demográficos brasileiros foram realizados nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Nos anos de 1900, 1920 e 1970, o item cor não foi investigado.

Com o intuito de mostrar a dinâmica de variação das categorias censitárias serão analisadas as perguntas e suas possibilidades de respostas que compõem os questionários, e as instruções preceituadas aos recenseadores na investigação das subcategorias *cor ou raça e etnia (população indígena)* nos sete anos de censos, conforme quadro abaixo.

Quadro 6 – Subcategoria cor ou raça

Censo	Perguntas	Possibilidades de respostas	Manual do recenseador
1940	Cor	Branca Preta Amarela	Responda-se “ preta ”, “ branca ”, amarela ” sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto . No caso de não ser possível essa qualificação , lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta
1950	Cor	Branca Preta Amarela Parda	Em caso algum deve ser usada , como resposta, a expressão “morena” .
1960	Cor	Branca Preta Amarela Parda Índia	Só deverão ser assinaladas “Índia” os aborígenes que vivam em aldeamentos ou postos indígenas , deverão ser assinalado [...] (Parda), assim como para os que se declaram: mulato, caboclo, cafuzo , etc.
1980	Cor	Branca Preta Amarela Parda	Será assinalado o retângulo Parda para as declarações diferentes de branca, preta ou amarela , tais como: mulata, mestiça, índia, cabocla, cafuza, mameluca etc.
1991	Raça ou cor	Branca Preta Amarela Parda Indígena	Indígena se aplica não ao que vive em aldeamento , como também aos indígenas e seus descendentes que vivem fora de aldeamento . Será assinalado o retângulo Parda para as declarações diferentes de branca, preta, amarela ou indígena , tais como: mulata, mestiça, cabocla, cafuza, mameluca , etc.
2000	A sua cor ou raça é:	Branca Preta Amarela Parda Indígena	Indígena se aplica aos que vivem em aldeamento como, também, aos indígenas que vivem fora do aldeamento . Lembre-se que a declaração de cor ou raça , é do entrevistado . Essa declaração deverá se enquadrar entre as opções relacionadas . É o entrevistado que escolhe aquela que melhor define sua cor ou raça .
2010	A sua cor ou raça é:	Branca Preta Amarela Parda Indígena	Leia as opções de cor ou raça para a pessoa e registre aquela que for a declarada . Caso a declaração não corresponda a uma das alternativas enunciadas no quesito, releia as opções para que a pessoa se classifique no que julgar mais adequada . Em nenhum momento , você deve influenciar a resposta do entrevistado . Branca - [...] pessoa que se declarar branca . Preta - [...] pessoa que se declarar preta . Amarela - [...] pessoa que se declarar da cor amarela (de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana , etc.) Parda - [...] pessoa que se declarar parda . Indígena - [...] pessoa que se declarar indígena ou índia . [...] aos indígenas que vivem em terra indígenas como aos que vivem fora delas .

Fonte: O autor.

Quadro 7 – Subcategoria etnia (população indígena)

Censo	Perguntas	Possibilidades de respostas	Manual do recenseador
2010	<p>(6.09) <i>Fala língua indígena no domicílio? (considere também o uso da língua de sinais)</i></p> <p>(6.10) <i>Qual (is)? (Especifique a(s) língua(s) indígena(s) – até dois registros)</i></p> <p>(6.11) <i>Fala português no domicílio? (considere também o uso da língua de sinais)</i></p>	<p>Sim Não</p> <p>Abrir combos de línguas</p> <p>Sim Não</p>	<p>- (6.09) Considere a língua usada para comunicação no domicílio pelas pessoas que se declaram ou se consideram indígenas. Também poderá ser registrada a Língua de Sinais Urubu-Kaapor (LSUK) que é usada pelos indígenas.</p> <p>- (6.10) Poderão ser registrados até duas línguas para o quesito 6.10, e deverá ser informada apenas uma língua em cada espaço de registro. Se o indígena informar que fala a “língua do povo, repita a etnia declarada no quesito 6.08. Considere também a Língua de Sinais Urubu-Kaapor (LSUK). Quando não for possível obter informação para o quesito 6.10, registre Não sabe.</p> <p>- (6.11) Considere também a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para menores de idade que ainda não aprenderam a falar ou para as pessoas, que por motivo de doença ou deficiência, não falam nem a língua de sinais, registre Não.</p>

Fonte: O autor.

Analisando de maneira conjunta os sete censos no quadro 6 acima, é possível observar de imediato, nas perguntas, que nos três últimos censos são usadas as expressões *cor* e *raça* e que as mesmas estão interligadas pela conjunção coordenativa alternativa/disjuntiva *ou*. Ou seja, as duas expressões acabam por se apresentarem como sinônimas, compondo uma única subcategoria. E, ainda, ao desviar o olhar para as possibilidades de respostas, aqui entendidas como enunciados discursivos, é possível perceber que essas recortam e excluem outras formas de enunciação, já que o recenseado tem de escolher uma das alternativas predeterminadas que a pergunta apresenta. Ou seja, o conjunto dessas respostas estabelece restrições que excluem outros discursos. Desse modo, tem-se um perfil traçado por esse conjunto de subcategorias censitárias finitas que estabelece limites nas possibilidades de respostas.

Isso posto, a seguir, prossegue-se com a análise, mas antes, retorna-se brevemente, à época de realização do primeiro Censo Demográfico sob a responsabilidade do IBGE, como visto em capítulo anterior. Com o estabelecimento do governo Vargas (1930-1945), nossa sociedade vivenciou mudanças nos âmbitos político, econômico e social. Entre elas, pode-se citar o discurso de Estado em relação à raça e ao futuro da nação, discursos e ideias que congregavam uma nova noção do povo brasileiro por meio da qual a miscigenação foi valorizada como positiva, sem acarretar degeneração ou declínio da nação. Miscigenação que apontava a singularidade da sociedade brasileira ancorada na tese da democracia racial. Neste

cenário de democracia racial o Censo Demográfico de 1940 retoma o estudo da composição racial no Brasil, após um longo período de silêncio sobre a cor da população nos censos, perguntando agora pela *cor* do indivíduo e não mais pela *raça* como em 1890. As possibilidades finitas de resposta à subcategoria *cor* no Censo de 1940 foram *branca*, *preta* e *amarela*. Um aspecto interessante a ser observado, em comparação com os outros seis anos, é a ausência da subcategoria *parda*.

Um breve olhar sobre as instruções preceituadas ao recenseador *Responda-se “preta”, “branca”, amarela” sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta*, possibilita depreender que somente será classificado em uma das três subcategorias aquele que, pelas orientações preestabelecidas no Manual do Recenseador, puder ser qualificado, identificado e designado pelo recenseador como *preto*, *pardo* e *amarelo*. Poder ser qualificado pelo recenseador é, portanto, uma condição para ser ou não inserido em uma das três subcategorias, obstando será significado por um traço horizontal. E, não sendo possível sua qualificação ele é representado por um traço horizontal (-) pelo recenseador. Mas quem seria representado/significado/simbolizado por um traço? Eis a resposta no texto da Comissão Censitária Nacional (CCN) do Censo de 1940.

a [CCN] quis evitar a obrigação, para o recenseado, de aplicar a si mesmo qualificações de cor que às vezes são usadas com sentido de desprezo, e decidiu limitar as declarações explícitas aos três grupos de cor dos *brancos*, *pretos* e *amarelos*, prescrevendo apenas lançar um traço a todos os que não podiam assim ser qualificados, e que constituem o grupo dos **pardos**, no sentido mais amplo desta qualificação (IBGE, 1950, p. 8, grifo do autor em itálico, grifo nosso em negrito).

Ora, evidentemente que seriam os *pardos*, os *mestiços*, os *caboclos*, os *mulatos*, os *caboclos*, os *cafuzos*, os *mamelucos*³⁰... O texto acima possibilita depreender que havia uma reserva à declaração expressa da mestiçagem, dos indesejáveis, apesar de todo discurso de valorização da mistura racial em circulação naquele momento, ideologicamente, o Estado só tinha interesse em reconhecer as três cores *branca*, *preta* e *amarela*. Aquilo que fosse de *cor* diferente não seria contemplado, ou seja, ser qualificável passava pela condição de não ser branco, não ser preto e nem tampouco amarelo.

O período posterior a Segundo Guerra Mundial (1939-1945) foi marcada por um

³⁰ *Mestiço* (descendentes de pessoas de etnias diferentes); *mulato* (filho de pessoa de cor branca com preta); *cafuzo* (filha de indígena com pessoa de cor preta); *mameluco* e *caboclo* (filho de pessoa de cor branca com indígena).

panorama internacional de censura à validade do racismo científico e à desaprovação aos Estados e sociedades como práticas discriminatórias racistas, sendo a democracia racial brasileira vista como um positivo modelo de relações raciais em comparação com países partidários da política segregacionista como os Estados Unidos e a África do Sul. Nesse sentido, o IBGE era um importante ator oficial na proteção da ideia e dos discursos em prol da democracia racial ao manter o uso das subcategorias segundo a cor (*preta, branca, amarela*) em vez das raciais (*negra, branca...*).

No que tange à execução do Censo Demográfico de 1950 vale destacar que internamente foi debatido no IBGE a ambiguidade que presumia usar subcategorias de *cor* para investigar *raça*, mas justificou-se sua permanência na investigação como a melhor forma de obter elementos para conhecer a composição racial no Brasil, apesar do reconhecimento das dificuldades encontradas para a coleta de informações relacionadas à cor. Ora, em 1940, por pouco não deixou de ser inquirida, por razões técnicas (imprecisão das respostas), com os argumentos de Teixeira de Freitas vencendo, porém, as razões políticas, trazidas por Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)³¹ (SENRA, 2008, p. 784), que o quesito era primordial para a propaganda do Brasil no estrangeiro como democracia racial.

A experiência censitária demonstra as dificuldades que se opõem à coleta de informações relativas à cor. Reconhecendo embora tal circunstância, julgou-se oportuno proceder à pesquisa uma vez que o recenseamento tem sido, no Brasil, o meio empregado para obter elementos mais amplos sobre o assunto (IBGE, 1956, p. 17).

No Censo de 1950, as possibilidades finitas de resposta presentes no censo anterior foi incluída a subcategoria *parda* às *branca, preta e amarela*, junto com o critério de autodefinição. O que nos leva a crer que a população mestiça seria contemplada na sua totalidade. Mas, vejam-se as instruções prescrevidas aos recenseadores: *Em caso algum deve ser usada, como resposta, a expressão “morena”*. Ao que parece, a recomendação de não ser usada a expressão *morena* como subcategoria, apesar dessa designação nunca ter feito parte das subcategorias quanto à *cor*, pode estar relacionada à preferência de pretos e pardos pelo epíteto *morena* por sua conotação positiva, o que reflete bem, segundo Schwartzman (2004, p. 105) o caráter difuso das linhas de divisões étnicas e raciais brasileiras. No entanto, para além disso, outra pergunta se *impôs, o índio é pardo?* Mas o que foi considerado como *parda* nesse censo? Eis a resposta encontrada na introdução do Censo Demográfico (IBGE, 1956, p. 12)

³¹ Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado em 1939, durante o Estado Novo (1937-1945), com a finalidade de controlar as informações veiculadas nos meios de comunicação e promover a imagem de Getúlio Vargas.

inclui-se na subcategoria *pardo* os que se declararem *índios, mulatos, caboclos, cafuzos*³²... Então, tudo que fosse diferente das cores *branca, preta e amarela* seria *parda*, independente de sua origem de ser ou não mestiça, já que índio não é mestiço. Observa-se que a diversidade de cada um (índia, branca e preta, preta e índia, branca e índia, amarela e preta, amarela e branca...) é apagada em prol da homogeneidade de ser *parda*. Trata-se da ideologia atuando na classificação censitária, é a materialidade linguística de uma discursividade.

No próximo censo, 1960, foi incluída a subcategoria *índia* nas possibilidades finitas de resposta anteriormente estabelecidas *branca, preta, amarela e parda*. Finalmente o *índio* estava sendo contemplado. Mas, vejam-se, então, os excertos extraídos das instruções preceituadas ao recenseador no manual *Só deverão ser assinaladas “Índia” os aborígenes que vivam em aldeamentos ou postos indígenas, deverão ser assinalado [...] (Parda), assim como para os que se declararem: mulato, caboclo, cafuzo, índio, mameluco etc.* Analisando os excertos de imediato é possível depreender que ao Estado só interessa reconhecer oficialmente como *índios* os que vivem em aldeias ou postos indígenas, mas um breve olhar sobre as instruções relativas à cor *parda* permite constatar que os *índios* continuavam a ser inseridos nessa subcategoria. Ou seja, só são considerados como *índios*, e conseqüentemente contados como tais pelo Censo Demográfico, aqueles que vivem nessas áreas especificadas. Daí resulta que, justamente pela exclusão, por não serem classificados como índios, que ocorre seu pertencimento a subcategoria *parda*, e, com efeito seu apagamento e ausência como indígena. Recorde que durante a Ditadura Militar, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, criado em 1910, é dissolvido e substituído em suas funções pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) em 1967, a qual centraliza todas as ações voltadas para a população indígena. Suas políticas indigenistas têm o objetivo de assimilar culturalmente os indígenas e remover quaisquer obstáculos que esses pudessem representar para a busca do crescimento econômico acelerado. Enfim elas foram integralmente subordinadas aos planos de defesa nacional (COSTA, 2010, p. 280).

O Censo de 1991 viria a incluir como *indígena* todos aqueles que assim se autodeclarassem, independentemente do local onde vivessem. No que diz respeito à subcategoria *raça*, tal como no censo anterior, há ausência de classificações para a população que se autodeclarava como *mulata, mestiça, índia, cabocla, cafuza, mameluca*...

Caminhado um pouco mais na análise, dá-se aqui um salto de vinte anos no tempo, já

³² Mulato (filho de pessoa de cor branca com preta); cafuzo (filha de indígena com pessoa de cor preta); mameluco e caboclo (filho de pessoa de cor branca com indígena); mestiço (descendentes de pessoas de etnias diferentes).

que no Censo de 1970 foi excluída a subcategoria *cor*, assim, ao fim e ao cabo, não foi traçado nenhum perfil do brasileiro segundo a *cor*. Ao que parece, em certa medida, a explicação da supressão dessa subcategoria pode estar relacionada ao Governo Militar (1964-1985), que apresentava pouca tolerância ao discurso racial, bem como ao fato de que as autoridades da época consideravam inoportuna essa investigação em uma democracia racial.

No final dos anos 1970, em um contexto de abertura política do regime militar e de intensa mobilização social, surge o debate acerca da questão racial no Brasil. Nesse contexto, o Censo de 1980 reinsere a subcategoria *cor* na pesquisa. As alternativas preestabelecidas possíveis para resposta foram, *branca, preta, amarela e parda*. A subcategoria índia, presente no censo anterior, foi excluída, e, por mais uma década, os índios ficam invisíveis. Como nos censos de 1960 e de 1950, também houve ausência de classificações para a população que se autodeclarava como mulata, mestiça, índia, cabocla cafuza, mameluca... Assim sendo, mais uma vez as suas particularidades foram apagadas, massificadas, como se todos tivessem a mesma origem.

Ao longo da década de 1980, o Brasil vivencia um período de mobilizações sociais em torno da redemocratização, que culmina com a promulgação da Constituição Federal em 1988, paralelo ao debate sobre desigualdade racial. Ela representa o marco legal que estabelece o Estado Democrático de Direito e reconhece oficialmente a diversidade étnica da nação brasileira. Na década de 1990, o debate relativo à desigualdade e discriminação racial ganha alcance nacional. Em 1995, o Estado brasileiro reconhece a existência do racismo e propõe ações afirmativas para combatê-lo, processo que tem sido acelerado a partir da participação e dos compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial Contra o Racismo em 2001.

É nesse contexto que são realizados os Censos de 1991, de 2000 e 2010. No Censo de 1991 a pergunta para investigação da subcategoria quanto à cor passa a ser denominada *raça ou cor* e, no censo de 2000 e de 2010, *cor ou raça*. Recorde que a expressão *raça* não era usada desde 1890. Em outras palavras, a expressão *raça* foi incluída junto à sua correlata *cor* na formulação da pergunta. Nesse fato, apesar das diferentes épocas de realização dos censos e de produção desses enunciados, é possível reconhecer evidências que vinculam *raça* diretamente com a subcategoria indígena, ora não há *cor índia*. Contudo, não foi observada explicitamente nenhuma correspondência e tampouco relação entre as duas expressões (*raça e indígena*), nos Manuais do Recenseador, nos questionários e nas publicações dos Censos Demográficos. Não obstante, pode-se apontar que a inclusão da expressão *raça* sem relação com a subcategoria *indígena*, evidencia um aparato sutil, a dinâmica de variação das

categorias, que permite legitimar e cristalizar discursos e memórias sobre o perfil do brasileiro idealizado pelo Estado brasileiro em diferentes contextos-sócio-histórico e ideológico.

No que tange às possibilidades finitas de respostas, nesses três últimos censos, foi incluída a subcategoria *indígena* junto às antes estabelecidas *branca*, *preta*, *amarela* e *parda*, com o critério de autoidentificação. Com idas e vindas, o *índio* acaba sendo contemplado. Mas, vejam-se os excertos extraídos das instruções preceituadas ao recenseador em seus manuais: 1991, *Indígena se aplica não ao que vive em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que vivem fora de aldeamento*; 2000, *Indígena se aplica aos que vivem em aldeamento como, também, aos indígenas que vivem fora do aldeamento, e, 2010, Só deverão ser assinaladas “Índia” os aborígenes que vivam em aldeamentos ou postos indígenas*. A classificação agora se aplica tanto aos que vivem em aldeamento ou postos indígenas quanto aos que vivem fora, em 1960 só se aplicava aos que viviam em aldeias ou postos indígenas. As instruções do Censo de 1991 são mais explícitas que as dos dois próximos anos, 2000 e 2010, já que possui a expressão *seus descendentes*. Ora, esse descendente pode ser filho de indígena com pessoa de cor *preta* (ou *branca*, *amarela*), portanto seria qualificado como um *pardo*, cuja decorrência seria seu apagamento e ausência como *indígena*. Ou seja, novamente ele ficaria invisível para o Estado e, também, para a sociedade.

Já, no que concerne à subcategoria *parda*, os censos de 1991, 2000 e 2010, tal como nos censos anteriores – com exceção de 1940, há ausência de classificações para a população que se autodeclarava como *mulata*, *mestiça*, *índia*, *cabocla*, *cafuzo*, *mameluca*... A subcategoria *parda* permanece para as declarações diferentes de *branca*, *preta*, *amarela* e *indígena*, apesar de todo discurso de contemplação da diversidade racial, em conformidade com as políticas sociais em circulação.

Até aqui, propositadamente, não foi mencionada nenhuma análise da subcategoria *amarela*, já que essa foi acrescida às possibilidades finitas de resposta em 1940 com o aumento da migração japonesa ocorrida fundamentalmente entre 1908 e 1930 (IBGE, 2000), permanecendo até 2010. Pode-se dizer que a inserção da subcategoria *amarela* no Censo de 1940 foi uma forma de reconhecer a presença dos asiáticos e de integrá-los ao modelo da democracia racial brasileira. Ao longo da análise, não foram identificadas alterações relevantes, pois as observações foram sempre as mesmas. Não obstante, foi uma subcategoria que se manteve junto à *branca* e à *preta* na constituição do perfil do brasileiro ao longo dos sete anos analisados.

Por fim, para fechar a análise, retorna-se ao quadro 7 – Subcategoria *etnia e língua*

falada (população indígena), investigada apenas no Censo de 2010. A finalidade dessa investigação sobre *etnia e língua falada* é conhecer as línguas indígenas estabelecidas no país para planejamento de políticas sociais e educacionais mais adequadas para essas minorias linguísticas. Para Nilza de Oliveira Martins, da Diretoria de Pesquisa do IBGE, as informações sobre a filiação linguística ou étnica, dentre outros aspectos, são relevantes para a caracterização da realidade indígena em qualquer país e para estabelecer ações e políticas públicas que atendam às demandas da população indígena. Para isso é fundamental o conhecimento do seu comportamento demográfico e social. No Censo de 2010, foi investigado o idioma falado em casa com o propósito de se obter “o repertório de línguas indígenas faladas no país; o número de falantes de cada língua, sem distinção de graus de proficiência; a distribuição espacial da língua e o grau de bilinguismo em relação ao português” (IPEA, 2011). Na análise do manual do recenseador observa-se a seguinte definição para etnia *comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais. Corresponde também a povo ou tribo, como conjunto de pessoas que se caracterizam por uma cultura e forma de vida social própria*. Isso remete a análise anterior das subcategorias *língua falada*, e, ao mesmo tempo, reafirma que a língua pode ser tomada como fator de pertencimento ou não a uma comunidade, a uma nação..., nesse caso significa o conjunto dos denominados indígenas. Note-se que isso, também pode ser percebido nas perguntas presentes nos questionários (6.09) **Fala língua indígena no domicílio?** (*considere também o uso da língua de sinais*); (6.10) **Qual (is)?** (*Especifique a(s) língua(s) indígena(s) – até dois registros*); (6.11) **Fala português no domicílio?** (*considere também o uso da língua de sinais*). Analisando em conjunto as perguntas e as instruções preceituadas ao recenseador no manual, é possível depreender que essas estão em concordância com o imaginário da contemplação da diversidade cultural em circulação nos últimos anos. Depreende-se, ainda, que há interesse do Estado em mostrar o Brasil como um país multilíngue, legitimando, discursivamente, a cultura brasileira como múltipla, diversa e não polarizada entre *negros, brancos, amarelos e pardos*.

As subcategorias *cor ou raça* e *etnia e língua falada (população indígena)*, apresentadas no Manual do Recenseador e nos Questionários dos Censos Demográficos ao nesses sete anos, possibilitam concluir, pela análise do conjunto das perguntas, das possibilidades de respostas e das instruções preceituadas aos recenseadores que, no ano de 1940, há ausência de classificação para mestiços, o perfil do brasileiro foi polarizado nas três cores *branca, preta e amarela*; nos anos de 1950 e 1980 há o apagamento das manifestações da mestiçagem (*mulato, cafuzo, índio, caboclo...*), tudo que fosse diferente das cores *branca,*

preta e amarela seria parda, independentemente de sua origem ser ou não mestiça: índio não é mestiço. O perfil do brasileiro foi polarizado em quatro cores: *branca, preta, amarela e parda*. Em 1960, também, ocorre o apagamento das manifestações da mestiçagem (*mulato, cafuzo, índio, caboclo...*), mas a população foi polarizada em cinco cores: *branca, preta, amarela, parda e índia* (só para os que viviam em aldeamentos ou postos indígenas). Nos anos de 1940, 1950, 1980, apagamento total dos indígenas, em 1960, foi parcial. Nos Censos de 1991, 2000 e 2010 há a ideologia do apagamento das diferenças, de contemplação da diversidade culturais e raciais, por exemplo, a contemplação da *etnia e da língua falada pelos indígenas*. O perfil do brasileiro nesses três censos foi polarizado em *branca, preta, amarela, parda e indígena*. Mas, apesar de todo discurso de contemplação das diversidades raciais e culturais, permanece o apagamento das manifestações da mestiçagem em prol da homogeneidade de ser *parda*.







A seguir, apresenta-se o *quadro 8 – Configurações depreendidas na análise da subcategoria cor ou raça, etnia e língua falada*, objetivando demonstrar a configuração do perfil do brasileiro depreendida na análise das subcategorias *cor ou raça e etnia e língua falada (população indígena)*.

Quadro 8 – Configurações depreendidas na análise da subcategoria cor ou raça, etnia e língua falada (população indígena)

Censos	Perfil do brasileiro construído	Exclusão	Apagamento
1940			
1950			
1960			
1980			
1991 2000 2010			

Fonte: O autor.

Legenda:

Cor	
branca	
preta	
amarela	
índia indígena	
parda	
mestiçagem	

Nota: A mestiçagem não é considerada uma subcategoria segundo a *cor* nos Censos Demográficos. Ela está sendo usada aqui com o propósito de simbolizar os qualificados como mestiços que foram apagados ao serem inseridos na subcategoria *parda*.

Como pode ser visto neste capítulo, na análise das quatro subcategorias reagrupadas em duas por aproximações temáticas, para facilitar a análise: *a) língua falada; naturalidade e nacionalidade; b) cor ou raça; etnia (população indígena)*, a população brasileira é configurada a partir das subcategorias presentes nos questionários censitários. As subcategorias, por sua dinâmica de variação, não apenas configuram discursivamente e cristalizam o perfil do brasileiro como fazem significar alguns perfis e apagar outros. O discurso construído a partir da seleção de determinadas categorias censitárias pelo Censo Demográfico é o da normatização que regula o real, produzindo exclusões e apagamentos da existência desses perfis, enquanto parte do Estado brasileiro. E mais, ainda, os questionários censitários restringem a abordagem do perfil da população, apesar da alteração no formato das perguntas e das novas possibilidades de respostas.

Interessante é observar que, nas décadas de 40, 50, 60 e 80, ao mesmo tempo que funciona um discurso ideológico da democracia racial, há o apagamento das manifestações de mestiçagens. É o discurso da democracia racial, sendo apagado pelo questionário censitários, obstante às políticas democráticas que enfatizavam a cidadania e a igualdade de direitos para todos. Já nas décadas de 1990 a 2010, apesar de circularem discursos em prol do apagamento das diferenças e das contemplações das diversidades, essas, especificamente no caso da

subcategoria parda, não chegaram a ser contempladas em sua totalidade. Nela foram inseridos todos aqueles que são diferentes da cor *branca*, da *preta*, da *amarela* e da *indígena*, independente da origem de cada um. Em suma, no primeiro momento é configurado um perfil do brasileiro mais homogêneo sem contemplar as diversidades e, em um segundo momento, o brasileiro representado é mais heterogêneo.

Como se vê, o perfil do brasileiro é construído por meio das categorias censitárias em conformidade com as tendências sociais historicamente determinadas, cristalizando ideias em circulação. Eis aí, portanto, as funções referenciais das categorias, que, ao produzirem e sedimentarem informações, constituem conjuntos de representações sobre o perfil oficial do brasileiro em diferentes momentos.

Na perspectiva desenvolvida, vale notar ainda que, segundo o IBGE, a finalidade da pergunta relativa à subcategoria cor ou raça é conhecer/mapear a composição da população brasileira, assim como atualizar os estudos sobre sua evolução e distribuição étnica. Na metodologia adotada pelo IBGE, desde o Censo Demográfico de 1950, em que apenas uma pessoa responde por todos os moradores em cada domicílio recenseado – valerá a autodeclaração da pessoa que está respondendo ao recenseador as perguntas inquiridas. Assim estruturado, o questionário configura um diagrama de enunciação em que o espaço discursivo entre o enunciado da pergunta, a cargo do recenseador, e o da resposta, proferido pelo recenseado entrevistado, permite um processo de identificação deste último com relação às respostas já predeterminadas, refletindo o sentimento e o desejo da pessoa no momento da entrevista. Uma vez que a identidade está relacionada ao sentimento de pertencimento a uma classe social, grupo, etnia etc., as autodeclarações passam a ser construções identitárias e podem ser consideradas aspectos relevantes para a manifestação das memórias na enunciação, também afetando a forma como a própria população passaria a se representar. Ora, a liberdade de resposta é a da escolha do recenseado entre as que o recenseador formulou: se ela se diz *preta*, é como *preta* que ela deve ser classificada/categorizada, mesmo que não seja preta, ou que o recenseador a considere *parda*, é como *preta* que ela quer se tornar visível para a sociedade. Obstante, imagine que o recenseador fosse o responsável pela resposta, ou melhor, por decidir em qual *cor ou raça* o recenseado deveria ser qualificado, como no Censo de 1940. Nessa situação, o recenseado é obrigado a aceitar a escolha realizada pelo recenseador, mesmo que não concorde, mesmo que deseje fazer parte de outra subcategoria. Apesar de o recenseado dizer que é *amarela* ou que se veja como de cor *amarela*, o recenseador poderá marcar *preta*, *interditando outros dizeres, sentidos e memórias identitárias*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A estatística é o retrato [...]
Desde o primeiro dia,
desde que Adão começou a
pensar nessas coisas até hoje,
você tem de um lado um grupo e
de outro lado outro grupo,
idealistas, materialistas e tal,
mas vou colocar uma questão:
a gente faz o retrato da realidade, está lá!
Vocês me entregaram o retrato e
só eu tenho o retrato.
Vocês produziram a estatística e
me entregaram o retrato!
Eu pego o retrato e guardo na gaveta,
tranco ela, e nunca ninguém viu o retrato
porque tivemos uma explosão atômica dez anos depois.
Nunca ninguém viu aquele retrato.
O retrato que é a nossa missão existe ou não existe.
Ele existiu ou nunca existiu?
Nunca ninguém viu e eu morri.
Esse retrato existiu se os outros não viram?
Não responda, porque claro que tem uma resposta que sim,
claro que existiu, e tem outra resposta que não,
se ninguém nunca viu.
Existiu ou não existiu não tem resposta,
mas o que eu quero dizer é o seguinte:
nós não estamos cumprindo a nossa missão
se o retrato não for eficientemente divulgado, disseminado e tal.
(Sérgio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE)³³.*

Até a década de 1920, a execução dos censos esteve sob a responsabilidade da Diretoria Geral de Estatística, dissolvida depois da Revolução de 1930. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) instalado em 1938, no Rio de Janeiro, durante o Governo de Getúlio Vargas, cujos esforços estavam voltados para modernização e unificação nacional, foi, inicialmente, uma das maneiras de o governo enfrentar o federalismo por meio da centralização do poder. Não é à toa que, no caso do IBGE, o discurso de Mário Augusto Teixeira de Freitas, com a ideia de retratar o Brasil por meio dos estudos estatísticos, apoia o discurso ideológico do governo, que é o de descobrir o verdadeiro país e de combater as ideias

Em entrevista, o ex-presidente do IBGE Sérgio Besserman Vianna (janeiro 1999 a fevereiro 2003), disse como conseguiu convencer os produtores de estatísticas da Diretoria de Pesquisas sobre a relevância divulgação das pesquisas dentro da missão do IBGE: retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania (FONSECA, 2005).

federativas, uma vez que se desejava fortalecer um governo unificado e nacional, um país formado pelo todo, e não somente pela soma de suas partes. Esses dois discursos fazem parte de uma mesma cadeia discursiva ideológica, e Teixeira de Freitas está lá por isso – o seu discurso é construído por tudo que o circunda, o que possibilita, na perspectiva de Althusser (1985), apontar o IBGE como parte do aparelho ideológico do Estado. Desse modo, o Instituto, em sua origem, foi uma agência de informação que fazia referência a um coletivo nacional – os censos, as tabelas, os mapas e os cartogramas referenciavam o espaço e a população brasileira, em benefício da dimensão nacional da governabilidade na Era Vargas. Pelos estudos estatísticos e geográficos do IBGE, um Brasil melhor informado e conhecido. Tem-se, assim, um quadro em que o discurso ibgeano está coadunado com o ideário nacionalista de enaltecimento e reconhecimento do nosso território.

Pela Análise de Discurso, e mais propriamente pela noção de formação discursiva, inicialmente concebida por Michel Foucault (1969), foi possível identificar que a repetição constante de termos como *nação, país, conhecerem*, presentes nos discursos de Mário Augusto Teixeira de Freitas e de outros intelectuais da época, retoma a ideologia de que há um novo quadro político e social a se criar. Isso está totalmente de acordo com o novo governo e a nova ordem que este deseja instaurar no país, com a centralização do poder e o enfraquecimento das unidades da federação. O IBGE foi um dos principais pontos de apoio para que se alcançasse esse objetivo. Isso porque, segundo Teixeira de Freitas (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1961, p. 138), “bem se enquadra nos propósitos de renovação do Governo Revolucionário, ao qual, exatamente para esse decisivo esforço de aperfeiçoamento, a Nação confiou poderes discricionários”. Entendendo que uma formação discursiva, a partir de certas regularidades, estabelece relações com outros discursos, vê-se que, no caso do IBGE, o discurso de Teixeira de Freitas, alinhando os estudos estatísticos com a ideia de conhecer nosso país, apoia o discurso do governo – cujo projeto político se caracterizava por uma profunda centralização política e administrativa –, que é o de construir um novo Estado-Nação, sendo ambos constituintes de uma mesma ideologia.

A participação da intelectualidade ibgeana se fez presente desde os primeiros anos do Instituto, quando seu idealizador, Teixeira de Freitas, contou com a colaboração de intelectuais da época, que, agindo como atores sociais, integraram as Comissões Censitárias Nacionais e, em certa medida, trouxeram visibilidade e prestígio para a instituição e suas pesquisas. Também as ideias desses intelectuais se articularam ao discurso estatístico para retratar a sociedade brasileira, contribuindo para a construção de um perfil identitário oficial para o país e institucional para o IBGE. Dizeres direcionados para a população, compostos de

argumentos que mostram uma preocupação com o social.

Nos primeiros Censos Demográficos executados pelo IBGE, as Comissões Censitárias Nacionais eram constituídas por atores sociais de expressiva importância intelectual ou cultural. Intelectuais dedicados a fornecer análises, interpretações, diagnósticos sobre o país, que, posteriormente, passaram a ser marcas de uma identidade nacional, e que, em diversos momentos, atuaram como porta-vozes da população brasileira, como Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Delgado Carvalho, Teixeira de Freitas, Macedo Soares, entre outros. Os estudos desses intelectuais norteavam os planos de ação sobre o território, sem olvidar do poder que tinham para mobilizar a classe política e as elites intelectuais em torno da organização nacional, a grande bandeira do governo varguista. Entretanto, no decurso desses 76 anos de existência do Instituto, completados no último 29 de maio, as Comissões passariam a ser formadas por especialistas da comunidade técnico-científica, compondo uma equipe interdisciplinar constituída por demógrafos, economistas, sociólogos etc., afastando-se cada vez mais de sua formação e produção técnico-administrativa, conforme observado nos censos de 1940, 1950 e 1960. Em outras palavras, notadamente, a partir de 1970, porém iniciado no final dos anos de 1950, um novo tempo se faz presente no IBGE, um tempo de ciências e de equipes interdisciplinares, em que uma nova orientação emerge: passa-se de um órgão coordenador das estatísticas com uma visão e produção técnico-administrativa centralizada, que reflete e contém aspectos, de algum modo, dos anos 40, 50 e 60, para um órgão produtor de estatísticas com uma visão técnico-científica descentralizada, cada vez mais perfilado por técnicos e pesquisadores especializados, atores importantes para a reflexão e o aprimoramento das categorias estatísticas sociais e econômicas investigadas.

Ora, convém frisar, que Instituições como o IBGE, trazem sempre as marcas digitais de seus dirigentes, sejam eles intelectuais técnicos administrativos, como Teixeira de Freitas, Macedo Soares, Delgado Carvalho, ou intelectuais técnicos-científicos, como, Isaac Kerstenetzky, Edmar Bacha e Simon Schwartzman. O pensamento desses dirigentes, de certa forma, contribui para o entendimento e as interpretações das escolhas, inserções, exclusões e permanências das categorias observadas nos instrumentos de coletas censitárias e nos textos institucionais. As marcas desse pensamento são percebidas em dinâmicas de políticas específicas, estilos individuais de comando, que possibilitam depreender que, não obstante o instituto, às vezes, harmonizasse autonomia técnica e interesses políticos, em alguns momentos, em certa medida, acenava para um desses polos.

Com essas leituras, foi possível perceber a predominância, até 1980, de uma configuração homogênea do perfil do brasileiro, sem contemplação da diversidade postulada,

como, também, da população polarizada em quatro cores: *branca, preta, amarela e parda*, com exclusão e apagamento da população mestiça na subcategoria *parda*, e dos *indígenas*. Mas, vale ressaltar, que, inicialmente, houve a divisão em três cores: *branca, preta e amarela*; e, em meados, 1960, até houve a intenção de polarizar o perfil do brasileiro em cinco cores: *branca, preta, amarela, parda e índia*; contudo, parte dos indígenas foi apagada, só foram contemplados os que viviam em aldeamentos ou postos indígenas.

A partir dessa época, progressivamente, em conformidade com as ideologias em circulação, as configurações de contemplação da heterogeneidade foram se sobrepondo às homogêneas, e o perfil do brasileiro é polarizado em cinco cores *branca, preta, amarela, parda e indígena*. Embora a mestiçagem permaneça opacificada, ainda não há atribuição específica a cada componente da diversidade que compõe a subcategoria *parda*, ou seja, não se investiga se o indivíduo seria mulato, cafuzo, mameluco etc., percebe-se que houve mudanças no foco da pesquisa de acordo com o contexto sócio-histórico ideológico do momento. Desse modo, é possível depreender que tais mudanças estão em concordância com o imaginário da contemplação da diversidade cultural em circulação nos últimos anos.

As análises possibilitaram perceber o efeito ilusório de contemplação da diversidade da população brasileira. O que está apagado neste processo, além do próprio discurso postulado da diversidade, é o discurso da manifestação da mestiçagem na formação do perfil do brasileiro, todos são considerados pardos, não há diferenças entre eles. O que importa é que todos são *brasileiros*. Além disso, foi possível abstrair o processo de produção de sentidos que, apagando as diferenças, institui a subcategoria *parda* como representante de todas as mestiçagens na constituição do perfil do brasileiro.

Diante disso, é possível afirmar que o discurso estabelecido pelo Censo Demográfico é o discurso da normatização que estabelece uma regulação do real, produzindo exclusões e interditando qualquer outra forma de significar do entrevistado. Ora, afinal, como já visto, não é pelo Censo que esses brasileiros significam; é precisamente pela exclusão, por não serem classificados nas subcategorias *branca, preta, amarela e indígena*, que têm seu pertencimento.

Na perspectiva desenvolvida, as categorias censitárias e suas subcategorias, entendidas como enunciados discursivos, representam um caminho tanto de produção de informação e conhecimento quanto de práticas discursivas de disseminação, legitimação, sedimentação, apagamento e constituição de memórias sobre o perfil identitário do brasileiro. A memória permitirá assim, o aparecimento, o esquecimento e a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas historicamente posicionadas. As categorias censitárias e

suas subcategorias contribuem, dessa forma, na produção de discursos, cujo objetivo é legitimar, ou melhor, sedimentar certos sentidos e apagar outros na constituição do perfil do brasileiro. Os quais, ligados às ideologias em circulação, permitem a institucionalização de certos sentidos e o silenciamento de outros, resultado de uma política do silêncio (ORLANDI, 2007).

Ao longo do texto, buscou-se demonstrar de que forma as categorias e suas subcategorias presentes nos questionários censitários permitem revelar as construções, as modificações, as configurações e as representações no processo de constituição do perfil da população brasileira. Ora, correndo o risco de errar, eu diria que, em uma aproximação teórica entre a Análise do Discurso e a Ciência da Informação, tais categorias e subcategorias, enquanto linguagens documentárias, ao constituírem o conjunto de representações discursivas do conhecimento sobre a realidade observada, acabam por construir estoques informacionais ordenados que, ao fim e ao cabo, formam as memórias documentárias, construções simbólicas discursivas do conhecimento produzido em determinado contextos sócio-históricos e ideológicos.

Nessa perspectiva, o estudo das categorias e do contexto sócio-histórico de sua produção é um meio que possibilita compreender melhor a escolha (inclusões/exclusões) dos itens e perguntas que, ao descrever e classificar a população, pode legitimar as políticas de governo vigentes, bem como, a partir deles, configurar a realidade social, econômica e espacial do país, passível de ser veiculada nacional e internacionalmente.

Além disso, as categorias, em certa medida, não são neutras, já que a seleção do que entra e sai é reveladora das inquietações e conflitos de uma época. O que de certa forma permite que as pessoas se adaptem e se vejam retratadas as categorias nas quais são descritas e classificadas (HACKING, 2009, p. 468). Ao responderem a categorias predeterminadas, as pessoas se sentem integradas ao processo da descrição e construção social da memória nacional, e aos seus elementos relacionados.

Ademais, no percurso de análise das subcategorias, percebe-se que termos utilizados nas perguntas, nas possibilidades de respostas nos questionários e nos Manuais do Recenseador do Censo Demográfico remetem a expressões, vocabulários e manifestações discursivas em circulação nos contextos sócio-históricos e ideológicos, não apontando novas tendências sociais ou que estão por vir. Ou seja, o trabalho detectou que os questionários censitários e suas categorias e subcategorias constatarem o retrato/representação de um perfil a partir da percepção e da apreensão de tendências sociais historicamente determinadas visíveis, presentes e consolidadas.

Valeria, ainda, reafirmar que, ao analisar as categorias censitárias e suas subcategorias, é importante considerar, ao contrário do que comumente se acredita, que essas não constituem, na forma como pretendem, um instrumento de apreensão do todo da realidade observada. Elas revelam a realidade, mas apenas a visão de alguns aspectos, que correspondem, quais sejam, a recortes necessários para apreensão desse real desejado. Tais escolhas, definidas a partir das concepções dos entes autônomos (intelectuais e instituições), vinculam-se às motivações que levam à inserção ou exclusão dessas categorias na investigação para compreensão de uma realidade externa a eles. Nesse sentido, sua importância, está, portanto, menos na provisão de uma descrição exata e completa do real, mas na sua capacidade de ordenar e sintetizar informações, constituindo conjunto de representações do conhecimento que acabam conferindo inteligibilidade ao objeto apreendido.

Desse modo, as categorias estatísticas presentes nos questionários dos censos demográficos realizados pelo IBGE, enquanto memórias documentárias, cristalizam determinadas representações sobre o perfil identitário do brasileiro. Por meio de critérios de organização e categorização de suas pesquisas, essa instituição faz parte do circuito que, no presente, alimenta, cristaliza e constrói determinadas memórias da população brasileira. Nessa perspectiva, produz memórias de um povo, de um estado, de um país: os questionários censitários são instrumentos produtores e detentores de memórias, verdadeiros dispositivos memoriais inteligentes; as categorias censitárias neles existentes são mecanismos informacionais que possibilitam compreender o contexto sócio-histórico e ideológico no qual se constituíram e foram fundamentadas as ideias e os discursos sobre o perfil do brasileiro. Tais mecanismos são aqui reputados como estratégia importante para sedimentar ideias em circulação ou, até mesmo, como indicadores de novas representações.

Pela análise é possível ressaltar que os primeiros levantamentos censitários foram irregulares e destinaram-se aos propósitos das autoridades militares, eclesiásticas ou políticas, e aos dos administradores fiscais, policiais ou militares dos Estados. Com a criação do IBGE, a produção de estatísticas nacionais adquiriu um caráter simbólico e especializado, demandando na Instituição a criação de um corpo técnico estável e capacitado, ao longo dos anos, cada vez mais, perfilado por técnicos e pesquisadores especializados em suas áreas, com visões mais descentralizadoras. Mas, na época, as transformações se deram no campo das construções sobre a imagem da nação brasileira e suas possibilidades. Entre elas, pode-se citar o discurso do Estado em relação à raça e ao futuro da nação, narrativas que incorporaram uma nova concepção do povo brasileiro, que apresentavam particularidades da nossa sociedade, na qual a mistura racial foi valorizada como positiva em si mesma, sem acarretar em

degeneração ou declínio da nação. Progressivamente, os inquéritos estatísticos no país ganharam mais regularidade e maior apoio do Estado, assim como, cada vez mais, passaram a abranger os diversos aspectos da vida social.

Por fim, pontuo que a aproximação entre as áreas da Análise do Discurso e da Ciência da Informação nesta pesquisa permitiram pensar em novos campos de estudos, a partir da análise dos Censos Demográficos e das Categorias Sociais. Em particular dos seus possíveis rearranjos enquanto linguagem documentária – as categorias censitárias são locais informacionais, memórias documentárias, e de suas possibilidades de representações da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABBGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARISTÓTELES. *Tópicos: dos argumentos sofísticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

AZEVEDO, Aloysio Villela de. *Os recenseamentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI (Orgs.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: 2005. p. 55-72.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B.; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v.19, n. 1, jan.-jun., 2002.

BAUER, Martin; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George(Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 6. ed. Petrópolis, RJ: 2007.

BESSON, Jean Louis (Org.) *A Ilusão das estatísticas*. São Paulo: Unesp,1995.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia séculos XIX-XX. In: Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, Brasil, 11-14 de Junho de 2009.

BOWKER, Geoffrey C; STAR, Susan L. *Sorting Things out*: Cambridge: The MIT Press, 2000.

BRAGA, André Duarte. *O recenseamento de 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

BRASIL. Circular nº 1 da Presidência da República, 31 de janeiro de 1942.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de setembro de 1930.

_____. Decreto nº 24.609, de 06 de julho de 1934.

_____. Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936.

_____. Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937.

_____. Decreto nº 218, de 26 de janeiro de 1938.

_____. Decreto-Lei nº 237, de 2 de fevereiro de 1938.

_____. Decreto-Lei nº 2.141, de 15 de abril de 1938.

_____. Decreto-Lei. nº 796, de 19 de outubro de 1938.

_____. Decreto-Lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938.

_____. Decreto-Lei nº 1.127, de 28 de fevereiro de 1939a.

_____. Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de maio de 1939b.

_____. Decreto-Lei. nº 3.417, de 11 de julho de 1941.

_____. Decreto nº 44.229, de 31 de julho de 1958.

_____. Decreto nº 47.813, de 2 de março de 1960.

_____. Decreto-Lei nº 369, de 19 de dezembro de 1968.

_____. Decreto-Lei nº 73.177, d 20 de dezembro de 1973.

_____. Decreto-Lei nº 74.084, de 20 de maio de 1974.

BRASIL. Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975.

_____. Decreto-Lei nº 84.221, de 19 de novembro de 1979.

_____. Decreto nº 1.264, de 11 de outubro de 1994.

_____. Decreto nº 3.500, de 9 de julho de 2000a.

_____. Decreto nº 3.634, de 18 de outubro de 2000b.

_____. Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003.

_____. Lei nº 5.878, de 13 de maio de 1973.

_____. Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991.

_____. *Recenseamento de 1920. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística, 1922, v.1.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. A educação no projeto nacionalista do primeiro governo Vargas (1930-1945). In: Grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEBR). *Navegando na história da educação brasileira*. Campinas, UNICAMP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.far.unicamp.br/navegando/atigos_frames/artigo_101_html.>. Acesso em: 17 fev. 2012.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BURNS, E. Bradford. *Nationalism in Brazil: a historical survey*. Nova York: Praeger, 1968.
CABRAL, Alvaro; OLIVEIRA, Eduardo. *Uma breve história da psicologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. As fronteiras institucionais das administrações do embaixador Macedo Soares: uma abordagem preliminar. In: *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação: recordando o 1º presidente do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

A CARTA de Pero Vaz de Caminha. Porto Alegre: L&PM, 1996.

CARVALHO, Delgado de. A cultura brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 2, abr/jun., p. 258-264, 1944.

CARVALHO, José Murilo de. Entrevista. In: CORDEIRO, L; COUTO, J. G. (Orgs.) *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CASTELLS, Manuel. A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional. In: *A sociedade em rede*. 9 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. V. 1. p. 209-263.

CORREIA, Maria Rosa dos Santos. *Mídia e discurso: a memória da instituição federal de preservação do patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Memória Social)-UNIRIO, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Fabiana Claudia Viana. *Designação e referência enunciativa do Censo demográfico 2000*. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística)-UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

COSTA, Icléia Thiesen. *Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-IBICT, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

COSTA, João Cruz da. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

COSTA, Sérgio. Muito além da mestiçagem: anti-racismo e diversidade cultural nos governo Lula. *Ciências Sociais Unisinos*. São Paulo, v. 4, n. 3, set./dez., p. 277-287, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação discurso político. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.) . *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra, 1999. p. 15-22.

DEMARTIS, Lúcia. *Compêndio de sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 78

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *Tesouro: linguagem da representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FIGUEIREDO, Jayme de. *Coisas que acontecem num recenseamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FONSECA, Silvia Maia. *A notícia da estatística: a divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas*. 2005. Dissertação (Mestrado)- Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1969.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Estatística e educação. *Revista Nacional de Educação*. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 56-59, 1932.

_____. *Encontro comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

_____. Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia – flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, n. 25, jan./mar., p. 83-112, 1946.

_____. *O recenseamento de 1920 em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

_____. *Teixeira de Freitas: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Teses estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939.

FREYRE, Gilberto. (1933) *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira, sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1973.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavras e verdade na filosofia antiga e na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

GIL, Fernando. *Conhecimento*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional. 2001, v. 41.

GÓES, Magdalena Cronemberger. *Política estatística brasileira: questões atuais*. 1996. Monografia (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. *IBGE: um retrato histórico*. Rio e Janeiro: IBGE, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. As políticas institucionais das configurações interdisciplinares dos conhecimentos: repercussões nas políticas de informação e nas práticas de avaliação. **Datagrama**, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez04/F_I_art.htm>. Acesso em: 17 set. 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Os vínculos e os conhecimentos: pensando o sujeito da pesquisa trans-disciplinar. In: ENANCIB, 5., 2003. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Nelson. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Disponível em: <http://pt.scribd.com/api_user_11797_raulstar2/d/7388145-Os-Intelectuais-e-a-Organizacao-Da-Cultura-Antonio-Gramsci>. Acesso em: 19 fev. 2012.

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão Regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-373, 1941.

HACKING, Ian. *¿La construcción social de qué?* Bueno Aires: Paidós, 2001.

HACKING, Ian. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 3, p. 465-470, 2009. Entrevista concedida a David Cayley e Paul Kennedy.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

IBGE. *Anuário estatístico brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941.

_____. *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Comissão Nacional de Classificações*. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 09 set. 2011.

_____. *Metodologia do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 nov. 2010.

_____. *PNAD1990*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. *Problemas de base do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil 1940*. Rio de Janeiro: 1950.

_____. *Recenseamento Geral do Brasil 1940*. Rio de Janeiro: 1956.

_____. *Relatório de atividades da Biblioteca Central*, Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

IPEA. *Desafios do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. Disponível em: <desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14812>. Acesso em: 09 nov. 2010.

IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer*. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.

_____. *Memória*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

KHALED Junior, Salah H. *Horizontes identitários: a construção da narrativa nacional*

brasileira pela historiografia do século XIX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*, Campinas, v. 15, p. 7-22, 2003. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewissue.php?id=5>>. Acesso em: 3 out. 2011.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. *Inf. Inf.* Londrina, v. 16, n. esp., p. 1-24, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10390>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.

LEVIN, Jack. *Estatística aplicada às ciências humanas*. São Paulo: HARBRA, 1978.

LÓPEZ, Laura. “¿Hay alguna persona en este hogar que sea afrodescendiente?”: negociações e disputas políticas em torno das classificações étnicas na Argentina. UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6438>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

LUCA, Tânia Regina de. *Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento histórico da população brasileira até 1872. *Cadernos do Cebrap*, São Paulo, 1974, p.1-26.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MIGUEL, Nadya Maria Deps. *IBGE: construção e preservação de memórias*. 2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida*

para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, CPDOC, 1992.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 29. Ed. Rio de Janeiro: LTr, 2003, p. 548.

NAZARETH, J. Manuel. *Introdução à demografia: teoria e prática*. 2. ed. Lisboa: Presença, 2000. 194 p.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. *Dúvida texto qualificação* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <nadyadeps@terra.com.br> em 29 mar. 2012.

OLIVEIRA, Carmem Irene Correia de. *Universidade do Rio de Janeiro: discurso, memória e identidade: gênese e afirmação*. 2002. Dissertação (Mestrado em Memória Social)-Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Jane Souto de. *“Brasil mostra a tua cara”*: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003. (Textos para discussão, n. 6).

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas demográficas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005. Edição especial. Revisto e adaptado pelo autores.

OLIVEIRA, Regina Célia Acioli. *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no projeto de política-cultura do Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado em História, Políticas e Bens Culturais)-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (Org.). *Introdução às ciências da Linguagem – Discurso e textualidade*. Pontes, 2006.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005a.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2005b.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed.

Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. D. As metáforas na interdisciplinaridade: uma proposta possível? In: ENANCIB, 7., 2006, Marília. *Anais...* UNESP: Marília, SP, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean-Louis; ORLANDI, Eni P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-57.

_____. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e perspectivas. In GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997.

PENHA, Eli Alves. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os estudos sobre imigração na Antropologia Brasileira. *Quaderni*, v.1, n. 2, p. 155-161, 1992.

PIEDADE, Maria Antonieta Requião. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977. 185 p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 10, p. 200-212, 1992.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Lisboa: Encicliopédia e Hipertexto. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificação.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2010.

PORCARO, Rosa Maria. *Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto*

da sociedade atual. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio (1937). *A formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1947.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Maria Cândida D. *Textura de destinos: mulher e educação: São Paulo 1910/20/30*. 1991. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, H. C; COSTA, W. P. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 85/86, jan./jun., p.125-146, 1961.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 1, jan. 1939.

_____. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, jul./set., 1941.

RUBINSTEIN, Lícia. *“O censo vai contar para você”*: design gráfico e propaganda política no Estado Novo. 2007. Dissertação (Mestrado em Design Gráfico)-Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Marco Aurélio Martins. Giorgio Mortara - A excelência em demografia chega ao IBGE. In: *Giorgio Mortara: ampliando os horizontes da demografia brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989, p. 7-32.

SCHWARTZMAN, Simon. *Legitimidades, controvérsias e traduções*. 1996. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>>. Acesso em: 03 set. 2010.

SCHWARTZMAN, Simon. Raça e etnia. In: SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da*

pobreza. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 69-99.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. p.26-139.

SENRA, Nelson de Castro. *História das Estatísticas Brasileiras: estatísticas organizadas: 1822-2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 3. v.

_____. Informação estatística: política, regulação, coordenação. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: IBICT, vol.28, n.2, p. 124-135, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set 2010.

_____. *O saber e o poder das estatísticas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. A sociologia das estatísticas como norte das pesquisas histórica das estatísticas. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <http://www.lasa.international.pitt.edu>>. Acesso em: 2 set. 2010.

SILVA, Benedito. A cooperação interadministrativa na estatística brasileira. *Resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939. t. 4, p.165-181.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. O embaixador José Carlos de Macedo Soares.: o homem e a obra. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 346, p. 175-190, jan./mar. 1985.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SOUZA e SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

VARGAS, Getúlio. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio,

1942.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941. 10 v.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: Ferreira, Jorge, Neves, Lucília de Almeida (Org.). *O Brasil Republicano*. 1 ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VICKERY, Brian C. *Classificação e indexação nas ciências*. Rio de Janeiro: Brasilart, 1980.

XAVIER, Beatriz Rêgo. As categorias de Aristóteles e o conhecimento científico. *Pensar*. Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 57-64, jan./jun. 2008.

YATES, Frances Amelia. *A arte da memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

APÊNDICE B – Quadro síntese do material para análise

APÊNDICE C – Quadro Censos Demográficos - delimitação temporal – condições de produção

APÊNDICE D – Quadro Comissão Censitária Nacional (1940-2010): integrantes

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continua

CATEGORIAS SOCIAIS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
População	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 21)								
Cor ou raça	X	X	X	-	X	X	X	X
Nome	X	X	X	X	X	X	X	X
Deficiência mental	-	-	-	-	-	X	X	X
Estado civil ou conjugal	X	X	X	X	X	X	X	X
Etnia (população indígena)	-	-	-	-	-	-	-	X
Idade	X	X	X	X	X	X	X	X
Idade presumida (mês e ano de nascimento)	X	X	-	X	X	X	X	X
Faixa de idade	-	-	-	-	-	X	-	-
Incapacidade física	X	-	-	-	-	X	X	X
Informações localização Geográfica	X	X	X	X	X	X	X	X
Língua falada (fala corretamente português, que língua fala no lar)	X	X	-	-	-	-	-	-
Língua (população indígena)	-	-	-	-	-	-	-	X
Fala Português, outra língua	-	-	-	-	-	-	-	X
Nacionalidade	X	X	X	X	X	X	X	X
Naturalidade	X	X	X	X	X	X	X	X
População de direito, residente	X	X	X	X	X	X	X	X
População de fato, presente	X	X	X	X	X	X	X	X
Registro de nascimento	-	-	-	-	-	-	-	X
Religião ou culto	X	X	X	X	X	X	X	X
Sexo	X	X	X	X	X	X	X	X
Domiciliares e Familiares	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 49)								
<i>Bens domésticos</i>				X	X	X	X	X
Ar condicionado	-	-	-	-	-	-	X	-
Aspirador de pó	-	-	-	-	-	X	-	-
Automóvel	-	-	-	X	X	X	X	X
Filtro de água	-	-	-	-	-	X	-	-
Freezer/geladeira (1960)	-	-	-	-	-	X	X	X
Fogão	-	-	X	X	X	X	X	X
Forno de microondas	-	-	-	-	-	-	X	-
Geladeira/freezer (1991)	-	-	X	X	X	X	X	X
Linha telefônica	-	-	-	-	-	-	X	
Máquina de lavar	-	-	-	-	-	X	X	-
Microcomputador	-	-	-	-	-	-	X	X
Microcomputador (acesso internet)	-	-	-	-	-	-	-	X
Motocicleta	-	-	-	-	-	-	-	X
Rádio	-	-	X	X	X	X	X	X
Telefone Fixo	-	-	-	-	X	X	X	X
Telefone celular	-	-	-	-	-	-	-	X

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

CATEGORIAS SOCIAIS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Domiciliares e Familiares								
Subcategorias (total= 49)								
Televisão	-	-	X	X	X	X	X	X
Videocassete	-	-		-	-	-	X	-
<i>Características físicas do domicílio</i>								
Cobertura	-	-	-	-	X	X	-	X
Cômodos (total)	-	X	X	X	X	X	X	X
Dormitórios (total)	-	X	X	X	X	X	X	X
Número de banheiros	-	-	-	-	-	X	X	X
Existe, utiliza sanitário	-	-	-	-	-	-	X	X
Parede	-	-	-	-	X	X	-	X
Piso	-	-	-	-	X	-	-	X
<i>Características gerais do domicílio</i>								
Aluguel mensal	-	-	X	X	X	X	-	-
Abastecimento de água	-	X	X	X	X	X	X	X
Condição de ocupação do domicílio (próprio, alugado etc.)	-	X	X	X	-	X	X	X
Condição de ocupação terreno (próprio, alugado etc.)	-	-	-	-	-	X	X	-
Destino do lixo	-	-	-	-	-	X	X	X
Energia elétrica	-	X	X	X	X	X	X	X
Espécie tipo do domicílio (particular,coletivo)	-	X	X	X	X	X	X	X
Instalação sanitária	-	X	X	X	X	X	X	X
Para cozinhar usa (fogão, fogareiro, improvisado etc.)	-	-	-	-	X	-	-	-
<i>Domicílios - Moradores</i>								
Número de moradores	-	-	-	-	-	-	X	X
Parentesco ou Relação com o chefe: domicílio (responsável pelo domic.)	-	-	-	-	X	X	X	X
<u>Convivente</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
Parentesco ou Relação com o chefe: família (responsável pela família)	X	X	X	X	X	X	X	X
Reside criança, menos de 2 anos no domicílio, inclusive recém-nascida	-	-	-	-	-	X	-	-
Responsável pelo domicílio (1 ou mais de 1)	-	-	-	-	-	-	-	X
Se mãe reside no domicílio, indique o número de ordem em que foi recenseada. Se não reside, indique se mãe viva,	-	-	-	-		X	-	X
Situação do domicílio (rural, urbana)	X	X	X	X	X	X	X	X
Tempo de residência no domicílio	-	-	-	X	X	X	X	X
Tipo ou espécie de família	-	-	X	X	X	X	X	X
Tipo do domicílio (rústico, durável, improvisado, apartamento, casa, etc.)	-	-	X	X	X	X	X	X

continua

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

CATEGORIAS SOCIAIS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
Educacionais	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 17)								
Alfabetização (pessoas de 5 anos ou mais) (sabe ler e escrever)	X	X	X	X	X	X	X	X
Concluiu Curso Superior de graduação	-	-	-	-	-	-	-	X
Curso concluído (Espécie)	X	X	X	X	X	X	X	X
Curso mais elevado (para os que não frequentam, mas já frequentaram)	-	-	-	-	-	-	X	X
Curso mais elevado (graduação, mestrado, doutorado)	-	-	-	-	-	-	-	X
Curso que frequenta ou frequentava	-	-	-	-	X	X	X	X
Deslocamento (município, UF ou país estrangeiro)	-	-	-	-	-	-	-	X
Frequência à escola ou creche	X	X	X	X	X	X	X	X
Duração curso concluído	-	-	-	-	-	-	-	X
Frequência a curso não seriado (alfabetização de adultos, vestibular, mestrado, doutorado etc.)	-	-	-	-	X	X	X	X
Grau da última série concluída (pessoas que não frequentam escola)	-	-	-	-	X	X	X	X
Grau da última série (pessoas que não frequentam escola)	-	-	-	-	X	X	-	-
Grau de instrução	X	X	X	X	X	X	X	X
Grau e série que frequenta	-	-	-	-	X	X	X	X
Local em que recebe instrução	X	-	-	-	-	-	-	-
Última série concluída	-	-	-	-	-	-	-	X
Último ano concluído	-	-	-	-	-	-	-	X
Migração	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 17)								
Ano em que fixou residência no Brasil (naturalizados, estrangeiros)	-	-	-	-	-	X	X	X
Local de residência anterior (município, UF ou país)	-	-	X	X	X	X	X	X
Migração pendular (município onde trabalho ou estuda)	-	-	-	-	X	-	X	X
Mora neste município desde que nasceu	-	-	-	-	-	-	X	X
Município e sua UF ou país estrangeiro onde residia há 5 anos	-	-	-	-	-	X	X	X
Nacionalidade	X	X	X	X	X	X	X	X
Nacionalidade materna	X	-	-	-	-	-	-	-
Nacionalidade paterna	X	-	-	-	-	-	-	-
Nasceu neste município	-	-	-	X	X	X	X	X
Nome da UF ou País estrangeiro de nascimento	-	-	-	-	X	X	X	X

continua

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

CATEGORIAS SOCIAIS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
Migração	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 17)								
No município atual já morou nas zonas urbana e rural	-	-	-	-	X	X	X	X
Pra aqueles com menos de 10 anos de residência no município: município de residência, sua UF, ou país estrangeiro antes de mudar-se para o município atual	-	-	-	-	X	X	X	X
Situação da residência anterior (cidade ou vila, povoado ou zona rural)	-	-	-	X	-	-	-	-
Situação do domicílio anterior no município de residência (rural, urbana)	-	-	X	X	X	X	-	-
Situação de residência onde residia há 5 anos	-	-	-	-	-	X	X	-
Tempo de residência sem interrupção na UF	-	-	-	X	X	X	X	X
Tempo de residência no município sem interrupção (anos)	-	-	X	X	X	X	X	X
Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Nupcialidade								
Subcategorias (total= 6)								
Ano de início da relação, casamento ou união	-	-	X	-	-	-	-	-
Data da união atual	-	-	-	-	-	X	-	-
Data em que contraiu a primeira união	-	-	-	-	-	X	-	-
Natureza ou tipo de união (civil, etc.)	-	-	X	X	X	X	X	X
Natureza ou tipo da última união	-	-	-	-	-	-	-	X
Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	-	-	-	-	-X	X-	X	X
Fecundidade								
Subcategorias (total= 11)								
Sexo e data de nascimento do último filho nascido vivo	-	-	-	-	X	X	X	X
Este filho está vivo	-	-	-	-	-	-	X	X
Se faleceu, diga mês e ano que faleceu	-	-	-	-	-	-	X	X
Filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses (no ano)	-	-	-	X	-	-	-	-
Filhos que moram em outro domicílio	-	-	-	-	-	X	-	-
Filhos tidos (nascidos vivos e mortos)	-	X	X	-	-	-	X	X
Filhos tidos Nascidos Mortos	X	-	-	X	X	X	X	X
Filhos tidos nascidos vivos	X	-	-	X	X	-	X	X
Filhos tidos que moram no domicílio	-	-	-	-	-	X	-	-
Filhos tidos nascidos vivos que já morreram (não incluir os nascidos mortos)	-	-	-	-	-	X	-	-
Filhos vivos na data de referência	X	X	X	X	X	-	X	X

continua

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

CATEGORIAS SOCIAIS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<i>Mortalidade</i>								
Subcategorias (total= 6)								
Orfandade materna (Se tem Mãe Viva)	-	-	-	-	X	X	-	X
Pessoas que moravam no domicílio e faleceram nos últimos 12 meses	-	-	-	-	X	-	-	X
<u>Nome</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Mês e ano de falecimento</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Sexo</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Idade ao falecer</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
Rendimento e atividade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 10)								
<u>Rendimento</u>			X	X	X	X	X	X
<u>Rendimento (outros)</u>							X	X
<u>Desemprego</u>			X	X	X	X	X	X
Aposentado ou pensionista	-	-	-	-	-	X	X	X
Atividade de ocupação principal	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade de ocupação suplementar	X	X	-	-	-	-	-	-
Carteira de trabalho assinada	-	-	-	-	-	X	X	X
Condição de atividade (estudante, aposentado etc.)	X	X	X	X	X	X	X	X
Condição de atividade na semana de ref.	-	-	-	-	X	-	X	X
Contribuição Previdência	X	-	-	-	X	X	X	X

CATEGORIAS ECONÔMICAS								
SUBCATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
Trabalho, ocupação	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias (total= 35)								
<i>Deslocamento</i>	-	-	-	-	-	-	X	X
<u>Bairro onde trabalha</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Município, UF ou país estrangeiro em que trabalha (município do domicílio, em mais de um etc.)</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Retorna do trabalho diariamente para casa</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
<u>Tempo de deslocamento, casa/trabalho hs</u>	-	-	-	-	-	-	-	X
Era funcionário público ou militar	-	-	-	-	-	-	X	X
Estabelecimento onde exerce a outra ocupação	-	-	-	-	X	-	-	-
Estabelecimento onde exerce a ocupação principal	-	-	-	-	X	X	-	-
Estaria disponível para assumir trabalho na semana de 16/07 a 25/07/2010	-	-	-	-	-	-	-	X

continua

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

CATEGORIAS ECONÔMICAS								
CATEGORIAS	ANOS DE CENSOS DEMOGRÁFICOS							
Trabalho, ocupação	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Subcategorias								
Exerceu sem qualquer pagamento no trab. remunerado de morador de domicílio							X	X
Horas semanais trabalhadas na ocupação principal							X	X
Horas semanais trabalhadas nas demais ocupações	-	-	-	-	X	X	X	X
Local onde exerce a ocupação principal (domicílio, estabelecimento, empresa etc.)	X	X	X	-	X	X	-	-
Local onde exerce a ocupação suplementar, secundária	X	-	-	-	-	-	-	-
Meses trabalhados no ano	-	-	-	X	-	-	-	-
Na semana de referência trabalhou em alguma atividade remunerada	-	-	-	-	-	-	X	-
Na semana de referência tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado	-	-	-	-	-	-	X	X
Na semana de referência ajudou, sem remuneração, em trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregadora, moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário	-	-	-	-	-	-	X	X
Na semana de referência trabalhou na atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais ou pesca, destinados à alimentação	-	-	-	-	-	-	X	X
Ocupação principal, profissão ou cargo	X	X	X	X	X	X	X	X
Ocupação suplementar, secundária	X	X	-	-	X	X	X	X
Ocupação exercida na última semana (principal, desempregado, etc.)	-	-	X	X	-	-	-	-
Posição na ocupação principal	X	X	X	X	X	X	X	X
Posição na ocupação suplementar, secundária, outras ocupações	X	-	-	-	X	-	-	-
Propriedade imobiliária (urbana, rural)	X	-	-	-	-	-	-	-
Ramo de atividade	X	X	X	X	X	X	X	X
Ramo de negócio da outra ocupação	-	-	-	-	X	-	-	-
Seguros privados	X	-	-	-	-	-	-	-
Sindicalização	X	-	-	-	-	-	-	-
Tempo de procura de trabalho	-	-	-	X	-	-	-	-
Total de pessoas no estabelecimento	-	-	-	-	X	X	X	X
Total de trabalhos que tinha na semana de referência	-	-	-	-	-	-	X	X
Tomou providência para conseguir trabalho	-	-	-	-	-	-	X	X
Trabalhou nos últimos 12 meses	-	-	-	-	X	X	-	-
Trabalho ganhando em dinheiro, moradia, mercadorias ou benefícios	-	-	-	-	-	-	-	X

continua

APÊNDICE A – Quadro organização das categorias censitárias

continuação

Categorias, subcategorias	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total dos itens (categorias e subcategorias investigadas em cada ano)	45	25	24	47	57	61	90	108
Órgão Censitário	IBGE Serviço Nac. de Recensea- mento - SNR	IBGE Serviço Nac. de Recensea- mento - SNR	IBGE Serviço Nac. de Recensea- mento - SNR	IBGE Departa- mento de Censos - DECEN	IBGE	IBGE	IBGE	IBGE
Data de referência	1/09/ 1940	1/07/ 1950	1/09/ 1960	1/09/ 1970	1/09/ 1980	1/09/ 1991	1/09/ 2000	1/09/ 2010

Fonte: Censo Demográficos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

APÊNDICE B – Quadro síntese do material para análise

Macrocategorias	Tipos de documentos	Análise	Finalidade
I) Fontes de informação sobre os períodos investigados: criação do IBGE e os anos de realização dos Censos Demográficos.	* Documentos oficiais oriundos do governo. * Documentos internos do IBGE.	* Contexto sócio-histórico-ideológico; * Discursos institucionais.	Dinâmica de construção do perfil oficial do brasileiro promovida pelas categorias censitárias do IBGE.
II) Material de análise dos Censos Demográficos: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.	* Questionários; * Manuais do recenseador;	* As categorias censitárias; * Variações.	

Fonte: O autor.

APÊNDICE C – Quadro Censos Demográficos - delimitação temporal – condições de produção

Ano	Regime de Governo	Presidentes do Brasil	Contexto sócio-histórico-ideológico	Presidentes do IBGE	Slogans ³⁴ Censos Demográficos	Dados relevantes
1936	Governo Constitucional - após o Governo Provisório Revolucionário, (1930-1934)	*Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) (1951-1954)	*Centralização política. *Conhecer o Brasil. *Nacionalismo. *Intervenção estatal na economia. *Projetando um Brasil moderno. *Inicia o forte impulso a industrialização no país. *Profissionalização do Serviço Público.	*José Carlos de Macedo Soares, (1936-1951)	-	<u>Criação do IBGE:</u> *Início: Instituto Nacional de Estatística (INE), 1934. *Adiante denominado: Conselho Nacional de Estatística (CNE), 1936. *Em seguida agregado: Conselho Nacional de Geografia (CNG), 1937. *Por fim instalado: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1938).
1940	Ditatorial (1937-1945, Estado Novo)	*Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) (1951-1954)	*Centralização política. *Conhecer o território nacional e sua população. *Nacionalismo. *Saber o que tem o Brasil e o tamanho de sua população. *Grandes investimentos estatais na implantação de indústrias de base no país. *Nova conjuntura sócio-econômica: urbanização e industrialização do país. *Segunda Guerra Mundial.	*José Carlos de Macedo Soares, (1936-1951)	Quantos somos? O Censo Nacional vai contar para você.	*1º Censo nacional sob a égide do IBGE. *Novas categorias investigadas, novos traços impressos pela pesquisa censitária ao perfil do brasileiro.
1950	Democrático	*Marechal Eurico Gaspar Dutra	*Grandes investimentos estatais na implantação de	*José Carlos de Macedo Soares, (1936-1951)	Quantos somos? Informe ao censo.	*Crises internas.

³⁴ Entre as muitas frases utilizadas nas campanhas censitárias, essas foram as mais famosas. E mais, os cartazes contendo as frases aqui citadas, compõem painel utilizado na campanha censitária de 2010.

		<p>(1946-1950)</p> <p>*Getúlio Dornes Vargas (1930-1945) (1951-1954)</p> <p>*Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960)</p>	<p>indústrias de base no país</p> <p>*Nacional-desenvolvimentismo.</p> <p>*Crescimento econômico.</p> <p>*Crescimento industrial.</p> <p>*modernização do país;</p> <p>*Mobilização em diversos setores da sociedade: os grupos sociais começam a se organizar em associações, sindicatos e partidos, ex.: estudantes, operário, políticos, etc</p> <p>*Mudanças importantes do comportamento da Igreja Católica.</p> <p>*Nacionalismo e reformas sociopolíticas.</p> <p>*A televisão chega ao país.</p> <p>*Rádio leva informação aos diversos rincões do país.</p> <p>*Movimentação na cultura: música, cinema e teatro.</p>	*Poli Coelho		
1960	Democrático	<p>*Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1960)</p> <p>*Jânio da Silva Quadros (01/1961-08/1961)</p>	<p>*Crescimento econômico, ênfase nas indústrias.</p> <p>*Movimentos grevistas.</p> <p>*Anos revolucionários.</p> <p>*Revolução sexual: pílula anticoncepcional.</p> <p>*Rock roll.</p> <p>*Movimento hippie</p> <p>*Efervescência musical no país: Jovem Guarda.</p> <p>*O homem pisa pela primeira vez na Lua (1969).</p> <p>*Interdição na cultura: filmes, peças teatrais, músicas etc.</p> <p>*O início da ditadura militar.</p> <p>*AI5 – (1968).</p>	<p>*Jurandyr Pires Ferreira;</p> <p>*Rafael Xavier;</p> <p>*Sá Freire Alvim;</p> <p>*Roberto Accioly;</p> <p>*Senna Campos (1956-1966)</p>	Em 1º. De setembro, o IBGE vai contar com você.	
1970	Ditatorial Regime Militar (1964-1985)	*General Emílio Garrastazu Médici (1969-	<p>*Exacerbação do nacionalismo.</p> <p>*O milagre brasileiro.</p> <p>*Crescimento econômico do país.</p>	*Sebastião Aguiar Ayres, (1967-1970).	Realidade de hoje, perspectiva do amanhã.	*Reestabelec e a Fundação IBGE. *Mudanças de

		1974)	<ul style="list-style-type: none"> *Incentivo à produção de bens de consumo duráveis, principalmente as indústrias automobilísticas; *Ampliação da capacidade de consumo da população pobre – geladeira, carro, televisão etc. *Anos de silêncio e repressão. *Repressão aos movimentos sociais. * Ocorre o golpe militar em diversos países., Chile, Argentina etc. * Primeiro miniprocessador do mundo, o Intel 4004. *Primeiro Videogame do mundo, o Odyssey 100. *Televisão em cores. *Biquinis menores. *Interdição na cultura: filmes, peças teatrais, músicas etc. 	*Isaac Kerstenetzky, (1970-1979).		denominações nas categorias investigadas, novas configurações da população.
1980	Ditatorial Regime Militar (1964-1985)	*General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985)	<ul style="list-style-type: none"> *Redemocratização dos país. *Novo marco democrático. *Crise econômica: inflação, dívida externa excessiva, novos planos econômicos, etc. *Instabilidade econômica. *Estagnação do crescimento. *As transformações econômicas que levariam as mudanças sociais fraquejaram. *A exclusões sociais crescem. *Retomada dos movimentos sociais. * Efervescência política. *O futuro estava na mente de todos. *Anos marcados por participação popular – Diretas Já. *Greves. Grandes manifestações em massa. Os metalúrgicos fazem história. *O renascimento da 	*Jessé Montello	O país que a gente conta.	<ul style="list-style-type: none"> *Crise nas pesquisas. *Consolidação da metodologia dos índices de Preços. *Agilizar e Dinamizar a divulgação das estatísticas. Com novas tecnologias. *Disseminação da informação (novas tecnologias, desenvolvido diversos sistemas para a disseminação da informação). *Tornar as estatísticas mais e melhor. Iniciada a política de transparência das estatísticas

			<p>democracia no país. *Rock in Rio (1985). *Período fértil do rock nacional.</p>			<p>(no sentido técnico, de maior e mais ágil divulgação). Afinada com os novos tempos políticos, com a iniciada abertura. *Os resultados dos Censos Demográficos de 80 * Estudos sobre a pobreza, ENDEF. *Primeiro relatório de indicadores sociais.</p>
1991	Democrático	<p>*José Ribamar Ferreira de Araújo – José Sarney (1985-1990) *Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992)</p>	<p>*A década perdida. *Crises econômicas, fiscais e políticas. *O avanço do neoliberalismo e o processo de privatização dos serviços públicos. *Desacreditados os serviços públicos. *Início do Plano Real (1994), para diminuir e controlar a inflação. *Desigualdade social se acentua. Mais fome, mais miséria. Movimentos contra o racismo e a exclusão social. *Educação: aumento analfabetismo. *Sistema operacional Windows 95 (1995) *Celulares. *ECO 92 – Encontro mundial para o meio ambiente. *Rock in Rio</p>	<p>*Charles Mueller (1988-1990). *Eduardo Augusto Guimarães (1990-1992). *Eurico Borba, (1992-1998).</p>	O Brasil vai ficar com a sua cara.	<p>*Crises institucionais. *Maior detalhamento da pesquisa censitária.</p>
2000	Democrático	<p>*Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</p>	<p>*A esquerda política brasileira teve um representante seu eleito presidente do país, por meio de um legítimo processo democrático. *Reformas econômicas. Transformações econômicas e sociais. *Expansão da economia nacional.</p>	<p>*Sérgio Besserman Vianna, (1999-2003)</p>	Abra as portas para um Brasil melhor.	<p>*Recuperação da imagem pública do IBGE. *Avanços na reorganização e modernização interna do órgão. *Divulgação das estatísticas por meio da</p>

			<p>*Diminui as desigualdades sociais: menos miséria, mais poder de consumo das classes mais baixas. *Menos analfabetos. *Inclusão social e tecnológica. *Movimentos contra a homofobia e preconceitos. *Consolidação da Internet. E Redes Sociais. *TV de Plasma e LCD, MP3 etc. *Avanço nos jogos eletrônicos. *Valorização do nacional: patrimônios, músicas etc *Popularização dos Realy shows: A fazenda, Big Brothers, Casa dos artistas etc.</p>			<p>imprensa falada e escrita. *Modernas tecnologias na realização do Censo Demográfico.</p>
2010	Democrático	*Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	<p>*Crescimento do país. *Economia estável.</p>	<p>*Eduardo Pereira Nunes (2003-setembro 2011) *Wasmália Bívar (setembro 2011-</p>	Censo 2010, você responde, o Brasil corresponde.	<p>*Inovações tecnológicas e agilidade na realização do Censo Demográfico.</p>

Fonte: O autor.

APÊNDICE D – Quadro Comissão Censitária Nacional (1940-2010): integrantes

Censo Demográfico	Presidente do Brasil/ Regime de Governo	Presidente do IBGE	Comissão Censitária (integrantes)	Legislação
1940	*Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) Ditatorial	*José Carlos Macedo Soares (1936-1951)	<p><u>Presidente</u>: José Carneiro Felipe <u>Membros</u>: Elmano Gomes Cardim e Padre Leonel da Silveira Franca <u>Ministério da Agricultura</u>: Rafael Xavier e Cerqueira Lima <u>Ministério da Educação e Saúde</u>: Mário Augusto Teixeira de Freitas <u>Ministério da Fazenda</u>: Leo d’Affonseca, João de Lourenço e Josué Seroa da Mota <u>Ministério da Justiça e Negócios Interiores</u>: Heitor Bracet <u>Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio</u>: Osvaldo Gomes da Costa Miranda <u>Ministério da Viação e Obras Públicas</u>: Joaquim Licínio de Sousa Almeida, Mário de Lacerda Gordilho e Moacyr Malheiros Fernandes Silva <u>Serviço de Atuação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio</u>: João Lira Madeira e Oscar Edivaldo de Porto Carneiro <u>Departamento de Imprensa e Propaganda</u>: Lourival Fontes, Tenente-Coronel Antônio José Coelho dos Reis e Capitão Amílcar Dutra de Menezes <u>Conselho Nacional de Geografia</u>: Christóvão Leite de Castro <u>Ministério das Relações Exteriores</u>: Luiz Felipe do Rego Rangel, Landulfo Antônio Borges da Fonseca, Luiz Camilo de Oliveira Neto e Carlos Alberto Gonçalves <u>Ministério da Guerra</u>: Capitão José Correia de Melo, Major Iraci Ferreira de Castro, Major José Luiz Guedes e Tenente-Coronel Frederico Augusto Rondon <u>Ministério da Marinha</u>: Capitão de Corveta Manoel Pinto Ribeiro Espíndola <u>Ministério da Aeronáutica</u>: Tenente-Coronel Aviador Plínio Raulino de Oliveira e Coronel Aviador Lísias Augusto Rodrigues <u>Consultor Técnico</u>: Giorgio Mortara e <u>Secretários</u>: Otávio Alexander de Moraes, Heitor Elói Alvim Pessoa, Maria do Carmo Lahmeyer Monteiro</p> <p>Consultores Técnicos:</p> <p>A) Seções: <u>Estatística metodológica</u>: Milton da Silva Rodrigues <u>Estatística matemática</u>: Jorge Kafuri <u>Estatística cosmográfica</u>: Lélío Gama <u>Estatística geológica</u>: (vago) <u>Estatística climatológica</u>: Sampaio Ferraz <u>Estatística territorial</u>: Everardo Backeuser <u>Estatística biológica</u>: Almeida Junior <u>Estatística antropológica</u>: Roquete Pinto <u>Estatística demográfica</u>: Sérgio Milliet <u>Estatística agrícola</u>: Artur Torres Filho <u>Estatística industrial</u>: Roberto Simonsen</p>	<p>Decretos-Leis nº 237, 02/02/1938; nº 796, 19/10/1938; nº 1.127, 28/02/1939; nº 3.417, 11/07/1941 Resolução nº 50, 17/07/1937</p>

			<p><u>Estatística dos transportes</u>: Aimoré Drumond <u>Estatística das comunicações</u> : Eugenio Gudin <u>Estatística comercial</u>: Valentim Bouças <u>Estatística de consumo</u>: Nogueira de Paula <u>Estatística dos serviços urbanos</u>: José Otacílio de Sabóia Medeiros <u>Estatística do serviço social</u>: Fernando Magalhães <u>Estatística do trabalho</u>: Plínio Cantanhede <u>Estatística atuarial</u>: Lino de Sá Pereira <u>Estatística educacional</u>: lourenço Filho <u>Estatística cultural</u>: Fernando Azevedo <u>Estatística moral</u>: Alceu de Amoroso Lima <u>Estatística dos cultos</u>: padre Helder Câmara <u>Estatística policial</u>: (vago) <u>Estatística judiciária</u>: Filadelfo Azevedo <u>Estatística da defesa nacional</u>: General Francisco José Pinto <u>Estatística da organização administrativa</u>: Francisco Sales de Oliveira <u>Estatística financeira</u>: Romero Estelista <u>Estatística política</u>: Azevedo Amaral</p> <p><i>B) Representações:</i> <u>Agricultura</u>: Fernando Costa <u>Indústria</u>: A. J. Renner <u>Comércio</u>: Lafaiete Belfort Garcia <u>Trabalho</u>: João Carlos Vital <u>Imprensa</u>: Paulo Filho <u>Ensino</u>: Raul Leitão da Cunha <u>Religião</u>: padre Leonel Franca</p>	
1950	<p>*Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1950)</p> <p>*Getúlio Dorneles Vargas (1951-1954)</p> <p>Democrático</p>	<p>*José Carlos Macedo Soares (1936-1951)</p> <p>*Polli Coelho (maio de 1951-junho de 1952)</p>	<p><u>Presidente do IBGE</u>: José Carlos de Macedo Soares <u>Ministério da Justiça e Negócios Interiores</u>: Rubens D'Almada Horta Porto, <u>Ministério das Relações Exteriores</u>: Carlos Alberto Gonçalves <u>Ministério da Guerra</u>: Durval Gonçalo de Macedo <u>Ministério da Marinha</u>: Manuel Pinto Ribeiro Espíndola <u>Ministério da Aeronáutica</u>: Álvaro Barbosa <u>Ministério da Fazenda</u>: Sebastião de Sant'Anna e Silva), <u>Ministério da Agricultura</u>: Raul de Rêgo Lima <u>Ministério da Viação e Obras Públicas</u>: Moacir Malheiros Fernandes da Silva <u>Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio</u>: Gastão Martin Pinto de Moura <u>Ministério da Educação e Saúde</u>: Mário Augusto Teixeira de Freitas</p> <p><u>Consultores Técnicos:</u></p> <p>A) <u>Seções</u> <u>Estatística Metodológica</u>: Milton da Silva Rodrigues <u>Estatística Matemática</u>: Jorge Kafari <u>Estatística Cosmográfica</u>: Lélío Gama <u>Estatística Geológica</u>: Aníbal Alves Bastos <u>Estatística Climatológica</u>: Sampaio Ferraz <u>Estatística Territorial</u>: Everardo Backhewer <u>Estatística Biológica</u>: José Cerqueira</p>	Lei nº 651, 13/03/1949

			<p><u>Filippe</u> <u>Estatística Antropológica: Roquete Pinto</u> <u>Estatística Demográfica: Giórgio Matara</u> <u>Estatística Agrícola: Belo Lisboa</u> <u>Estatística Industrial: Aldo Sampaio</u> <u>Estatística dos Transportes: Severino Braga</u> <u>Estatística das Comunicações: Cel. Raul Albuquerque</u> <u>Estatística Comercial: Lafaiete Belfort Garcia</u> <u>Estatística do Consumo: Valentim Bouças</u> <u>Estatística dos Serviços Urbanos: Laís Anhaia Melo</u> <u>Estatística do Serviço Social: Monsenhor José Tárborá</u> <u>Estatística do Trabalho: José Carlos Vital</u> <u>Estatística Atuarial: Lino de Sá Pereira</u> <u>Estatística Educacional: Lourenço Filho;</u> <u>Estatística Cultural: Fernando de Azevedo</u> <u>Estatística Moral: Alceu de Amoroso Lima</u> <u>Estatística dos Cultos: Monsenhor Helder Câmara</u> <u>Estatística Policial: José Gabriel Lemos Brito</u> <u>Estatística Judiciária: José Pereira Lira</u> <u>Estatística Nacional: General Juarez Távora</u> <u>Estatística da Organização Administrativa: Lufe Simões Lopes</u> <u>Estatística Financeira: Eugênio Gudín</u> <u>Estatística Política: Lufe Delgado;</u></p> <p><i>B)Representações</i> <u>Agrícola: Artur Torres Filhos</u> <u>Indústria: Ewaldo Ledi</u> <u>Comércio: Daudt D'Oliveira</u> <u>Trabalho: Oscar Saraivo;</u> <u>Imprensa: Paulo Filho;</u> <u>Ensino: Antônio Spíndola Teixeira;</u> <u>Religião: Dom João de Mota.</u></p>	
1960	<p>*Juscelino Kubitscheck (1956-1960),</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p>*Jânio da Silva Quadros (janeiro 1961-agosto 1961</p> <p>Democrático</p>	<p>*Jurandyr Pires Ferreira (maio 1956-1961)</p>	<p><u>Presidência: General-de-Divisão Aguinaldo José Senna Campos,</u> <u>Assessor: General-de-Brigada Licínio de Moraes;</u> <u>Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística: Sebastião Aguiar Ayres</u> <u>Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia: René de Mattos</u> <u>Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política: Rubens D'Almada Horta Pôrto</u> <u>Serviço de Estatística Econômica e Financeira: Cori Loureiro Acioli</u> <u>Serviço de Estatística de Produção: Hilton Cunha</u> <u>Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho: Milton Rangel da Silva</u> <u>Serviço de Estatística da Educação e Cultura: João Torres Jatobá</u> <u>Serviço de Estatística da Saúde: Alceu Vicente Wightman de Carvalho</u> <u>Divisão de Estatística Industrial e Comercial: Lauro Sodré Viveiros de Castro</u> <u>Representante do Estado-Maior do Exército: Coronel Alaor Gonçalves Couto</u> <u>Representante do Estado-Maior da Marinha: Capitão-de-Fragata Aldyr José</u></p>	<p>Decreto nº 44.229, 31/07/1958, supervisionar trabalhos censitários instituída a Comissão Censitária Nacional, Decreto nº 44.229, de 31/07/1958</p>

			<p>Sampaio da Rocha <u>Representante do Estado-Maior da Aeronáutica</u>: Brigadeiro Márcio Paglioli de Lucena <u>Representante do Ministério das Relações Exteriores</u>: Theodoro Oniga <u>Representante do Ministério da Aviação e Obras Públicas</u>: Mario Ritter Nunes <u>Representante do Ministério das Minas e Energia</u>: Mário Peçanha de Carvalho <u>Representante dos Órgãos Filiados</u>: Pergi Cafiero <u>Secretário</u>: Mauro Gonçalves de Andrade).</p>	
1970	<p>*General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) Ditatorial Regime Militar (1964-1985)</p>	<p>*Sebastião Aguiar Ayres, (fevereiro 1967-março 1970) *Isaac Kerstenetzky, (março 1970-agosto 1979)</p>	<p><u>Presidência (ambos do IBGE)</u>: inicialmente, Sebastião Aguiar Ayres e, depois, Isaac Kerstenetzky. <u>Diretor-Superintendente do IBGE</u>: Rudolf Walter Franz Wensche <u>Diretor-Superintendente do IBG</u>: Miguel Alves de Lima <u>Diretor-Superintendente da Escola Nacional de Ciências Estatísticas</u>: Antônio Tânios Abibe <u>Diretor-Geral do Departamento de Censo</u>: Sebastião de Oliveira Reis <u>Representante do Superintendente do Instituto de Planejamento Econômico e Social</u>: Mauricio Rangel Reis <u>Representante do Estado-Maior das Forças Armadas Tenente-Coronel</u>: Egêo Correa de Oliveira Freitas <u>Representantes do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral</u>: Plínio Reis de Catanhede Almeida, Ovídio de Andrade Júnior e Aníbal Villela <u>Diretor Representantes da Comissão Nacional de Planejamento e Normas Estatísticas</u>: José Bastos Távora, Ângelo Jorge de Souza e Oscar Egídio de Araújo</p>	<p>Comissão Censitária Nacional, instalada 28/04/1968</p>
1980	<p>*General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) Ditatorial Regime Militar (1964-1985)</p>	<p>*Jessé Montello (agosto 1979-maio 1985)</p>	<p>*<u>Presidência (Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE)</u>: Ronaldo Sant' Anna de Mesquita <u>Coordenador de Relações Públicas da SEPLAN</u>: Gustavo Paulo da Silveira, <u>Representante da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional</u>: Hélio Klein Lontra <u>Coordenador de Publicidade e Propaganda da SECOM</u>: José Alves Rodrigues, <u>Assessor da Presidência do IBGE</u>: Aníbal José Ribeiro <u>Assessor da Procuradoria Geral do IBGE</u>: Alberto Raja Gabaglia <u>Assistente-Chefe da Superintendência de Patrimônio e Serviços Gerais do IBGE</u>: Sérgio Luiz Castilho de Brito e Silva ***<u>Presidência (Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE)</u>: Orlando da Fonseca Pires **** <u>Presidência (Chefe do Gabinete da Presidência do IBGE)</u>: Orlando da Fonseca Pires <u>Coordenador de Relações Públicas da SEPLAN</u>: Walter da Silva Mesquita <u>Representante da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional</u>: Fernando José</p>	<p>* Resolução PR-52, 27/12/1979 **Resolução PR-02, 04/01/1981 ***Resolução PR-25, 10/06/1981, altera a presidência da Comissão ****Resolução PR - 26, 11/06/1981, altera a composição da Comissão.</p>

			<p>Andrade Pastor Almeida <u>Coordenador de Divulgação da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República</u>: João Bosco Serra e Gurgel <u>Assessor do Gabinete da Presidência do IBGE</u>: Aníbal José Ribeiro <u>Assessor do Gabinete da Presidência do IBGE</u>: Alberto Raja Gabaglia</p>	
1991	<p>*Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992)</p> <p>Democracia</p>	<p>*Eduardo Augusto Guimarães (abril 1990-março 1992)</p> <p>*Eurico de Andrade Neves Borba, (março 1992-junho 1993)</p> <p>*Sílvio Augusto Minciotti (junho 1993-março 1994)</p> <p>*Simon Schwartzman (maio 1994-dezembro 1998) – conclusão e divulgação dos resultados</p>	<p>Comissão Consultiva do CD de 1991 <u>Presidente</u> (Diretor de Pesquisas e Inquéritos do IBGE): José Guilherme de Almeida Reis <u>Centro Brasileiro de Análise e Planejamento</u> (CEBRAP): Elza Berquó; <u>Fundação Joaquim Nabuco</u>: Hélio Moura <u>Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro</u> (UFRJ): Isaac Kerstenetzky e João Luiz Mauriti Saboia <u>Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais</u> (UFMG): José Alberto Magno de Carvalho <u>Laboratório Nacional de Computação Científica</u> (LNCC): Nelson do Valle e Silva <u>Departamento de Estatística da Universidade de São Paulo</u> (USP): Wilton de Oliveira Bussab</p> <p>Comissão de Coordenação do Recenseamento Geral de 1991 <u>Presidente</u> (Diretor-Geral IBGE): Eduardo Augusto de Almeida Guimarães <u>Diretoria de Pesquisas e Inquéritos IBGE</u>: Maria Valéria Junho Penha <u>Departamento de População IBGE</u>: Valeria da Motta Leite <u>Coordenação do Censo Econômico IBGE</u>: Carmen de Jesus Garcia <u>Coordenação do Censo Agropecuário IBGE</u>: Manoel Antônio Soares da Cunha <u>Diretoria de Geociências IBGE</u>: José Roberto Duque Novaes <u>Diretoria de Informática IBGE</u>: Luiz Alberto Matzenbacher <u>Centro de Documentação e Disseminação de Informações</u>: Paulo Cesar de Souza <u>Coordenadoria de Planejamento e Supervisão</u>: Márcia de Castro Faria Graça Melo <u>Superintendência de Administração</u>: Elson dos Santos Mattos</p>	<p>Resolução PR-78, de 28/08/1987.</p>
2000	<p>*Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</p> <p>Democrático</p>	<p>*Sérgio Besserman Vianna, (1999-2003)</p>	<p><u>Presidente</u> (Diretor de Pesquisas do IBGE): Lenildo Fernandes Silva <u>Universidade de Brasília – UNB</u>: Curt Mueller <u>Instituto de Filosofia e Ciências Sociais IFCS/UFRJ</u>: Elisa Maria da Conceição Pereira, <u>Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP/SP e Comissão Nacional de População – CNPD/DF</u>: Elza Salvatore Berquó <u>Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/MG</u>: José Alberto Magno de Carvalho <u>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada –</u></p>	<p>Resolução R.CD-10, 23/07/1997</p>

			IPEA/RJ: Ricardo Paes e Barros, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Tânia Bacelar de Araújo Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP: Wilton de Oliveira Bussab	
2010	*Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) *Dilma Vana Rousseff (2011-) Democrático	*Eduardo Pereira Nunes (2003-agosto 2011) *Wasmália Socorro Barata Bivar (setembro 2011-)	Presidente (economista, Diretora de Pesquisa IBGE e atual presidenta do IBGE – setembro 2011-): Wasmália Socorro Barata Bivar Especialista na área de Demografia, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP/SP e Comissão Nacional de População – CNPD/DF: Elza Salvatore Berquó, Pesquisador em demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional CEDEPLAR/MG: José Alberto Magno de Carvalho Economista, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/RJ: Ricardo Paes e Barros, Socióloga e doutora em economia, especialista na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE: Tânia Bacelar de Araújo Fundação IBGE: Maria Martha Malard Mayer Economista, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP: Wilson Suzigan Geógrafo, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: Antônio Gonçalves Egler Área de Sociologia e Políticas Sociais do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade IETS/RJ: Simon Scharwartzman Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG: Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto Cientista social, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Cândido Mendes –UCAM: Wanderley Guilherme dos Santos Pesquisador na área de amostragem, Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP: Wilton de Oliveira Bussab	Resolução R.CD-2, 08/04/2008 Portaria nº 0139, 03/04/2008 Portaria-PR-139, 08/04/2008

Fonte: O autor.

ANEXOS – Questionários Censos Demográficos (1940-2010)

Censo Demográfico de 1940



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

R	0	1	2	CENSO DEMOGRÁFICO	C	D
Q	0	1	2		1	0

Recenseamento Geral de 1° de Setembro de 1940

BOLETIM DE FAMÍLIA

DECRETO-LEI N° 969, de 21 de Dezembro de 1938 :
 Art 5° — As declarações prestadas para a execução do Recenseamento ressalvadas as que se destinarem expressamente a fins de cadastro **terão caráter confidencial**, não podendo ser objeto de divulgação, que as individualize ou identifique, nem fazer prova contra o declarante

Entregue em... de de 1940 com folha..... suplementar

O agente recenseador (Assinatura)

Restituído em... de de 1940 com ... folha... suplementar

O responsável pelo boletim (Assinatura)

* QUESITOS	PESSOAS RECENSEADAS		
	1	2	3
1 Prenome (primeiro nome ou nome de batismo)	1		
2 Sexo	2		
3 Data do nascimento (dia mês e ano)	3		
4 Se o recenseado não souber a data do nascimento declarar a idade que presume ter	4		
5 Condição no domicílio em relação ao Chefe da família	5		
6 Cor	6		
7 É surdo mudo? É cego? De nascença? Por doença? Por acidente?	7		
8 É solteiro? Casado? Desquitado? Viúvo?	8		
9 Se teve filhos nascidos vivos declarar quantos	9		
10 Se teve filhos nascidos mortos declarar quantos	10		
11 Idade em anos completos na data do nascimento do primeiro filho	11		
12 Número de filhos vivos na data do recenseamento	12		
13 Se o recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro o País	13		
14 Se o pai do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	14		
15 Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	15		
16 Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que Nação?	16		
17 Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	17		
18 Fala correntemente o português?	18		
19 Que língua fala habitualmente no lar?	19		
20 Religião	20		
21 Sabe ler e escrever?	21		
22 Está recebendo instrução?	22		
23 De que grau ou espécie é a instrução que recebe?	23		
24 Onde recebe instrução: No lar? Em estabelecimento público? Em estabelecimento particular?	24		
25 Possui algum curso completo ou diploma de estudos? Qual?	25		
26 Se não terminou os estudos em que grau os interrompeu?	26		
27 Habilitou-se praticamente em alguma arte ou ofício? Qual?	27		
28 Qual a profissão ofício emprego cargo ou função principal que exerce?	28		
29 Em que ramo de atividade exerce essa ocupação principal?	29		
30 Em que local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc) exerce a ocupação principal?	30		
31 A ocupação principal é direta ou indiretamente remunerada?	31		
32 Na ocupação principal é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	32		
33 Se tem alguma ocupação suplementar, qual é?	33		
34 Em que ramo de atividade exerce a ocupação suplementar?	34		
35 Em que local de trabalho (estabelecimento serviço repartição etc) exerce a ocupação suplementar?	35		
36 A ocupação suplementar é direta ou indiretamente remunerada?	36		
37 Na ocupação suplementar é empregado empregador ou trabalha por conta própria?	37		
38 Pertence a algum sindicato?	38		
39 É proprietário de imóvel: Urbano? Rural?	39		
40 Percebe algum benefício de previdência social?	40		
41 Em que qualidade: Aposentado? Jubilado? Reformado? Pensionista?	41		
42 Contribue pessoalmente para instituição oficial de montepio ou previdência?	42		
43 Está segurado em companhia particular sobre a vida ou contra risco de acidente pessoal?	43		
44 Se é morador do domicílio e está ausente em que Estado do Brasil ou País estrangeiro se encontra?	44		
45 Se não é morador do domicílio e está presente, em que Estado do Brasil ou País estrangeiro reside?	45		

Censo Demográfico de 1950



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
I. B. G. E. - CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

CENSO DEMOGRÁFICO

1.º DE JULHO DE 1950

C. D. 1.01

SETOR Nº	1110
BOLETIM Nº	

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1950

BOLETIM DE FAMÍLIA

*De acordo com a lei, as declarações prestadas neste boletim terão caráter confidencial.
Não preencha este boletim sem ler as instruções. Em caso de dúvida, aguarde a volta do Recenseador.*

LOCALIZAÇÃO Nº DO PRÉDIO Nº DO APARTAMENTO

(Categoria — Rua, Avenida, Praça, Estrada, Morro, Fazenda, Povoador, Atraiel, etc. — e nome)

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Responsabilidade das declarações — A responsabilidade das declarações que devem constar do boletim cabe ao Chefe da família ou a quem o substituir.

Por família deve-se entender, para fins de preenchimento do boletim, tanto o conjunto das pessoas que, em virtude de parentesco, adoção, subordinação, hospedagem ou simples dependência, vivem em domicílio comum, sob a direção ou proteção de um chefe, dono ou locatário de toda a habitação ou apenas de parte da mesma, como também a pessoa que vive só, em domicílio isolado.

Pessoas que devem ser recenseadas — Serão lançadas no boletim informações sobre todas as pessoas que tenham residência fixa no domicílio (inclusive as temporariamente ausentes na data do censo) e sobre as pessoas que não residam no domicílio, mas nelle passaram a noite de 30 de junho para 1.º de julho.

Lançamento das informações — O boletim deve ser preenchido, de preferência, a tinta ou lápis-tinta, escrevendo-se as informações de maneira clara e legível.

Todos os quesitos devem ser respondidos, mesmo para os moradores ausentes e hóspedes. Os quesitos cujas respostas forem prejudicadas em virtude de declaração anterior, ou de não se aplicar a indagação ao recenseado, serão assinalados com um traço horizontal (—).

As características das pessoas recenseadas, a começar pelo prenome, serão anotadas em cada uma das colunas do boletim. A coluna que tem o título *1.ª Pessoa* destina-se ao registro das informações referentes ao Chefe da família. As colunas seguintes serão preenchidas com as respostas relativas aos membros da família, a começar pelo cônjuge, passando aos descendentes, ascendentes e colaterais, aos agregados, hóspedes e empregados.

Instruções relativas aos quesitos — Apresentam-se, a seguir, instruções relativas àqueles quesitos cuja interpretação exige esclarecimentos. Convém frisar, contudo, que o responsável pelas informações deve consultar o Recenseador quando tiver dúvida a respeito da resposta a ser dada a qualquer quesito.

QUESITO 3: Condição no domicílio em relação ao Chefe da família. — Usar, na resposta, uma das seguintes especificações: *Cônjuge* (pessoa que constitui, com o Chefe da família, o casal considerado "dono da casa"); *Filho, Pai, Mãe, Neto, Genro, Nora, Avô, Tio, Sobrinho*, etc. (conforme a designação de parentesco, em relação ao Chefe da família); *Agregado* (pessoa que tem residência fixa no domicílio, sem ser parente, pensionista ou empregado); *Hóspede* (pessoa que não tem residência fixa no domicílio, achando-se presente transitóriamente, sem pagar hospedagem); *Pensionista* (pessoa que contribui para as despesas do domicílio, pagando hospedagem); *Empregado* (pessoa que presta serviços remunerados aos moradores do domicílio, aí dormindo habitualmente).

QUESITO 4: Se é morador do domicílio, e está ausente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro se encontra? — Para os moradores do domicílio, não presentes na data do censo, a resposta a este quesito deve ser um traço horizontal (—). Para os moradores ausentes (em viagem, internados em colégio, etc.) será declarado, se estiverem no Brasil, o nome da Unidade da Federação onde se encontram (São Paulo, Ceará, Acre, Guaporé, Distrito Federal, etc.) ou, se estiverem no estrangeiro, o nome do País (Portugal, Espanha, Argentina, Canadá, etc.).

QUESITO 5: Se não é morador do domicílio, e está presente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro reside? — Para os moradores do domicílio, presentes na data do censo, a resposta a este quesito deve ser um traço horizontal (—). Para os não moradores do domicílio, não presentes na data do censo, será declarado o nome da Unidade da Federação ou do País estrangeiro onde têm sua residência.

QUESITO 12: Estado civil. — Usar, na resposta, de acordo com o atual estado civil do recenseado, uma das seguintes especificações: *Solteiro; Casado; Casado R* (para os que contraíram apenas casamento religioso); *Desquitado; Divorciado* (para os que, tendo casado segundo leis estrangeiras, obtiveram divórcio); *Viuvo*.

QUESITO 15: Qual o curso que concluiu com aprovação? — Declarar, como resposta, a espécie do curso concluído, com aprovação, como, por exemplo: *Primário, Ginásial, Guarda-livros, Contador, Normal, Clássico, Direito, Engenharia, Medicina, Agronomia, Veterinária, Atuária, Arquitetura, Escola Militar, Sacerdotal, Enfermagem, Instrutor de, Técnico de*, etc. Se o recenseado houver concluído mais de um curso, declarará o de nível mais elevado. Cursos rápidos, de especialização profissional ou extensão cultural, não devem ser mencionados.

QUESITO 17: Se interrompeu ou frequentou algum curso, indique a sua espécie e a última série em que foi aprovado. — Se o recenseado está frequentando, ou interrompeu, algum curso, deve informar a espécie desse curso e a última série em que foi aprovado. Exemplos: *1.º Primário, 2.º Primário, 2.º Ginásial, 1.º Direito, 2.º Odontologia, 2.º Científico, 1.º Clássico, 1.º Normal, 2.º Contabilidade*, etc.

QUESITO 18: Qual o emprego, cargo, função, ofício, profissão ou atividade que exerce como ocupação principal? — Declarar a atividade, remunerada ou não, que o recenseado efetivamente exerce e considera como ocupação principal. Observar que, na maioria dos casos de atividade profissional, a ocupação corresponde à própria profissão ou ofício do recenseado. Em outros casos, porém, a pessoa,

embora possua especialização profissional, executa trabalho de natureza diversa. Se um contador, por exemplo, exerce, como ocupação principal, a função de professor de ginásio, declarará *Professor*, e não *Contador*. Devem ser evitadas expressões vagas e genéricas (agricultura, auxiliar, comerciário, funcionário público, industriário, operário, trabalhador, doméstica, militar), usando-se designações específicas, tais como, por exemplo: *Cepataz, Trabalhador de enzada, Auxiliar de escritório, Balconista, Caixeiro, Contador, Amanuense, Químico, Cardador, Soldador, Contra-mestre, Carpinteiro, Servente de pedreiro, Cozinheiro, Ama-sêca, Médico, Engenheiro, Advogado, Professor, Sacerdote, Capitão*, etc.

No que diz respeito a ocupações domésticas, não remuneradas, e escolares, exercidas como principais pelos recenseados, a resposta deve ser *Dona de casa* (para as pessoas que tenham, no domicílio, essa condição); *Afazeres domésticos* (para as pessoas que, não sendo *Donas de casa*, executem trabalhos domésticos, sem remuneração, no próprio lar); *Estudante*.

Nos casos de inatividade, deve ser registrada, conforme a situação do recenseado, uma das seguintes expressões: *Aposentado, Jubilado, Reformado, Invalído, Alienado*, etc. Por outro lado, a pessoa em condições de exercer, mas que não exerce, qualquer atividade, declarará, como resposta a este quesito, segundo for o caso, *Desempregado* ou *Sem ocupação*.

Quando a resposta a este quesito for *Dona de casa, Afazeres domésticos, Estudante, Aposentado, Jubilado, Reformado, Invalído, Desempregado* ou *Sem ocupação*, a resposta aos quesitos 19, 20 e 21 será um traço horizontal (—).

QUESITO 19: Em que classe de atividade exerce a ocupação principal? — A classe de atividade não se confunde com a profissão, ofício, emprego, etc. A profissão de guarda-livros, por exemplo, pode ser exercida em uma fazenda de café, fábrica de tecidos, hospital, cinema, arquivo municipal, etc. A classe de atividade, nos casos citados, seria, respectivamente, agricultura, indústria têxtil, assistência hospitalar, diversões e serviço administrativo.

Na resposta ao quesito, levados em conta estes esclarecimentos e o fato de que devem ser evitadas as designações genéricas, declarar — abreviadamente, mas de modo claro e preciso — a classe de atividade em que está compreendida a ocupação do recenseado. Como orientação para a resposta relacionam-se, a seguir, alguns exemplos de classes de atividade: *Agricultura, Horticultura, Pecuária, Avicultura, Extração de minérios, Salaria, Extração de madeiras, Extração de resinas, Pesca, Indústria siderúrgica, Ind. mecânica, Ind. cerâmica, Ind. móveis, Ind. farmacêutica, Ind. têxtil, Ind. vestuário, Ind. alimentação, Ind. bebidas, Ind. construção civil, Ind. eletricidade, Ind. gráfica, Ind. papel, Ind. borracha, Ind. brinquedos, Comércio de mantimentos, Com. tecidos, Com. vestuário, Com. móveis, Com. ferragens, Com. medicamentos, Com. máquinas, Com. misto, Correlagem de mercadorias, Corret. valores, Corret. imóveis, Estada de ferro, Linha de ônibus, Navegação marítima, Serviços portuários, Diversões, Culto, Ensino particular, Ensino público, Profissão liberal, Assistência hospitalar, Serviço de hospedagem, Previdência social, Seguros, Justiça, Exército, Marinha de guerra, Aviação militar, Polícia civil, Limpeza pública, Serviço de esportes, Serviço de estatística, Serviço administrativo, Serviço doméstico*, etc. A expressão "Serviço público" somente deve ser usada quando não for possível caracterizar a classe de atividade da ocupação pública exercida.

QUESITO 20: Onde exerce a ocupação principal? — Este quesito não procura conhecer o endereço em que o recenseado trabalha, mas obter informações que permitam a correta classificação do ramo de atividade. Por isso, as respostas deverão caracterizar a atividade desenvolvida no estabelecimento, instituição ou outro local em que o recenseado exerce sua ocupação principal, como, por exemplo: *Fazenda de café, Fazenda de criação, Chácara de flores, Seringal, Caieira, Pedreira, Barco de pesca, Fundição, Curtume, Tanoaria, Fábrica de tecidos, Fábrica de roupas, Usina de açúcar, Moinho de fubá, Edifício em construção, Loja de tecidos, Casa de calçados, Loja de ferragens, Bar, Farmácia, Feira, Garagem, Bomba de gasolina, Navio mercante, Estaleiro, Banco, Escola pública, Ginásio particular, Redação de jornal, Tipografia, Quartel, Ministério da Fazenda, Prefeitura, Instituto do Açúcar, I.A.P. Comerciários, Consultório médico, Cemitério, Gasômetro, Hospital, Hotel, Residência do patrão, No lar*, etc.

QUESITO 21: Na ocupação principal é empregado, empregador, trabalha por sua própria conta ou como membro da família? — Usar, na resposta, uma das seguintes especificações: *Empregado* (se recebe remuneração em dinheiro ou utilidade equivalente pelo trabalho que presta a indivíduo, firma, instituição ou órgão da administração pública); *Empregador* (se explora, com seus próprios recursos, uma atividade econômica, ocupando um ou mais empregados); *Própria conta* (se exerce a atividade individualmente ou com ajuda apenas de pessoas da família, não remuneradas em dinheiro); *Membro da família* (se ajuda o trabalho do chefe ou de outra pessoa da família, sem receber remuneração em dinheiro). Para os servidores públicos — federais, estaduais, municipais ou autárquicos — será acrescentada à palavra *Empregado*, conforme for o caso, uma das seguintes abreviaturas: *Fed., Est., Mun.*, ou *Aut.*

QUESITOS 22 e 23 — Devem responder a estes quesitos apenas as pessoas que tiverem outra ocupação, além da referida nos quesitos 18 e 19, cujas instruções serão observadas no preenchimento destes.

QUESITO 24: Se teve filhos, declare quantos, incluindo os que nasceram mortos. — A resposta do recenseado, homem ou mulher, deverá compreender todos os filhos, legítimos ou ilegítimos. Como nascido morto deve ser contado apenas o feto de 7 meses ou mais.

<table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width:20%;">DIA</td> <td style="width:20%;">MÊS</td> <td style="width:20%;">NÚMERO DO REGENSADOR</td> <td style="width:20%;">DIA</td> <td style="width:20%;">MÊS</td> </tr> <tr> <td colspan="2">DATA DA ENTREGA</td> <td colspan="3">DATA DA COLTA</td> </tr> </table>	DIA	MÊS	NÚMERO DO REGENSADOR	DIA	MÊS	DATA DA ENTREGA		DATA DA COLTA			Em de de 1950.	Unidade da Federação Município Distrito Situação (Urbano, suburbano ou rural)	CÓDIGO PASTA NÚMERO	NÚMERO NA LISTA DE DOMICÍLIO COELENTO FOLHA SUPLEMENTAR QUANTAS FOLHAS SUPLEMENTARES USOU?
DIA	MÊS	NÚMERO DO REGENSADOR	DIA	MÊS										
DATA DA ENTREGA		DATA DA COLTA												
Assinatura do Regensador	Assinatura da responsável pelas declarações	PARA USO DA AGÊNCIA MUNICIPAL	PARA USO DO ÓRGÃO CENTRAL											

QUESITOS	N.º	1.ª Pessoa	2.ª Pessoa	3.ª Pessoa	N.º	4.ª Pessoa	5.ª Pessoa	6.ª Pessoa	7.ª Pessoa	8.ª Pessoa	N.º
Prezome (Primeiro nome ou nome de batismo).	1				1						1
Sexo (Masculino ou feminino).	2				2						2
Condição no domicílio em relação ao Chefe da família (Veja Instruções).	3	Chefe da família			3						3
Se é morador do domicílio, e está ausente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro se encontra? (Veja Instruções).	4				4						4
Se não é morador do domicílio, e está presente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro reside? (Veja Instruções).	5				5						5
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		2 3 4-5	2 3 4-5	2 3 4-5		2 3 4-5	2 3 4-5	2 3 4-5	2 3 4-5	2 3 4-5	2 3 4-5
Onde nasceu? (Nome da Unidade da Federação ou do País estrangeiro).	6				6						6
É brasileiro nato, naturalizado brasileiro, ou estrangeiro?	7				7						7
Côr (Não usar, na resposta, a expressão "moreno").	8				8						8
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		6 7 8	6 7 8	6 7 8		6 7 8	6 7 8	6 7 8	6 7 8	6 7 8	6 7 8
Data do nascimento (Dia, mês e ano).	9				9						9
Se não sabe a data do nascimento, quantos anos de idade supõe ter? (Se a idade for inferior a um ano, declarar meses de 1).	10				10						10
Religião.	11				11						11
Estado civil (Veja Instruções).	12				12						12
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		9 10 11 12	9 10 11 12	9 10 11 12		9 10 11 12	9 10 11 12	9 10 11 12	9 10 11 12	9 10 11 12	9 10 11 12
Que língua fala habitualmente no lar com as pessoas da família?	13				13						13
Sabe ler e escrever? (Sim ou não).	14				14						14
Qual o curso que concluiu com aprovação? (Veja Instruções).	15				15						15
Qual o grau - elementar, médio ou superior - do curso declarado no questionário anterior?	16				16						16
Se interrompeu ou frequentou algum curso, indique a sua espécie e a última série em que foi aprovado (Veja Instruções).	17				17						17
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		13 14 15 17	13 14 15 17	13 14 15 17		13 14 15 17	13 14 15 17	13 14 15 17	13 14 15 17	13 14 15 17	13 14 15 17
Qual o emprego, cargo, função, ofício, profissão ou atividade que exerce como ocupação principal? (Veja Instruções).	18				18						18
Em que classe de atividade exerce a ocupação principal? (Veja Instruções).	19				19						19
Onde exerce a ocupação principal? (Veja Instruções).	20				20						20
Na ocupação principal é empregado, empregador, trabalha por sua própria conta ou como membro da família? (Veja Instruções).	21				21						21
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		18 19 20 21	18 19 20 21	18 19 20 21		18 19 20 21	18 19 20 21	18 19 20 21	18 19 20 21	18 19 20 21	18 19 20 21
Se tem alguma ocupação suplementar, qual é? (Veja Instruções).	22				22						22
Se tem alguma ocupação suplementar, em que classe de atividade a exerce? (Veja Instruções).	23				23						23
Se teve filhos, declare quantos, incluindo os que nasceram mortos (Veja Instruções).	24				24						24
Dos filhos que teve, quantos se acham vivos na data do censo?	25				25						25
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		23 24 25	23 24 25	23 24 25		23 24 25	23 24 25	23 24 25	23 24 25	23 24 25	23 24 25

PARA USO DO ÓRGÃO CENTRAL →

2	7	10	19	PESSOAS
---	---	----	----	---------

CÓDIGOS

PARA USO DO REGENSADOR →

PRÓPRIO DO ADICIONADO	TOTAL	SERVIÇO DE SUBSISTÊNCIA	ÁGUA ENCANADA	ALUMINA - BENICIA	INSTRUMENTAL CÃO	INSTRUMENTAL SANITÁRIA
-----------------------	-------	-------------------------	---------------	-------------------	------------------	------------------------

DOMICÍLIO

(Continue na verso)

Censo Demográfico de 1970

FUNDAÇÃO IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE CENSOS

VIII RECENSAMENTO GERAL DO BRASIL — 1970

CENSO DEMOGRÁFICO

CD 1.01 — BOLETIM DA AMOSTRA

URBANO 0
SUBURBANO 1
RURAL 2

MUNICÍPIO _____ PARA USO DO ÓRGÃO CENTRAL _____ DISTRITO _____ SITUAÇÃO _____ Nº DO SETOR _____ Nº DO QUARTÉRIO _____ Nº DO BOLETIM _____ PARA USO DO ÓRGÃO CENTRAL _____

Localidade _____ Logradouro _____

Nome do Chefe da Família _____ Assinatura do Informante _____

Família Convivente
 Não tem Tem É

Filia Suplementar
 Não tem Tem É

QUESTOS	1.ª PESSOA	2.ª PESSOA	3.ª PESSOA	4.ª PESSOA	5.ª PESSOA
1 — Nome.					
2 — Sexo.	<input type="checkbox"/> 0 Homem <input type="checkbox"/> 1 Mulher	<input type="checkbox"/> 0 Homem <input type="checkbox"/> 1 Mulher	<input type="checkbox"/> 0 Homem <input type="checkbox"/> 1 Mulher	<input type="checkbox"/> 0 Homem <input type="checkbox"/> 1 Mulher	<input type="checkbox"/> 0 Homem <input type="checkbox"/> 1 Mulher
3 — Condição de presença.	<input type="checkbox"/> 0 Presente <input type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Não morador presente	<input type="checkbox"/> 0 Presente <input type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Não morador presente	<input type="checkbox"/> 0 Presente <input type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Não morador presente	<input type="checkbox"/> 0 Presente <input type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Não morador presente	<input type="checkbox"/> 0 Presente <input type="checkbox"/> 1 Ausente <input type="checkbox"/> 2 Não morador presente
4 — Parentesco ou relação com o Chefe.	<input type="checkbox"/> 1 Chefe <input type="checkbox"/> 9 Individual (Em domicílio coletivo)	<input type="checkbox"/> 2 Cônjuge <input type="checkbox"/> 3 Filho <input type="checkbox"/> 4 Pais ou sogros <input type="checkbox"/> 5 Genro ou nora <input type="checkbox"/> 6 Neto <input type="checkbox"/> 7 Outros parentes <input type="checkbox"/> 8 Adotivo <input type="checkbox"/> 9 Pseudo-pai <input type="checkbox"/> 10 Empregado <input type="checkbox"/> 11 Hospedeiro	<input type="checkbox"/> 3 Filho <input type="checkbox"/> 4 Pais ou sogros <input type="checkbox"/> 5 Genro ou nora <input type="checkbox"/> 6 Neto <input type="checkbox"/> 7 Outros parentes <input type="checkbox"/> 8 Adotivo <input type="checkbox"/> 9 Pseudo-pai <input type="checkbox"/> 10 Empregado <input type="checkbox"/> 11 Hospedeiro	<input type="checkbox"/> 3 Filho <input type="checkbox"/> 4 Pais ou sogros <input type="checkbox"/> 5 Genro ou nora <input type="checkbox"/> 6 Neto <input type="checkbox"/> 7 Outros parentes <input type="checkbox"/> 8 Adotivo <input type="checkbox"/> 9 Pseudo-pai <input type="checkbox"/> 10 Empregado <input type="checkbox"/> 11 Hospedeiro	<input type="checkbox"/> 3 Filho <input type="checkbox"/> 4 Pais ou sogros <input type="checkbox"/> 5 Genro ou nora <input type="checkbox"/> 6 Neto <input type="checkbox"/> 7 Outros parentes <input type="checkbox"/> 8 Adotivo <input type="checkbox"/> 9 Pseudo-pai <input type="checkbox"/> 10 Empregado <input type="checkbox"/> 11 Hospedeiro
5 — Data do nascimento.	Dia _____ Mês _____ Ano _____	Dia _____ Mês _____ Ano _____	Dia _____ Mês _____ Ano _____	Dia _____ Mês _____ Ano _____	Dia _____ Mês _____ Ano _____
6 — Se não souber a data do nascimento, indicar quantos anos supõe ter; se for menor de 1 ano, indicar o número de meses.	Maiores de 1 ano _____ Menor de 1 ano _____	Maiores de 1 ano _____ Menor de 1 ano _____	Maiores de 1 ano _____ Menor de 1 ano _____	Maiores de 1 ano _____ Menor de 1 ano _____	Maiores de 1 ano _____ Menor de 1 ano _____
7 — Religião.	<input type="checkbox"/> 1 Católica romana <input type="checkbox"/> 2 Evangélica <input type="checkbox"/> 3 Espírita <input type="checkbox"/> 4 Outra <input type="checkbox"/> 5 Sem religião	<input type="checkbox"/> 1 Católica romana <input type="checkbox"/> 2 Evangélica <input type="checkbox"/> 3 Espírita <input type="checkbox"/> 4 Outra <input type="checkbox"/> 5 Sem religião	<input type="checkbox"/> 1 Católica romana <input type="checkbox"/> 2 Evangélica <input type="checkbox"/> 3 Espírita <input type="checkbox"/> 4 Outra <input type="checkbox"/> 5 Sem religião	<input type="checkbox"/> 1 Católica romana <input type="checkbox"/> 2 Evangélica <input type="checkbox"/> 3 Espírita <input type="checkbox"/> 4 Outra <input type="checkbox"/> 5 Sem religião	<input type="checkbox"/> 1 Católica romana <input type="checkbox"/> 2 Evangélica <input type="checkbox"/> 3 Espírita <input type="checkbox"/> 4 Outra <input type="checkbox"/> 5 Sem religião
8 — Nacionalidade.	<input type="checkbox"/> 0 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 1 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 2 Estrangeiro	<input type="checkbox"/> 0 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 1 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 2 Estrangeiro	<input type="checkbox"/> 0 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 1 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 2 Estrangeiro	<input type="checkbox"/> 0 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 1 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 2 Estrangeiro	<input type="checkbox"/> 0 Brasileiro nato <input type="checkbox"/> 1 Naturalizado brasileiro <input type="checkbox"/> 2 Estrangeiro
9 — Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento.	Código _____	Código _____	Código _____	Código _____	Código _____
10 — Nasceu neste Município?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Código _____	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Código _____	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Código _____	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Código _____	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Código _____
11 — Há quanto tempo mora nesta Unidade da Federação?	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____
	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____
	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____
	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____	4 anos _____ 5 anos _____ 6 a 10 anos _____ 11 anos e mais _____
12 — Há quanto tempo mora neste Município?	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____	Menos de 1 ano _____ 1 ano _____ 2 anos _____ 3 anos _____
13 — Em que Unidade da Federação ou País estrangeiro reside antes de mudar-se para este Município?	Código _____	Código _____	Código _____	Código _____	Código _____
14 — Situação da residência no Município onde morava anteriormente.	<input type="checkbox"/> 1 Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 2 Povoador ou Zona Rural	<input type="checkbox"/> 1 Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 2 Povoador ou Zona Rural	<input type="checkbox"/> 1 Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 2 Povoador ou Zona Rural	<input type="checkbox"/> 1 Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 2 Povoador ou Zona Rural	<input type="checkbox"/> 1 Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 2 Povoador ou Zona Rural
SOMENTE PARA AS PESSOAS DE 1 ANO E MAIS					
15 — Sabe ler e escrever?	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não
16 — Frequenta escola?	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não	<input type="checkbox"/> 1 Sim <input type="checkbox"/> 2 Não
17 — Se frequenta ou frequentou escola, indicar a última série e o grau de mesma, que concluiu com aprovação.	Série	Série	Série	Série	Série
	Grau	Grau	Grau	Grau	Grau

SOMENTE PARA AS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS

18 - Espécie do curso concluído com aprovação.	Código				Código				Código				Código			
Se vive em companhia de cônjuge - esposa(o), companheiro(a), etc. - indicar a natureza da união.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
19 - Se não vive em companhia de cônjuge - esposa(o), companheiro(a), etc. - indicar se é:	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 9	
20 - Rendimento médio mensal.	NC'S				Código				Código				Código			
21 - Município onde trabalha ou estuda.	Código				Código				Código				Código			
22 - Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal?	<input type="checkbox"/> 0x	<input type="checkbox"/> 1x	<input type="checkbox"/> 2x	<input type="checkbox"/> 3x	<input type="checkbox"/> 0E	<input type="checkbox"/> 1E	<input type="checkbox"/> 2E	<input type="checkbox"/> 3E	<input type="checkbox"/> 0E	<input type="checkbox"/> 1E	<input type="checkbox"/> 2E	<input type="checkbox"/> 3E	<input type="checkbox"/> 0E	<input type="checkbox"/> 1E	<input type="checkbox"/> 2E	<input type="checkbox"/> 3E
23 - Ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu durante mais tempo.	Código				Código				Código				Código			
24 - Classe de atividade em que exerceu a ocupação declarada no quesito 23.	Código				Código				Código				Código			
25 - Posição na ocupação declarada no quesito 23.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
26 - Na última semana (25 a 31/8/1970), estava exercendo:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
27 - Se a declaração do quesito 23 NÃO for uma ocupação agropecuária ou de extração vegetal, indicar o número de meses que trabalhou nos doze meses anteriores à data do Censo.	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 4
28 - Há quanto tempo procura trabalho?	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3	

SOMENTE PARA AS MULHERES DE 15 ANOS E MAIS

29 - Quantos filhos nascidos vivos teve, até a data do Censo?	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00
30 - Quantos filhos nascidos mortos teve, até a data do Censo?	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0
31 - Dos filhos vivos que teve, quantos nasceram nos doze meses anteriores à data do Censo (1-9-1969 a 31-8-1970)?	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0	filhos		<input type="checkbox"/> 0
32 - De todos os filhos que teve, quantos se acham vivos?	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00	filhos		<input type="checkbox"/> 00

1 - Família	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 0E	
	Única	Individual	
2 - Espécie	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 1E	
	Particular	Coletivo	
3 - Tipo	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2E
	Durável	Rústico	Improvisto
4 - Condição de ocupação	Própria		
	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
5 - Aluguel mensal (NC'S)	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Até 15	De 15 a 30	De 31 a 60
6 - Tempo de residência	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 6 anos
7 - Abastecimento d'água	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Rêde geral	Com canalização interna	Com canalização externa
8 - Instalações sanitárias	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Rêde geral	Fossa séptica	Fossa sanitária
9 - Luz elétrica	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Tem	Não tem	Não tem
10 - Fogão	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Lenha	Gás	Outro
11 - Rádio	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Tem	Não tem	Não tem
12 - Geladeira	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Tem	Não tem	Não tem
13 - Telefone	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Tem	Não tem	Não tem
14 - Automóvel	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 3
	Tem	Não tem	Não tem
15 - Cidades	Total		
	Serviço de domicílio		

Censo Demográfico de 1980

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1980

CENSO DEMOGRÁFICO

CD 1.01 — BOLETIM DA AMOSTRA

	1	1 MUNICÍPIO	2 PASTA	3 N.º NA PASTA
FOLHAS INTERNAS	N.º NO CD 1.07/08	SITUAÇÃO	DISTRITO	N.º DO SETOR
		Cidade ou Vila <input type="checkbox"/> 1 Área Urbana Isolada <input type="checkbox"/> 3 Aglomerado Rural <input type="checkbox"/> 5 Zona Rural <input type="checkbox"/> 7	Distribuição privia <input type="checkbox"/> 1 Entrevista <input type="checkbox"/> 3	6 Homens 7 Mulheres 8 Não moradores presentes
		4 COLETA	5 N.º DO SETOR	
		PESSOAS RECENSEADAS		9 INFORMANTE
				10 Q-3 11 Q-4
				PESSOAS

Localidade _____ Logradouro _____ N.º _____ Dependência _____

Nome do Chefe do Domicílio _____ Assinatura do Informante _____

2 CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO													
1 — ESPÉCIE Particular <input type="checkbox"/> 1 Permanente <input type="checkbox"/> 3X Improvisado Coletivo <input type="checkbox"/> 5X Permanente <input type="checkbox"/> 7X Improvisado (De Questões seguintes só para domicílios particulares permanentes)		2 TIPO <input type="checkbox"/> 1 Casa <input type="checkbox"/> 3 Apartamento		3 PAREDES <input type="checkbox"/> 2 Alvenaria <input type="checkbox"/> 4 Madeira <input type="checkbox"/> 6 Talpa não revestida <input type="checkbox"/> 7 Material aprovado <input type="checkbox"/> 8 Talpa <input type="checkbox"/> 0 Outro		4 PISO <input type="checkbox"/> 1 Madeira <input type="checkbox"/> 3 Cerâmica <input type="checkbox"/> 4 Concreto <input type="checkbox"/> 6 Material aprovado <input type="checkbox"/> 7 Tijolo <input type="checkbox"/> 8 Terra <input type="checkbox"/> 0 Outro		5 COBERTURA <input type="checkbox"/> 1 Laje de concreto <input type="checkbox"/> 2 Talha de barro <input type="checkbox"/> 4 Zinco <input type="checkbox"/> 5 Madeira <input type="checkbox"/> 6 Palha <input type="checkbox"/> 7 Material aprovado <input type="checkbox"/> 0 Outro		6 — ABASTECIMENTO DE ÁGUA Com canalização interna <input type="checkbox"/> 1 Rede geral <input type="checkbox"/> 3 Poço ou nascente <input type="checkbox"/> 5 Outra forma Sem canalização interna <input type="checkbox"/> 6 Rede geral <input type="checkbox"/> 7 Poço ou nascente <input type="checkbox"/> 0 Outra forma		7 ESCOADOURO <input type="checkbox"/> 2 Rede geral <input type="checkbox"/> 4 Fossa séptica <input type="checkbox"/> 6 Fossa rudimentar <input type="checkbox"/> 0 Outro <input type="checkbox"/> 8 Não tem	
8 USO <input type="checkbox"/> 1 Só do domicílio <input type="checkbox"/> 3 Comum a mais de um <input type="checkbox"/> 8 Não tem		9 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO Própria <input type="checkbox"/> 1 Já acabou de pagar <input type="checkbox"/> 3 Não acabou de pagar <input type="checkbox"/> 6 Empregador <input type="checkbox"/> 7 Particular <input type="checkbox"/> 0 Outro Cedido por		10 ALUGUEL OU PRESTAÇÃO MENSAL R\$ _____ <input type="checkbox"/> Não paga		11 TEMPO DE RESIDÊNCIA 1 _____ Meses 3 _____ Anos		12 TOTAL DE CÔMODOS _____		13 CÔMODOS SERVINDO DE DORMITÓRIO _____			
14 PARA COZINHAR USA: <input type="checkbox"/> 1 Fogão <input type="checkbox"/> 3 Fogão improvisado <input type="checkbox"/> 5 Fogareiro <input type="checkbox"/> 8 Não tem		15 COMBUSTÍVEL USADO PARA COZINHAR <input type="checkbox"/> 1 Gás de botijão <input type="checkbox"/> 2 Gás canalizado <input type="checkbox"/> 3 Lenha <input type="checkbox"/> 4 Carvão <input type="checkbox"/> 5 Oleo ou querosene <input type="checkbox"/> 6 Alcool <input type="checkbox"/> 7 Eletricidade <input type="checkbox"/> 8 Não tem		16 TELEFONE <input type="checkbox"/> 1 Tem <input type="checkbox"/> 8 Não tem		17 ILUMINAÇÃO ELÉTRICA <input type="checkbox"/> 2 Tem — Com medidor <input type="checkbox"/> 4 Tem — Sem medidor <input type="checkbox"/> 8 Não tem		18 RÁDIO <input type="checkbox"/> 1 Tem <input type="checkbox"/> 8 Não tem		19 GELADEIRA <input type="checkbox"/> 1 Tem <input type="checkbox"/> 8 Não tem		20 TELEVISÃO <input type="checkbox"/> 1 A cores <input type="checkbox"/> 3 Preto e branco <input type="checkbox"/> 5 Preto e branco <input type="checkbox"/> 8 Não tem	
21 AUTOMÓVEL <input type="checkbox"/> 3 Tem — Uso particular <input type="checkbox"/> 4 Tem — Para trabalho <input type="checkbox"/> 5 Não tem													

3 ESTES QUESTIOS SÓ SERÃO RESPONDIDOS DEPOIS DE COMPLETADO O PREENCHIMENTO DO BOLETIM

PESSOAS DE 5 A 9 ANOS, RELACIONADAS NA PARTE INTERNA DO BOLETIM, QUE TRABALHARAM HABITUALMENTE NOS ÚLTIMOS 12 MESES (1-8-1979 A 31-8-1980)
(Não considerar tarefas domésticas não remuneradas exercidas no lar)

N.º DE ORDEM	NÚMERO DA PESSOA NO BOLETIM	NOME DA PESSOA	OCUPAÇÃO HABITUAL	HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA NA OCUPAÇÃO DECLARADA					RENDIMENTO MÊDIO MENSAL RECEBIDO EM DINHEIRO NA OCUPAÇÃO DECLARADA (R\$)
				1	2	3	4	5	
1				Menos de 15 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 48 horas	49 horas ou mais	3 4 5
2				Menos de 15 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 48 horas	49 horas ou mais	3 4 5
3				Menos de 15 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 48 horas	49 horas ou mais	3 4 5
4				Menos de 15 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 48 horas	49 horas ou mais	3 4 5
5				Menos de 15 horas	15 a 29 horas	30 a 39 horas	40 a 48 horas	49 horas ou mais	3 4 5

4 PESSOAS DA(S) FAMILIA(S) QUE MORAVAM NESTE DOMICÍLIO E FALECERAM NOS ÚLTIMOS 12 MESES (1-8-1979 A 31-8-1980)

N.º DE ORDEM	NOME	SEXO 1 — Homem 3 — Mulher	DATA DO NASCIMENTO		DATA DO FALECIMENTO	
			Mês	Ano	Mês	Ano
1						
2						
3						
4						
5						


5		1. PESSOA — Nome		OS QUESITOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS											
1	Sexo	<input type="checkbox"/> 1 Homem	<input type="checkbox"/> 3 Mulher	25	Especie do curso mais elevado concluído com aprovação										
2	Condição de presença	<input type="checkbox"/> 2 Presente	<input type="checkbox"/> 4 Ausente	<input type="checkbox"/> 6 Não morador presente	Se vive em companhia de cônjuge — esposa(o), companheira(o), etc., indicar a natureza da união										
3	Parentesco ou relação com o Chefe do Domicílio	<input type="checkbox"/> 1 Chefe	<input type="checkbox"/> 0 Individual	26	Se não vive em companhia de cônjuge — esposa(o), companheira(o), etc., indicar a natureza da união										
4	Parentesco ou relação com o Chefe da Família	<input type="checkbox"/> 1 Chefe	<input type="checkbox"/> 0 Individual	27	Município em que trabalha ou estuda (Se não trabalha nem estuda ou se trabalha e estuda no Município de residência, registre sete zeros — 0000000 —, no campo Código. Registre também 7 zeros para o Não morador presente — Questão 2 Código 6)										
5	Família a que pertence	<input type="checkbox"/> 0 Única	<input type="checkbox"/> 1 1.ª	<input type="checkbox"/> 2 2.ª	<input type="checkbox"/> 3 3.ª	<input type="checkbox"/> 4 4.ª	<input type="checkbox"/> 5 Individual	28	Trabalhou nos últimos 12 meses (1-9-1979, a 31-8-1980)	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 3 Não				
6	Mês e ano de nascimento (Não registre o dia)	Mês: Ano:		29	Se no Questão 28 respondeu SIM, assinale o retângulo 0 e passe para o Questão 30. Se respondeu NÃO, indique a situação e ocupação que tem, obedecendo a ordem enumerada e passe para o Questão 46	Código		Procure trabalho		<input type="checkbox"/> 0 Trabalho já realizado	<input type="checkbox"/> 1X Já trabalhou	<input type="checkbox"/> 2X Não trabalhou	<input type="checkbox"/> 3X Aposentado ou pensionista	<input type="checkbox"/> 4X Vive de renda	
7	Idade presumida (Se não souber o mês e/ou o ano de nascimento indique quantos anos de idade supõe ter. Se menor de 1 ano, o número de meses)	1 ano ou mais		Meses de 1 ano		Código		Qual a ocupação, profissão, cargo, função, etc., que exerceu habitualmente nos últimos 12 meses (Se mudou de ocupação com ânimo definitivo registre a ocupação atual)		← Código →					
8	Religião	Código		31	Estabelecimento, negócio, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Questão 30	Finalidade ou ramo de negócio do estabelecimento, organização, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Questão 30		Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais					
9	Cor	<input type="checkbox"/> 2 Branca	<input type="checkbox"/> 4 Preta	<input type="checkbox"/> 6 Amarela	<input type="checkbox"/> 8 Parda	32	Finalidade ou ramo de negócio do estabelecimento, organização, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Questão 30	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais					
10	Tem mãe viva	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 3 Não	<input type="checkbox"/> 5 Não sabe	33	Posição no estabelecimento, negócio, instituição, etc., declarado no Questão 31	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
11	Nacionalidade	<input type="checkbox"/> 2 Brasileiro nato	<input type="checkbox"/> 4 Naturalizado brasileiro	<input type="checkbox"/> 6 Estrangeiro	34	É contribuinte de Instituto de Previdência	<input type="checkbox"/> 2 Federal	<input type="checkbox"/> 4 Estadual	<input type="checkbox"/> 6 Municipal	<input type="checkbox"/> 8 Não é					
12	Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento	Código		35	Horas habitualmente trabalhadas por semana na ocupação declarada no Questão 30	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais							
13	Nasceu neste Município	<input type="checkbox"/> 1 Sim	<input type="checkbox"/> 8 Não	36	Horas habitualmente trabalhadas por semana em todas as ocupações que exerce	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais							
14	Neste Município morou	<input type="checkbox"/> 2 Só na Zona Urbana	<input type="checkbox"/> 4 Só na Zona Rural	<input type="checkbox"/> 6 Nas Zonas Urbana e Rural	37	Rendimento médio mensal bruto, recebido em dinheiro, da ocupação declarada no Questão 30	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
15	No Município onde residia anteriormente morava (Se nasceu e sempre morou neste Município, responde — Nasceu)	<input type="checkbox"/> 1 Na Zona Urbana	<input type="checkbox"/> 3 Na Zona Rural	<input type="checkbox"/> 8 Nasceu	38	Rendimento médio mensal bruto, auferido pelo recebimento de produtos ou mercadorias, da ocupação declarada no Questão 30	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
16	Há quantos anos mora nesta Unidade da Federação (Se nasceu e sempre morou nesta Unidade da Federação, responde — Nasceu)	Meses de 1 ano		1 ano		Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais							
17	Há quantos anos mora neste Município (Se nasceu e sempre morou neste Município, responde — Nasceu)	Meses de 1 ano		1 ano		Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais							
18	Se no Questão 17 respondeu, Menos de 10 anos, indique o nome do Município e a Sigla da Unidade da Federação ou do País estrangeiro em que morou antes. (Se respondeu 10 anos ou mais ou Nasceu, registre sete zeros — 0000000 — no campo Código)	Código		Sigla		Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais							
OS QUESITOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS						OS QUESITOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A MULHER DE 15 ANOS OU MAIS									
19	Sabe ler e escrever	<input type="checkbox"/> 2 Sim	<input type="checkbox"/> 4 Não — Já sabe	<input type="checkbox"/> 6 Não — Nunca soube	43	Estabelecimento, negócio, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Questão 42	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
20	Série que frequenta (Para os cursos de créditos, de períodos, de semestre ou Supletivo seriado, proceder à devida conversão)	<input type="checkbox"/> 1 1.ª série	<input type="checkbox"/> 2 2.ª série	<input type="checkbox"/> 3 3.ª série	<input type="checkbox"/> 4 4.ª série	<input type="checkbox"/> 0 Nenhuma	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
21	Grau da série que frequenta	<input type="checkbox"/> 1 Primeiro ou Elementar	<input type="checkbox"/> 2 Médio ou 1.º ciclo	<input type="checkbox"/> 3 1.º Grau	<input type="checkbox"/> 4 2.º Grau	<input type="checkbox"/> 0 Nenhum	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
22	Para a pessoa que frequenta curso não seriado (Se frequenta curso seriado assinale o retângulo 0)	<input type="checkbox"/> 3 1.º Grau	<input type="checkbox"/> 4 2.º Grau	<input type="checkbox"/> 5 1.º Grau	<input type="checkbox"/> 6 2.º Grau	<input type="checkbox"/> 0 Nenhum	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
23	Última série que concluiu com aprovação	<input type="checkbox"/> 1 1.ª série	<input type="checkbox"/> 2 2.ª série	<input type="checkbox"/> 3 3.ª série	<input type="checkbox"/> 4 4.ª série	<input type="checkbox"/> 0 Nenhuma	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
24	Grau da última série concluída com aprovação (Para os cursos de Alfabetização de adultos, Mestreado ou Doutorado, assinale no Questão 23 o retângulo — Nenhuma)	<input type="checkbox"/> 1 Grau de alfabetização de adultos	<input type="checkbox"/> 2 Primário ou Elementar	<input type="checkbox"/> 3 Médio ou 1.º ciclo	<input type="checkbox"/> 4 1.º Grau	<input type="checkbox"/> 0 Nenhum	Trabalhador agrícola voluntário		Parcelar ou mensais						
50	51	Filhos tidos nascidos vivos	1		homens		mulheres								
52	53	Filhos tidos nascidos mortos	6		homens		mulheres								
54	55	Filhos vivos na data do Censo	8		homens		mulheres								
56	57	Mês e ano de nascimento do último filho (ou filha) nascido vivo	Mês: Ano:												

Censo Demográfico de 1991

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE X RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL - 1991 CENSO DEMOGRÁFICO CD 1.02 - QUESTIONÁRIO DA AMOSTRA				1 MUNICÍPIO	2 PASTA	3 Nº NA PASTA														
				1	PARA USO DO ÓRGÃO CENTRAL															
4 DISTRITO	5 SUBDISTRITO	6 Nº DO SETOR	7 QUAR-TEIRÃO	8 FACE	9 Nº NO CD 1 07	10 Nº NO CD 1 03	11 MASCULINO	12 FEMININO	13 INFORMANTE	14 QUESTIONÁRIO SUPLEMENTAR										
										Não tem <input type="checkbox"/> Tem <input type="checkbox"/> É <input type="checkbox"/>										
LOCALIDADE ----- LOGRADOURO ----- Nº ----- DEPENDÊNCIA -----																				
NOME DO INFORMANTE ----- ASSINATURA DO INFORMANTE -----																				
2 CARACTERÍSTICAS DO DOMÍCIO																				
1 ESPECIE Particular 1 <input type="checkbox"/> Permanente 2 <input type="checkbox"/> Improvisado 3 <input type="checkbox"/> Coletivo			2 LOCALIZAÇÃO Casa 1 <input type="checkbox"/> Isolado ou de condomínio 2 <input type="checkbox"/> Em conjunto residencial popular 3 <input type="checkbox"/> Em aglomerado subnormal Apartamento 4 <input type="checkbox"/> Isolado ou de condomínio 5 <input type="checkbox"/> Em conjunto residencial popular 6 <input type="checkbox"/> Em aglomerado subnormal 7 <input type="checkbox"/> Cômodo(s)			3 PAREDES 1 <input type="checkbox"/> Alvenaria 2 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 3 <input type="checkbox"/> Taipa não revestida 4 <input type="checkbox"/> Material aproveitado 5 <input type="checkbox"/> Palha 6 <input type="checkbox"/> Outro			4 COBERTURA 1 <input type="checkbox"/> Laje de concreto 2 <input type="checkbox"/> Telha de barro 3 <input type="checkbox"/> Telha de cimento-amianto 4 <input type="checkbox"/> Zinco 5 <input type="checkbox"/> Madeira aparelhada 6 <input type="checkbox"/> Palha 7 <input type="checkbox"/> Material aproveitado 8 <input type="checkbox"/> Outro											
5 ABASTECIMENTO DE ÁGUA Com canalização interna 1 <input type="checkbox"/> Rede geral 2 <input type="checkbox"/> Poço ou nascente 3 <input type="checkbox"/> Outra forma Sem canalização interna 4 <input type="checkbox"/> Rede geral 5 <input type="checkbox"/> Poço ou nascente 6 <input type="checkbox"/> Outra forma			6 ESCOADOURO Fossa séptica 1 <input type="checkbox"/> Rede geral 2 <input type="checkbox"/> Ligada à rede pluvial 3 <input type="checkbox"/> Sem escoadouro 4 <input type="checkbox"/> Fossa rudimentar 5 <input type="checkbox"/> Vala negra 6 <input type="checkbox"/> Outro 7 <input type="checkbox"/> Não sabe 0 <input type="checkbox"/> Não tem			7 USO 1 <input type="checkbox"/> Só do domicílio 2 <input type="checkbox"/> Comum a mais de um 0 <input type="checkbox"/> Não tem			8 CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO Próprio 1 <input type="checkbox"/> A construção e o terreno 2 <input type="checkbox"/> Só a construção 3 <input type="checkbox"/> Alugado Cedido 4 <input type="checkbox"/> Por empregador 5 <input type="checkbox"/> Por particular 6 <input type="checkbox"/> Outra			9 ALUGUEL MENSAL 0 <input type="checkbox"/> Não paga Nº de dígitos _____ C\$ _____,00								
10 COMBUSTÍVEL USADO PARA COZINHAR 1 <input type="checkbox"/> Gás canalizado 2 <input type="checkbox"/> Só gás de botijão 3 <input type="checkbox"/> Só lenha 4 <input type="checkbox"/> Gás de botijão e lenha 5 <input type="checkbox"/> Carvão 6 <input type="checkbox"/> Outro 0 <input type="checkbox"/> Não tem fogão ou fogareiro			11 TOTAL DE COMODOS _____ Número de cômodos (Quando o número de cômodos for inferior a 10, registrar 0 no primeiro campo)			12 COMODOS SERVINDO DE DORMITÓRIO 1 <input type="checkbox"/> 1 cômodo 2 <input type="checkbox"/> 2 cômodos 3 <input type="checkbox"/> 3 cômodos 4 <input type="checkbox"/> 4 cômodos 5 <input type="checkbox"/> 5 cômodos 6 <input type="checkbox"/> 6 cômodos 7 <input type="checkbox"/> 7 cômodos 8 <input type="checkbox"/> 8 cômodos 0 <input type="checkbox"/> 9 cômodos ou mais			13 BANHEIROS 1 <input type="checkbox"/> 1 banheiro 2 <input type="checkbox"/> 2 banheiros 3 <input type="checkbox"/> 3 banheiros 4 <input type="checkbox"/> 4 banheiros 5 <input type="checkbox"/> 5 banheiros ou mais 0 <input type="checkbox"/> Não tem											
14 DESTINO DO LIXO Coletado 1 <input type="checkbox"/> Diretamente 2 <input type="checkbox"/> Indiretamente 3 <input type="checkbox"/> Queimado Jogado 4 <input type="checkbox"/> Enterrado 5 <input type="checkbox"/> Terreno baldio 6 <input type="checkbox"/> Rio, lago ou mar 7 <input type="checkbox"/> Outro			15 NESTE DOMÍLIO RESIDE CRIANÇA COM MENOS DE 2 ANOS, INCLUSIVE ALGUMA RECÉM-NASCIDA? 1 <input type="checkbox"/> Sim 0 <input type="checkbox"/> Não			16 FILTRO DE ÁGUA 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem			17 TELEFONE 1 <input type="checkbox"/> 1 linha 2 <input type="checkbox"/> 2 ou mais linhas 0 <input type="checkbox"/> Não tem			18 AUTOMÓVEL PARTICULAR 1 <input type="checkbox"/> 1 carro 2 <input type="checkbox"/> 2 carros 3 <input type="checkbox"/> 3 ou mais carros 0 <input type="checkbox"/> Não tem			19 AUTOMÓVEL PARA TRABALHO 1 <input type="checkbox"/> Próprio 2 <input type="checkbox"/> Cedido 0 <input type="checkbox"/> Não tem			20 RÁDIO 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem		
21 ILUMINAÇÃO Elétrica 1 <input type="checkbox"/> Com medidor 2 <input type="checkbox"/> Sem medidor 3 <input type="checkbox"/> Óleo ou querosene 4 <input type="checkbox"/> Outra			22 GELADEIRA 1 <input type="checkbox"/> 1 porta 2 <input type="checkbox"/> Mais de 1 porta 0 <input type="checkbox"/> Não tem			23 TELEVISÃO PRETO E BRANCO 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem			24 TELEVISÃO EM CORES 1 <input type="checkbox"/> 1 aparelho 2 <input type="checkbox"/> 2 aparelhos 3 <input type="checkbox"/> 3 ou mais aparelhos 0 <input type="checkbox"/> Não tem			25 FREEZER 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem			26 MÁQUINA DE LAVAR ROUPA 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem			27 ASPIRADOR DE PÓ 1 <input type="checkbox"/> Tem 0 <input type="checkbox"/> Não tem		
(Os quesitos seguintes só serão preenchidos quando houver iluminação elétrica)																				

3 1.ª PESSOA NOME _____			
01 Sexo	1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino		
02 Parentesco ou relação com o Chefe do domicílio	01 <input type="checkbox"/> Chefe 20 <input type="checkbox"/> Individual		
03 Parentesco ou relação com o Chefe da família	01 <input type="checkbox"/> Chefe 20 <input type="checkbox"/> Individual		
04 Família a que pertence	1 <input type="checkbox"/> Única 2 <input type="checkbox"/> Domicílio coletivo Convivente 3 <input type="checkbox"/> 1ª 4 <input type="checkbox"/> 2ª 5 <input type="checkbox"/> 3ª 6 <input type="checkbox"/> 4ª 7 <input type="checkbox"/> 5ª		
05 Se a mãe reside no domicílio, indique o número da ordem em que foi reconstruída. Se não reside, indique se está viva, falecida ou não sabe	Reside <input type="checkbox"/> Nº da pessoa 70 <input type="checkbox"/> Está viva 80 <input type="checkbox"/> Falecida 90 <input type="checkbox"/> Não sabe		
06 Mês e ano de nascimento (se não souber o mês e/ou o ano preencher o quesito seguinte)	Mês _____ Ano _____		
07 Idade presumida (se inferior a 1 ano, o número de meses)	20 _____ 400 _____		
08 Faixa de idade	1 <input type="checkbox"/> Menos de 5 anos 2 <input type="checkbox"/> De 5 a 9 anos 3 <input type="checkbox"/> 10 anos ou mais		
09 Raça ou cor (amarela só para as pessoas de origem oriental)	1 <input type="checkbox"/> Branca 2 <input type="checkbox"/> Preta 3 <input type="checkbox"/> Amarela 4 <input type="checkbox"/> Parda 5 <input type="checkbox"/> Indígena		
10 Religião ou culto			
11 Deficiência física ou mental	1 <input type="checkbox"/> Cegueira 2 <input type="checkbox"/> Surdez 3 <input type="checkbox"/> Paralisia de um dos lados 4 <input type="checkbox"/> Paralisia das pernas 5 <input type="checkbox"/> Paralisia total 6 <input type="checkbox"/> Falta de membro(s) ou parte do(s) 7 <input type="checkbox"/> Deficiência mental 8 <input type="checkbox"/> Mais de uma 9 <input type="checkbox"/> Nenhuma das enumeradas		
12 Neste Município morou	1 <input type="checkbox"/> Só na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Só na zona rural 3 <input type="checkbox"/> Nas zonas urbana e rural		
13 Se no Quesito 12 assinalou o retângulo 3, indique há quantos anos se deu a última mudança	Nº de anos _____ 98 <input type="checkbox"/> Nunca mudou		
14 Nasceu neste Município (se assinalou o retângulo 1, passe para o Quesito 23. Se assinalou o 2, passe para o Quesito 17. Se assinalou o 3, responda aos Quesitos seguintes)	1 <input type="checkbox"/> Sim e sempre morou neste 2 <input type="checkbox"/> Sim, mas já morou em outro 3 <input type="checkbox"/> Não nasceu		
15 Se Naturalizado Brasileiro ou Estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País	100 <input type="checkbox"/> Brasileiro nato 2 <input type="checkbox"/> Naturalizado brasileiro 3 <input type="checkbox"/> Estrangeiro		
16 Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento			
17 18 Há quantos anos mora sem interrupção	Nesta Unidade da Federação Nº de anos _____ Neste Município Nº de anos _____		
PARA A PESSOA QUE NO QUESITO 17/18 RESPONDEU MENOS DE 10 ANOS, NO CAMPO — NESTE MUNICÍPIO			
19 Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este Município	Sigla _____ Nome _____		
20 Na localidade indicada no Quesito 19, reside	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Na zona rural		
OS QUESITOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS (nascida antes de 01/09/1986)			
21 Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que reside em 01/09/1986 (se reside no Município, assinala o retângulo 7 — Neste)	Sigla _____ Nome _____ 7 <input type="checkbox"/> Neste		
22 Na localidade indicada no Quesito 21, antes de mudar, residia	1 <input type="checkbox"/> Na zona urbana 2 <input type="checkbox"/> Na zona rural		
23 Sabe ler e escrever ou Não sabe	1 <input type="checkbox"/> Sabe ler e escrever 2 <input type="checkbox"/> Não sabe		
PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA (Se não frequenta escola assinala os retângulos 0)			
24 Série que frequenta (se não frequenta curso seriado, assinala o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1ª série 2 <input type="checkbox"/> 2ª série 3 <input type="checkbox"/> 3ª série 4 <input type="checkbox"/> 4ª série 5 <input type="checkbox"/> 5ª série 6 <input type="checkbox"/> 6ª série 7 <input type="checkbox"/> 7ª série 8 <input type="checkbox"/> 8ª série 9 <input type="checkbox"/> 9ª série 0 <input type="checkbox"/> Nenhum		
25 Grau da série que frequenta (se não frequenta curso seriado, assinala o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1º grau 2 <input type="checkbox"/> 2º grau 3 <input type="checkbox"/> Superior 4 <input type="checkbox"/> 1º grau 5 <input type="checkbox"/> 2º grau 0 <input type="checkbox"/> Nenhum		
26 Para a pessoa que frequenta curso não seriado (se frequenta curso seriado, assinala o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> Pré-escolar 2 <input type="checkbox"/> Curso de alfabetização de adultos 3 <input type="checkbox"/> 1º grau 4 <input type="checkbox"/> 2º grau 5 <input type="checkbox"/> Pré-vestibular 6 <input type="checkbox"/> Mestrado ou Doutorado 0 <input type="checkbox"/> Nenhum		
PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA (se frequenta escola assinala os retângulos 0)			
27 Última série que concluiu com aprovação (Para a pessoa que concluiu cursos de alfabetização de adultos, mestrado ou doutorado, assinala o retângulo 0 — Nenhum)	1 <input type="checkbox"/> 1ª série 2 <input type="checkbox"/> 2ª série 3 <input type="checkbox"/> 3ª série 4 <input type="checkbox"/> 4ª série 5 <input type="checkbox"/> 5ª série 6 <input type="checkbox"/> 6ª série 7 <input type="checkbox"/> 7ª série 8 <input type="checkbox"/> 8ª série 9 <input type="checkbox"/> Nunca frequentou 0 <input type="checkbox"/> Nenhum		
28 Grau da última série que concluiu com aprovação	1 <input type="checkbox"/> Curso de alfabetização de adultos 2 <input type="checkbox"/> Primário ou elementar 3 <input type="checkbox"/> Ginásial ou médio 1º ciclo 4 <input type="checkbox"/> 1º grau 5 <input type="checkbox"/> 2º grau 6 <input type="checkbox"/> Colegial ou médio 2º ciclo 7 <input type="checkbox"/> Superior 8 <input type="checkbox"/> Mestrado ou Doutorado 0 <input type="checkbox"/> Nenhum		
OS QUESITOS SEGUINTE SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS (nascida antes de 01/09/1981)			
29 Espécie de curso mais elevado concluído com aprovação			
30 Vive ou viveu em companhia de cônjuge — esposa(s), companheiro(a), etc. (se assinalou o retângulo 2 — Não, passe para os Quesitos 35 ou 45, conforme o caso)	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não		
31 Se no Quesito 30 assinalou o retângulo 1 — Sim, indique o mês e o ano em que contraiu a primeira união	Mês _____ Ano _____ 13 <input type="checkbox"/> Não lembra		
32 Se vive em companhia de cônjuge — esposa(s), companheiro(a), etc., indique a natureza da união	1 <input type="checkbox"/> Casamento civil e religioso 2 <input type="checkbox"/> Só casamento civil 3 <input type="checkbox"/> Casamento religioso 4 <input type="checkbox"/> União consensual		
33 Se não vive em companhia de cônjuge — esposa(s), companheiro(a), etc., indique se é:	5 <input type="checkbox"/> Separado(a) não judicialmente 6 <input type="checkbox"/> Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente 7 <input type="checkbox"/> Divorciado(a) 8 <input type="checkbox"/> Viúvo(a)		
34 Se respondeu o Quesito 32, indique o mês e o ano em que passou a viver com o cônjuge atual. Se respondeu o Quesito 33, indique o mês e o ano em que passou a viver a situação indicada	Mês _____ Ano _____ 13 <input type="checkbox"/> Não lembra		
OS QUESITOS 35 A 44 SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA AS MULHERES (se teve filhos) só de um sexo registrar no campo correspondente ao outro sexo — 00)			
35 36 Filhos(tas) tidos(as) que moram no domicílio	7 <input type="checkbox"/> Não tem 8 <input type="checkbox"/> Homem 9 <input type="checkbox"/> Mulher		
37 38 Filhos(tas) tidos(as) que moram em outro domicílio	7 <input type="checkbox"/> Não tem 8 <input type="checkbox"/> Não sabe 9 <input type="checkbox"/> Homem 10 <input type="checkbox"/> Mulher		
39 40 Filhos(tas) tidos(as) nascidos(as) vivos(as) que já morreram (não incluir filhos(as) nascidos(as) mortos(as))	7 <input type="checkbox"/> Não tem 8 <input type="checkbox"/> Não sabe 9 <input type="checkbox"/> Homem 10 <input type="checkbox"/> Mulher		
41 42 Filhos(tas) tidos(as) nascidos(as) mortos(as) (gestação não inferior a 7 me ses sem nenhum sinal de vida ao nascer). Não incluir abortos	7 <input type="checkbox"/> Não teve 8 <input type="checkbox"/> Não sabe 9 <input type="checkbox"/> Homem 10 <input type="checkbox"/> Mulher		
43 44 Sexo, mês e ano de nascimento do último filho(a) nascido(a) vivo(a)	7 <input type="checkbox"/> Não tem 1 <input type="checkbox"/> Mês e ano _____ 2 <input type="checkbox"/> Mês e ano _____ Homem Mulher		
45 Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses (01/09/1993 a 31/08/1993). Se assinalou o retângulo 3 — Não trabalhou, passe para o Quesito 58	1 <input type="checkbox"/> Habitualmente 2 <input type="checkbox"/> Eventualmente 3 <input type="checkbox"/> Não trabalhou		
46 Qual a ocupação, profissão, cargo, função etc., que exerceu nos últimos 12 meses ou em parte deles (se exerceu duas ou mais ocupações, registre a que considera principal. Se mudou de ocupação, com o término definitivo, registre a ocupação atual)	Trabalhou		
47 Setor ou ramo de atividade, negócio, organização, instituição, etc., em que exerceu a ocupação declarada no Quesito 46			
48 Tipo de estabelecimento, negócio, instituição, etc., onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 46			
49 Relação de trabalho ou a posição da ocupação no estabelecimento, negócio, instituição, etc., declarado no Quesito 46	01 <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola volante 02 <input type="checkbox"/> Empregado 03 <input type="checkbox"/> Conta própria 04 <input type="checkbox"/> Empregado 05 <input type="checkbox"/> Conta própria 06 <input type="checkbox"/> Parceiro ou meiro 07 <input type="checkbox"/> Trabalhador doméstico 08 <input type="checkbox"/> De empresa estatal 09 <input type="checkbox"/> Empregado do setor privado 10 <input type="checkbox"/> Empregado do setor público 11 <input type="checkbox"/> Sem remuneração		
50 Tem carteira de trabalho assinada	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não sabe 3 <input type="checkbox"/> Não tem 4 <input type="checkbox"/> Não é empregado		
51 Quantas pessoas trabalham no estabelecimento, negócio, instituição, etc., declarado no Quesito 48	1 <input type="checkbox"/> 1 ou 2 2 <input type="checkbox"/> 3 ou 4 3 <input type="checkbox"/> 5 a 9 4 <input type="checkbox"/> 10 ou mais		
52 Local de trabalho onde exerceu a ocupação declarada no Quesito 46	1 <input type="checkbox"/> Sem local exclusivo 2 <input type="checkbox"/> Com local exclusivo 3 <input type="checkbox"/> Com equipamento pesado 4 <input type="checkbox"/> Com equipamento leve ou sem 5 <input type="checkbox"/> No domicílio 6 <input type="checkbox"/> Propriedade agropecuária 7 <input type="checkbox"/> Empresa ou firma 8 <input type="checkbox"/> Em casa do cliente ou patrão 9 <input type="checkbox"/> Outro		
53 É contribuinte de Instituto de Previdência Pública	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não sabe 3 <input type="checkbox"/> Não é		
54 55 Horas habitualmente trabalhadas por semana (quando exercer só uma ocupação, registrar 00 no campo Em outras ocupações)	Na ocupação do Quesito 48 _____ Em outras ocupações _____		
56 Rendimento bruto do mês de agosto de 1991 de ocupação declarada no Quesito 46	0 <input type="checkbox"/> Não tem 1 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos _____ Cr\$ _____		
57 Rendimento bruto do mês de agosto de 1991 de outra(s) ocupação(ões)	0 <input type="checkbox"/> Não tem 1 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos _____ Cr\$ _____		
58 Se no Quesito 45 assinalou Não trabalhou, indique a situação ou ocupação que tem, obedecendo a ordem enumerada. Se trabalhou, não preencha este quesito e passe para o Quesito 59.	1 <input type="checkbox"/> Já trabalhou 2 <input type="checkbox"/> Nunca trabalhou 3 <input type="checkbox"/> Aposentado 4 <input type="checkbox"/> Pensionista 5 <input type="checkbox"/> Vive de rendas 6 <input type="checkbox"/> Procurando trabalho 7 <input type="checkbox"/> Detento 8 <input type="checkbox"/> Doente ou inválido 9 <input type="checkbox"/> Afastado de ocupação doméstica 0 <input type="checkbox"/> Sem ocupação		
59 Indique se é aposentado e/ou pensionista	0 <input type="checkbox"/> Não é 1 <input type="checkbox"/> Aposentado 2 <input type="checkbox"/> Pensionista 3 <input type="checkbox"/> Aposentado e pensionista		
60 Rendimento mensal bruto do mês de agosto de 1991, proveniente de aposentadoria e/ou pensão	0 <input type="checkbox"/> Não tem 1 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos _____ Cr\$ _____		
61 Rendimento bruto do mês de agosto de 1991, de outra(s) ocupação(ões) que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriormente relacionadas — aluguel, arrendamentos, doações, emprego de capital, etc.	0 <input type="checkbox"/> Não tem 1 <input type="checkbox"/> Nº de dígitos _____ Cr\$ _____		

Censo Demográfico de 2000³⁵

 Censo Demográfico 2000 CD 1.02 Questionário da Amostra		MUNICÍPIO: _____ AGÊNCIA: _____				
1 IDENTIFICAÇÃO		1.01 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO [] [] [] []				
1.02 UF	1.03 MUNICÍPIO	1.04 DISTRITO	1.05 SUBDISTRITO	1.06 SETOR	1.07 Nº DA PÁGINA DA FOLHA DE COLETA	1.08 Nº NA FOLHA DE COLETA
[] []	[] [] [] [] [] []	[] []	[] []	[] [] [] [] [] []	[] [] [] []	[] [] [] []
1.09 Nº NA FOLHA DE DOMICÍLIO COLETIVO	1.10 TOTAL DE HOMENS	1.11 TOTAL DE MULHERES	1.12 QUESTIONÁRIO NO DOMICÍLIO		1.13 TOTAL DE QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NO DOMICÍLIO	
[] [] [] []	[] []	[] []	<input type="checkbox"/> 1 - ÚNICO <input type="checkbox"/> 3 - É CONTINUAÇÃO <input type="checkbox"/> 2 - TEM OUTROS		[] []	
LOCALIDADE: _____						
LOGRADOURO: _____ (Endereço completo)						
2 CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO						
2.01 - ESPÉCIE <input type="checkbox"/> 1 - PARTICULAR PERMANENTE → Siga quesito 2.02 <input type="checkbox"/> 2 - PARTICULAR IMPROVISADO → Passar para a Lista de Moradores <input type="checkbox"/> 3 - COLETIVO → Passar para a Lista de Moradores		2.06 - O TERRENO EM QUE SE LOCALIZA ESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO <input type="checkbox"/> 2 - CEDIDO <input type="checkbox"/> 3 - OUTRA CONDIÇÃO				
2.02 - TIPO <input type="checkbox"/> 1 - CASA <input type="checkbox"/> 2 - APARTAMENTO <input type="checkbox"/> 3 - CÔMODO		2.07 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL <input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE (Na propriedade) <input type="checkbox"/> 3 - OUTRA				
2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? [] []		2.08 - A ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO CHEGA: <input type="checkbox"/> 1 - CANALIZADA EM PELO MENOS UM CÔMODO <input type="checkbox"/> 2 - CANALIZADA SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO CANALIZADA				
2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVE DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES DESTA DOMICÍLIO? <input type="checkbox"/> Se 9 cômodos ou mais servindo de dormitório, registrar 9 (nove).		2.09 - QUANTOS BANHEIROS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Considere somente os que contém chuveiro ou banheira e aparelho sanitário) <input type="checkbox"/> Se 0 (zero) siga quesito 2.10. Caso contrário, passe para o quesito 2.11. Se 9 banheiros ou mais registrar 9 (nove).				
2.05 - ESTE DOMICÍLIO É: <input type="checkbox"/> 1 - PRÓPRIO - JÁ PAGO → Siga quesito 2.06 <input type="checkbox"/> 2 - PRÓPRIO - AINDA PAGANDO → Siga quesito 2.06 <input type="checkbox"/> 3 - ALUGADO → Passar para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR → Passar para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA → Passar para o quesito 2.07 <input type="checkbox"/> 6 - OUTRA CONDIÇÃO → Passar para o quesito 2.07		2.10 - NESTE DOMICÍLIO, TERRENO OU PROPRIEDADE EXISTE SANITÁRIO UTILIZADO PELOS MORADORES? <input type="checkbox"/> 1 - SIM → Siga quesito 2.11 <input type="checkbox"/> 2 - NÃO → Passar para o quesito 2.12				

³⁵ Neste anexo constam apenas as questões referentes a 1ª pessoa recenseada. Essas mesmas perguntas se repetem para as demais pessoas, até a 6ª, podendo ser estendido para demais caso haja outras.

FAÇA OS ALGORISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISERA INDICADA.

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA: X

2

2.11 - O ESCOADOURO DESTES BANHEIRO OU SANITÁRIO É LIGADO A:

1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU FLUVIAL

2 - FOSSA SÉPTICA

3 - FOSSA RUDIMENTAR

4 - VALA

5 - RIO, LAGO OU MAR

6 - OUTRO ESCOADOURO

2.12 - O LIXO DESTES DOMICÍLIO:

1 - É COLETADO POR SERVIÇO DE LIMPEZA

2 - É COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA

3 - É QUEIMADO (Na propriedade)

4 - É ENTERRADO (Na propriedade)

5 - É JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO

6 - É JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR

7 - TEM OUTRO DESTINO

2.13 - ESTE DOMICÍLIO TEM ILUMINAÇÃO ELÉTRICA?

1 - SIM

2 - NÃO

NESTE DOMICÍLIO EXISTE:

2.14 - RÁDIO? 1 - SIM 2 - NÃO

2.15 - GELADEIRA OU FREEZER? 1 - SIM 2 - NÃO

2.16 - VÍDEOCASSETE? 1 - SIM 2 - NÃO

2.17 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPA?
(Não considerar o tanquinho) 1 - SIM 2 - NÃO

2.18 - FORNO DE MICROONDAS? 1 - SIM 2 - NÃO

2.19 - LINHA TELEFÔNICA INSTALADA? 1 - SIM 2 - NÃO

2.20 - MICROCOMPUTADOR? 1 - SIM 2 - NÃO

NESTE DOMICÍLIO, QUAL A QUANTIDADE EXISTENTE DE:
Se não tiver, registrar 0 (zero). Se tiver 9 ou mais, registrar 9 (nove).

2.21 - TELEVISORES

2.22 - AUTOMÓVEIS PARA USO PARTICULAR

2.23 - APARELHOS DE AR CONDICIONADO
(Se houver ar condicionado central, registre o número de cômodos servidos)

3 LISTA DE MORADORES DO DOMICÍLIO EM 31 DE JULHO DE 2000

Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO	Nº DE ORDEM	NOME COMPLETO

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA:



5

4.28 - SABE LER E ESCREVER?

1 - SIM

2 - NÃO

4.29 - FREQUÊNTA ESCOLA OU CRECHE?

1 - SIM, REDE PARTICULAR

2 - SIM, REDE PÚBLICA

3 - NÃO, JÁ FREQUÊNTOU

4 - NUNCA FREQUÊNTOU

Siga quesito 4.30

Passa para o quesito 4.32

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE FREQUÊNTA ESCOLA

4.30 - QUAL É O CURSO QUE FREQUÊNTA?

01 - CRECHE

02 - PRÉ-ESCOLAR

03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO

04 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

05 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU - REGULAR SERIADO

06 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO

07 - SUPLETIVO (ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU)

08 - ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU - REGULAR SERIADO

09 - ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU - REGULAR NÃO-SERIADO

10 - SUPLETIVO (ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU)

11 - PRÉ-VESTIBULAR

12 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO

13 - MESTRADO OU DOUTORADO

4.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUÊNTA?

1 - PRIMEIRA

2 - SEGUNDA

3 - TERCEIRA

4 - QUARTA

5 - QUINTA

6 - SEXTA

7 - SÉTIMA

8 - OITAVA

9 - CURSO NÃO-SERIADO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQUÊNTA ESCOLA, MAS JÁ FREQUÊNTOU

4.32 - QUAL É O CURSO MAIS ELEVADO QUE FREQUÊNTOU, NO QUAL CONCLUÍU PELO MENOS UMA SÉRIE?

1 - ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

2 - ANTIGO PRIMÁRIO

3 - ANTIGO GINÁSIO

4 - ANTIGO CLÁSSICO, CIENTÍFICO, ETC.

5 - ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU

6 - ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU

7 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO

8 - MESTRADO OU DOUTORADO

9 - NENHUM

4.33 - QUAL É A ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA COM APROVAÇÃO?

01 - PRIMEIRA

02 - SEGUNDA

03 - TERCEIRA

04 - QUARTA

05 - QUINTA

06 - SEXTA

07 - SÉTIMA

08 - OITAVA

09 - CURSO NÃO-SERIADO

10 - NENHUMA

4.34 - CONCLUÍU O CURSO NO QUAL ESTUDOU?

1 - SIM

Siga quesito 4.35

2 - NÃO

Se 10 anos ou mais de idade, passe para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

4.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO CONCLUÍDO?

SUPERIOR (Graduação, Mestrado ou Doutorado) - ESPECIFIQUE:

1

2

2 - NÃO SUPERIOR

Se 10 anos ou mais de idade, siga para o quesito 4.36. Caso contrário, encerre a entrevista.

PARA AS PESSOAS COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.36 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?

1 - SIM

2 - NÃO, MAS VIVEU

3 - NUNCA VIVEU

4.37 - QUAL É (ERA) A NATUREZA DA ÚLTIMA UNIÃO?

1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO

2 - SÓ CASAMENTO CIVIL

3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO

4 - UNIÃO CONSENSUAL

5 - NUNCA VIVEU

4.38 - QUAL É O SEU ESTADO CIVIL?

1 - CASADO(A)

2 - DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE

3 - DIVORCIADO(A)

4 - VIÚVO(A)

5 - SOLTEIRO(A)

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Siga quesito 4.39

FAÇA OS ALGARISMOS CONFORME O MODELO:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

NÃO RISQUE. SE NECESSÁRIO, APAGUE COM A BORRACHA APROPRIADA. ESCREVA SOMENTE COM A LAPISSEIRA INDICADA.

PREENCHA A QUADRÍCULA DESTA FORMA:



7

4.50 - NESTE TRABALHO, ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL?

1 - SIM

2 - NÃO

QUAL FOI O SEU RENDIMENTO BRUTO DO MÊS DE JULHO DE 2000:

4.51 - NO TRABALHO PRINCIPAL?

0 - NÃO TEM

1 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

4.52 - NOS DEMAIS TRABALHOS?

0 - NÃO TEM

1 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

Quando só tiver um único trabalho, registrar NÃO TEM nos demais trabalhos.

QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA:

4.53 - NO TRABALHO PRINCIPAL?

[][][]

4.54 - NOS DEMAIS TRABALHOS?

[][][]

0 - NÃO TEM

Quando só tiver um único trabalho, registrar NÃO TEM nos demais trabalhos.

Passa para o quesito 4.56

4.55 - NO PERÍODO DE 30 DE JUNHO A 29 DE JULHO DE 2000, TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA PARA CONSEGUIR ALGUM TRABALHO?

1 - SIM

2 - NÃO

4.56 - EM JULHO DE 2000, ERA APOSENTADO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL?

1 - SIM

2 - NÃO

POSSUÍA RENDIMENTOS EM JULHO DE 2000 PROVENIENTES DE:

4.57 - APOSENTADORIA, PENSÃO?

0 - NÃO TEM

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

4.58 - ALUGUEL?

0 - NÃO TEM

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

4.59 - PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÃO RECEBIDA DE NÃO-MORADOR?

0 - NÃO TEM

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

4.60 - RENDA MÍNIMA/BOLSA-ESCOLA, SEGURO-DESEMPREGO, ETC? (Programas oficiais de auxílio)

0 - NÃO TEM

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

4.61 - OUTROS?

0 - NÃO TEM

R\$ [][][][][][][][][][][] ,00

PARA AS MULHERES COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (Nascidas até 31/07/1990)

4.62 - QUANTOS(as) FILHOS(as) NASCIDOS(as) VIVOS(as) TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?

HOMENS

MULHERES

1 [][]

3 [][]

0 - NENHUM

Passa para o quesito 4.67

4.63 - DOS(as) FILHOS(as) QUE TEVE, QUANTOS(as) ESTAVAM VIVOS(as) EM 31 DE JULHO DE 2000?

HOMENS

MULHERES

2 [][]

4 [][]

0 - NENHUM

4.64 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?

1 - MASCULINO

2 - FEMININO

4.65 - QUAL É A DATA DE NASCIMENTO (ou idade presumida) DO(a) ÚLTIMO(a) FILHO(a) NASCIDO(a) VIVO(a) ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?

MÊS

ANO

IDADE PRESUMIDA

1 [][]

[][][][]

3 [][]

4.66 - ESTE(a) FILHO(a) ESTAVA VIVO(a) EM 31 DE JULHO DE 2000?

1 - SIM

2 - NÃO

9 - NÃO SABE

4.67 - QUANTOS(as) FILHOS(as) NASCIDOS(as) MORTOS(as) TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2000?

HOMENS

MULHERES

TOTAL


2 [][]

4 [][]

6 [][]

0 - NENHUM

Censo Demográfico de 2010



Censo Demográfico 2010
CD 2010
Questionário da Amostra

MUNICÍPIO: _____

POSTO DE COLETA: _____

1 IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO

1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA QUADRA	1.07 Nº DA FACE

LOCALIDADE: _____ CEP: _____

LOGRADOURO: _____
(Endereço completo)

ESPÉCIES DE DOMICÍLIO OCUPADO

1.08 1 - DOMICÍLIO PARTICULAR PERMANENTE OCUPADO 6 - DOMICÍLIO COLETIVO COM MORADOR

5 - DOMICÍLIO PARTICULAR IMPROVISADO OCUPADO

Siga 1.09

TIPO

1.09 11 - CASA 53 - OUTRO (VAÇÃO, TRAILER, GRUTA, ETC.)

12 - CASA DE VILA OU EM CONDOMÍNIO 61 - ASILO, ORFANATO E SIMILARES COM MORADOR

13 - APARTAMENTO 62 - HOTEL, PENSÃO E SIMILARES COM MORADOR

14 - HABITAÇÃO EM: CASA DE CÔMODOS, CORTIÇO OU CABEÇA DE PORCO 63 - ALOJAMENTO DE TRABALHADORES COM MORADOR

15 - OCA OU MALOCA 64 - PENITENCIÁRIA, PRESÍDIO OU CASA DE DETENÇÃO COM MORADOR

51 - TENDA OU BARRACA 65 - OUTRO MORADOR

52 - DENTRO DO ESTABELECIMENTO

Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.

Se código 1 no quesito 1.08, siga para o quesito 2.01
Se código 5 no quesito 1.08, siga para o quesito 3.01
Se código 6 no quesito 1.08, siga para o quesito 4.01

2 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

2.01 - ESTE DOMICÍLIO É:

1 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - JÁ PAGO 4 - CEDIDO POR EMPREGADOR

2 - PRÓPRIO DE ALGUM MORADOR - AINDA PAGANDO 5 - CEDIDO DE OUTRA FORMA

3 - ALUGADO _____

2.011 - VALOR DO ALUGUEL R\$ _____,00

Siga 2.02

2.02 - O MATERIAL PREDOMINANTE NAS PAREDES EXTERNAS É:

1 - ALVENARIA COM REVESTIMENTO 4 - TAIPA REVESTIDA 7 - PALHA

2 - ALVENARIA SEM REVESTIMENTO 5 - TAIPA NÃO REVESTIDA 8 - OUTRO MATERIAL

3 - MADEIRA APROPRIADA PARA CONSTRUÇÃO (APARELHADA) 6 - MADEIRA APROVEITADA 9 - SEM PAREDE

Obs.: A categoria em negrito só foi disponibilizada em setores de terras indígenas.

Siga 2.03

2.03 - QUANTOS CÔMODOS EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive banheiro e cozinha)

_____ (Não considere como cômodo: corredores, varandas abertas, garagem e outros compartimentos para fins não residenciais)

Siga 2.04

<p>2.04 - QUANTOS CÔMODOS SERVEM DE DORMITÓRIO PARA OS MORADORES?</p> <p><input type="text" value="1"/> <input type="text" value="1"/></p> <p>Siga 2.05</p>	<p>2.05 - QUANTOS BANHEIROS DE USO EXCLUSIVO DOS MORADORES EXISTEM NESTE DOMICÍLIO? (Inclusive os localizados no terreno ou na propriedade)</p> <p><input type="text" value="1"/> BANHEIROS COM CHUVEIRO (OU BANHEIRA) E VASO SANITÁRIO (OU PRIVADA)</p> <p>(Se 9 ou mais de 9, registre 9. Se não existir registre 0 (zero)) (Se 0 (zero) siga 2.05. Caso contrário, passe ao 2.07)</p>
<p>2.06 - UTILIZA SANITÁRIO OU BURACO PARA DEJEIÇÕES, INCLUSIVE OS LOCALIZADOS NO TERRENO OU NA PROPRIEDADE? (Cercado por paredes de qualquer material)</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.07) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.08)</p> <p>Obs.: Dependendo da região do país, sanitário pode ser conhecido como: casinha, patente, latrina, privada, sentina, retrete, casa-de-força, cambone</p>	
<p>2.07 - O ESGOTO DO BANHEIRO OU SANITÁRIO É LANÇADO (JOGADO) EM:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE ESGOTO OU PLUVIAL <input type="checkbox"/> 3 - FOSSA RUDIMENTAR <input type="checkbox"/> 5 - RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - FOSSA SÉPTICA <input type="checkbox"/> 4 - VALA <input type="checkbox"/> 6 - OUTRO</p> <p>Siga 2.08</p>	
<p>2.08 - A FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UTILIZADA NESTE DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO <input type="checkbox"/> 5 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA EM CISTERNA <input type="checkbox"/> 8 - OUTRA</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 6 - ÁGUA DA CHUVA ARMAZENADA DE OUTRA FORMA <input type="checkbox"/> 9 - POÇO OU NASCENTE NA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - POÇO OU NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE <input type="checkbox"/> 7 - RIOS, AÇUDES, LAGOS E IGARAPÉS <input type="checkbox"/> 10 - POÇO OU NASCENTE FORA DA ALDEIA</p> <p><input type="checkbox"/> 4 - CARRO-PIPA</p> <p>Obs.: As categorias em negrito só foram disponibilizadas em setores de terras indígenas.</p> <p>Siga 2.09</p>	
<p>2.09 - NESTE DOMICÍLIO EXISTE ÁGUA CANALIZADA (ENCANADA)?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, EM PELO MENOS UM CÔMODO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, SÓ NA PROPRIEDADE OU TERRENO <input type="checkbox"/> 3 - NÃO</p> <p>Siga 2.10</p>	
<p>2.10 - O LIXO DESTA DOMICÍLIO É:</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 4 - ENTERRADO (Na propriedade) <input type="checkbox"/> 6 - JOGADO EM RIO, LAGO OU MAR</p> <p><input type="checkbox"/> 2 - COLOCADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA <input type="checkbox"/> 5 - JOGADO EM TERRENO BALDIO OU LOGRADOURO <input type="checkbox"/> 7 - TEM OUTRO DESTINO</p> <p><input type="checkbox"/> 3 - QUEIMADO (Na propriedade)</p> <p>Siga 2.11</p>	
<p>2.11 - EXISTE ENERGIA ELÉTRICA NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE COMPANHIA DISTRIBUIDORA → (Siga 2.12) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE OUTRAS FONTES → (Passe ao 2.13) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO EXISTE ENERGIA ELÉTRICA → (Passe ao 2.13)</p>	
<p>2.12 - EXISTE MEDIDOR OU RELÓGIO NO DOMICÍLIO?</p> <p><input type="checkbox"/> 1 - SIM, DE USO EXCLUSIVO <input type="checkbox"/> 2 - SIM, DE USO COMUM <input type="checkbox"/> 3 - NÃO TEM MEDIDOR OU RELÓGIO</p> <p>Siga 2.13</p>	
<p>NESTE DOMICÍLIO EXISTE:</p> <p>2.13 - RÁDIO (Inclusive integrado a outro tipo de aparelho)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.14</p> <p>2.14 - TELEVISÃO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.15</p> <p>2.15 - MÁQ. DE LAVAR ROUPA? (Não considerar tanquinho) <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.16</p> <p>2.16 - GELADEIRA? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.17</p> <p>2.17 - TELEFONE CELULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.18</p> <p>2.18 - TELEFONE FIXO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.19</p> <p>2.19 - MICROCOMPUTADOR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 2.20) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 2.21)</p> <p>2.20 - MICROCOMPUTADOR COM ACESSO À INTERNET? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.21</p> <p>2.21 - MOTOCICLETA PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 2.22</p> <p>2.22 - AUTOMÓVEL PARA USO PARTICULAR? <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO Siga 3.01</p>	

3 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES - EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL				
3.01 - ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S) ESTAVA MORANDO EM OUTRO PAÍS EM 31 DE JULHO DE 2010?				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 3.02) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 4.01)				
3.02 - NOME Siga 3.03	3.03 - SEXO 1 - M 2 - F Siga 3.04	3.04 - ANO DE NASCIMENTO Siga 3.05	3.05 - ANO DA ÚLTIMA PARTIDA PARA MORAR EM OUTRO PAÍS Siga 3.06	3.06 - PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 31 DE JULHO DE 2010 Siga 4.01
	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	

INFORMAÇÕES SOBRE MORADORES

4 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES E COLETIVOS	
4.01 - QUANTAS PESSOAS MORAVAM NESTE DOMICÍLIO EM 31 DE JULHO DE 2010?	
<input type="text"/>	
Siga 4.02	

PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES

4.02 - A RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO É DE: (Pessoa Responsável pelo domicílio é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores)	
<input type="checkbox"/> 1 - APENAS UM MORADOR <input type="checkbox"/> 2 - MAIS DE UM MORADOR	
Siga 5.01	

5 LISTA DE MORADORES EM 31 DE JULHO DE 2010

5.01 - NOME DO MORADOR	5.02 - QUAL É A RELAÇÃO DE PARENTESCO OU DE CONVIVÊNCIA COM A PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO?	5.04 Nº DE ORDEM
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Siga 5.02	Siga 5.04	Siga 5.05

RELAÇÃO COM RESPONSÁVEL

- | | | | |
|---|-------------------------------------|--------------------|--|
| 1 - PESSOA RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO | 5 - FILHO(A) SOMENTE DO RESPONSÁVEL | 10 - NETO(A) | 17 - PENSIONISTA |
| 2 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DE SEXO DIFERENTE | 6 - ENTEADO(A) | 11 - BISNETO(A) | 18 - EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) |
| 3 - CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A) DO MESMO SEXO | 7 - GENRO OU NORA | 12 - IRMÃO OU IRMÃ | 19 - PARENTE DO(A) EMPREGADO(A) DOMÉSTICO(A) |
| 4 - FILHO(A) DO RESPONSÁVEL E DO CÔNJUGE | 8 - PAI, MÃE, PADRASTO OU MADRASTA | 13 - AVÔ OU AVÓ | 20 - INDIVIDUAL EM DOMICÍLIO COLETIVO |
| | 9 - SOGRO(A) | 14 - OUTRO PARENTE | |
| | | 15 - AGREGADO(A) | |
| | | 16 - CONVIVENTE | |

5.05 - TODOS OS MORADORES DO DOMICÍLIO, INCLUSIVE AUSENTES, IDOSOS E CRIANÇAS, FORAM LISTADOS?	
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.00) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Volte à lista para inclusão)	

6		CARACTERÍSTICAS DO MORADOR	
6.00 - NOME DA PESSOA			
			Siga 6.01
6.01 - SEXO		6.02 - QUAL É O MÊS E O ANO DO SEU NASCIMENTO?	
<input type="checkbox"/> 1 - MASCULINO Siga 6.02		<input type="checkbox"/> 2 - FEMININO <input type="text"/> 6.021 - MÊS <input type="text"/> 6.022 - ANO <small>(Se mês ou ano em branco, siga 6.03) (Se mês e ano preenchidos, passe ao 6.04)</small>	
6.03 - QUAL ERA A SUA IDADE EM 31 DE JULHO DE 2010?			
6.031 - UM ANO OU MAIS		6.032 - MENOS DE UM ANO	
<input type="text"/>		<input type="text"/> MESES	
Siga 6.04			
6.04 - TEM MÃE VIVA? <small>(considere apenas mãe biológica)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM E MORA NESTE DOMICÍLIO (Siga 6.06)		<input type="checkbox"/> 2 - SIM E MORA EM OUTRO DOMICÍLIO (Passe ao 6.06)	
<input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Passe ao 6.06)		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO SABE (Passe ao 6.06)	
6.05 - NOME DA MÃE DO MORADOR			
			Siga 6.05
6.06 - A SUA COR OU RAÇA É:			
<input type="checkbox"/> 1 - BRANCA		<input type="checkbox"/> 2 - PRETA	
<input type="checkbox"/> 3 - AMARELA		<input type="checkbox"/> 4 - PARDA	
<input type="checkbox"/> 5 - INDÍGENA (Passe ao 6.08)			
<small>(Se terra indígena no tipo de setor e códigos 1 a 4 neste quesito, siga 6.07) (Se Tipo de setor diferente de terra indígena e códigos 1 a 4 neste quesito, passe ao 6.12)</small>			
6.07 - VOCÊ SE CONSIDERA INDÍGENA?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.06)		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.12)	
6.08 - QUAL É A SUA ETNIA OU O POVO A QUE PERTENCE?			
			Siga 6.08
6.09 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? <small>(Considere também o uso da língua de sinais)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.10)		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 6.11)	
6.10 - QUAL(ES)? <small>(ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)</small>			
6101			
6103			
Siga 6.11			
6.11 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? <small>(Considere também o uso da língua de sinais)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Siga 6.12			
6.12 - QUAL É A SUA RELIGIÃO OU CULTO?			
<small>(Se tem até 10 anos de idade, siga 6.13. Caso contrário, passe ao 6.14)</small>			
PARA PESSOAS COM ATÉ 10 ANOS DE IDADE			
6.13 - TEM REGISTRO DE NASCIMENTO:			
<input type="checkbox"/> 1 - DO CARTÓRIO		<input type="checkbox"/> 2 - DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO (DNV) DO HOSPITAL OU DA MATERNIDADE	
<input type="checkbox"/> 3 - REGISTRO ADMINISTRATIVO DE NASCIMENTO INDÍGENA (RANI)		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO TEM	
<small>(Somente para aqueles que se declaram ou se consideram indígenas)</small>		<input type="checkbox"/> 5 - NÃO SABE	
Siga 6.14			
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS			
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? <small>(SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM		<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	
<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	
Siga 6.15			
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? <small>(SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM		<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	
<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	
Siga 6.16			
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? <small>(SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)</small>			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM		<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	
<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE		<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	
Siga 6.17			
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM,		<input type="checkbox"/> 2 - NÃO	
Siga 6.18			

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL

6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO?
 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) 3 - NÃO (Siga 6.19)

6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)?
 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) 3 - NÃO (Siga 6.20)

6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE?
 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)

6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL?
 ANO
 Siga 6.22

6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO?
 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO
 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO
 Siga 6.23

6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)
 Siga 6.24

6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)
 NÚMERO DE ANOS
 (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.)
 (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27)
 (Caso contrário, passe ao 6.28)

6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO?
 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO
 6.251 - UF 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO
 6.253 - MUNICÍPIO
 (Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.26)
 (Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27)
 (Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)

6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005?
 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO
 6.261 - UF 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO
 6.263 - MUNICÍPIO
 (Se tem 5 anos ou mais de idade, siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)

EDUCAÇÃO

PARA PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE

6.27 - SABE LER E ESCRIVER?
 1 - SIM 2 - NÃO Siga 6.28

PARA TODAS AS PESSOAS

6.28 - FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE?
 1 - SIM, PÚBLICA 2 - SIM, PARTICULAR 3 - NÃO, JÁ FREQUENTOU (Passe ao 6.33) 4 - NÃO, NUNCA FREQUENTOU (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)
 (Siga 6.29)

PARA PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE

6.29 - QUAL É O CURSO QUE FREQUENTA?
 01 - CRECHE 07 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.31)
 02 - PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA) 08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO (Passe ao 6.36)
 03 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA 09 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO (Passe ao 6.32)
 04 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 10 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS)
 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (Siga 6.30) 11 - MESTRADO 12 - DOUTORADO
 06 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA - OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Passe ao 6.38)
 (Passe ao 6.36) (Passe ao 6.36)

6.30 - QUAL É A SÉRIE/ANO QUE FREQUENTA?

<input type="checkbox"/> 01 - PRIMEIRO ANO	<input type="checkbox"/> 06 - QUINTA SÉRIE/SEXTO ANO
<input type="checkbox"/> 02 - PRIMEIRA SÉRIE/SEGUNDO ANO	<input type="checkbox"/> 07 - SEXTA SÉRIE/SETIMO ANO
<input type="checkbox"/> 03 - SEGUNDA SÉRIE/TERCEIRO ANO	<input type="checkbox"/> 08 - SÉTIMA SÉRIE/OITAVO ANO
<input type="checkbox"/> 04 - TERCEIRA SÉRIE/QUARTO ANO	<input type="checkbox"/> 09 - OITAVA SÉRIE/NONO ANO
<input type="checkbox"/> 05 - QUARTA SÉRIE/QUINTO ANO	<input type="checkbox"/> 10 - CURSO NÃO SERIADO

Passe ao 6.36

6.31 - QUAL É A SÉRIE QUE FREQUENTA?

<input type="checkbox"/> 1 - PRIMEIRA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 3 - TERCEIRA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 5 - CURSO NÃO SERIADO
<input type="checkbox"/> 2 - SEGUNDA SÉRIE	<input type="checkbox"/> 4 - QUARTA SÉRIE	

Passe ao 6.36

6.32 - JÁ CONCLUIU OUTRO CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO?

1 - SIM (Passe ao 6.35) 2 - NÃO (Passe ao 6.36)

PARA PESSOA QUE NÃO FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE, MAS JÁ FREQUENTOU

6.33 - QUAL FOI O CURSO DE NÍVEL MAIS ELEVADO QUE FREQUENTOU?

<input type="checkbox"/> 01 - CRECHE, PRÉ-ESCOLAR (MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA), CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA	} (Siga 6.34)
<input type="checkbox"/> 02 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<input type="checkbox"/> 03 - ANTIGO PRIMÁRIO (ELEMENTAR)	
<input type="checkbox"/> 04 - ANTIGO GINÁSIO (MÉDIO 1º CICLO)	
REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU 1º GRAU	<input type="checkbox"/> 05 - (da 1ª a 3ª série/do 1º ao 4º ano) } (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37) <input type="checkbox"/> 06 - (4ª série/5º ano) } (Se tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70) <input type="checkbox"/> 07 - (da 5ª a 8ª série/do 6º ao 8º ano) }
<input type="checkbox"/> 08 - SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU	} (Siga 6.34)
<input type="checkbox"/> 09 - ANTIGO CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC... (MÉDIO 2º CICLO)	
<input type="checkbox"/> 10 - REGULAR OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU	
<input type="checkbox"/> 11 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO	
<input type="checkbox"/> 12 - ESPECIALIZAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (MÍNIMO DE 360 HORAS)	
<input type="checkbox"/> 13 - MESTRADO	
<input type="checkbox"/> 14 - DOUTORADO	

6.34 - CONCLUIU ESTE CURSO?

1 - SIM 2 - NÃO

(Se códigos 12; 13 ou 14 no quesito 6.33, siga 6.35)
 (Se código 11 no quesito 6.33 e código 1 neste quesito, siga 6.35)
 (Se código 11 no quesito 6.33 e código 2 neste quesito, passe ao 6.37)
 (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37)
 (Se códigos de 01 a 10 no quesito 6.33 e tem menos de 10 anos de idade, passe ao 6.70)

6.35 - QUAL É A ESPÉCIE DO CURSO MAIS ELEVADO QUE CONCLUIU?

1 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO 2 - MESTRADO 3 - DOUTORADO

6.351 - SUPERIOR DE GRADUAÇÃO

6.353 - MESTRADO

6.355 - DOUTORADO

(Se código 1 ou 2 no quesito 6.28, siga 6.36. Caso contrário, passe ao 6.37)

DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)

6.36 - EM MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?

1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)

2 - EM OUTRO MUNICÍPIO

6.361 - UF 6.363 - MUNICÍPIO

3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO

6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO
 (Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)

NUPCIALIDADE

PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

6.37 - VIVE EM COMPANHIA DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)?

- 1 - SIM - (Se mulher e tipo de setor igual a terra indígena, siga 6.38)
(Se mulher, tipo de setor diferente de terra indígena e condição no domicílio de 04 a 19, siga 6.38.
Caso contrário, passe ao 6.39)
- 2 - NÃO, MAS JÁ VIVEU ANTES (Passe ao 6.40)

6.38 - Nome do cônjuge ou companheiro(a)

- 3 - NUNCA VIVEU (Passe ao 6.40)

6.39 - QUAL É A NATUREZA DA UNIÃO?

- 1 - CASAMENTO CIVIL E RELIGIOSO 3 - SÓ CASAMENTO RELIGIOSO
- 2 - SÓ CASAMENTO CIVIL 4 - UNIÃO CONSENSUAL

Siga 6.40

6.40 - QUAL É O ESTADO CIVIL?

- 1 - CASADO(A) 3 - DIVORCIADO(A) 5 - SOLTEIRO(A)
- 2 - DESQUITADO(A) OU SEPARADO(A) JUDICIALMENTE 4 - VIÚVO(A)

Siga 6.41

TRABALHO E RENDIMENTO

PARA A PESSOA DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:

6.41 - TRABALHOU GANHANDO EM DINHEIRO, PRODUTOS, MERCADORIAS OU BENEFÍCIOS?
BENEFÍCIOS: MORADIA, ALIMENTAÇÃO, TREINAMENTO, ETC.

- 1 - SIM (Passe ao 6.45) 2 - NÃO (Siga 6.42)

NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010:

6.42 - TINHA ALGUM TRABALHO REMUNERADO DO QUAL ESTAVA TEMPORARIAMENTE AFASTADO(A)?
(Férias, doença, licença, greve, falta, más condições do tempo, etc.)

- 1 - SIM (Passe ao 6.45) 2 - NÃO (Siga 6.43)

NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:

6.43 - AJUDOU SEM QUALQUER PAGAMENTO NO TRABALHO REMUNERADO DE MORADOR DO DOMICÍLIO?

- 1 - SIM (Passe ao 6.45) 2 - NÃO (Siga 6.44)

NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010, DURANTE PELO MENOS 1 HORA:

6.44 - TRABALHOU NA PLANTAÇÃO, CRIAÇÃO DE ANIMAIS OU PESCA, SOMENTE PARA ALIMENTAÇÃO DOS MORADORES DO DOMICÍLIO?
INCLUSIVE CAÇA, E EXTRAÇÃO VEGETAL

- 1 - SIM (Passe ao 6.45) 2 - NÃO (Passe ao 6.54)

6.45 - QUANTOS TRABALHOS TINHA?

- 1 - UM 2 - DOIS OU MAIS

Siga 6.46

Os quesitos de 6.46 a 6.48 devem referir-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência

ATENÇÃO - Critérios para definir o trabalho principal na semana de referência:

- 1 - Maior número de horas normalmente trabalhadas por semana;
- 2 - Maior rendimento mensal habitual;
- 3 - Trabalho que possui há mais tempo.

6.46 - QUAL ERA A OCUPAÇÃO QUE EXERCIA NO TRABALHO QUE TINHA?

Siga 6.47

6.47 - QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (NEGÓCIO, FIRMA, EMPRESA, INSTITUIÇÃO, ENTIDADE, ETC.) EM QUE TINHA ESSE TRABALHO?

(Se código 1 no quesito 6.44, passe ao 6.53. Caso contrário, siga 6.48)

6.48 - NESSE TRABALHO ERA:

01 - EMPREGADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA
 02 - MILITAR DO EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA, POLÍCIA MILITAR OU CORPO DE BOMBEIROS
 03 - EMPREGADO PELO REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
 04 - EMPREGADO SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA
 05 - CONTA PRÓPRIA
 06 - EMPREGADOR (Siga 6.48)
 07 - NÃO-REMUNERADO - (Se código 1 no quesito 6.45, passe ao 6.53)
 (Se código 2 no quesito 6.45, passe ao 6.50)

(Passe ao 6.51)

(Passe ao 6.50)

6.49 - QUANTAS PESSOAS EMPREGAVA NESSE TRABALHO?

1 - (1 A 5 PESSOAS)
 2 - (6 OU MAIS PESSOAS)

Siga 6.50

6.50 - ERA CONTRIBUINTE DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL EM ALGUM TRABALHO QUE TINHA NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010?

1 - SIM, NO TRABALHO PRINCIPAL
 2 - SIM, EM OUTRO TRABALHO
 3 - NÃO

Siga 6.51

6.51 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?

1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS
 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)
 0 - NÃO TEM

6.511 - R\$ _____,00

(Se código 1 no quesito 6.45, passe ao 6.53. Se código 2 no quesito 6.45, siga 6.52)

6.52 - NOS DEMAIS TRABALHOS, QUAL ERA O RENDIMENTO BRUTO (OU A RETIRADA) MENSAL QUE GANHAVA HABITUALMENTE EM JULHO DE 2010?

1 - EM DINHEIRO, PRODUTOS OU MERCADORIAS
 2 - SOMENTE EM BENEFÍCIOS (Moradia, alimentação, treinamento, etc.)
 0 - NÃO TEM

6.521 - R\$ _____,00

Siga 6.53

6.53 - NO TRABALHO PRINCIPAL, QUANTAS HORAS TRABALHAVA HABITUALMENTE POR SEMANA?

HORAS

Passe ao 6.56

6.54 - NO PERÍODO DE 02 A 31 DE JULHO DE 2010 TOMOU ALGUMA PROVIDÊNCIA, DE FATO, PARA CONSEGUIR TRABALHO?

1 - SIM (Siga 6.55)
 2 - NÃO (Passe ao 6.56)

6.55 - SE TIVESSE CONSEGUIDO TRABALHO, ESTARIA DISPONÍVEL PARA ASSUMI-LO NA SEMANA DE 25 A 31 DE JULHO DE 2010?

1 - SIM
 2 - NÃO

Siga 6.56

EM JULHO DE 2010, TINHA RENDIMENTO MENSAL HABITUAL DE:

6.56 - APOSENTADORIA OU PENSÃO DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA OFICIAL (FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL)?

1 - SIM
 2 - NÃO

Siga 6.57

6.57 - PROGRAMA SOCIAL BOLSA-FAMÍLIA OU PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI?

1 - SIM
 2 - NÃO

Siga 6.58

6.58 - RENDIMENTO DE OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS OU DE TRANSFERÊNCIAS?

1 - SIM
 2 - NÃO

Siga 6.59

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC/LOAS, DOAÇÃO OU MESADA DE NÃO MORADOR DO DOMÍLIO, PENSÃO ALIMENTÍCIA, SEGURO DESEMPREGO, BOLSA DE ESTUDO, OUTROS PROGRAMAS, ETC.

6.59 - OUTRAS FONTES (JUROS DE POUPANÇA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, ALUGUEL, PENSÃO OU APOSENTADORIA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, ETC.)

1 - SIM
 2 - NÃO

(Se do quesito 6.56 ao 6.59 houve pelo menos uma resposta "Sim", Siga 6.591. Caso contrário, veja comandos abaixo)

6.591 - EM JULHO DE 2010 QUAL FOI O VALOR TOTAL DESTES(S) RENDIMENTO(S)? R\$ _____,00

(Se assinalou código 1 ou 2 no quesito 6.45, siga 6.50)
 (Se assinalou código 1 no quesito 6.44, siga 6.50)
 (Caso contrário, se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO

6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?

- 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)
 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61)
 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)

6.601 - UF

6.603 - MUNICÍPIO

(siga 6.61)

- 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.605)

6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO

- 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS
(Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)

6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?

- 1 - SIM (Siga 6.62) 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)

6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?

- 1 - ATÉ 05 MINUTOS 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS
 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA 5 - MAIS DE DUAS HORAS
 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA

(Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)

FECUNDIDADE

PARA A MULHER DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

6.63 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS VIVOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?

- 1 - TEVE FILHOS NASCIDOS VIVOS 2 - NÃO TEVE FILHO NASCIDO VIVO (Passe ao 6.69)

6.631 - HOMENS

6.632 - MULHERES

(Siga 6.64)

6.64 - DOS FILHOS E FILHAS QUE TEVE, QUANTOS ESTAVAM VIVOS EM 31 DE JULHO DE 2010?

- 1 - FILHOS VIVOS EM 31/07/2010 2 - NÃO SABE O Nº DE FILHOS HOMENS E MULHERES VIVOS EM 31/07/2010

6.641 - HOMENS

6.642 - MULHERES

Siga 6.65

6.65 - QUAL É O SEXO DO ÚLTIMO FILHO TIDO NASCIDO VIVO ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?

- 1 - MASCULINO 2 - FEMININO

Siga 6.66

6.66 - QUAL É O MÊS E O ANO DE NASCIMENTO DO(A) ÚLTIMO(A) FILHO(A) TIDO(A) NASCIDO(A) VIVO(A) ATÉ 31 DE JULHO DE 2010? CASO NÃO SAIBA, PREENCHA APENAS O CAMPO COM A IDADE DESTES FILHO(S).

6.661 - MÊS

6.662 - ANO

6.663 - IDADE DO FILHO EM 31/07/2010
O campo 6.663 somente será habilitado se os campos 6.661 ou 6.662 estiverem em branco

Siga 6.67

6.67 - ESTE (A) FILHO (A) ESTAVA VIVO(A) EM 31 DE JULHO DE 2010?

- 1 - SIM (Passe ao 6.69) 2 - NÃO (Siga 6.68) 9 - NÃO SABE (Passe ao 6.69)

6.68 - QUAL FOI O MÊS E O ANO QUE ESTE (A) FILHO(A) FALLECEU?

- 1 - SABE O MÊS E ANO OU SOMENTE O ANO 2 - NÃO SABE

6.681 - MÊS

6.682 - ANO

Siga 6.69

6.69 - QUANTOS FILHOS E FILHAS NASCIDOS MORTOS TEVE ATÉ 31 DE JULHO DE 2010?
(GESTAÇÃO DE 7 MESES OU MAIS SEM NENHUM SINAL DE VIDA AO NASCER. NÃO INCLUIR ABORTOS)

- 1 - TEVE FILHO NASCIDO MORTO (Siga 6.691 a 6.693) 2 - NÃO SABE (Passe ao 6.70)
 3 - NÃO SABE (Passe ao 6.70)

(Comando especial: o sistema somente deverá habilitar o campo 6.693 se o quesito 0669 for igual a 1 e o(s) campo(s) 6.691 ou 6.692 estiver(em) em branco)

